



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FERNANDA VIEIRA CRISÓSTOMO DA COSTA

**“A VIOLÊNCIA IMPERA NESSA CIDADE”: REFLEXÕES SOBRE O MEDO DE
ASSALTOS EM FORTALEZA-CE**

Fortaleza

2018

FERNANDA VIEIRA CRISÓSTOMO DA COSTA

“A VIOLÊNCIA IMPERA NESSA CIDADE”: REFLEXÕES SOBRE O MEDO DE
ASSALTOS EM FORTALEZA-CE

Tese apresentada ao curso de
Doutorado em Sociologia do
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Ceará como
parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutora em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia do
Conflito e da Violência.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C949" Crisóstomo, Fernanda.

"A VIOLÊNCIA IMPERA NESSA CIDADE" : REFLEXÕES SOBRE O MEDO DE ASSALTOS EM FORTALEZA-CE / Fernanda Crisóstomo. – 2018.

216 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018. Orientação: Profa. Dra. César Barreira.

1. Assaltos. 2. Medo. 3. Violência. I. Título.

CDD 301

FERNANDA VIEIRA CRISÓSTOMO DA COSTA

“A VIOLÊNCIA IMPERA NESSA CIDADE”: REFLEXÕES SOBRE O MEDO DE
ASSALTOS EM FORTALEZA-CE

Tese apresentada ao curso de
Doutorado em Sociologia do
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Ceará como
parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutora em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia do
Conflito e da Violência.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luis Silva Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Marcos de Sousa Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Aos meus pais, Diana e Crisóstomo.

AGRADECIMENTOS

Tenho orgulho em dizer que minha trajetória de vida e acadêmica não foi solitária. Ao longo de minhas jornadas, sempre fui contemplada com a presença de pessoas que se tornaram especiais e que estiveram presentes em todos os momentos em que precisei de ajuda, de suporte ou do simples aconchego gerado pelo calor humano. A essas pessoas dedico minha gratidão, minha amizade e meu afeto.

Agradeço primeiramente à Diana e Fernando Crisóstomo, pais amados, que não só me concederam a vida, mas que me presentearam com apoio e dedicação. A você, meu pai, agradeço por acreditar na minha capacidade, por sonhar os meus sonhos e por me ensinar, através do exemplo, a enfrentar uma batalha com a serenidade nos olhos. Obrigada por nos presentear com sua força de viver. À minha mãe agradeço por ter feito de sua vida o alicerce para o meu crescimento, sem você, nada teria sido possível. Obrigada por nunca desistir de acreditar que seria possível.

Ao meu irmão é à Roberta agradeço pelos aprendizados, alegrias e preocupações compartilhados. E por trazerem ao mundo o Dante, o menino que quis nascer junto com a tese.

A Freddy Costa, parceiro incondicional nessa jornada. Sua presença foi fundamental para tornar meus pensamentos em palavras. Por me ouvir, por me ajudar, por ser uma constante fonte de apoio e compreensão, minha imensa gratidão. Obrigada por tudo.

Aos amigos Érica e Julio pelos tantos anos de amizade, sonhos e memórias.

Agradeço ao professor César Barreira, orientador deste trabalho e guia de minha trajetória acadêmica. Obrigada por me possibilitar tantas oportunidades e aprendizados, desde me selecionar como bolsista de iniciação científica do

Laboratório de Estudos da Violência até as orientações de mestrado e doutorado. Obrigada por não me deixar morrer na praia.

Aos professores Dr. Luiz Fábio Paiva, Dr. Luis Barros, Dr. Antonio Marcos Silva e Dr. Clodomir Cordeiro pela disponibilidade e pelas valorosas contribuições. Agradeço imensamente.

Aos meus interlocutores, pois sem eles esta pesquisa não teria sido possível.

Ao CNPq pelo apoio financeiro, através da bolsa de auxílio.

Finalmente, a todos os amigos e familiares que não citei nominalmente e que me apoiam na distância, simplesmente torcendo por mim.

Estava dando uns bordejos pelaí
Quando de repente a figura apareceu
E dentre tantos me escolheu
Mas o barulho da cidade está
tão grande que eu não pude nem ouvir
quando o pinta me rendeu
Não se move aí, Ô meu
Mas que pinóia, eu, o rei da paranóia
que não largo a minha bóia
mesmo quando estou a pé
Como é que eu dou esse azarão
Eu faço parte desse medo coletivo
já não sei nem se confio na polícia ou no ladrão.
(A Cidade contra do Crime – Gonzaguinha)

RESUMO

A intenção desta tese é compreender a relação entre medo e violência em situações de assalto, buscando analisar como a sensação de insegurança mediante uma violência difusa pode ser percebida nos relatos de moradores da cidade de Fortaleza-CE, interferindo em suas sociabilidades e no modo como interagem com o ambiente urbano. Dito de outra forma, de que modo o medo de assalto interfere nas dinâmicas do cotidiano dos que habitam a cidade? Após a análise dos dados coletados, o estudo aponta que a expectativa ou a experiência de ter passado por uma situação de assalto altera as relações de sociabilidade, na medida em que interferem no modo como as pessoas se deslocam pelas ruas, as fazem adotar medidas de segurança individuais, passando a observar o outro com desconfiança e contribuem para a elaboração de falas que compreendem a justiça feita com as próprias mãos como uma forma de conter o ato criminoso.

PALAVRAS-CHAVE: Assaltos. Medo. Violência.

ABSTRACT

This thesis has as the object of analysis residents of the city of Fortaleza-CE who fear going through situations of robberies in the urban environment, seeking to perceive who these individuals are and how their sociabilities are altered through the sensation of fear and insecurity. In this sense, the focus of the research is to understand the relationship between fear and violence in situations of assault, trying to analyze how it interferes in the daily lives of those who inhabit the capital of Ceará. After analyzing the data collected, the study indicates that the expectation or the experience of having been in a situation of assault alter the relations of sociability, interfering in the way that people move on the streets, make them adopt individual security measures, start to observe the other with suspicion and contribute to the elaboration of statements that comprise justice done with their own hands as a form of contain the criminal act.

KEYWORDS: Robbery. Fear. Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Percurso Metodológico.....	23
2 “ENTREI PARA AS ESTATÍSTICAS”: VIOLÊNCIA E ASSALTOS EM FORTALEZA	34
2.1. “Fazer B.O. não dá em nada”	41
2.2. Rede social como forma de B.O.	48
2.3 “Pessoas de carne e osso”: o relato dos interlocutores	62
3 FORTALEZA ATRAVÉS DO MEDO.....	74
3.1. Cidade e Medo.....	78
3.2 Medo de assalto e atitudes preventivas.....	87
3.3 O assalto e o controle do medo.....	96
3.4. O medo que reage.....	112
4 DEPOIS DO ASSALTO: PERCEPÇÕES QUE MUDAM, MEDO QUE PERMANECE	123
4.1 “Sentir ou não sentir medo, eis a questão”.	125
4.2 Fala que circula, medo que se propaga: retroalimentação do medo... ..	141
4.3 Mídia e redes sociais: histórias que se espalham num clicar de dedos.	149
5 CAMINHOS DO MEDO	165
5.1 “O medo está em todo lugar, mas por via das dúvidas”.....	165
5.2 “A gente só pode confiar mesmo em nós e em Deus”.....	175
5.3 “Não sou a favor de cidadão matar bandido, mas”.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
BIBLIOGRAFIA.....	215

1 INTRODUÇÃO

Medo da violência faz moradores mudarem hábitos em Fortaleza.

A crescente violência faz os moradores mudarem os seus hábitos na tentativa de escapar dos assaltos diários. O nível da violência segue assustando os moradores de Fortaleza. A insegurança acaba gerando medo na população, que se vê obrigada a mudar a sua rotina para tentar escapar dos assaltos. “A violência que se expressa através da criminalidade está presente no meio social. É importante adotar medidas que possam minimizar o risco de se tornar uma vítima”, conta o delegado César Wagner. A psicóloga Erika Dauer explica que cada pessoa tem a sua maneira de reagir diante de uma situação extrema. “Na situação de um assalto, vários sintomas podem ser resultantes. Vai depender da história de vida do sujeito, como foi a ocorrência e as pessoas que estavam envolvidas”, relata. (Tribuna do Ceará, 02/03/2018)¹

Notícias que alertam a população sobre os medos e perigos da vida no meio urbano são frequentes. As ações criminosas, sobretudo os casos de assaltos, costumam ganhar notoriedade, ganhando destaque nos veículos midiáticos. A população passa a receber uma quantidade intensiva de notícias televisivas, impressas e virtuais, nas quais estes crimes são apresentados corriqueiramente como uma ameaça à ordem social, gerando riscos aos moradores da cidade.

A intenção desta tese é compreender a relação entre medo e violência em situações de assalto, buscando analisar como a sensação de insegurança mediante uma violência difusa² pode ser percebida nos relatos de moradores da cidade de Fortaleza-CE, interferindo em suas sociabilidades e no modo como interagem com o ambiente urbano. Dito de outra forma, de que modo o medo de assalto interfere nas dinâmicas do cotidiano daqueles que habitam a cidade?

A associação entre cidade e violência pode facilmente ser percebida nas falas cotidianas daqueles que habitam o espaço urbano. O medo de vivenciar uma situação de violência permeia ambientes públicos e privados.

¹ Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/videos/barra-pesada/medo-da-violencia-faz-moradores-mudarem-habitos-em-fortaleza/>. Acesso: 02 mar. 2018.

² BARREIRA, 2008, aquela que pode atingir suas vítimas independente de classe, gênero, cor, etc. Trata-se de uma violência que pode atingir qualquer um.

Desviar-se do caminho se a rua está deserta, trancar a porta de casa, instalar sistemas de alarmes em carros, evitar sair em horários noturnos, avançar o sinal vermelho em locais ermos são algumas precauções tomadas para evitar ser a próxima vítima de assalto. Assim, busquei investigar e analisar casos de pessoas que: nunca passaram por situações de assalto, mas que vivem na lógica do medo e da suspeita; foram assaltadas e não reagiram; passaram por uma experiência de assalto, reagiram e saíram ilesas, bem como as que reagiram e foram agredidas.

Estudar as formas de reação a assaltos mediante à sensação de medo, observando os diferentes cenários resolutivos da ação violenta, seja através do enfrentamento ou da passividade frente à abordagem do assaltante, propicia uma reflexão sobre as relações entre Estado e sociedade; as desigualdades sociais, as formas de exclusão e sobre como as relações sociais e a experiência coletiva são alteradas quando os habitantes citadinos referenciam suas ações a partir do medo de passar por experiências de assaltos.

Busquei, fundamentalmente, compreender como o próprio morador classifica os seus comportamentos em relação ao medo da violência na cidade e às formas de agir durante um assalto, percebendo o que para eles é aceito e o que é negado.

A pretensão deste estudo é analisar o medo de assalto como figura central para compreensão do ambiente urbano, contribuindo para a compreensão da cultura fortalezense, uma vez que é item fundamental capaz de interferir nas sociabilidades urbanas e no modo como as pessoas se relacionam com a cidade, contribuindo para os estudos que tem a violência como campo de pesquisa.

Uma vez que a tese tem como temática o estudo da violência no ambiente citadino, é interessante ressaltar, conforme frisa Paiva (2014), que os acontecimentos inseridos dentro da categorização violência urbana perpassam por diferentes causas e apresentam consequências distintas, uma vez que sofrem alterações de acordo com o contexto sociocultural de onde são observados. Assim, a compreensão dos aspectos violentos da *urbe* é orientada

a partir do referencial de casos específicos dos moradores de Fortaleza, através do que eles revelaram em suas narrativas e no modo singular como percebem a cidade.

(...) vida cotidiana é construída em torno de histórias que traçam fronteiras entre os que as pessoas desejam dizer ou silenciar, mostrar ou esconder. Essas fronteiras simbólicas são fundamentais para que as pessoas possam narrar o que aconteceu e como era a vida antes e depois de serem afetadas pela violência. (Paiva, 2016, p.20)

Concordo com Misse (2008) quando ele pontua que o crime é um acontecimento social e não individual. Nesse sentido, mais do que analisar o evento em si, esta tese desenvolveu uma análise sobre a forma como a expectativa de sofrer ou de passar por uma situação de assalto afeta a sociabilidade dos moradores de Fortaleza, percebendo de que modo o medo de assaltos passa a ser sentido coletivamente e como as ações tomadas no momento do crime perpassam os aprendizados coletivos.

O crime não é um acontecimento individual, mas social. Não está no evento, mas na relação social que o interpreta. O que me ocorre quando me apontam uma arma e me saqueiam é um enfrentamento interindividual em que uma das partes, no caso eu, abri mão de carregar uma arma ou partir para o enfrentamento físico por preferir racionalmente (ou me ter normalizado para tal) socializar esse enfrentamento. Nesse caso, a sociedade está comigo e o indivíduo que me enfrenta está posto radicalmente contra ela, mesmo que eu não esboce qualquer reação imediata. Eu decidi transferir o enfrentamento para o Estado. Minha reação será posterior: acionarei o dispositivo da incriminação. (Misse, 2008, p.126).

Os questionamentos que alicerçam a investigação proposta são: Como o imaginário do medo e da violência aparece nos relatos de pessoas das camadas médias, habitantes de Fortaleza? Como a expectativa de vivenciar situações de violência criminal interfere nas ações cotidianas destas pessoas? Como foi desenvolvido o conflito entre os atores envolvidos no momento da prática do crime? Como a vivência da prática violenta interferiu na percepção que estas pessoas têm da cidade no período pós-crime? Especificamente sobre os casos em que as vítimas reagiram, interessou saber: Como as emoções foram apresentadas como elementos capazes de promover uma ação reativa?

Uma vez que a problemática a ser estudada perpassa necessariamente o cerne das normas de legalidade acerca dos usos dos mecanismos de violência e do papel do Estado enquanto detentor de seu uso legítimo, o conceito de Estado Moderno de Weber (2009) torna-se indispensável para a reflexão proposta. O autor define alguns parâmetros sobre os fundamentos do uso do poder dentro da sociedade moderna. Para ele, era essencial que o Estado se apropriasse dos meios de coerção social, tirando dos indivíduos a possibilidade de uma violência privada. Neste sentido, caberia ao Estado se apropriar dos meios de violência e regulamentar, racional e burocraticamente, o uso da força física.

Para o estudioso do exercício do poder na sociedade moderna, o Estado seria o detentor reconhecido da violência e seu papel fundamental seria o de evitar que os indivíduos fizessem “justiça pelas próprias mãos”, instituindo as regras e as formas reconhecidas de regulamentação da vida social. A dualidade do homem liberto da crença na proteção divina, mas submetido aos controles de um mundo que escapa de sua vontade individual constitui, para Weber, um dos elementos mais fortes inaugurados no alvorecer da vida moderna. (BARREIRA, 2012).

A teoria de Weber serve como suporte para reflexões sobre o uso legítimo e ilegítimo da força física. Pensando os crimes de legítima defesa, pode-se perceber o distanciamento de tal pensamento diante da realidade cotidiana da sociedade brasileira, em que cada vez mais casos de pessoas que cometem a chamada “justiça com as próprias mãos” e, mediante a divulgação da notícia em redes midiáticas, recebem o apoio de uma grande parcela da população que não se sente protegida pelo poder estatal. Neste sentido, cabe à análise de Barreira (2008) quando diz que “as ações dos ‘justiceiros’, dos matadores de aluguel e os rituais dos linchamentos aparecem na contextura de enorme demanda social por uma justiça paralela, levando à berlinda a monopolização legítima da violência”.

Outro conceito importante para o desenvolvimento da pesquisa é o de crime. Durkheim (1996) define por crime qualquer ato que seja capaz de ocasionar determinada pena sobre o agente que o realizou. Assim, todos os crimes, ainda que de naturezas diferentes, apresentam algo em comum: são reprimidos por punições definidas a partir de um código social regulamentado.

Mais do que reprimir ações socialmente condenadas, o papel social da pena não se restringe a castigar o indivíduo infrator, mas primordialmente, reestabelecer a ordem e manter a coesão social.

Misse (2003) também refletiu sobre o crime enquanto elemento da vida coletiva. Para ele, o crime é uma construção social complexa que é permeada por diferentes eixos de análise, tais como a criminalização, incriminação, criminação e sujeição criminal. A partir destas distinções, o autor dirá que tais eixos poderão ser ativados ou não por meio da acusação social. Os estudos de Misse contribuem positivamente para uma reflexão sobre a condição dos crimes, tais como assalto, mediante o contexto social em que este é efetivado, observando-o como elemento que deve necessariamente ser relacionado aos parâmetros delimitados pela vida coletiva.

(...) a violência é, por natureza, polissêmica (violência física e violência psicológica; violência e contraviolência; violência criminalizada e violência consentida; violência interpessoal e violência da pobreza etc.). a chamada violência urbana, na realidade, envolve uma pluralidade de eventos, circunstâncias e fatores que têm sido, por um lado, imaginariamente unificados num único conceito e, por outro lado, representados como um sujeito difuso que está em todas as partes. (MISSE, 2003, p.19).

Uma autora que se faz importante para a reflexão do tema aqui exposto é Barreira (2012), uma vez que esta realiza uma análise sobre “a cidade e o medo³”. Segundo ela, a cidade e o medo não devem necessariamente estar juntos, entretanto, a associação destas duas palavras gera pensamentos relacionados à insegurança e à violência, sendo este contexto imagético comum à diversas cidades. No decorrer de seu texto, Barreira expõe que o medo, apesar de poder ser experimentado individualmente, é um sentimento social situado no tempo e no espaço e que, do modo que é experimentado no ambiente urbano atual, se opõe à ideia de cidade e cidadania. Este texto se torna fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, não apenas por pensar o medo enquanto um sentimento socialmente construído, mas por pensá-lo dentro do contexto urbano e violento e mostrar como ele é apropriado e explorado por uma

³ Nome de seu artigo publicado no livro (In) Segurança e Sociedade: treze lições.

“indústria do medo”. Trata-se de um texto atual e que explicita os medos típicos daqueles que vivem dentro do contexto urbano.

Também autora essencial para esta pesquisa está Caldeira (2000), que tendo a cidade de São Paulo como pano de fundo para seus estudos, desenvolveu um trabalho sobre a vivência do crime como uma experiência perturbadora e capaz de alterar a percepção das pessoas sobre o mundo social a que pertencem. O crime teria, então, a capacidade de gerar rupturas nos significados que a pessoa tem sobre a vida em sociedade. O conjunto de significados abalados será reelaborado a partir das *falas do crime*, em que eles, partindo de seus depoimentos sobre a criminalidade urbana vivenciada, reestabelecerão o equilíbrio de suas significações sobre a vida. Percebo as *falas do crime* como elementares para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que o principal método para coletar dados sobre a percepção do medo de assalto se deu através das narrativas construídas pelos interlocutores desta pesquisa, em que discorrem acerca de suas experiências com assalto na cidade.

Coelho (2012) torna-se importante para a reflexão teórica desta pesquisa, uma vez que realiza um estudo acerca dos relatos de vítimas de assaltos, buscando, em suas falas, perceber o modo como as dimensões micropolíticas das emoções carregam em si “aspectos de nível macro da organização social”. Ela também busca perceber qual a representação que as vítimas fazem dos assaltantes e quais os sentimentos que eles foram capazes de despertar. O trabalho de Coelho se faz relevante enquanto referencial teórico por indicar a possibilidade do estudo das emoções enquanto objetos passíveis de serem analisados a partir de um viés socioantropológico, ao mesmo tempo em que seu campo de pesquisa versa sobre os sentimentos expressos nas dinâmicas de assaltos, sendo assim fundamental para o desenvolvimento desta tese.

Sendo o crime de legítima defesa carregado por uma aura de sentimentos intensos, faz-se necessário também, o desenvolvimento de uma sociologia das emoções. A análise das emoções no seio destes crimes será pautada a partir do pressuposto de que o conflito emocional de um indivíduo

também é influenciado pelo contexto sociocultural em que ele está inserido. Assim, faço referência a Breton (2009), que ao elaborar reflexões acerca da emoção, afirma que:

A afetividade parece, em primeiro contato e de acordo com o senso comum, um refúgio da individualidade, um jardim secreto onde se cristaliza a intimidade de onde brota uma indefectível espontaneidade. Mas, mesmo quando ela é sincera e genuinamente oferecida, a afetividade permanece uma emanção característica de certo ambiente humano e de determinado universo social de valores. (BRETON, 2009, p. 112-113).

A junção entre sociologia das emoções e o objeto de estudo da pesquisa será realizada através da fundamentação teórica de que os sentimentos que compõem o cenário do crime são frutos da subjetividade do indivíduo, ou seja, do *self* juntamente com a influência do contexto sociocultural vivenciado por ele. Rezende e Coelho (2010), expõem a importância do estudo das emoções através do estudo científico para que estas possam ser compreendidas em sua complexidade e afirmam:

Para além de discussões voltadas para a análise de emoções isoladas, a antropologia das emoções permite assim pensarmos também na configuração e dinâmica de “complexos” emocionais, tais como os pares amor-ciúme ou humilhação-raiva, abrindo mais um leque de objetos de reflexão. Os sentimentos, tantas vezes definidos como o oposto da racionalidade, podem ser muito, muito bons para pensar. (REZENDE; COELHO, 2010, p.129).

Diante do exposto, percebe-se que o alicerce teórico da sociologia das emoções é fundamental para que se construa o estudo dos sentimentos que a pesquisa propõe analisar, fato que viabiliza um entendimento acerca da cultura emotiva e do modo que o medo é sentido no cotidiano citadino, bem como é apropriado e interfere na forma como a vítima age em um possível cenário em que é assaltada, suprimindo suas emoções ou dando vazão a súbitos arrebatamentos.

Sahlins (2004) destaca que o evento, uma vez realizado, gera uma espécie de ruptura em que nada continua a ser como antes. O evento, em sua aparente desordem, ocorre em condições produzidas em certo contexto histórico. Logo, ele é a relação entre um acontecimento e um determinado

sistema simbólico. Sua significância dependerá do significado que lhe é dado, o que irá variar de acordo com conjunturas específicas. O assalto, nesta tese, será pensado como um *evento* que afeta a vida de pessoas que habitam Fortaleza, capaz de gerar descontinuidades e ressignificar o modo como elas percebem o contexto social em que vivem e como se relacionam com a cidade e as pessoas que nela habitam.

Os estudos de Goffman (2008) acerca da vida em sociedade buscam compreender de que forma o indivíduo apresenta a si mesmo e suas atividades para outras pessoas; como dirige e regula as impressões que os outros têm ao seu respeito. Os anseios individuais são reprimidos mediante as expectativas que a sociedade estabelece sobre o ator social. Se torna essencial, deste modo, a implementação de um controle sobre possíveis ações e gestos involuntários que possam pôr em risco a fachada interpretada. Podemos perceber que Goffman concebe as interações sociais como um campo complexo, em que o indivíduo está, a todo momento, sendo observado por outros indivíduos sociais. Para corresponder às expectativas da plateia, são construídas fachadas que permitem ao indivíduo interpretar características condizentes com a expectativa que o coletivo cria sobre ele. O autor pensa a interpretação social como um mecanismo capaz de expor ou ocultar características que contribuam para a harmonia da vida em sociedade. A forma de representação do eu, entretanto, cria uma distinção entre as características pessoais e específicas do indivíduo e aquelas que são fruto da vida em sociedade.

Pensando a teoria de Goffman sobre as interações sociais, é possível fazer uma reflexão acerca das interações face a face entre assaltantes e assaltados. Neste trabalho, foi priorizada a análise das fachadas apresentadas pelos moradores de Fortaleza, observando de que forma elas são alteradas de acordo com o medo de serem vítimas de assalto, afetando o modo como se apresentam para diferentes tipos de plateias. Ou seja, de que maneira os interlocutores modificam suas aparências e formas de agir mediante o local em que se encontram e às pessoas com quem irão interagir.

Para pensar a relação entre Estado e a violência, faço referência à Elias (1997). A civilização descrita por Elias encontra-se sempre em situação de ameaça, uma vez que esta dependerá do equilíbrio entre o poder da força estatal e do autocontrole individual de seus cidadãos. Este autocontrole, entretanto, será percebido pelo autor como elemento altamente instável, uma vez que dependerá de vários fatores para ser efetivado, como, por exemplo, o fornecimento de bens e a pacificação social estatal. Para Elias, o motivo da pacificação da vida social decorre da implementação da organização da vida em sociedade por meio de Estados, que passam a gerenciar o monopólio da força física. A predominância de ações não violentas em situações de conflito será percebida pelo autor como a internalização, por parte dos indivíduos, de uma transformação civilizadora, que agirá não somente por mecanismos legais, mas também através de sua absorção pelas personalidades individuais. Ou seja, os indivíduos, sendo socializados diante deste processo civilizador, seguem suas normas não apenas por serem legitimadas, mas porque internalizaram seus conceitos e passam a orientar suas ações de acordo com esse padrão civilizador.

Traçando um paralelo entre a teoria de Elias e o objeto de estudo desta tese, ela é relevante por proporcionar uma reflexão sobre como os indivíduos interlocutores deste estudo mantiveram ou não o autocontrole mediante uma situação de assalto e de que modo os impulsos violentos foram ou não contidos, nos permitindo pensar de que forma a estrutura social, através da internalização do processo civilizador, é absorvida nas ações destes indivíduos quando o medo é predominante.

Garland (2008), traça um paralelo entre a história do controle do crime entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. Seu objetivo é “desenvolver uma história do presente na área do controle do crime e da justiça criminal”. Tendo como recorte histórico as décadas de 1970 a 2000, o autor desenvolve uma reflexão sobre os novos parâmetros do controle do crime a partir do contexto social da crise do Estado de bem-estar social. Um dos aspectos ressaltados pelo autor diz respeito ao declínio do ideal de reabilitação do criminoso. Se nos anos 70 caberia à justiça criminal impor uma pena que possibilitasse a “regeneração do

prisioneiro”, nos anos 2000 esta tendência é superada. A prisão perde o aspecto redentor e passa a ser percebida como um local capaz de gerenciamento de riscos através da reclusão de seus prisioneiros.

O caráter essencialmente gerenciador de riscos da pena faz com que, segundo Garland, medidas como prisão perpétua e pena de morte ascendam enquanto penalidades. O foco deixa de ser o prisioneiro e passa a ser a família e o sentimento das vítimas; se antes a imagem do delinquente era resguardada pela ideia de um sujeito necessitado, vítima de um Estado que não o resguardou, com a crise do estado de bem-estar social quem passa a ser protegido pela capa protetora do Estado são as vítimas da violência. O Estado deve honrar e proteger a memória da vítima. Assim, reivindicar os direitos de bem-estar do agressor implica em desrespeitar o direito à justiça clamada pela vítima ou seus familiares.

O autor descreve este processo de transformação ressaltando o novo significado da vitimização e do caráter político da criminalidade seus defeitos. Surge a ideia de que a vítima pode ser qualquer um, inclusive você. Assim, resguardar seus direitos individuais é também proteger toda uma coletividade que também poderá ser exposta a situações de violência; a vítima perde o caráter individual e torna-se um símbolo da luta pela segurança coletiva.

A necessidade do Estado de reconhecer estas realidades sem aparentar retrair-se em face delas constitui um problema político agudo e recorrente. Atores políticos e autoridades governamentais cada vez mais se apercebem do dilema e se adaptam a ele, por exemplo, concentrando-se nos efeitos do crime (vítimas, medo, custos etc.) e não nas suas causas. Uma importante resposta tem sido a de aliviar a responsabilidade do Estado como o principal provedor de segurança, bem como a de tentar remodelar o controle do crime em bases mais diluídas, compartilhadas. Neste cenário, o Estado trabalha *através* da sociedade civil e não *sobre* ela, enfatizando a prevenção proativa em vez da persecução e punição de indivíduo. (...) Os governos, tanto na Grã-Bretanha quanto nos EUA, começaram a desenvolver respostas de adaptação para angariar apoio em parcerias com o setor privado e para instituir uma infraestrutura de prevenção do crime e de policiamento comunitário. (GARLAND, 2008, p.312-313).

Ainda que o pensamento de Garland tenha sido desenvolvido segundo o cenário da violência na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, sua obra nos auxilia na formulação de questões voltadas para o cenário brasileiro, num

exercício de imaginação sociológica. Apesar de não termos vivenciado a realidade do pós-guerra do Estado de bem-estar social, também vivenciamos um cenário em que o medo e a violência se tornaram capitais políticos. O medo acumula votos, a vitimização é utilizada como mecanismo capaz de gerar empatia com o resto da população que se solidariza com a dor da vítima. Ademais, assim como no contexto de Garland, a opinião pública clama pela repressão do crime e pela neutralização dos criminosos. Ao criminoso, não deve haver clemência ou anseios de uma “ressocialização”. A empatia, o comprometimento por melhoras, deve ser voltado exclusivamente à vítima. O compromisso deve ser o de reduzir a violência e aumentar a sensação de segurança, domando a socialização de um medo coletivo. Portanto, sua reflexão torna-se relevante para esta tese uma vez que propicia ferramentas intelectuais para o desenvolvimento de uma análise acerca do discurso daqueles que desejam a morte dos assaltantes, assim como a busca por defesa pessoal, para a contenção da violência urbana.

A tese foi dividida em cinco capítulos. O primeiro é destinado ao aspecto metodológico, onde exponho as técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Nele descrevo todos os passos e etapas do trabalho, principalmente detalhando o trabalho de campo, dando ênfase ao método de escolha dos entrevistados e ao levantamento de informações referentes ao objeto de estudo na mídia e redes sociais. O objetivo desta parte foi o de “descrever as diferentes etapas percorridas no desvendar do objeto de estudo, deixando transparecer as falhas e os limites da pesquisa”. (BARREIRA,1998, p.17)

O segundo capítulo apresenta reflexões sobre os números oficiais da violência em Fortaleza, além dos relatos obtidos através das redes sociais, trabalho também com a fala dos interlocutores sobre a cidade como um local de contrastes e de contínuo aumento da violência. Através dos dados apresentados foi desenvolvida uma análise sobre o que esses números dizem e escondem, elaborando também uma discussão mais aprofundada sobre o papel das redes sociais como ferramenta de denúncia, funcionando como um B.O. informal, bem como um espaço para relatar as violências sofridas em ocasiões de assaltos.

Inserir-se também neste capítulo as principais características apresentadas pelas vozes desta pesquisa sobre a cidade, buscando compreender como, embora aspectos positivos tenham sido ressaltados, as percepções negativas sobressaltam de acordo com o fluir de cada narrativa, com ênfase sobretudo nas questões relacionadas à segurança pública.

O capítulo seguinte apresenta como os casos de assaltos em Fortaleza e o sentimento de insegurança interferem nas suas sociabilidades e na forma como os seus moradores se relacionam com a cidade. O medo é apresentado como uma emoção que se faz presente em diversas interações sociais e observado como elemento incorporado aos aspectos socioculturais do local habitado. Com o auxílio da sociologia e antropologia das emoções, foi desenvolvida uma análise dos medos provenientes das vivências experimentadas dentro do espaço urbano. Foram analisadas também as diversas táticas utilizadas como prevenção contra assaltos.

O quarto capítulo discorre sobre como pessoas que tiveram experiências com assalto apontam o medo como um condutor capaz de modificar comportamentos e gerar ações, e como as singularidades de suas experiências fazem com que esta emoção seja absorvida de formas diferentes por cada um. Neste momento foram priorizados os relatos do crime, observando de que modo eles promovem o compartilhamento do medo. Deu-se atenção também para a cobertura da violência do ambiente urbano através da mídia e das redes sociais.

Por fim, o último capítulo foi dedicado às consequências do medo, observando de que forma ele promove a construção social de territórios estigmatizados, diferenciando locais, modificando a movimentação pela cidade, estimulando a aquisição dos serviços do mercado privado de segurança, que contribui para o estabelecimento da “indústria do medo”. Finalmente, foi analisado de que forma a exacerbação do medo em conjunto com a descrença nas instituições intensificam o desejo do cidadão de se tornar protagonista na efetivação de medidas capazes de neutralizar, coibir ou punir transgressores da lei. O capítulo se encerra com uma discussão sobre os processos de

ressignificação do outro, pensados através de valorações divergentes da vida do "cidadão" e do "bandido".

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Minha primeira inserção no campo da violência enlaçado ao das emoções se deu através do estudo dos homicidas passionais quando, no decorrer da minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Ceará, concluí os trabalhos de finalização dos cursos de graduação e mestrado em Sociologia. As pesquisas discorreram sobre o modo como os discursos do arrebatamento das emoções no momento do crime são utilizados para justificar a efetivação do homicídio.

Após a análise dos dados coletados, o estudo apontou que os crimes passionais são diretamente relacionados a conflitos cotidianos de menor proporção em que emoções como raiva e ciúmes, acumuladas anteriormente, são expressas no momento de concretização do ato. Uma vez que a temática perpassava o conceito de legítima defesa da honra, me interessei em desenvolver uma análise específica ao de legítima defesa na perspectiva da violência urbana, objetivando compreender de que forma vítimas de assaltos reagiram e eliminaram fisicamente os assaltantes alegando a busca por defesa legítima de sua vida.

Inicialmente fui motivada pela busca em compreender as reações aos assaltos que culminaram na eliminação física do criminoso, voltando meu olhar especificamente para o uso do argumento de legítima defesa em associação com o sentimento de medo, entendendo como uma pessoa sem treinamento qualquer na área de segurança reage a uma situação de perigo eminente. No entanto, quanto mais fui refinando meu olhar sobre o campo, compreendi que boa parte da riqueza sobre o assunto estava nos demais cenários em que o medo da situação de assalto é sentido pelos moradores de Fortaleza. Desta forma, a pesquisa passou a incorporar diferentes modalidades em que o medo de assalto se fizesse presente nas práticas sociais dos seus habitantes,

envolvendo uma gama de dados de campo que guiaram para uma percepção mais ampla da violência na cidade, sob a ótica do medo de ser vítima de assalto. As preocupações então passaram de uma análise de um momento específico e suas implicações para a de toda uma conjuntura ao redor do medo e da violência, que constroem novas práticas de sociabilidade e remodelam a paisagem da cidade.

Ademais, surgiram complicações na apuração de dados do campo que motivaram a expandir as dimensões de análise. A priori, busquei civis que em situação de assalto eliminaram fisicamente seu antagonista, mas tais eventos no período do desenvolvimento deste trabalho foram raros e de difícil acesso. As barreiras para encontrá-los foram muitas e intransponíveis, pois envolviam alguns sujeitos que estavam respondendo processo, que mudaram de cidade para esquecer o ocorrido ou mesmo que alegaram não possuir condições psicológicas para discorrerem sobre o tema.

Em um caso específico, não consegui nenhuma informação sobre o paradeiro da pessoa que almejava entrevistar, pois ela sofria constantes ameaças de morte e estava se resguardando da aproximação de todos que não fossem familiares próximos. Na situação vivenciada por ela, o assalto ocorreu com arma de brinquedo e ainda assim sua reação culminou na morte do assaltante, causando comoção na região em que morava, que criticou fortemente o modo como ela havia agido. O medo de sofrer algum tipo de represália a fez romper os laços com o bairro em que morava, além de fazê-la entrar num processo de reclusão.

Os casos que mais envolviam reação a assalto tinham policiais como protagonistas, sobretudo à paisana ou fora do expediente. Durante o período da pesquisa, foram incontáveis casos estampados nas manchetes de jornais locais e de forte repercussão popular. No entanto, não busquei estes personagens pois se tratavam de agentes da lei, treinados para este tipo de situação, ainda que não estivessem exercendo oficialmente a função no momento do ocorrido. Também foram nestas situações em que a maior parte de vítimas de assalto que tentaram uma reação acabaram perdendo a vida.

Pensar a cidade de Fortaleza, seus habitantes e suas dinâmicas se confirmou como uma tarefa que se entrelaça à minha trajetória pessoal. Ser íntima da cidade que se investiga é um constante desafio de estranhamento do familiar, como nos disse Velho (1989). A condição pesquisadora/moradora nos implica a aguçar um olhar diante do que constava como desapercibido, impondo uma postura analítica que abdica da fluidez das situações do cotidiano para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a confecção de um conhecimento científico sobre o medo e a violência, cujo local é carregado de sentimentos e informações já naturalizadas pelo pesquisador, nos coloca em um necessário desconforto para a investigação do familiar, que por muitas vezes se confundem com minha história de vida.

A qualidade de pesquisadora/moradora, embora desafiante, me permitiu conseguir desenvolver tópicos de conversas com os interlocutores com maior familiaridade. Seus olhares, gestos e sons de confirmação em cada sentença esperavam sentir que eu compreenderia tudo que estavam relatando, como se fosse impossível ser habitante desta cidade e pensar diferente do que dissertavam. Esta condição acabou por criar uma atmosfera de confiança por sentirem estar relatando suas observações e vivências para alguém que partilhasse do mesmo conhecimento e experiência. Por outro lado, tive que criar incontáveis estratégias de diálogo que fossem capazes de fazer com que os entrevistados revelassem mais detalhes sobre os assuntos discutidos, pois por deduzirem que a pesquisadora carregava experiências como moradora, esperavam que eu completasse as lacunas de suas respostas sucintas. As reformulações constantes das questões buscaram preencher, desta forma, o que entrevistadora e entrevistado julgavam óbvios.

A estratégia metodológica utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi pautada em uma abordagem essencialmente qualitativa, uma vez que busquei desenvolver um estudo que possibilitasse a elaboração da análise das experiências da violência e do medo de assaltos na cidade em sua complexidade e por isso privilegiando principalmente a compreensão dos dados empíricos como forma de desvendar as diferentes camadas de informações proporcionadas no decorrer do trabalho de campo.

Foram utilizadas no decorrer da pesquisa diversas frentes investigativas. O levantamento de matérias veiculadas nos principais jornais do Estado do Ceará (O Povo, Diário do Nordeste e Tribuna do Ceará) foi a porta de entrada para o contato inicial com o material sobre os casos de assaltos na cidade. Assim como Barreira (2008), percebo que “as notícias nos jornais nos possibilitam montar uma tipologia de práticas violentas e dos conflitos interpessoais”, ou seja, “natureza do conflito, pessoas envolvidas, relações de aproximação, locais e lugares em que ocorrem as práticas, armas utilizadas, etc”.

As notícias nos jornais nos possibilitam montar uma tipologia de práticas violentas e dos conflitos interpessoais com suporte em aspectos diferentes: natureza do conflito, pessoas envolvidas, relações de aproximação, locais e lugares em que ocorrem as práticas, armas utilizadas, etc. É de grande interesse, no curso da observação de situações de conflito difundidas pela imprensa, observar o percurso dos registros jornalísticos em sua curva ascendente, alimentada pelo eixo condutor da chamada opinião pública (BARREIRA, 2008, p. 30).

Foram realizadas pesquisas minuciosas nestes veículos informativos através de seus portais eletrônicos em que, através da ferramenta de busca, localizei matérias que divulgassem dados estatísticos acerca da violência na cidade, bem como notícias que discorressem sobre casos de assaltos efetivados no ambiente urbano fortalezense. Sobre o uso de jornais na Sociologia, lembro as palavras de Martins:

As ciências sociais, e a Sociologia em particular, têm recorrido com frequência à pesquisa de noticiário jornalístico sobre temas específicos. Esse recurso tem preenchido duas funções, ao menos, na investigação sociológica. De um lado, como meio de obter panoramas preliminares sistemáticos sobre o estado da informação comum e corrente a respeito de um tema social determinado. (...) De outro lado, a pesquisa do noticiário em coleções de jornais pode ser a única fonte de informação sobre um tema determinado. (MARTINS, 2015, p.28-29)

Whyte (2005) desenvolveu uma etnografia clássica na área dos estudos urbanos, ao realizar uma pesquisa empírica pautada na observação participante de uma área “pobre e degradada” da cidade de Boston. Os conflitos, as alianças e as mobilidades ocorridas dentro da organização interna de Cornerville trazem à tona uma sociedade que se organiza mediante um caos

aparente. O papel de Whyte enquanto morador e “personagem” local dão significado à cultura da periferia de Chicago e chama atenção para um ponto que acho fundamental na elaboração de uma pesquisa socioantropológica: a compreensão da realidade local a partir das pessoas que a vivenciam. Se, para o resto da cidade de Boston, Cornerville era representada por índices de violência, corrupção e manchetes de jornal, Whyte demonstrou as relações de moralidade, hierarquia, competição, respeito e amizades ordenadas dentro daquele “saber local”, mostrando que é necessário ultrapassar a barreira dos dados publicados nas matérias jornalísticas e buscar o aprofundamento do conhecimento sobre quem são realmente os agentes da pesquisa.

O jornal concentra-se na crise - no evento espetacular. Numa crise, o “peixe graúdo” torna-se propriedade pública, é destacado da sociedade na qual atua e julgado segundo padrões diferentes daqueles de seu próprio grupo. Esta pode ser a maneira mais eficaz de processar o criminoso, porém não é um modo de entendê-lo. Para isso, o indivíduo deve ser devolvido ao seu contexto social e observado em suas atitudes rotineiras. Para compreender o evento espetacular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana. (WHYTE, 2005, p. 20).

Aproximo-me desta perspectiva quando observo meu objeto de análise a partir de notícias estampadas em jornais e portais de notícias e nas estatísticas da violência, sempre atualizadas e anunciadas em tom de alarde. Como Whyte nos faz refletir, as ciências humanas devem ter como preceito científico o desenvolvimento de um quadro em que os seres humanos sejam postos sobre a luz do conhecimento. Devemos, assim, aproximarmo-nos das pessoas e de suas realidades para que possamos sair do senso comum daquele que observa de longe a realidade do outro.

Especificamente sobre estas notícias foram observados diferentes tipos de casos: os de caráter especificamente diretos e informativos, que agregavam dados como “onde” e “como” ocorreram os assaltos; os que houveram reações e a vítima acabou sendo lesionada ou morta; os que as vítimas reagiram e tenham conseguido se desvencilhar da situação, agredindo ou matando o assaltante.

As notícias de jornais *online* ainda forneceram outra gama de dados de extrema relevância para esta pesquisa, que são os espaços para comentários dos leitores. Tratam-se de comentários feitos espontaneamente, em que as pessoas expressam suas opiniões sobre as matérias sem serem responsabilizadas por sua fala, uma vez que os perfis cadastrados para comentários não necessariamente pertencem a quem os fez. Além disso, estes espaços concedidos pelos veículos *online* permitem interações entre os leitores, o que muitas vezes faz com que surjam debates entre eles, dando acesso público às opiniões que vão sendo emitidas e construídas de acordo com as falas do outro. Uma notícia que fala de assalto, por exemplo, traz à tona debates sobre porte de arma, legítima defesa, maioria penal ou pena de morte.

O jornal publica o evento de uma forma que o desloca da realidade. Ele se torna interessante para coletar informações mediante a facilidade de torná-las públicas, mas para compreender o fenômeno do medo de assaltos e da violência no contexto de Fortaleza, se fez necessário complementar com outras técnicas metodológicas para suprir a busca por respostas às seguintes perguntas: Quem são estas pessoas? Como a violência se expressa em suas vidas cotidianamente? De que modo elas se sentem protegidas pelo Estado? Uma aproximação destas pessoas se fez necessário para produzir um olhar aprofundado e específico, indo além das crises estampadas nos jornais e dos comentários de caracteres limitados que lá são expostos. Mediante essa necessidade, as redes sociais e, posteriormente as entrevistas face a face foram fundamentais para que o arcabouço metodológico fosse complementado.

Segundo Brum (2015), as redes sociais evidenciaram a crueldade humana na medida em que dá voz e sensação de liberdade aos indivíduos, que passam a expressar deliberadamente aquilo que pensam, sendo capazes de dizerem coisas aterrorizantes para o outro sob a sensação de que estão resguardados, podendo revelar elementos subjetivos antes reprimidos.

Braga (2006) discute novas maneiras de interpretar o crescente uso da tecnologia utilizada pelas pessoas na vida cotidiana, construindo identidades e partilhando sentidos. A autora afirma que a comunicação mediada por

computador (CMC) é uma estratégia não herdada, mas adquirida por apropriação e adaptação de regras já estabelecidas de outros contextos relacionais. Desta forma, ela afirma que é a participação, mesmo que invisível (*lurking*), que irá viabilizar a apreensão de aspectos daquela cultura, propiciando a elaboração de uma descrição densa para a compreensão dos significados compartilhados por seus membros. Adotando esta perspectiva, fiz buscas através dos meus perfis pessoais nas redes como *Facebook*, buscando temas específicos com palavras-chaves, resultando em incontáveis *posts* sobre experiências com assaltos, quase assaltos, indignação com a segurança pública, com relatos minuciosos sobre cada detalhe das situações vividas ou mesmo desabafos sucintos.

Acompanhar debates em grupos do *Facebook* que discutiam medo e violência em Fortaleza surgiu como caminho natural no andamento da pesquisa. Estas páginas, além de discutirem sobre a questão da violência na cidade, ou mesmo dando espaço para somente desabafos indignados, também continham publicações sobre patrimônios roubados que buscavam, através do compartilhamento desta informação, uma possibilidade de resgatar seu bem perdido. Nelas continham a foto do objeto (veículos eram os mais comuns), o local e horário do roubo e o contato do dono para qualquer informação, possibilitando um olhar que eu só poderia enxergar pelos caminhos virtuais.

As postagens coletadas no decorrer da pesquisa davam uma dimensão geral dos sentidos intersubjetivos partilhados, uma visão abrangente e detalhada do que os moradores de Fortaleza compreendem sobre a realidade de sua cidade, expondo seus olhares multifacetados e possibilitando uma análise da criminalidade e de seus processamentos sociais.

Foram realizadas 30 entrevistas com homens e mulheres habitantes de Fortaleza⁴. A escolha dos participantes foi desenvolvida através de um sistema de redes, em que um entrevistado indicava outro participante para ser entrevistado, assim como fez Sposito (2013). Este método me permitiu uma

⁴ Sendo 14 homens e 16 mulheres. Ao todo foram entrevistados moradores de cinco bairros: Mondubim, Jóquei Clube, Maraponga, Cidade dos Funcionários e Aldeota.

aproximação mais eficiente e reduziu as probabilidades de recusa. Ao escolher o sistema de redes, o contato inicial com os entrevistados não partia da pesquisadora, mas sim de uma pessoa que já havia passado pela condição de ser entrevistado. Desse modo, a primeira apresentação sobre o assunto da pesquisa e o modo como a entrevista era desenvolvida eram oferecidos através da figura de amigos, parentes, colegas de trabalho, vizinhos e não por meio da imagem de uma pesquisadora “estranha aos olhos”.

A fala de meus interlocutores sobre a pesquisa por mim realizada oferecia a eles um empoderamento em relação ao trabalho. Havia a percepção de que eles não ocupavam apenas uma condição passiva, mas eram também agentes detentores de certa autonomia, afinal, eram suas falas sobre a investigação que me aproximavam do entrevistado seguinte e assim por diante.

Entretanto, o uso da fala de meus interlocutores como método de aproximação com outro entrevistado servia apenas como processo inicial de contato e não excluía minha responsabilidade enquanto pesquisadora de apresentar meu objeto, delimitar meus objetivos e fazer daquela experiência um momento interessante não apenas para mim, mas também para o participante.

Ao conversar com meus entrevistados, fui surpreendida pela disponibilidade que eles me ofereciam. Falar sobre suas experiências de medo e violência na cidade enquanto moradores de Fortaleza não parecia ser uma tarefa ingrata. Havia a indicação de que o momento da entrevista era apropriado como um momento de desabafo, de querer se fazer ouvido e muitos fizeram de suas falas uma possibilidade de expor suas insatisfações acerca do distanciamento do poder público em relação à população.

Outro recurso utilizado no desenvolvimento do trabalho de campo foi a aproximação por empatia. Como moradora da cidade, também possuo um acervo próprio de histórias e vivências de medo em Fortaleza. Expor meus relatos gerava conexões e associações que pareciam amenizar a relação de desigualdade entre pesquisador e pesquisado, gerando uma aproximação bilateral. Assim, relatos de situações de assaltos conhecidas e/ou vivenciadas pela pesquisadora se apresentavam como uma forma de conexão com os

participantes, que se reconheciam (ou não) em minhas experiências e histórias e reformulavam ou acrescentavam informações às suas falas. Esta interação, ainda que permeada por uma camada de espontaneidade, era mediada como método de aproximação, não interferindo negativamente na metodologia desenvolvida.

A proposta metodológica utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi pautada em uma abordagem essencialmente qualitativa, uma vez que é necessária uma percepção mais aprofundada dos sentimentos daqueles que vivenciam o medo de assaltos, agregando ao objeto da pesquisa uma maior complexidade. Sabendo que a temática analisada é impregnada pela particularidade do sujeito, ou seja, pertencendo a sua intimidade (BOURDIEU, 1996), utilizei o roteiro de entrevista como um auxiliar capaz de guiar na coleta e orientação dos dados, mas favoreci o tom de conversa.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca. (...) Na pesquisa deve-se “compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras”. (BOURDIEU, 1996, p.695).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 1991, p. 154) que tiveram o auxílio de três roteiros de entrevistas. Como a pesquisa tem o objetivo de constituir uma percepção do imaginário do medo a partir de diferentes situações de violência na cidade, foram elaborados três roteiros de entrevistas: um específico para aqueles que nunca passaram por situações de assaltos, um para os que já vivenciaram situações de assaltos mas que não reagiram e um para os que foram assaltados e reagiram ao assalto. A utilização dos roteiros permitiu que a pesquisadora permanecesse atenta aos objetivos da pesquisa, além de favorecer a coleta de informações básicas comuns a todos os entrevistados.

Além de um conteúdo específico voltado para a coleta de dados referentes ao medo de assaltos, haviam perguntas voltadas para características gerais capazes de localizar os entrevistados na cidade (idade, profissão, tempo

de residência na cidade, bairros de moradia, qualidades positivas e negativas da cidade, testemunho de situações de violência na cidade, relação entre o medo de situações de assaltos e as relações pessoais, satisfação com a segurança pública da cidade, associação entre mídia e violência e expectativas e desejos para a cidade). A elaboração de um roteiro mais amplo teve a finalidade de gerar uma aproximação maior com meus interlocutores, estabelecendo formas de percepção da cidade que não fosse unicamente voltada para seus relatos de violência. Perguntar sobre características positivas da cidade ou quais os desejos que eles gostariam de ver realizados eram formas de desviar o entrevistado da armadilha de responder apenas o que ele achava que a pesquisadora gostaria de escutar.

As recordações dos entrevistados acerca de uma Fortaleza de suas infâncias surgiam espontaneamente em suas narrativas, sempre para ilustrar e comparar com o ambiente violento do presente. Assim como Baierl (2004) percebeu em suas entrevistas, as narrativas sobre o passado soavam de forma “mais tranquila”, com a descrição de personagens e locais mais ricos em detalhes. Conforme as histórias eram trazidas para os tempos atuais, a mudança do tom de voz era nítida: por vezes, uma presença forte exclamava indignações; por outras, diminuía, “como se fossemos ouvir segredos jamais revelados”.

Sabendo que as experiências relatadas se referiam a situações de conflito e violência, optei por uma abordagem que respeitou o ritmo orientado pelo entrevistado, possibilitando que eles relatassem suas experiências de assaltos de um modo mais aberto, priorizando a construção de um ambiente mais informal. É necessário considerar que, mais do que apenas as palavras, também foi observado os silêncios, os olhares, o não-dito, pois compreendo que estes também são elementos repletos de significados, como diz Sá (2012):

(...) a violência é narrável até certo ponto. Há do ponto de vista intersubjetivo uma dificuldade de elaboração das bases narráveis dos eventos de violência. Alguns elementos da violência vivida e sentida, sofrida e praticada são inenarráveis ou simplesmente não-narráveis, pertencem ao solo de práticas não-discursivas que embasam os discursos escorregadios dos atores sociais. (SÁ, 2012, p.110).

Por fim, lembro de Benevides (1999) quando diz que não são apenas perguntas bem formuladas e embasadas teoricamente que irão indicar o bom desenvolvimento de um método científico, mas a capacidade de observar e compreender o campo, com suas surpresas e peculiaridades, que irão determinar o sucesso da investigação.

2 “ENTREI PARA AS ESTATÍSTICAS”: VIOLÊNCIA E ASSALTO EM FORTALEZA

Descrever Fortaleza pode ser uma tarefa difícil. Afinal, trata-se de uma cidade grande, que nos proporciona diferentes campos de visões, paisagens e realidades. Posso iniciar discorrendo sobre as belezas e encantos da Praia de Iracema, sobre como o pôr do sol visto da "Ponte Metálica" é lindamente alaranjado e que o som das ondas indo de encontro à costa é um deleite para aqueles que param para apreciar o momento.

O que falar então do centro da cidade? Lugar de comércio, de pessoas andando apressadas e outras nem tanto. Local em que caos e organização se encontram, aonde se vai para "resolver negócios", mas que também serve como palco para tantos artistas que geram entretenimento e despertam curiosidade aos que por ali transitam. O centro é um lugar quente, mas que tem nas sombras da Praça do Ferreira um “oásis” aos que buscam descansar sentindo a brisa que venceu a resistência dos prédios e encontrou seu caminho pelas ruas que levam à praça.

Poderia também voltar meu olhar para os bairros mais afastados do centro da cidade e ilustrar minha narração com o barulho das crianças voltando das escolas rumo às suas casas em grupos, brincando e fazendo algazarras, ou talvez falar da movimentação constante dos campos improvisados de futebol que encontramos tão facilmente em tantos bairros periféricos, dos pequenos comércios que de tudo vendem um pouco e que conhecem seus fregueses pelos nomes e ainda acreditam na venda como uma relação de proximidade e confiança.

Ao descrever Fortaleza assim, talvez pareça que estou falando de um município acolhedor, ou mesmo pequeno. Essa impressão também é espalhada por seus moradores. Tanto que é comum escutá-los dizer que Fortaleza é "um ovo" e que em todo lugar haverá pelo menos um conhecido. Se vista por essa perspectiva, ela pode até nos enganar. Mas a verdade é que Fortaleza é imensa, é plural.

Na memória daqueles que têm o peso das décadas acumulados em seus ombros, existe a história de uma Fortaleza permeada de leveza. Em suas ruas, gente. A cada fim de tarde, conversas animadas entre amigos e familiares nas calçadas dos bairros, que agitavam e alegravam os dias. As ruas vibravam e nelas menos carros e mais transeuntes. Percorrer a pé os caminhos da cidade era mais do que apenas um meio de se transportar, mas uma forma de reforçar os laços afetivos diariamente lubrificadas pelas conversas e trocas de experiências que iam surgindo a cada esquina. Nos relatos dos mais antigos, menos medos citadinos e mais liberdade, como Barreira (2011) aponta:

Imagine Fortaleza de alguns anos atrás. Conversando com pessoas de outras gerações escutaremos relatos sobre caminhadas, idas ao centro da cidade e tantas outras práticas que faziam parte do viver coletivo e cotidiano. Os usos de certos espaços eram comuns e vividos como parte de um ritual urbano: o cinema, as praças, o comércio etc. O medo também existia, mas sem fisionomia precisa. Sabia-se quais eram os caminhos perigosos e os horários onde o fluxo da cidade, mais intenso criava uma espécie de proteção coletiva. (BARREIRA, 2011, p.89).

Os relatos dessa Fortaleza com ares de pacificidade podem facilmente ser detectados nas falas de um avô, de uma tia ou de tantos idosos que se utilizam da exposição das falas do passado para rememorar os tempos de outrora. É o que podemos observar também na matéria veiculada no Jornal *Tribuna do Ceará*, quando uma entrevistada relata justamente essa vivência.

Hoje, todo mundo que quer arrodar o quarteirão tem que pegar o carro [em Fortaleza], (...) A gente morava na [Avenida] Monsenhor Tabosa. Ia todo mundo a pé para os clubes, voltava na hora que as padarias faziam pão, de manhã. Todo mundo ia e voltava a pé. Para o colégio íamos a pé. Não tinha problema. Acho que a gente não tem mais essa liberdade de andar, a gente tem que dar uma caminhada na Beira-Mar bem cedo e é com medo de assalto. (Regina, 62 anos. APUD Jornal Tribuna do Ceará, 12/04/2013. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/fortaleza/fortaleza-cidade-fantasma/>. Acesso: 15/07/2018).

Dessa forma, alguém que viveu na Fortaleza de um passado não tão distante, tem em sua memória, a recordação das histórias vividas, hoje tão longínquas da realidade daqueles que hoje nela moram. Trata-se de um cenário

ilustrado por muros altos⁵, grades, ruas que se calam mediante a presença da noite. Para além da diferença de percepção do idoso e do jovem, a realidade vivida por cada um de seus habitantes traz à tona um novo olhar sobre a cidade, afinal de contas, trata-se de uma cidade plural e cheia de contrastes.

Localizada no 8º Estado mais populoso do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 Fortaleza contava com 2.452.185 habitantes e atualmente estima-se que esse valor tenha se aproximado dos 3.000.000, com 2.627.482 de pessoas espalhadas em seus 314.930 km² de extensão territorial, sendo a quinta cidade mais populosa do Brasil.

O número de habitantes faz de Fortaleza um grande centro urbano, mas não a deixa escapar de uma realidade de desigualdade, uma vez que está situada no 7º Estado mais desigual do Brasil⁶. Morar em Fortaleza é estar envolto por um cenário que nos permite observar, muitas vezes, riqueza e pobreza fisicamente próximas, quase em regime de coabitação, mas socialmente distantes. Basta percorrer a orla para nos depararmos com hotéis e condomínios de luxo, refúgios dos mais abastados, e perceber que comumente estão alocados a poucos metros de distância de casas populares, por exemplo.

Outro exemplo bastante perceptível pode ser observado no bairro mais nobre da cidade, o Meireles. Trata-se de uma região com alta concentração de prédios elitizados e refúgio de uma grande parcela de moradores dispostos a pagar um alto valor por uma metragem de apartamento. Próximo ao litoral, com vista privilegiada do alto dos arranha-céus e perto de todas as comodidades que a vida urbana proporciona, o bairro poderia estar distante de todo e qualquer contato com a desigualdade social, mas a realidade é que basta desviar o olhar do topo dos prédios e baixar o campo de visão para o solo que seremos capazes

⁵ A modificação do espaço social, bem como a elaboração de técnicas em prol da segurança privada, serão melhor desenvolvidos no capítulo IV.

⁶ Fonte:Jornal O Povo. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/ceara-e-o-7-estado-mais-desigual-do-brasil.html> Acesso: 12 de Abr. 2018.

de ver casebres que se aglomeram em torno dos edifícios, forçando uma coabitação e destoando da imagem de bairro de elite que ele transmite.

Tamanha disparidade observada na cidade pode ser melhor ilustrada quando se analisa que este mesmo Meireles possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,94, semelhante ao da Noruega⁷, e outros 72 bairros, como o Cristo Redentor e Curió, por exemplo, tenham um índice tão baixo que não chegam a alcançar o país com o pior indicador de IDH do globo, ou seja, menor de 0,33.

O contraste entre os indicativos dos bairros reflete a realidade de um centro urbano permeado por desigualdades. Apenas dez bairros concentram 26% da renda da cidade⁸, enquanto que o mesmo valor só consegue ser obtido mediante a soma de 44 bairros de menor renda. De acordo com esse dado, em 2012, apenas 7% da população era responsável por deter 26% da renda pessoal total da cidade. Dentre os 10 bairros mais ricos, o Meireles apareceu na primeira posição com renda média de R\$ 3.6059,54, seguido do Guararapes e do Cocó, R\$ 3.488,25 e R\$ 3.295,32, respectivamente. Dentro de um contexto de tamanha disparidade, Fortaleza ganhou, em 2011, o título de quinta cidade mais desigual do mundo de acordo com os dados reportados pelas Nações Unidas através do State of the World Cities.

Quando analisada através de números, outros índices começam a chamar a atenção. Fortaleza tem aparecido na lista de cidades mais violentas do mundo elencadas pela Organização Não Governamental Mexicana "Seguridad, Justicia y Paz", que monitora os índices de homicídios em diferentes países do mundo. No ano de 2013, a cidade foi apontada como a sétima mais violenta do mundo⁹ e como a cidade mais violenta do Brasil, com um índice de 72,81 mortes

⁷ Fonte: Jornal Tribuna do Ceará. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/mais-da-metade-dos-bairros-de-fortaleza-tem-idh-inferior-ao-do-pais-mais-pobre-do-mundo/>> Acesso: 15 Out. 2015.

⁸ Fonte: Jornal Tribuna do Ceará. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/fortaleza/renda-dos-10-bairros-mais-ricos-de-fortaleza-e-igual-a-dos-44-bairros-mais-pobres/> Acesso: 20 Out. 2017.

⁹ San Pedro Sula, em Honduras ficou em primeiro lugar no ranking, com um índice de 187,14 homicídios para um grupo de 100 mil habitantes. Já Caracas, capital da Venezuela, assumiu o segundo lugar, com uma taxa de 134,36 homicídios. Ainda nesse ano o Brasil se destacou como

violentas a cada 100 mil habitantes. Nos anos posteriores¹⁰, Fortaleza seguiu aparecendo no ranking, ficando em 8º lugar em 2014, 12º em 2015, 35º em 2016.

Em 2017 Fortaleza voltou a figurar como a 7º cidade mais violenta do mundo e como a segunda mais violenta do Brasil, com um índice de 83,48 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Segundo a instituição, em 2016 foram contabilizadas 1.808 mortes violentas em Fortaleza, enquanto que em 2017 esse número saltou para 3.270 homicídios, aumento de 85,59% em um ano¹¹.

Os dados oficiais coletados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSPDS-CE) são ainda extensos e afirmam que foram pelo menos 5.133¹² mortes violentas (numa somatória que agrega crimes de homicídio doloso/feminicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio) registradas em Fortaleza em 2017, acrescidas 38 mortes ocorridas em unidades prisionais e 161 que foram classificadas como decorrentes de intervenção policial.

Tabela: Número de vítimas no Ceará em 2017

Mês	CVLI	Ocorrido em Unidade Prisional	Intervenção Policial*
Janeiro	349	3	12
Fevereiro	269	0	6
Março	358	0	7
Abril	378	1	22
Maio	471	1	12
Junho	474	1	16
Julho	474	6	23
Agosto	460	6	14
Setembro	460	2	11
Outubro	516	10	14
Novembro	470	5	11
Dezembro	454	3	13
Total	5.133	38	161

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS

*As mortes decorrentes de Intervenção Policial não são consideradas como intencionais, pois possuem excludente de ilicitude.

o país com maior índice de cidades a aparecerem no ranking das 50 cidades mais violentas, com 16 cidades.

¹⁰ Fonte: www.seguridadjusticiaypaz.org> Acesso: 30 Jan. 20018.

¹¹ Fonte: <https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/ranking-de-ciudades-2017>

¹² Dado publicado oficialmente na página da SSPDS-CE. Disponível: http://sistemas.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD¶metros=5632&extFile=PDF Acesso: 30 Jan. 2018.

Em 2018, entre os meses de janeiro e junho, o número de mortes violentas já chegou a 2.380, somando ainda 28 casos em unidades prisionais e 119 em consequência de intervenção policial, uma média de 421 mortes por mês.

Tabela: Número de vítimas no Ceará em 2018

Mês	CVLI	Ocorrido em Unidade Prisional	Intervenção Policial*
Janeiro	482	14	25
Fevereiro	361	1	23
Março	414	4	17
Abril	367	2	23
Maio	372	2	20
Junho	384	5	11
Julho	-	-	-
Agosto	-	-	-
Setembro	-	-	-
Outubro	-	-	-
Novembro	-	-	-
Dezembro	-	-	-
Total	2.380	28	119

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS

*As mortes decorrentes de Intervenção Policial não são consideradas como intencionais, pois possuem excludente de ilicitude.

No que se refere a assaltos, no ano de 2017 foram registrados 63.203 casos¹³, o que deixou Fortaleza com uma média de aproximadamente 5.266 assaltos por mês. Em 2018, de janeiro a junho, já foram computadas 28.080 ocorrências, o que nos dá uma média de aproximadamente 4,680 casos por mês de roubos registrados oficialmente.

Tabela: Número de ocorrências de CVP-1 no Ceará em 2018

Mês	Quantidade
Janeiro	4.544
Fevereiro	4.254
Março	4.737
Abril	4.763
Maio	5.083
Junho	4.699
Julho	-
Agosto	-
Setembro	-
Outubro	-
Novembro	-
Dezembro	-
Total	28.080

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS

*CVP 1 - ROUBO À PESSOA, ROUBO DE DOCUMENTOS E OUTROS ROUBOS QUE NÃO ESTÃO INCLuíDOS NO CVP 2

¹³ Dado publicado oficialmente pela SSPDS-CE. Disponível: http://sistemas.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD¶metros=5634&extFile=pdf Acesso: 30 Jan. 2018.

É preciso ressaltar que a realidade violenta de Fortaleza está situada no contexto igualmente violento de seu Estado. No Ceará, entre os anos de 1998 a 2017, os números de assassinatos passaram de 941 para 5.133¹⁴, um crescimento de 545% de mortes. Se no final dos anos 90 eram registrados 2,5 homicídios por dia em território cearense, em 2017 esse número alcançou a média de 14 assassinatos diários. O mês de outubro de 2017 se destacou como o mais violento da história, com uma somatória de 516 mortes por homicídio.

Os dados da violência no Ceará e em Fortaleza impressionam. A ampla divulgação de matérias que têm como finalidade expor os números da criminalidade contribuem com a sensação de que se antes haviam ruas a serem evitadas, bairros perigosos e pessoas cuja aparência evocava o medo, atualmente há a sensação de que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode ser a próxima vítima da violência.

Sobre isto, Barreira (2013) demonstra que a violência é um fenômeno multidimensional, em que o aumento da criminalidade, juntamente com a “cultura do medo”, produz o que ele chama de violência difusa, ou seja, aquela que pode atingir suas vítimas independente de classe, gênero, cor, etc. Trata-se de uma violência que pode alcançar qualquer um. Entretanto, ainda que o autor reconheça a vulnerabilidade da violência na cidade através da violência difusa, ele não nega a existência de “vítimas e lugares preferenciais” de práticas violentas.

Neste sentido, a violência difusa não é apresentada em contraposição à violência que têm nomes de bairros definidos ou vítimas preferenciais (jovem, negro, pobre), mas sim como um complemento a esta situação de insegurança. Ela traz a ideia de que ainda que se evitem os lugares perigosos, não se enquadre na ideia de vítima preferencial (jovem, branco, rico) e que se tomem medidas de segurança, a possibilidade de ser vítima de violência permanece. Trata-se de uma violência que não define um rosto ou um local, mas que pode atingir a todos. Como diz o autor,

¹⁴ Fonte: Jornal Tribuna do Ceará. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/numero-de-homicidios-no-ceara-saltou-545-nos-ultimos-20-anos/> Acesso: 28 Jan. 2018.

O difuso relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversas situações sociais. O senso comum é perspicaz e irônico, quando propala este lado “democrático” da violência. (BARREIRA, 2013, p.225).

Em um cenário em que os dados da violência são amplamente divulgados e que a sensação de insegurança é generalizada, causando em seus moradores o medo de poder serem vítimas de práticas violentas difusas, leva ao questionamento de que forma a ferramenta mais tradicional de reporte de crimes, o Boletim de Ocorrência, pode ser utilizada para se ter uma melhor compreensão do cenário violento da cidade? O B.O. continua sendo um instrumento capaz de proporcionar uma visibilidade dessa insegurança para o poder público?

2.1 “Fazer B.O. não dá em nada”

Os números apresentados pelos órgãos do governo nos dão um norte da realidade enfrentada por aqueles que moram em Fortaleza, mas não são capazes de gerar o real cenário da violência na cidade, uma vez que a amplitude dos dados é permeada por subnotificações (LIMA, 2014), ou seja, casos em que um evento de característica criminal não é comunicado às autoridades policiais, não sendo computado e não aparecendo nos dados oficiais publicados. São as chamadas cifras ocultas ou *dark numbers*.

Paixão (1983:18) pondera que as estatísticas oficiais apenas trabalham com o que ele denomina de crimes oficialmente detectáveis. Haveria assim, uma gama de crimes não detectados pelos meios oficiais, o que proporcionaria uma parcela de criminalidade desconhecida aos olhos das autoridades, ou “violência encoberta”, como nos diz Coelho (2005).

A ocultação do delito pode variar inclusive em decorrência da própria burocracia inerente aos órgãos responsáveis, uma vez que “nem todo delito cometido é perseguido; nem todo delito perseguido é registrado; nem todo delito registrado é averiguado pela polícia; nem todo delito averiguado é denunciado; nem toda denúncia é recebida; nem todo recebimento termina em condenação”

(ANDRADE, 2003, p. 262-263). Ou seja, ainda que a vítima se disponha a relatar o crime sofrido às autoridades, não há garantias de que o delito será criminalizado uma vez que o próprio processo de criminalização está sujeito a criar cifras ocultas. (MANDARINO, BRAGA E ROSA, 2017).

Para além do processo burocrático em si, Mandarino, Braga e Rosa, (2017) ponderam outras questões que favorecem o processo de elaboração de cifras ocultas e que devem ser levadas em consideração, como por exemplo: a crença social da eficiência da polícia e do sistema judicial; o valor do montante financeiro subtraído no crime e se ele possui ou não seguro, o fato do delito implicar numa situação socialmente constrangedora para a vítima (como estupro, por exemplo), grau de proximidade entre agressor e vítima ou mesmo o fato da vítima ter passagem na polícia.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), os crimes contra o patrimônio aparecem como os delitos com maior índice de notificações formalizadas à polícia, uma vez que 90% dos pesquisados apontaram ter reportado às autoridades o roubo de carros e 80,7% notificam roubo de moto. Já em relação aos furtos de motocicletas e de automóveis, o percentual é de 70,3% e 69,5%, respectivamente. O alto índice de notificações foi incentivado, majoritariamente, pela esperança de recuperação do bem perdido ou um meio oficial para acionar o seguro do patrimônio roubado/furtado.

A pesquisa também indica que as menores taxas de notificação são as de vítimas de discriminação (2,1%), ofensa sexual (7,5%), fraudes (11,6%), agressões (17,2%) e furtos de objetos (22,6%). No que se refere ao roubo de objetos, dentre os entrevistados que afirmaram reportar o crime, a maior motivação é o desejo de recuperar o bem perdido (36,6%), seguido da crença em reportar o crime às autoridades (24,1%), da necessidade de ter o boletim de ocorrência para fins burocráticos (26,3%). A expectativa de que o criminoso seja capturado e punido aparece apenas em quarto lugar, com (21,2%). As principais motivações, nesse sentido, revelam que as vítimas demonstram mais interesse em recuperar o objeto perdido ou em reportar o

ocorrido apenas como ferramenta de registro ou como meio de se resguardar (no caso de roubo de documentos) ou para acionar seguros, por exemplo.

Os dados reportados pela Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) corroboram com a fala de meus interlocutores que vivenciaram situações de assaltos em Fortaleza. Dentre os que efetivaram o Boletim de Ocorrência (B.O.), mais do que o desejo ou esperança de que o criminoso fosse preso, o B.O. foi descrito como uma obrigação civil, no sentido de reportar às autoridades e à sociedade o ocorrido, na certeza de que o registro auxilia na elaboração dos dados oficiais, conseqüentemente, ajuda no mapeamento do crime. Nesse sentido, os entrevistados demonstraram acreditar que a notificação é um dever do cidadão, que deve trabalhar em conjunto com a polícia para que esta possa ter uma melhor percepção dos delitos ocorridos na cidade.

Primeiro, é tipo aquela coisa. Como eu *tava* de frente pra minha casa eu acabei entrando no meu vizinho. Dei um certo tempo, porque eu não sabia se eles ainda estavam próximos do local. Depois voltei pra casa, relatei a minha mãe o que tinha acontecido. E aí, no caso, depois foi aquela coisa, a sensação de raiva, de um pouco de tristeza porque a gente acha que nunca vai acontecer e aconteceu. Depois a gente foi tomar as atitudes legais né, em relação a registrar um boletim de ocorrência, informar a perca. Eu não perdi documento, no caso, a preocupação era em relatar estatisticamente a questão do assalto. (Breno¹⁵, 29 anos. Fisioterapeuta).

O relato de Breno reforça a efetivação do B.O. enquanto uma ação que tem como objetivo principal converter o assalto sofrido em dado estatístico. Dessa forma, ainda que ele não tenha a motivação de registrar o roubo com o objetivo de dar entrada em segunda via de documentos, ele se sentiu na obrigação de pouco tempo após o ocorrido, ir à delegacia mais próxima para realizar o boletim.

Nas redes sociais, também é possível encontrar manifestações a favor da efetivação do Boletim de Ocorrência como uma forma de oficializar o crime, deixando as autoridades cientes não apenas do delito em si, mas de todos os aspectos envolvidos no momento do crime.

¹⁵ Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, os nomes adotados nesta tese são fictícios.

Pessoal, vários/as amigos/as e conhecidos/as que foram furtados/as e assaltados/as não estão fazendo "boletim de ocorrência". Tá errado. Façam! Tem que fazer para evitar mais problemas futuros. É um saco, eu sei, mas tem que fazer.



outras 45 pessoas

3 comentários



Curtir



Comentar

Pode ser feito até pela Internet agora.

O Boletim de Ocorrência é percebido por muitos como uma ferramenta para se resguardar, principalmente em casos em que cartões e documentos foram roubados/furtados. Entretanto, mesmo aqueles que defendem a sua efetivação, reforçam a ideia de que o processo é desgastante, ainda que necessário.

Muito embora, como indicado no comentário acima, o B.O. possa ser realizado *online*, sem uma orientação a vítima pode se sentir insegura sem saber ao certo como preencher os dados, visto que o procedimento possui muitas informações técnicas e é pouco intuitivo. Acrescenta-se ainda o fato de que muitas pessoas desconhecem a opção *online* do B.O. e que em diversos relatos o sistema não está disponível para utilização.

Quando realizado nas delegacias é comum observarmos que muitos dos que buscam este serviço reclamam da demora no atendimento e da falta de estrutura de muitas unidades em que a demanda de vítimas é maior que o efetivo que trabalha no local, resultando em um processo lento e enfadonho. Assim, quando se trata de um processo necessário para recuperação de algum documento, ou de dar entrada em seguradoras, no caso de veículos, principalmente, ainda existe uma sujeição à espera prolongada ou uma nova ida em outra data menos movimentada.

Ra

7 de dezembro de 2012 - 🌐

fui fazer o BO na delegacia.. mas tava naque preço.. lotaaada.. éh o jeito amanhã madrugar la...

Ao se tratar de processos em que o único objetivo da realização do B.O. é registrar oficialmente o assalto, este cenário não incentiva à vítima de fazer o registro ou ocasiona a desistência dos que se dispõem fazê-lo. Além de ser considerado um processo desgastante, outra motivação percebida apresentada pelos entrevistados para a não realização do Boletim de Ocorrência é a descrença de que ele fará diferença na recuperação de seu bem perdido, principalmente quando se trata de um objeto de menor valor.

Liguei pra polícia. Pra variar o cara chegou tipo 20 minutos depois e tal. Colheu algumas informações, dizendo ele que sabia quem era o assaltante que estava roubando. Esse mesmo pessoal estava roubando na Maraponga e tal. Que esse mesmo cara tinha assaltado um colega meu, tipo, três dias antes. Esses mesmo dois indivíduos aí roubaram um colega meu. E estavam assaltando lá pela Maraponga lá. [...] A impunidade é como todo mundo sente, acho que você pega e fica naquela: “ah, vou abrir BO, não vai dar em nada, eles não vão atrás”... Eu penso que eles não estão nem aí... (Filho, 30 anos. Estagiário em informática).

O relato de assalto de Filho chama atenção para sua insatisfação com a ação policial, destacando a lentidão do processo. Segundo ele, entre iniciar um chamado solicitando a presença da polícia e a sua chegada houve um período de espera de aproximadamente 20 minutos. Quando Filho diz a expressão “pra variar” antes de especificar o tempo em que aguardou a chegada dos policiais, ele demonstra não apenas uma insatisfação pela demora, mas uma descrença na agilidade da polícia, como se a falta de eficácia fosse algo a ser esperado em situações como a relatada por ele.

Além de sua clara insatisfação com o serviço policial, a voz de Filho expressava certa indignação com a informação de que os assaltantes que lhe abordaram já atuavam na região, fazendo outras vítimas, uma delas seu amigo, e eram figuras conhecidas dos policiais. Uma vez que ele foi informado de que a polícia já tinha ciência de quem eram os assaltantes e eles não haviam sido detidos, Filho se sentiu duplamente vítima, primeiro pelos assaltantes, depois pelo que considera impunidade por parte das autoridades. Sem a esperança de recuperar seus pertences ou de ver os criminosos autuados, ele questiona a necessidade de dar entrada em um Boletim de Ocorrência.

Filho também demonstrou acreditar que o papel da polícia fica restrito a tomar o depoimento da vítima, e diz, se referindo aos policiais: “Eles não vão nem atrás. Nunca vão. Não conheço um caso que a pessoa é assaltada e os caras irem atrás não... Me deram apoio moral? Me deram. Ficaram batendo no meu ombro dizendo: ‘É cara, é foda’... [risos]”. Em sua perspectiva, a atuação dos policiais é limitada ao que ele define como “apoio moral”, ou seja, em confortar a vítima, mas sem oferecer nenhuma possibilidade concreta de resolução do crime ou de recuperação de bens.

Outros entrevistados, entretanto, justificaram não reportarem o B.O. por motivos outros que não apenas a polícia ou o sentimento de impunidade. O estado emocional da vítima, momentos após a experiência do assalto, também foi apontado como fator capaz de interferir na decisão de não comunicar o ocorrido. Essa foi a justificativa apresentada por Lígia, que se disse muito abalada logo após ser assaltada no estacionamento de um supermercado da capital cearense.

(...) eu fiquei muito perturbada. Não sabia o que fazer. Então eu fui direto pra casa. Minha mãe me deu um calmante e depois a gente voltou no Pão de Açúcar pra falar com o gerente e avisar daquilo, né. Pra ver se eles colocavam algum guarda particular no estacionamento ou algo do tipo... (Lígia, 26 anos. Publicitária).

De acordo com Lígia, ela ficou muito abalada no momento após o término da abordagem dos assaltantes, tendo como reação imediata ir para um ambiente que lhe trouxesse a situação de segurança. Dessa forma, ao invés de se dirigir para uma delegacia ou acionar a polícia, ela optou por ir para sua casa, onde foi acolhida e cuidada por sua mãe. Lígia descreve que sua fragilidade emocional teve que ser contornada através do uso de um medicamento calmante. Somente assim ela conseguiu processar o que de fato tinha lhe acontecido. Apenas nesse momento é que ela volta ao supermercado para comunicar que havia sido assaltada no estacionamento e exigir deles um ambiente que proporcionasse mais segurança.

O que chama atenção em sua fala é a busca por uma segurança privada¹⁶ e não pública. Seu sentimento de indignação não foi direcionado à segurança pública do Estado, mas aos responsáveis pelo estabelecimento, que, em sua percepção, não proporcionavam aos seus clientes um ambiente seguro. Lígia, assim como outros entrevistados, descreve o momento pós-assalto como um momento de grande tensão emocional, em que reportar o crime às autoridades não aparece como uma prioridade. Dessa forma, o sentimento de indignação é direcionado para outras ações que visem reestabelecer a sensação de segurança através do apoio de familiares ou amigos, não tendo como foco oficializar a experiência sofrida.

Estes depoimentos nos ajudam a compreender o que pode levar vítimas de assaltos a não reportarem o ocorrido através do B.O., ocasionando assim as cifras ocultas. Num cenário em que a cidade de Fortaleza apresenta índices elevados de violência, o número indeterminado de *dark numbers* nos faz imaginar a real extensão dos crimes ocorridos que, além de desconhecida, é muito mais ampla.

É possível observar que as estatísticas do crime na cidade de Fortaleza chamam atenção por seu número expressivo, mesmo que saibamos que muito de seus moradores não relatem muitos de seus casos de violência sofridos em território fortalezense e, muito embora os números oficiais sirvam como um primeiro contato para nos aproximar da perspectiva da violência na cidade, sabemos que não são suficientes para gerar uma compreensão sobre como seus moradores percebem esse fenômeno em suas atividades cotidianas.

Neste sentido, uma ferramenta que tem sido bastante utilizada como canal capaz de expor os relatos dos medos citadinos, bem como casos de assaltos, são as redes sociais. Diariamente, *Facebook*, *Whatsapp*, *Twitter* são utilizados como plataformas para compartilhar notícias referentes a assaltos que ocorrem na cidade. Seja uma narrativa pessoal ou através de compartilhamento de casos de conhecidos, amigos e familiares, a internet vem se apresentando

¹⁶ Um debate mais aprofundado sobre mecanismos de segurança privada será realizado adiante no capítulo 4.

como um local de desabafo, reivindicação e até mesmo piadas críticas sobre a conjuntura da segurança em Fortaleza. Se, como vimos previamente, o estado emocional ou a incredibilidade na segurança pública interfere no registro das ocorrências através dos boletins, no meio digital muitos encontram uma possibilidade de relatar através de posts suas experiências.

2.2 Rede social como forma de B.O.

As estatísticas criam um esboço oficial para uma observação mais ampla sobre a realidade violenta de Fortaleza, mas sozinhas não são capazes de abranger a real profundidade e complexidade sobre o cotidiano vivenciado pelos moradores fortalezenses. Como ressaltado anteriormente, os dados oficiais, muitas vezes, não são capazes de mensurar a real quantidade de casos de assaltos na cidade, uma vez que muitos deles, seja por descrédito na polícia, medo ou burocracia, não fazem a efetivação do B.O.

Mas o que esses números não nos dizem sobre a experiência de morar em Fortaleza? De que forma a realidade violenta urbana fortalezense é percebida e vivenciada pelos seus moradores? O fazer desta pesquisa mostrou que os altos índices de assaltos condizem com os inúmeros relatos dos crimes que parecem permear a existência urbana de Fortaleza. Seja nos transportes coletivos, em bares, elevadores ou nas redes sociais, muitas são as histórias de moradores que parecem querer compartilhar suas experiências de terem sido assaltados na cidade.

É comum, por exemplo, encontrar postagens de amigos, conhecidos e desconhecidos no *Facebook* relatando alguma narrativa de violência na cidade. É frequente, inclusive, moradores publicarem postagens jocosas em suas redes sociais dizendo que um "verdadeiro" morador de Fortaleza certamente já foi assaltado. Ser alguém que nunca passou por uma situação de assalto em Fortaleza é ser taxado como alguém que realmente não vivenciou a experiência completa de morar nesta cidade.

J

29 de agosto de 2013 · Fortaleza · 🌐

...

, [assalto em Fortaleza](#) é que nem chifre. Se ainda não aconteceu com você, pode ir se preparando.

 43

20 comentários

A postagem de “J”¹⁷ caracteriza a experiência de ser assaltado como uma vivência inevitável enquanto morador de Fortaleza. Segundo ele, passar por uma situação de assalto é uma experiência tão inevitável quanto a de ser traído, ou como ele se refere, “levar um chifre”. Para “J”, se no ambiente de relações interpessoais ser traído é um fenômeno pelo qual homens e mulheres estão fadados a vivenciarem, no ambiente urbano de Fortaleza, ser assaltado é a sina daqueles que nela habitam. Logo, ele alerta, se ainda não aconteceu, se prepare, pois é um fato que irremediavelmente irá se concretizar.

Assim como o *post* de “J”, o *Facebook* está repleto de manifestações de homens e mulheres que utilizam do humor e da ironia para satirizarem a condição violenta da cidade. Exemplo disso foi o surgimento da *hashtag* #dizqueédefortaleza. Na ocasião, os *posts* da rede social foram utilizados para apontar pessoas que afirmam ser moradores de Fortaleza, mas que não experimentaram ou passaram por situações inerentes ao cotidiano dos fortalezenses. No sentido da brincadeira, seria como dizer: Diz que é da Itália, mas nunca comeu macarrão. E dentro dessa dinâmica, surgiram as publicações que diziam: "Diz que é de Fortaleza, mas nunca foi assaltado".

¹⁷ Como forma de preservar a identificação dos depoimentos selecionados nas redes sociais, optei por preservar apenas a letra inicial ou a primeira sílaba do nome de cada pessoa.



Ainda que utilizando uma linguagem cômica, a frase sugere que ser assaltado torna completo o ato de morar em Fortaleza, sugerindo inclusive que aquele que ainda não vivenciou essa experiência, não poderia se auto afirmar verdadeiro morador da cidade. O símbolo do celular como *emoji* logo após a frase parece apontar para um dos tipos de roubo frequentemente anunciado nas redes sociais, o do aparelho de telefonia móvel.

O que chama atenção é a representatividade que essa afirmação teve, uma vez que assim como “O”, várias pessoas também compartilharam essa mesma postagem em modo público, ou seja, com modo de visualização disponível para todo usuário do *Facebook*. Assim como eles, outros usuários também fizeram a mesma publicação em modo privado, ou seja, apenas podendo ser visualizada por amigos. Logo, não há como saber precisamente quantas pessoas compartilharam esse tipo de postagem.



Ainda que em tom de “brincadeira”, é preciso perceber que a primeira associação que estas pessoas escolheram para valorizar como uma experiência genuinamente fortalezense, antes mesmo que aspectos gastronômicos, musicais ou de qualquer viés da cultura, foi o assalto ou ato de ser assaltado, o eleito como categoria para ilustrar o cenário da violência urbana fortalezense.

A rede social, enquanto um meio de interatividade social, cria a possibilidade de seus usuários compartilharem seus pensamentos, experiências e desejos. Através de postagens, comentários e compartilhamentos de informações, eles expõem suas opiniões e abrem a possibilidade de interagirem com familiares, amigos, colegas de trabalho, conhecidos e mesmo desconhecidos.

Se o *Instagram* atrai pessoas que buscam um estímulo mais visual, através de fotografias e vídeos de curta duração, e o *Twitter* agrega pessoas que gostam de informações curtas e dinâmicas, o *Facebook* atrai usuários que têm por interesse expor suas opiniões em um ambiente virtual que possibilita mesclar textos sem limites de caracteres, fotos, vídeos de longa duração e links de reportagens.

Com mais de 102 milhões de contas brasileiras ativas¹⁸ e possibilitando diversos formatos de postagens, o *Facebook* se destaca como a rede social mais utilizada pelos brasileiros. Com publicações que podem vir com diferentes formatos e conteúdos, ele acaba sendo utilizado também como ferramenta de notificação no caso em que uma pessoa acabou de vivenciar uma situação de assalto.



Nas três postagens destacadas podemos observar que há um anúncio, de forma mais ou menos sucinta, de que seus usuários foram assaltados. O principal objetivo dessas publicações parece ser o caráter informativo a amigos e familiares do ocorrido, esclarecendo brevemente o fato e anunciando seu estado físico pós-assalto. Além disso, pode-se observar que existe também uma preocupação em alertar aos amigos que quaisquer contatos via celular sejam desconsiderados, uma vez que este foi roubado. Numa época em que vida social também é digital, anunciar o roubo nas redes sociais é também um procedimento similar ao de cancelamento de cartão. Ele é realizado com o intuito de que o assaltante também não tire vantagem do aparelho celular e dos contatos e mensagens que ele agrega. Por fim, existe também o redirecionamento do contato através das mensagens do *Facebook* ou por contato direto, uma vez que o celular roubado não poderá ser utilizado como ferramenta de comunicação, enquanto o *Facebook* pode ser acessado por outras vias, como *tablet* ou computador.

¹⁸ Dado disponibilizado pela plataforma Facebook. Disponível: <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses> Acesso: 20 Mar. 2018.

As mensagens publicadas no *Facebook* podem ter diferentes formatos, como os posts de alerta (sucintos), de desabafo, de indignação ou mesmo com caráter descritivo. Os comumente denominados pelos próprios usuários como “textões”, são publicações de caráter extenso que narram com detalhes situações, opiniões ou sentimentos, e em relatos de assaltos eles também podem ser encontrados. Nesse tipo de situação, geralmente são informados o tipo de abordagem sofrida, quantidade de assaltantes, estado físico e emocional pós-assalto, bem como desabafo e sentimento de indignação. É o que podemos observar no texto a seguir.

L ...
 15 de julho de 2017 · 🌐

Todo mundo sabe que eu amo Fortaleza, isso é de verdade, isso é real. Mas todo mundo sabe que viver aqui é pra forte, se não a gente deprime. Sair de casa e se entregar pra quem manda nela é algo que me enche de crises.. E já é assim a algum tempo: olhar pra alguém e julgar que ela vai te assaltar, achar que pela roupa ou pelo jeito de falar ela pode te ferir. E sim, eu sou super frustrada por isso. Sim, todo mundo que mora aqui e vive o que eu falo diz o mesmo. Eu fui assaltada hoje, levaram apenas o celular do "ladrão" (pra quem não é daqui: sim, eles tem um especial). Fazer textão não pune quem fez isso comigo, mas eu precisava desabafar, porque parece que viver aqui te traz a sensação de que você vive em bolhas, muros, sei lá o quê... e assim vamos vivendo, trabalhando, estudando, fazendo o que a gente faz, talvez porque isso amenize a nossa frustração ou a de quem não vive isso.

Em um universo dinâmico como o das redes sociais, usualmente as postagens possuem uma leitura mais rápida, de poucas linhas. Um texto mais extenso e que contém relatos mais detalhados sobre determinado assunto é chamado nesta esfera online de “textão”. O relato de Larissa se enquadra nesta categoria, como ela mesma define e é utilizado como uma ferramenta de desabafo, uma forma de expor seus descontentamentos com o aspecto violento de Fortaleza e de que forma este cenário afeta suas ações cotidianas.

Apesar de afirmar amar a cidade, “L” explica que a vida em terras alencarinas exige muito de seu morador, sendo um fardo psicológico. Como ela mesma diz, é “para os fortes”; e os que não são, deprimem. Para ela, a cidade é dominada pelos bandidos, sendo eles os que mandam em Fortaleza e sair de casa é se entregar à possibilidade de se sujeitar a eles, o que a “enche de crises”.

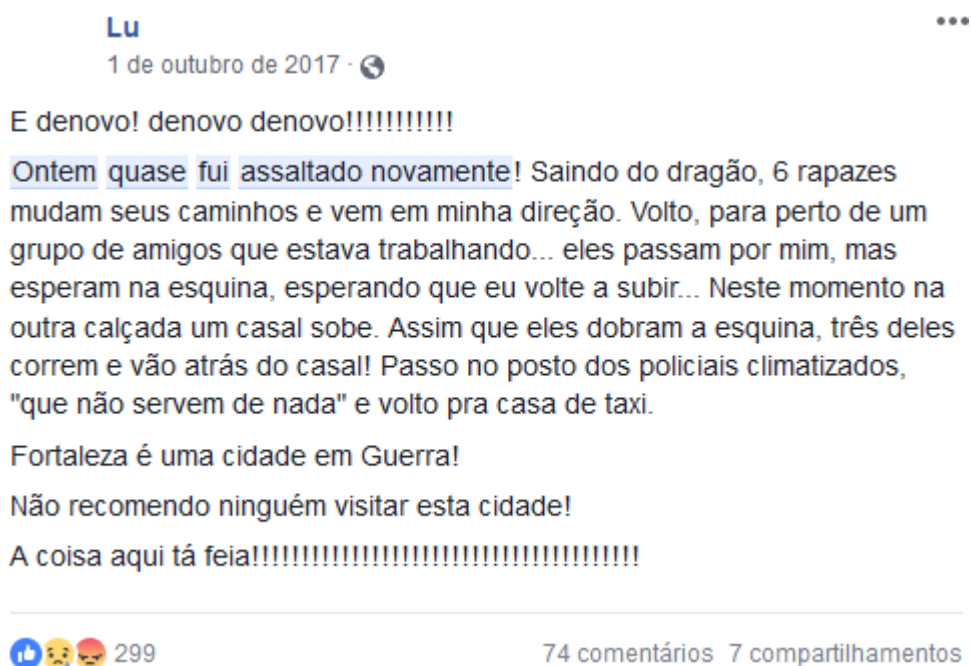
“L” deixa implícito em seu texto que seu descontentamento com a segurança pública interfere na sua sociabilidade, uma vez que se percebe julgando pessoas de acordo com suas aparências e estereótipos, criando uma lógica da suspeita. Por isso mesmo acaba observando as pessoas com desconfiança, o que ela descreve como um processo desgastante. Ela não gosta de se reconhecer como alguém que vive com medo e que se sente obrigada a reforçar estereótipos, mas que o faz por achar que assim poderá evitar ser vítima novamente. Entretanto, ainda assim ela foi assaltada, o que resulta num sentimento de frustração e raiva.

Mais do que o prejuízo financeiro, tendo perdido apenas o celular do bandido¹⁹, Larissa aponta o dano emocional e psicológico como mais grave e usa o seu texto como uma forma de superar a situação, uma forma de desabafo, fazendo com que ela consiga voltar às suas atividades cotidianas. Ela sabe que aqueles que a assaltaram não serão punidos e que falar de sua experiência em rede social não vai trazer justiça, mas o textão, contudo, é usado como ferramenta capaz de estourar o que ela chama de bolhas ou muros. Ao falar de si, “L” espera se sentir menos isolada e mais próxima de pessoas que viveram situações parecidas com as dela ou que simplesmente morem em Fortaleza. Ainda que virtualmente, “L” quer se sentir acolhida. Se o medo de passar por momentos de violência na cidade produz o isolamento físico, o relato da violência sofrida registrado na rede social gera a possibilidade de aproximação com o outro.

O *Facebook* enquanto ferramenta de pesquisa sobre os casos de assalto na metrópole fortalezense possibilita observar que as postagens são utilizadas como instrumento de denúncia. Ao anunciarem seus assaltados nas redes sociais, podemos perceber que os usuários trazem o cenário da violência sofrida nas ruas para outros ambientes como casas, trabalhos e escolas de amigos e familiares, que através de seus computadores e smartphones, leem e compartilham o post publicado nas redes sociais e se apropriam do sentimento de insegurança e violência. O caso exposto pelo outro se torna também daquele

¹⁹ Um celular de menor valor e que não é utilizado. Em caso de assalto, a vítima opta por entregar esse celular, evitando maiores danos. Falarei adiante dessa prática.

que lê a postagem, o assalto de um reverbera no outro. E assim vai se criando uma atmosfera que parece aproximar pessoas que, cada vez mais, estão dispostas a utilizarem seus perfis como mural do crime. A publicação abaixo é exemplo disso, em que podemos observar que seu autor faz uso da plataforma online como modo de relatar uma situação de quase assalto.



A situação descrita por “Lu” tem uma conotação de desabafo, tal qual a de Larissa, entretanto elas se diferem. Se na primeira há uma busca por alívio e crítica não apenas à cidade, mas como a conjuntura de insegurança e a expectativa de passar por situações de assalto interfere em suas ações cotidianas, a segunda centraliza seu julgamento às autoridades e à cidade.

O início da postagem de “Lu” já anuncia o tom de revolta do autor. Ao repetir três vezes “de novo” e finalizar sua frase de abertura com vários pontos de exclamação, ele já sinaliza que seu texto será utilizado como meio para destilar algum tipo de revolta. Logo na frase seguinte o leitor já pode identificar o motivo de sua indignação. Ele descreve ter experimentado uma situação de quase assalto. Segundo ele, ao sair do Dragão (do Mar) ele se deparou com um grupo de seis pessoas na rua. Ao perceber que o grupo era em sua totalidade

formado por homens, “Lu” se sentiu inseguro ao notar que eles desviaram seus percursos, vindo em sua direção. O medo gerado faz com que “Lu” busque proteção junto a um grupo de amigos e ele nota que os homens que lhe seguiam continuam o caminho por outra rota, mas logo em seguida param e ficam a observar se ele irá dar continuidade ao seu trajeto. Eis que surge um casal que, aparentando não observar qualquer desconfiança, passa em frente ao bando de homens e são abordados e assaltados por eles.

A forma como “Lu” narra o evento chama atenção por proporcionar ao leitor não apenas o cenário em que a situação ocorreu, mas também os agentes envolvidos. De alguma forma, quem lê consegue visualizar o ocorrido, sentindo sua sensação de insegurança, entendendo o que lhe motivou a buscar proteção perto de amigos ou o modo como ele estuda o movimento dos suspeitos. Entretanto, o que se destaca é o sentimento de indignação retratado em sua escrita. Se ele conseguiu evitar ser assaltado, o casal que apareceu logo em seguida não. Por mais que não tenha sido assaltado, o fato de visualizar outras pessoas passarem por esta situação causa nele uma empatia, talvez por sentir que ali poderia ser ele e, por esta motivação, vai em busca de ajuda no posto policial. A sua percepção em relação à polícia parece, no entanto, ser caracterizada por um pessimismo e descrédito. Em seu texto não fica claro se houve ou não suporte policial e não acrescenta o desenrolar dos fatos. Mas ao afirmar que “não servem de nada” demonstra que sua busca por ajuda na verdade é simbólica, pois se sente desamparado pelas autoridades responsáveis.

O fato de quase ter sido novamente vítima de assalto e de se sentir impotente faz com que afirme que Fortaleza viva um cenário de guerra. Mas sua indignação não é voltada apenas aos moradores que, assim como ele, estão sujeitos a serem vítimas ou testemunharem situações de assalto, mas também a todos que possam sentir desejo de conhecer e visitar Fortaleza. Uma vez que a capital cearense se destaca no cenário nacional enquanto destino turístico, sua conclusão parece estar direcionada justamente a este setor, já que seu relato teve como cenário o entorno do Centro Cultural Dragão do Mar, ferramenta de arte e cultura, polo de lazer e um dos pontos turísticos mais visitados da cidade.

Se o governo do estado anuncia Fortaleza como uma cidade calorosa e receptiva, utilizando o Dragão do Mar como chamariz de captação de turistas, “Lu” coloca em seu relato não só uma frustração, mas propõe uma propaganda contrária à vinda de pessoas e alerta: “Não recomendo ninguém visitar esta cidade! A coisa aqui tá feia!”, ele diz. E seu alerta parece ter surtido efeito. Muitos foram os amigos a interagirem com ele em forma de comentários.



Com 299 curtidas, 74 comentários e 7 compartilhamentos, a publicação de “Lu” agregou diferentes pessoas que, de alguma forma, foram impactadas por suas palavras. Dentre os comentários, amigos que já visitaram Fortaleza e se sentiram inseguros, moradores aproveitando o espaço aberto por ele para também relatarem histórias semelhantes de roubos ou percepção sobre a polícia, comentários empáticos ou até críticos. Independente das diferenças de percepções, através de seu *post* desabafo, ele foi capaz de se conectar com outras pessoas que igualmente precisavam daquele espaço para também demonstrarem sua insatisfação.

Seja na fala de “L” ou de “Lu”, ou nos comentários de suas publicações, podemos perceber não apenas a insatisfação com a situação de

assalto vivenciada, mas também o descontentamento com o poder público ou com o efetivo policial. A atuação policial usualmente é apontada com descrédito ou negatividade e a demora entre o momento da ocorrência e a hora em que a viatura chega costuma ser apontada como motivo para esta descrença, como podemos detectar a seguir.

Re

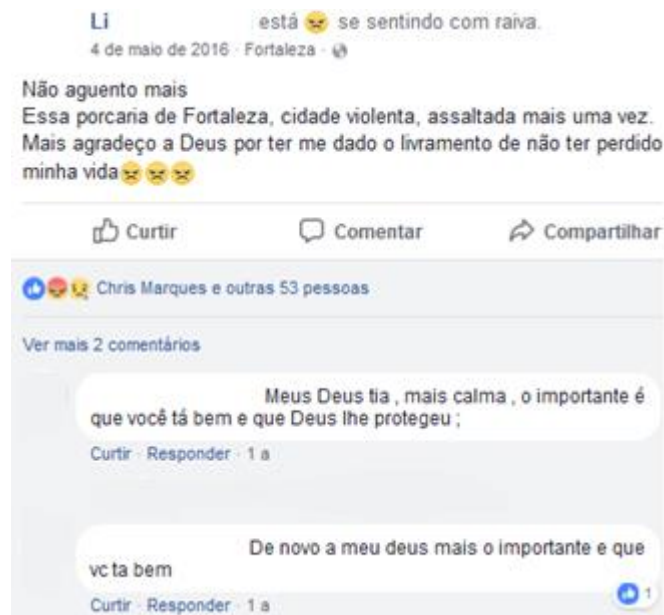
1 de março de 2015 - Fortaleza - 🌐

Sem celular! Qualquer coisa falem por inbox! Quem for me mandar whatsapp, mandem: "SEU LADRÃO FDP!" Grata!

Ah, queria agradecer, pessoalmente, à polícia dessa cidade, mas quando eu conseguir achar uma.. pq rodei e não achei, não tinha ronda do quarteirão, nem moto, nem bicicleta, nem patinete, e a delegacia que encontrei tava fechada!

Assim como os outros exemplos citados, “Re” utilizou seu *Facebook* para comunicar seu assalto, mas também para expressar toda sua indignação com a situação. Sua raiva é apresentada em dois momentos: quando pede para que seus amigos mandem mensagens de cunho ofensivo para o assaltante através do aplicativo *WhatsApp*, mas também quando, ironicamente, agradece à polícia da cidade. Se sua raiva do assaltante estava canalizada pelo fato dele ter roubado seu celular, pela polícia ela foi direcionada não apenas pelo fato de não ter conseguido localizar nenhum policial nas proximidades em que o crime foi efetivado, mas também por ter se sentido desamparada ao perceber que a delegacia que encontrou estava fechada. Seu desabafo, assim como os demais, teve repercussão entre seu grupo de amigos. Comentários afirmativos de que a violência é um sério problema enfrentado pela cidade e da ineficiência da polícia costumam se repetir.

Mas gostaria de ressaltar outro ponto de vista que usualmente aparece, o de que a vítima deve ser grata pelo fato de o dano ser material e de não ter sofrido agressão física, em comentários como “Graças a Deus não fizeram nenhuma agressão física com vocês” ou “Ainda bem que o dano foi somente material”. Frases assim são recorrentes e não só das pessoas que apoiam a vítima, mas as próprias vítimas reforçam o pensamento de que “poderia ser pior”, como podemos ver na imagem a seguir.



Os dois comentários anteriores podem ser comumente observados em postagens de vítimas que anunciam ter passado por um assalto em que a maior consequência foi o que é denominado por eles de “perda material”. Ou seja, o fato de que o ladrão levou seus pertences, mas deixou sua vida intacta, sem haver nenhuma lesão corpórea. “Vão-se os anéis, ficam-se os dedos”, como citam diversas pessoas corroborando com este pensamento. No entanto, algumas pessoas parecem questionar este tom de alívio e conformidade, criticando a naturalização de que a perda material deve ser minimizada e que o bem-estar físico deve suprimir a violência sofrida.

Mar

8 de julho de 2017 · 🌐

Hoje entrei para as estatísticas. Hoje, assim como tantos, fui vítima do nosso desgoverno, do nosso estado de quase anarquia.

Depois de trabalhar até as 20:30, naturalmente cansado, chego ao meu carro e percebo que uma das janelas foi destruída e objetos pessoais, além do meu estepe haviam sido furtados.

Diante do natural estado de raiva, pensei:
que sorte que só levaram isso, que sorte que deixaram o carro.

NÃO!

Não podemos ver com naturalidade e gratidão por não termos tido um prejuízo maior.

É o maior absurdo você ter o seu patrimônio subtraído, INDEPENDENTE do valor.

É seu, você trabalhou para tê-lo, você gastou seu suor, sua energia e um desgraçado qualquer vai trocar isso por um maldita pedra de crack que custa R\$ 5,00.

Não, não devemos ficar satisfeitos porque levaram "só isso", não devemos ficar satisfeitos porque deixaram o carro ou porque me deixaram vivo.

Esse conformismo com o absurdo de ter seus bens surrupiados é um dos grandes culpados pela situação que vivemos.

O governo continua fingindo que tem o controle, a bandidagem continua fingindo que é controlável e nós estamos omissos porque "só roubaram isso".

Não, não fico satisfeito!

Não fico satisfeito de não poder parar o carro e ter que ficar tenso enquanto estou em um restaurante ou parado no semáforo, não fico satisfeito de ter que comprar um celular barato "pro ladrao" ou deixar uma carteira no carro com pouco dinheiro para dar ao larápio em caso de assalto.

Isso é completamente absurdo, pior, não nos demos conta do quão absurdo é.

Ao iniciar sua escrita anunciando que "entrou para as estatísticas", "Mar" utiliza uma frase que nativamente já é reconhecida para anunciar casos de assalto em Fortaleza. Assim, ele se coloca como mais um entre tantos que foi vítima de um ato criminoso dentro do universo urbano.

O alívio inicial após o furto reproduz o pensamento já quase naturalizado por ele, o de que teve sorte por não estar presente no momento do ato e de ter sido um prejuízo exclusivamente financeiro. Entretanto, ao refletir sobre o ocorrido, ele cria o questionamento de que nenhuma perda material, por menor que seja, deve ser minimizada, uma vez que se trata de uma conquista que foi consequência de trabalho e energia investidos e consequentemente revestidos em bens materiais. A sua inquietação vai adiante e, além de obviamente se sentir incomodado, ele demonstra associar o cenário do assalto ao consumo de drogas. Os roubos seriam, então, realizados mediante a motivação da compra de entorpecentes, mais precisamente pedras de crack.

Ele também questiona a realidade à qual o trabalhador tem que se submeter para evitar ser assaltado. Ou seja, critica o fato de pessoas terem que tomar medidas de segurança que visem reduzir os danos do assalto (como deixar uma carteira com pouco dinheiro no carro e o “celular do ladrão”) e que não lhe permitem usufruir dos bens que tanto se esforçaram para adquirir.

Para ele, as ações já naturalizadas como medidas de segurança, como o permanente estado de alerta ao parar o carro no sinal vermelho, por exemplo, sem nelas investir um pensamento crítico, condiciona ao conformismo e corrobora com a ineficiência do Estado, uma vez que ele considera a população omissa por se conformar com “a perda somente material” e aceitar um governo que “finge ter controle da situação”.

As postagens nas redes sociais têm em comum o fato de pessoas quererem externar publicamente suas vivências e conseguem ter um apelo por conectar pessoas que vivenciam a mesma realidade. Por mais que muitas pessoas não façam o B.O., a rede social surge como um espaço de denúncia. A exposição pública, além de ter o objetivo de alertar os demais indivíduos sobre pessoas ou situações de perigo, também são utilizados como forma de comunicação às autoridades, uma forma de deixar o Estado informado dos pontos de violência. Se o boletim de ocorrência está em baixa, os compartilhamentos na rede estão em alta.

Se as estatísticas nos dão uma realidade através dos números, os *posts* nos servem para compreensão de uma primeira impressão da percepção dos próprios moradores de Fortaleza, que passam a ser visualizados através de seus perfis *online*. Através da plataforma digital, os moradores deixam de ser um número e passam a ser vistos enquanto pessoas com fotos, nomes e histórias. Ainda que suas redes sociais exponham apenas uma parcela de suas existências, em que eles selecionam o que desejam compartilhar, ao escolherem descrever seus sentimentos e experiências de assaltos eles personificam a violência através da narração de seus casos e abrem um caminho para a melhor compreensão sobre o assunto.

Entretanto, mais do que dados estatísticos ou falas publicadas no Facebook em momentos de comoção, o que nos dizem os moradores que compõem esses números e perfis *online*?

2.3 “Pessoas de carne e osso”: o relato dos interlocutores

Os dados oficiais e os depoimentos em redes sociais possibilitam um esboço acerca da percepção de Fortaleza enquanto uma cidade violenta, apontando para um cenário em que seus moradores parecem ter uma relação de proximidade com medo de experienciar uma situação de assalto, seja através de vivências individuais ou através de relatos de familiares e amigos. Mas o que nos dizem os interlocutores dessa pesquisa? Quais suas percepções sobre a cidade?

Antes de limitar as entrevistas ao aspecto de violência urbana, mais especificamente em relação aos assaltos, busquei entender qual a relação destes moradores com a cidade e de que forma suas vivências lhes proporcionaram um olhar sobre a realidade por eles vivida. Para eles, como era morar em Fortaleza? Quais características lhes atraíam enquanto motivadores para residirem na capital do Ceará?

Falar de Fortaleza e de suas qualidades, entretanto, demonstrou ser uma tarefa difícil para os entrevistados, com falas que pouco prosperavam. Foram destacados como atributos positivos primordialmente familiares/amigos, seguidos de aspecto como receptividade das pessoas, o clima, as praias e as comodidades de uma grande cidade. Oscar, que já morou em outras cidades brasileiras, considerou a hospitalidade e o humor do povo fortalezense como pontos positivos, afirmando:

Olha, Fortaleza pra mim é uma cidade maravilhosa. Adoro. Já morei fora. Já morei no Rio. Já viajei muito, conheci outras cidades. Mas Fortaleza é mais cativante. Primeiro o povo né, hospitaleiro. Um povo alegre. Cheio de graça né. O humor já faz parte do ser do cearense né, isso cativa. E depois todas as minhas raízes são na cidade né. A família toda daqui. Os amigos, quase todos também na cidade. Esse é o motivo maior da cidade me cativar. (Oscar, 60. Aposentado).

Os laços familiares, bem como os de amizade, também foram ressaltados por ele como atributo positivo. Mas para alguns entrevistados, foi a única característica destacada. Na fala dessas pessoas, Fortaleza apareceu como uma cidade sem qualidades e elencar boas características parecia ser sofrível. Falas acompanhadas de suspiros e expressão de dor como: “olha... difícil. Acho que só a família mesmo!”. Outros fizeram uso da ironia para ilustrar suas respostas, falando: “e tem?”. Para essas pessoas, a cidade foi apresentada apenas como terreno que retém suas relações interpessoais. Marina, por exemplo, ressaltou a importância de familiares e amigos como um ponto de grande relevância tanto para sua permanência como para sua afetividade pela cidade, dizendo: “Eu gosto de morar aqui. Acho que os costumes, os amigos, a família. Eu creio que eu não iria morar em outro lugar por causa disso. Mas acho que se não fosse isso... Gosto de ter a praia perto também.” (Marina, 23 anos. Estudante).

O clima tropical e as praias, como destacado por ela, apareceram como atributos recorrentes enquanto aspectos positivos da cidade. Rômulo, por exemplo, apenas conseguiu afirmar “O que me atrai na cidade é praia.” (Rômulo, 38 anos. Estoquista). Lídia também foi sucinta, dizendo apenas “O quê que eu gosto (risos)... Eu gosto do litoral, eu gosto de andar na rua, e principalmente dos meus amigos. Acho que só isso.” (Lídia). Mário também qualificou como positivo a presença das praias na cidade, dizendo que ela consegue proporcionar qualidade de vida, mesmo sendo uma grande metrópole.

Aspecto bom é por ser uma cidade litorânea. Uma cidade que pode-se dizer moderna. Ainda, apesar do crescimento, ainda existe uma certa qualidade de vida. Não é à toa que as pessoas têm esse desejo de vir morar em Fortaleza. Por conta que se comparando ainda as grandes cidades como Rio, São Paulo, Sul e Sudeste, Fortaleza mesmo com todo o crescimento, a violência que já existe, Fortaleza ainda é muito cobiçada e eu não fico atrás no meu desejo de permanecer aqui por ser uma cidade litorânea, cheias de praias, praias conhecidas a nível nacional, internacionalmente... Isso tudo é um grande atrativo pra mim em particular, porque eu adoro praia, gosto de praia. Existem muitos fatores positivos além disso... A questão econômica. Não posso dizer que se tratando de renda per capita, a cidade de Fortaleza é uma das melhores pra se viver. Não posso dizer isso. Mas ainda dá pra se viver. Enfim... Esses são alguns pontos positivos. (Mário, 41 anos, Educador Físico).

Segundo Mário, a capital cearense é fonte de desejo de brasileiros que residem em outros locais do país, tanto por possuir uma grande extensão litorânea, como por agregar os benefícios de uma grande metrópole, mas com um custo de vida mais acessível. Esta mesma característica foi ressaltada por Renata, que retrata uma cidade que propicia opções de lazer, educação e atividades culturais. O que chama atenção em sua fala é o modo como ela vai enlaçando elogios e críticas à cidade, ressaltando seus pontos positivos e simultaneamente pontuando exemplos que considera problemáticos, como trânsito e transporte público, por exemplo, como veremos a seguir.

Eu acho uma cidade boa para se morar, uma cidade pequena, com alguns problemas como trânsito né, calor, é o clima mesmo... Mas uma cidade boa, onde você pode encontrar tudo, com possibilidade de viagens curtas né... Temos também problemas de transporte, mas muitas opções tanto de cidade como custo de vida também é bom, tranquilo, opções de lazer, de escola, enfim, de tudo... (Renata, 29 anos. Psicóloga).

Essa característica de elogiar e criticar em seguida apareceu de forma constante na fala dos entrevistados. Foi comum, por exemplo, limitarem sua resposta em “é uma cidade muito boa, mas...”, em que este “mas” vinha acompanhado de uma descrição crítica sobre os problemas que a cidade enfrenta. De um modo geral, as características de conotação negativa costumaram receber respostas mais fluidas e extensas, enquanto que os aspectos positivos obtiveram respostas mais sucintas e lacônicas. Nesse sentido, os aspectos positivos parecem muito mais relacionados ao aspecto geográfico (no que se refere a presença de praias) e ao emocional (enquanto local de afeições, que abriga lembranças e detém em seu território pessoas cuja importância sentimental faz com que a cidade também receba afeições).

No sentido de aprofundar a percepção do morador sobre viver em Fortaleza, lhes foi perguntado quais pontos consideravam como negativos na cidade. Diferentemente do tópico anterior, os entrevistados demonstraram dificuldade em responder, não por não saber do que não gostam, mas por uma incapacidade de elencar os aspectos negativos. Interjeições como “e agora? Por onde começo?” ou simplesmente um “ah, tudo!” revelavam que havia muito a ser

dito e indicava que o nível de insatisfação com a cidade era elevado. Apesar destas reações espontâneas, muitos não conseguiram de fato enumerar todos os problemas, mas escolheram alguns temas para ressaltar.

Se alguns demonstraram dificuldade em elaborar uma resposta, outros conseguiram descrever com clareza de detalhes suas inquietações. Características como violência, uso de drogas, sistema de saúde precário, trânsito agitado, má qualidade de educação e sujeira nas ruas foram apontados como principais problemas para quem habita a cidade.

Agora tem mais negativo que positivo. Antigamente quando eu cheguei aqui, as pessoas bebiam aguardente, ficavam bêbadas e caíam de sono. Hoje em dia, a maioria usa é droga e fica é mais agitado, mais forte, mais esperto. A droga faz é a pessoas ficar com mais energia e geralmente pra fazer coisa ruim como assaltar. A saúde também. Pra mim que não tenho plano de saúde é muito difícil. Semana passada fui a um posto de saúde e não fui atendida porque tinha seis dias que tava faltando energia. (Lucineide, 65 anos. Aposentada.).

A fala de Lucineide se torna interessante ao destacar as transformações ocorridas na cidade (de antigamente para a atualidade). Sua principal queixa foi em relação ao consumo de substâncias ilícitas, que segundo ela funcionam como uma espécie de combustível para que a juventude cometa crimes. Para ela, os entorpecentes consumidos na atualidade estimulam a agressividade, agitação e propiciam uma energia para realização de delitos. Ela aponta que em tempos passados o consumo de entorpecentes era limitado ao álcool e tinha como consequência uma letargia, um estado alcoólico que gerava sonolência, logo não estimulando a criminalidade.

Toda e qualquer cidade que se sujeita a um crescimento populacional e geográfico, existe uma desorganização, uma falta de preparo dos órgãos competentes, de trânsito etc. Daqui a pouco teremos rodízio na cidade. A violência em Fortaleza cresceu. A década de 80 era muito pacata. A droga tem mudado o aspecto social e tantos outros de uma cidade bela. A prefeitura tem suas culpas e dificuldades, mas também por conta de um povo que não é habituado a uma cultura de educação (embora seja um povo receptivo, isso em questão da educação), da limpeza. Mas a violência não é só em Fortaleza, é um problema mundial. (Mário).

Mário também destacou a transformação de Fortaleza através do tempo. Para ele, nos anos 80 a cidade era mais tranquila e associa o consumo

de drogas como característica capaz de modificar o aspecto social do ambiente urbano. Ele também destaca o acúmulo de lixo como ponto negativo e diz ser uma questão que se relaciona com a falta de educação da população, bem como da prefeitura, que ele afirma também ter parcela de culpa. Por fim, ele destaca a violência como uma questão de insatisfação, mas que é uma problemática mundial e não restrita ao território local.

Lígia também fez associação entre parte de moradores e poder público como responsáveis para tornar Fortaleza numa cidade maltratada. Ela informou sentir falta de espaços públicos de qualidade para população. Sem muitas opções de atividades ao ar livre e com os lugares disponíveis para o lazer público malcuidados, Lígia afirma que culmina numa realidade em que as pessoas acabam tendo suas experiências de lazer limitadas a ambientes privados e fechados, como shoppings.

Eu gosto de Fortaleza, mas eu acho que ela é uma cidade muito maltratada, tanto pelos políticos quanto pela população. Eu acho, por exemplo, que faltam espaços públicos para a população. E os espaços públicos que existem são malcuidados. As pessoas têm muito o hábito de saírem apenas para shoppings e locais fechados. Então isso é algo que me incomoda bastante (Lígia).

Embora os entrevistados apresentem características individuais que os distingam e se relacionem com a cidade de modo muito particular, todos se demonstraram insatisfeitos com algum aspecto da cidade. Ainda que os pontos positivos ou negativos destacados por eles apontem para diferentes prioridades, houve um elemento que os uniu: a percepção de situações de violência na cidade. Todos os entrevistados afirmaram já ter presenciado cenários de medo e violência em Fortaleza. Assaltos, conflito entre torcidas de futebol, abordagem policial violenta e brigas no trânsito foram algumas das situações relatadas pelos interlocutores como manifestações de violência dentro do ambiente citadino.

Não foi difícil coletar falas que indicassem a sensação de insegurança na cidade. Os entrevistados demonstraram descontentamento com a fragilidade da segurança pública e com a ausência de policiamento, por exemplo. Um dos entrevistados, de origem norte-americana, ressaltou a diferença entre a realidade de Fortaleza e sua cidade natal. De acordo com ele, seu sentimento

de insegurança não está associado unicamente aos casos de violência na cidade, uma vez que ele a considera um fenômeno generalizado e presente em todos os lugares do globo, mas ao fato de não saber determinar quais locais são perigosos.

Não me sinto seguro, mas também não tenho medo não. Porque a minha cidade (Filadélfia, EUA) ser uma cidade assim. Eu já fui assaltado lá e aqui não. Mas aqui não tem presença de polícia. Na minha cidade você tem muito acesso de polícia nas ruas, em quase todos os lugares. Aqui eles só estão na Beira Mar ou nas esquinas que tem algum assalto. Eu *ler* no jornal uma vez que tinham muitos assaltos numa rua e eles colocaram dois policiais lá e os crimes "*parô*". Mas os crimes *começou* noutra rua. Então eles saíram pra outra rua pra ficar lá. E os crimes *voltou* para o primeiro lugar. O jornalista perguntou: porque vocês tiraram os policiais daqui? E ele respondeu: Porque aqui não tem mais violência e a gente foi pra onde tem violência. E aí o crime só *mudar* de um lugar para o outro. Aqui a diferença é que a gente não sabe qual a hora e lugar vai ser assaltado. Na minha cidade a gente sabe que se for para um lugar vai ser assaltado e em outro não. Sabe aonde é seguro. (John, 44 anos. Professor).

Na fala de John, pode-se perceber que ele associa sua sensação de insegurança ao fato de não conseguir determinar quais os locais violentos da cidade. De acordo com ele, não se trata da violência em si, mas do fato de que, diferente da Filadélfia, em que ele afirma que sabia quais horas e áreas da cidade eram perigosas, em Fortaleza o risco de ser assaltado não é delimitado a uma região, podendo ocorrer em qualquer horário ou local. Para além dessa característica, ele chama atenção para a ausência de aparato policial ou sua restrição às áreas nobre da cidade. Ele ilustrou seu descontentamento ao discorrer sobre o caso em que uma esquina com altos índices de assalto passou a receber apoio policial, mas o pouco número de policial das ruas, longe de resolver a situação, gerou apenas o deslocamento do crime para áreas sem monitoramento.

Dentre os fatores apontados por meus interlocutores para justificar se sentirem inseguros na cidade, a falta de policiamento foi indicada de modo recorrente. Para muitos, se sentir seguro está diretamente relacionado a perceber a presença de agentes da segurança pública nos espaços urbanos. Como podemos perceber no relato a seguir.

Não me sinto segura morando em Fortaleza. Não tem policiamento, você não vê um policiamento eficaz. Você vê na Beira Mar, nos lugares mais elitizados. Mas nos lugares mais precários você não vê. Aqui (no bairro Maraponga) você não vê. Então com certeza você está suscetível a assalto. Você vai ser assaltado, vai ligar pra polícia e vai vim só depois. Não vai ser uma coisa preventiva. Não tem ação preventiva. A percepção que eu tenho da cidade, o medo que eu tenho é baseado nas coisas que eu vejo, da realidade. Mas acaba que você não desfruta da cidade por conta do medo. Porque você escuta as histórias e percebe que (a violência) está bem mais recorrente. (Marina).

A fala de Marina enfatiza sua crença de que o policiamento é ineficaz e restrito aos bairros de maior poder aquisitivo, sendo os moradores de bairros afastados das regiões nobres destinados a não receber o suporte do poder público, sendo mais suscetíveis a assaltos. A percepção de que a segurança pública privilegia bairros de zonas nobres a faz não confiar na eficácia da polícia, afirmando que além de se sentir exposta aos assaltos, se sente desamparada pelas forças policiais, sabendo que eles irão demorar ou não irão comparecer em caso de roubo.

Os entrevistados, assim como John e Marina, reforçaram também sentir que Fortaleza vive um crescente de violência, vivendo numa atmosfera que reforça o caráter violento da cidade através dos relatos de casos de vizinhos, amigos e familiares que foram vítimas de assaltos. John acredita que essas falas promovem o que ele afirma ser uma “glorificação da violência”, gerando mais insegurança do que realmente existe. Já Marina se utiliza dos relatos para reforçar que eles corroboram para a certeza de que o número de casos de violência tem se multiplicado. Ainda que tenham percepções diferentes, os interlocutores parecem concordar com o fato de que sentem que a violência se faz cada dia mais presente nas falas de seus conhecidos, causando a sensação de que os casos de assaltos estão cada vez mais frequentes.

Ao serem indagados se já haviam ouvido relatos de pessoas assaltadas na cidade, todos os entrevistados desta pesquisa colocaram um “sim” com um tom de obviedade em suas respostas, como se não houvesse outra coisa a ser dita para o questionamento feito. Conhecer uma vítima de assalto em Fortaleza foi apresentado como um ato corriqueiro e inevitável. Se mora em

Fortaleza, logo encontrará em seu ciclo de amigos pessoas que já foram assaltadas. Isto é ilustrado na fala de Lucineide quando diz:

Conheço várias pessoas que foram assaltadas. A minha sobrinha já foi assaltada. As minhas irmãs já foram, sabe. O meu cunhado já foi. Na minha família mesmo eu já vi. Na faixa de umas 5 ou 6 pessoas. Assim, na minha família. Assim, sobrinha, cunhado, irmão... (Lucineide).

Em seu caso, a violência não se delimitou ao círculo de amizades, mas penetrou em seu ambiente familiar, enumerando seus entes como vítimas de assalto. O que chama atenção é que as exemplificações das respostas de casos e histórias são feitas sobre pessoas bem próximas: irmãos, cônjuges, primos, tios etc, com relevância em seus cotidianos. Os entrevistados pareceram selecionar casos capazes de ilustrar que as falas da violência entram em suas casas não somente pelos jornais, redes sociais, ou por histórias de conhecidos distantes, mas de mãos dadas com entes queridos.

Pude perceber que ao buscarem referenciais de familiares ou amigos próximos, eles estavam também ilustrando que a violência sofrida por eles lhes afetava. As falas vinham acompanhadas de tons de pesar, tristeza e indignação. Tratava-se de uma violência compartilhada, em que a experiência sofrida pela vítima era rapidamente absorvida por eles e transformadas em raiva, preocupação e medo.

Nesse sentido, a experiência de outros também se torna parte de suas experiências, ocasionando sentimentos capazes de afetar seus cotidianos e os fazendo perceber que passar por uma situação de assalto não configura uma realidade longínqua, mas uma possibilidade real, palpável. Alguns, inclusive, chegaram a descrever eventos em que presenciaram a violência ocorrer diante de seus olhos, muitas vezes perto de seus ambientes domésticos. Se a violência se aproxima por meio de seus contatos familiares, ela também se faz íntima ao estar fisicamente perto de seus bairros ou mesmo de suas casas.

No local onde eu moro²⁰ tem uma sede de um clube de futebol e ocorreu um confronto entre torcedores que se encaminhavam pra ir pra

²⁰ No bairro Jóquei Clube, que abriga a sede do Fortaleza Esporte Clube.

um jogo de futebol com a polícia. E teve tiroteio... Porque assim, o confronto não surgiu por conta do futebol em si. Foi a torcida que estava se dirigindo pro estádio e começou a fazer algazarra, tipo quebra-quebra, tentaram furtar um supermercado que fica no trajeto do estádio e por conta disso a polícia agiu de maneira violenta... E teve sim, teve a violência dos torcedores com o estabelecimento e com a população, na questão que eles tiveram o ato da violência de roubo, de furto e do quebra-quebra e de vandalismo... E teve a violência do confronto entre a polícia e os torcedores. A mais recente foi essa. Em um eu tava próximo ao local. Cheguei a ver a confusão, o início da confusão... E depois, onde eu moro é um condomínio, e a gente pode acompanhar todo o desfecho, no sentido do condomínio escutar... De ver o helicóptero sobrevoando, de escutar tiro, de perceber que ainda estava acontecendo a confusão, o barulho das sirenes... Até o barulho, a zoadá, das pessoas, da torcida gritando. (Breno).

A fala deste entrevistado me surpreendeu não apenas por seu relato, digno de uma cena cinematográfica que envolvia helicóptero, polícia e tiroteio, mas pelo tom brando com que ele descrevia a cena. O confronto entre torcedores de times de futebol rivais acontecido nas proximidades de sua residência parecia uma condição de sua vida cotidiana. Em sua lógica, presenciar este tipo de embate constitui condição para quem mora nas proximidades da sede de um time de futebol, conseqüentemente, parte de sua realidade. A violência a que ele se refere não é apenas vista, mas escutada através dos sons de tiros, sirenes e helicópteros. Em sua forma de descrever, ainda que ele tenha ido buscar refúgio em espaço privado, que é o condomínio onde mora, ainda assim se viu envolto a uma atmosfera de conflito que acontecia no entorno de seu lar. Se no caso de Breno, seu condomínio foi utilizado como local de distanciamento da situação conflituosa, para outros a situação de violência esteve intimamente relacionada ao espaço doméstico.

Tem o meu pai que foi na porta de casa mesmo. Que ele estava na calçada, esperando pra sair com meu tio, meu tio deixou o carro estacionado fora de casa, entrou pra chamar minha tia. Enquanto ele entrou, o assaltante chegou e abordou meu pai. Só que meu pai não estava com a chave do carro, porque meu tio que era o dono do carro. E aí os assaltantes pediram pro meu pai chamar ele e meu pai chamou, ele saiu e entrega a chave. Foi por volta de uma hora da tarde. Ele só mostrou a arma. Não chegou nem a apontar. Ele só mostrou a arma de fogo no caso. (Julia, 26 anos. Cirurgiã Dentista).

No caso de Júlia, o assalto não se fez presente apenas em seu bairro, mas teve uma relação de proximidade ainda maior, uma vez que foi realizado na

porta de sua casa e envolveu seus familiares. Na ocasião, seus pais e seus tios foram abordados por um assaltante armado que os coagiram a entregar o veículo automotivo da família. O roubo de carros foi, inclusive, destacado por ela como um crime frequente na Maraponga, bairro em que reside.

Todos os dias eu acho que a gente escuta [notícias de assalto], principalmente no meu bairro, que tem mais roubo de carro, né. Então quase toda a minha rua, quase todas as casas, já sofreram assaltos pela manhã ou nesse horário de meio dia, abordando a pessoa que estava chegando ou saindo de casa, pedindo o carro. É comum esse tipo de assalto lá. Mas assim, nenhuma violência ainda. Nenhum caso de violência corporal mesmo assim não, só roubo mesmo de carro. (Júlia).

Dentre as tipologias de crimes percebidas na cidade, o assalto foi a categoria mais apontada pelos entrevistados. Todos afirmaram conhecer alguém que já foi vítima de assalto e muitos declararam ter presenciado o ato ser efetivado, na maioria das vezes situações de roubo de celular ou abordagens mais rápidas. De um modo geral, os relatos envolviam as proximidades de suas casas, o entorno de locais de trabalho ou trajetos realizados diariamente através de linhas de transporte público na cidade.

Sim. Já presenciei dois assaltos. Faz uns quatro anos, estava com um grupo na "ponte velha" (na Praia de Iracema) e vimos os assaltantes abordarem um grupo bem perto da gente. Só não fomos assaltados porque estávamos com pessoas da Praia de Iracema e um dos nossos amigos conhecia o assaltante. Daí não assaltaram a gente. Mas eu passei pelo apavoramento, porque eu não sabia que os ladrões conheciam os meus amigos. Inclusive nesse dia eu ia sair, então tava com roupa, câmera digital, celular dentro da bolsa. Como eu era uma das poucas mulheres no grupo que tava com bolsa, tudo dos meninos estava na minha bolsa (celular, cordão, tudo). Então assim, o apavoramento que eu passei foi o mesmo. A outra vez foi eu no centro da cidade num sábado à tarde. Já tava com poucas pessoas na rua e eu percebi a maneira que os dois caras chegaram a parada de ônibus. Então assim que eles chegaram eu levantei e saí. Tinha um recuo perto e eu corri e me escondi lá. Quando olhei pra trás eles estavam anunciando o assalto. A minha sorte foi que eu percebi que eles chegaram muito desconfiados. Não chegaram como qualquer pessoa chega na parada pra sentar e esperar o ônibus. Eles chegaram olhando muito, observando muito. E eu com relógio novo e com medo por estar no centro e estar com pouca gente, já estar mais tarde, percebi por causa desse medo. (Mariana, 20 anos. Estagiária). Já presenciei situações de violência. Estava com minha esposa e filho e próximo da parada de ônibus um rapaz foi abordado, o assaltante encostou na moto e encostou um revólver nele e levou seu celular e eu tive que me proteger correndo pro outro lado. (Rômulo).

Os relatos de Marina e Rômulo retrataram situações em que puderam observar de perto ações de roubo que foram realizadas em ambientes que faziam parte de suas trajetórias cotidianas, como paradas de ônibus, ou local de lazer, como a Ponte Velha na Praia de Iracema. As falas sobre o assalto, tais como as apresentadas nesses casos, demonstraram ser múltiplas e foram compartilhadas por muitos entrevistados. Mas além do roubo, outras modalidades de violência foram pontuadas no decorrer da pesquisa como arrastão, violência doméstica e até mesmo um homicídio, situação contada por Filho.

Já vi arrastão em praia. Briga de casal. Ano passado assassinaram um cara no portão da minha casa [riso irônico]. Eu estava em casa, sei lá, era umas 23:00 horas da noite, eu durmo na sala, de rede né. Quando dei fé só escuto uns pipocos, uns tiros né e tal. Aí uma mulher começa a gritar. De início eu pensei que era briga de marido e mulher. Quando dou fé começou... Eu naquela dúvida e tal, aí a mulher “não, não mata meu marido não, não mata ele não”... Aí quando eu fui ver, o cara tinha matado o cara na rua, aí o cara veio se arrastando e morreu no portão da minha casa [risos]. Aí dá fé, depois de um tempo eu saí de casa, era... Tinha cerca de umas 20 pessoas no portão da minha casa e o cara agonizando lá no portão... A agonia desse cara ali foi brutal [risos], o cara tava vivo lá, agonizando lá no portão da minha casa lá... E tipo, eu fiquei meia hora lá e a meia hora o cara agonizando lá e chegou a polícia e tipo 40 minutos depois e nada da ambulância. Se ela tivesse chegado cedo o cara talvez não tivesse morrido não. (Filho).

A história descrita por Filho é repleta de elementos que chamam atenção. Apesar de se tratar de uma situação de assassinato, sua fala era permeada por risos. Pude perceber que ele utilizava o ato de sorrir como ferramenta capaz de trazer ironia ao seu relato, como também para demonstrar sua insatisfação com o modo que a situação teve desfecho. Apesar de não ter visto o momento em que seu vizinho foi baleado, ele pode presenciar sua agonia nos momentos finais de sua existência, o que descreve como uma cena “brutal”. A brutalidade descrita por ele não se limita ao sofrimento da vítima, mas também à demora da polícia e da ambulância. O tempo de espera entre a efetivação do crime e a chegada dos aparatos de segurança e saúde foi destacado como elemento determinante para que o desfecho do ocorrido tenha culminado em morte.

Dentre os relatos sobre as formas de violência já observadas dentro do ambiente urbano fortalezense, o relato de Filho se destacou. Num cenário em que todos os entrevistados afirmaram conhecer pessoas assaltadas e muitos presenciaram a efetivação de roubos de carros e celulares, seja com familiares ou estranhos, Filho foi o único a narrar um evento em que o entrevistado pôde presenciar uma ação violenta que teve como desfecho a morte de um dos envolvidos.

Ainda que possuam histórias e percepções diferentes, o fato é que todos afirmaram sentir que a violência cada vez mais está próxima de suas vidas. Seja através de manchetes de jornais e dados estatísticos que apontam Fortaleza como uma das cidades mais violentas do mundo, através de depoimentos de familiares e amigos em redes sociais que promovem a exposição das experiências de assaltos sofridas ou mesmo por meio de suas próprias observações e vivências, a sensação de insegurança e medo se apresentou como elemento corriqueiro dentro das experiências cotidianas dos sujeitos desta pesquisa. Mas de que forma os casos de assaltos em Fortaleza e o sentimento de insegurança interferem nas suas socialidades e na forma como os seus moradores se relacionam com a cidade?

3 FORTALEZA ATRAVÉS DO MEDO

Era sábado de Carnaval. Às onze da manhã decidir voltar da Praia de Iracema rumo à minha casa no Jôquei Clube. O dia estava ensolarado, combinava com o clima quente da cidade e a ausência de pessoas na rua indicava que a noite anterior exigia descanso, afinal, era período de folia. No ônibus, as cadeiras vazias condiziam com baixo número de pessoas encontradas pelo caminho. Com poucos solicitando parada, a viagem seguia rápida. De tempos em tempos o motorista fazia uma parada para que alguém subisse. E a cada novo passageiro, olhares de desconfiança. Todos pareciam desconfiar de todos. As notícias de assaltantes que se aproveitavam das festividades para agir gerava desconfiança. Mas entre olhares de suspeitas e corpos que seguravam suas bolsas com firmeza, o trajeto foi concluído sem percalços.

Desci do ônibus e lembro de respirar fundo e sorrir aliviada. A sensação foi compartilhada com meu namorado. Olhamos um para o outro e suspiramos. Era um local conhecido, com rostos também conhecidos. Ou melhor, deveria ser. A rua que conectava a parada de ônibus até minha casa, embora velha conhecida, estava vazia. Céu azul, sol ainda mais quente e um silêncio que só era quebrado pelo som dos nossos calçados tocando o solo a cada passada que dávamos. O ritmo era acelerado. De mãos dadas, falávamos pouco e focávamos em chegar rápido em casa. Um quarteirão e ninguém apareceu. O vazio me incomodava.

Olhava para a casa de vizinhos buscando apoio, querendo um rosto familiar para me gerar alívio. Não havia ninguém. Mais um quarteirão andado, seguíamos sozinhos. Até que no horizonte surge um rapaz de bicicleta. Seu ritmo era lento e ele parecia pedalar sem pressa. Olhei para seu rosto na esperança de reconhecê-lo entre os tantos meninos do bairro que andavam de bike. Poderia ser um de meus colegas de infância, poderia ser um vizinho, mas não era.

Coração acelerado, mão que transpirava, pensamentos que gritavam “vamos ser assaltados”. De mãos dadas e em silêncio, seguimos nosso ritmo e

andamos em direção ao desconhecido. Passamos em frente à casa de uma amiga da família e quis buscar abrigo. Mas o portão trancado com cadeado e a ausência de movimento indicavam que não existia essa possibilidade. Cada passo dado nos aproximava mais do rapaz e cada porta fechada nos deixava expostos na rua. Não havia escolha, seguimos nossa direção. O inevitável aconteceu e cruzamos nossos caminhos. Ele nos olhou e nós o olhamos. A análise era mútua. Para a minha surpresa e alívio, ele seguiu em frente. Respirei. Respiramos. Olho para trás e ele havia ido embora. Suspiro.

Naquele momento, sentia um misto de alívio e vergonha. Me culpava por ter desconfiado do rapaz na bicicleta. Filha de ciclista, cresci escutando meu pai relatar casos em que pessoas sentiam medo ao vê-lo se aproximar delas de bicicleta. Sabia o quanto essa desconfiança era perigosa. “Quantas vezes teu pai foi visto como suspeito apenas por estar conduzindo uma bicicleta e não um carro? Será que ter escutado as histórias dele não foi suficiente para você saber que alguém de bicicleta pode ser realmente só isso?”, pensava. Enquanto me recriminava pela minha desconfiança, escuto novamente o som da correia da bicicleta, mas dessa vez junto com a frase: “Bora, bora, passa o celular!”. Ele havia voltado. Como dito popularmente, ele tinha dado o “balão”. Ou seja, nos despistou, fez parecer que tinha ido embora e voltou. Talvez por ter constatado que a rua realmente estava deserta, talvez por ter nos avaliado e ponderado que suas chances de abordagem seriam satisfatórias. O fato é que, por alguma razão que somente ele saberá de fato, ela decidiu retornar e novamente cruzar nossos caminhos.

Logo minha recriminação por ter suspeitado dele se transformou em decepção. Lembro de sentir o braço do meu namorado me envolver, tentando me passar segurança, de olhar para o rapaz em busca de uma arma, de tentar compreender o que estava acontecendo. Estava imóvel. Não conseguia falar ou me movimentar. Paralisei. Na minha dormência, via ele segurar algum objeto embaixo de sua blusa, sugerindo estar armado. Escutava também ele exigir os nossos celulares.

Meu namorado estava com um celular reserva nesse dia. Fazia poucos dias que seu aparelho de telefonia móvel havia quebrado. A solução

encontrada foi ele usar um dos telefones antigos, desses que ficam guardados para serem usados justamente em situações desta natureza. Era um celular antigo, com aparência já gasta e sem muito apelo atrativo. Sem resistir, ele entregou o objeto requisitado pelo assaltante e pediu que ele fosse embora, alegando que eu não tinha nada para lhe oferecer.

Enquanto isso, eu permanecia imóvel, calada, apenas observando a situação. Parecia uma expectadora do meu próprio assalto. Sentia meus dedos agarrarem cada vez mais forte a bolsa que carregava comigo. Era uma bolsa grande, escolhida justamente por comportar muitos objetos, afinal de contas tinha dormido fora de casa e precisava de espaço para levar itens pessoais. A dimensão volumosa de minha bolsa não passou despercebida pelo ladrão, que logo apontou para ela dizendo: “Numa bolsa grande assim, tem que ter um celular!”.

Percebi que seu olhar estava fixado em mim. Ele exigia uma resposta minha. Finalmente meu corpo dava indícios de alguma ação. Lembro de abrir o zíper da bolsa ao mesmo tempo em que o encarava. O interior dela tinha uma estrutura familiar e conseguia apenas com o tato reconhecer cada objeto que nela continha. Ao deslizar minha mão por seu conteúdo reconheci minha carteira, roupa, chave de casa e tantas outras quinquilharias que costumava carregar comigo. Enquanto realizava a procura pelo celular, lembrei que havia acabado de comprar um aparelho novo. Recordei também que dele tinha pagado apenas três parcelas de dez. Estava triste.

Naquele momento, durante minha expedição em busca pelo celular, pude sentir o objeto responsável por fazer minha bolsa estar tão pesada. Era uma garrafa de sabão líquido para roupas. Momentos antes de sair da casa de minha sogra, ela havia me dado o produto alegando que não iria utilizar e que eu faria melhor uso. Aceitei e guardei. Até aquele segundo, não recordava de sua existência. Mas ao senti-lo, talvez por se tratar do maior objeto que tinha em mãos, retirei da bolsa e o ofereci ao assaltante. Junto com a oferta, veio a frase: “é tudo que eu tenho!”.

Minha atitude foi impensada e, certamente, inesperada. E de tão improvável a situação, o assaltante riu. Seu riso era de incredulidade, como se eu fosse louca. Ao mesmo tempo em que riu, ele afastou a garrafa de sabão, recusando minha oferta. Meu namorado, aproveitou a ocasião para reforçar que eu não tinha mais nada para dar e pediu para ele nos deixar ir embora. E, de alguma forma, ela atendeu ao seu pedido. Aos gritos de “não avisem a polícia senão eu volto” ele saiu pedalando levando consigo um celular defeituoso e deixando conosco a sensação de violência. Ele se foi e nós seguimos nosso caminho. Lembro do silêncio que nos acompanhou até que eu abrisse a porta de casa, de permanecer me sentindo adormecida. A sensação durou até que eu entrei em meu quarto e sentei na cama. Ali, no conforto de um ambiente seguro e que me era familiar, chorei, tremi, voltei a sentir.

Entre ligações para comunicar aos familiares o ocorrido e beber água para acalmar, conversamos sobre o assalto e sobre o rumo inesperado que ele teve. Fui recriminada por minha atitude ao mesmo tempo em que rimos do acontecido. Como eu tinha sido capaz de fazer aquilo? Não sei. E naquele momento, ainda digerindo o ato que tínhamos acabado de vivenciar, fui questionada se queria ir na delegacia fazer o B.O. Não quis. Quando me imaginei saindo de casa e novamente percorrendo o mesmo caminho de sempre, mas agora marcado pela abordagem do assaltante, senti medo. Aleguei que o prejuízo tinha sido mínimo e optei por ficar em casa. Ali eu estava segura.²¹

A fala da pesquisadora se confunde com a de moradora e se mescla com a de tantos homens e mulheres que residem na cidade e que, em algum momento, já vivenciaram situações de assalto. Morar no perímetro urbano é estar envolto em experiências que ilustram um cotidiano marcado por casos que evocam a cidade como um local permeado pelo medo.

Se o medo aparece corriqueiramente como uma emoção que se apresenta em diversos aspectos das interações sociais, mais do que uma reação

²¹ Optei por iniciar os capítulos com pequenos contos de autoria própria para contextualizar o leitor sobre o assunto abordado. Também no intuito de fazê-lo sentir-se envolvido pelos tantos contextos e histórias que fizeram essa pesquisa possível. Como formar de diferenciá-los, eles foram destacados em itálico.

biológica, ele pode ser observado como um elemento que é apropriado e incorporado aos aspectos socioculturais do local habitado. Especificamente quando associado a situações que promovam o risco ou a efetivação de assaltos, ele se apresenta como elemento capaz de reprimir comportamentos reativos, de gerar estratégias de prevenção ou como emoção suprimida pela raiva, gerando ações de resistência à situação de violência sofrida.

Se o medo permeia a própria existência do ser humano, de que forma a expectativa de sofrer um assalto dentro do ambiente urbano propicia diferentes cenários em que esta emoção é apropriada? As *apropriações do medo*, categorização desenvolvida nesta pesquisa, define as diferentes formas em que, aqueles que habitam o ambiente citadino, absorvem e se utilizam desta emoção para promover ações protetivas, não reativas ou reativas.

3.1 Cidade e Medo

A expectativa de passar por situações de violência se tornou quase uma condição de vida para aqueles que habitam o ambiente urbano de Fortaleza. São tantos relatos que não se vive um dia sem pensar em violência e assalto na cidade. O medo passa a se infiltrar nas atividades cotidianas. “Todo dia saio de casa e me despeço da minha esposa e filho porque não sei se vou voltar”, disse um homem ao ser entrevistado sobre o número elevado de assaltos na cidade. Sua fala chama atenção por não apenas demonstrar sua condição de morador que teme ser assaltado, mas também de um pai e marido que teme perder sua vida através de algum ato violento em meio aos seus afazeres cotidianos. Logo, o medo se faz presente todos os dias.

Inicialmente o medo é descrito como um fenômeno biológico, uma emoção-choque (DELUMEAU, 2009) que o corpo produz no intuito de alertar sobre possíveis perigos e possibilitar mecanismos de defesa ou de fuga. Ele pode se apresentar, por exemplo, no caso de situações em que o indivíduo se sinta ameaçado ou com sua vida em risco. Coração acelerado, pupilas dilatadas, audição apurada, calafrio são exemplos de sintomas de um corpo amedrontado.

O medo é componente básico da experiência humana, emoção que surge na iminência do perigo.

No sentido estrito e estreito do termo, o medo (individual) é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação. Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage mediante mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca sobretudo modificações endócrinas. Como toda emoção, o medo pode provocar efeitos contrastados segundo os indivíduos e as circunstâncias, ou até reações alternadas em uma mesma pessoa: aceleração dos movimentos do coração ou sua diminuição; respiração demasiadamente rápida ou lenta; contração ou dilatação dos vasos sanguíneos; hiper ou hipossecção das glândulas; constipação ou diarreia, poliúria ou anúria, comportamento de imobilização ou exteriorização violenta. [...] Ao mesmo tempo manifestação externa e experiência interior, a emoção de medo libera, portanto, uma energia desusada e difunde de todo organismo. Essa descarga é em si uma reação utilitária de legítima defesa, mas que o indivíduo, sobretudo sob o efeito das agressões repetidas de nossa época, nem sempre emprega com discernimento. (DELUMEAU, 2009, P.30).

Conforme nos explica Walton (2007), a relação do ser humano com o mundo irá proporcionar experiências que, em algum momento, irão produzir a sensação de medo. Andar próximo à beira de um abismo, estar perto de um animal feroz, escutar um barulho desconhecido em um local escuro podem ser exemplos que estimulam o corpo humano a entrar num estágio de alerta, produzindo apavoramento. O medo é, então, uma reação corpórea biologicamente produzida que indica sobre os perigos existentes no habitat no qual o ser humano vive, sejam eles possíveis de acontecer ou imaginativos.

Mesmo antes da emoção do medo, como se observa na arqueologia linguística do termo, havia o Medo, puro, simples. Ele existe objetivamente no mundo, quer gostemos disso ou não, como um produto, uma qualidade de que são dotados certos fenômenos. Um precipício batido pelo vento é de dar medo, como uma fera predatória faminta. É o fato de que o mundo está cheio desses medos que nos ensina a sensação de pavor com que nos aproximamos deles. O medo é a reação adequada a estas ameaças. [...]. Os medos nos ensinam que nosso habitat é minado de potencialidades desastrosas, mais precisamente porque o medo representa as coisas ruins que podem acontecer, mas igualmente as que podem não acontecer, ele também nos vence ao nos fazer temer o que não existe e o inexplicado. (WALTON, 2007. P.25).

Se as emoções, tal qual o medo, nascem como uma reação orgânica do corpo, elas são incorporadas aos valores e códigos do universo social do indivíduo. Ainda que as afetividades representem a individualidade do ser, sua apropriação e expressão sofrem interferência do meio social, podendo sofrer alterações de acordo com circunstâncias e tempo. Nesse sentido, Breton (2009) afirma que:

A afetividade parece, em primeiro contato e de acordo com o senso comum, um refúgio da individualidade, um jardim secreto onde se cristaliza a intimidade de onde brota uma indefectível espontaneidade. Mas, mesmo quando ela é sincera e genuinamente oferecida, a afetividade permanece uma emanção característica de certo ambiente humano e de determinado universo social de valores. (BRETON, 2009, p. 112-113).

[...] As emoções traduzem a ressonância afetiva do acontecimento de maneira compreensível aos olhos dos outros. Sua proveniência não é exclusivamente individual: ela é uma consequência íntima, ocorrida na primeira pessoa, de um aprendizado social, em primeiro lugar, e de uma identificação com os outros, em segundo lugar. (Breton, 2009, P. 117).

O estudo das emoções enquanto objeto da sociologia foi realizado por muito tempo implicitamente. Em Durkheim, por exemplo, a análise das emoções aparece em obras como *As Regras do Método Sociológico* (1982), em que o autor expõe a emoção como um produto social, submetida e negociada por processos mentais e fisiológicos no percurso particular de vivência do indivíduo e em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), na qual ele indica que todo e qualquer princípio social é produto da sociedade, sendo a emoção também um constructo social observado nas ações individuais e coletivas.

A análise das emoções na sociologia também pode ser observada na teoria weberiana. Em sua abordagem, elas podem ser percebidas através da interação social dos indivíduos, sendo observadas como elementos capazes de favorecer a vida social. Para o pesquisador, toda ação do indivíduo é dotada de sentido, produzindo emotividades ou mesmo sendo produto das próprias emoções. A história seria o resultado dos indivíduos em ação, sendo suas subjetividades de fundamental importância para a criação social. (WEBER, 1991).

A partir da observação das cerimônias fúnebres na Austrália e de suas expressões orais (gritos, discursos e cantos), Mauss (1979) também desenvolve uma reflexão sobre as demonstrações dos sentimentos e dirá que elas estão diretamente relacionadas às interações sociais, indo além das esferas psicológicas ou fisiológicas. Assim, o modo de comunicar a dor da perda de um familiar é pautado por estímulos coletivos não espontâneos e, portanto, obrigatórios e essencialmente simbólicos.

(...) não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos exclusivamente sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação. (...) Os ritos mais simples, gritos e cantos (...) não têm um caráter tão público e social, mas falta-lhes, no mais alto grau, qualquer caráter de expressão individual de um sentimento experimentado de modo puramente individual. (MAUSS, 1979, p.147-149).

A percepção das emoções se fez presente na análise sociológica clássica, ainda que de forma discreta ou indireta, exercendo um papel coadjuvante em sua história. A sociologia das emoções como campo disciplinar, entretanto, surge na década de 1970, nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo o intuito de uma análise sociológica para além da linearidade e buscando denotar os fenômenos emocionais como fenômenos sociológicos. No Brasil, a emoção era tratada como objeto secundário de análise, sendo trabalhado de forma abstrata. No contexto nacional, tanto a sociologia quanto a antropologia das emoções possuem vidas recentes enquanto campo de estudo acadêmico, havendo uma crescente produção especializada somente a partir da década de 1990. (KOURY, 2009).

Zamboni (2010) faz uma retrospectiva do estudo das emoções na história do pensamento teórico social e diz que o tema foi por muito tempo “relegado na Sociologia clássica”, uma vez que a teoria sociológica passava por um período em que buscava se afirmar como ciência e se distanciar da perspectiva psicológica. Fato que deixou em segundo plano o desenvolvimento de estudos que tivessem como temática central a relação entre sentimentos, sociedade e sociologia, por um significativo período. Rezende e Coelho (2010)

também expõem a dificuldade enfrentada pelos estudos das emoções como campo de pesquisa nas ciências sociais e dizem:

A presença dos afetos foi sempre notada como parte da dinâmica da vida social, sem que, contudo, a eles se dedicasse atenção como objeto autônomo de investigação. Por trás disso estava o status dúbio das emoções: embora se tornassem elementos da interação social, eram vistas como fatos “naturais”, realidades psicobiológicas que eram dadas a priori e modificadas até certo ponto pela socialização em uma cultura específica. Mais ainda, eram consideradas também fenômenos subjetivos, individuais e particulares, mesmo que as sociedades regulassem sua expressão. Mantinham-se, portanto, assunto prioritariamente da psicologia. (REZENDE; COELHO, 2010, p.13).

Rezende e Coelho (2010) expõem a importância do estudo das emoções através do estudo científico para que estas possam ser compreendidas em sua complexidade e afirmam:

(...) construir as emoções como um objeto das ciências sociais é inseri-las no rol daquelas dimensões da experiência humana as quais, apesar de concebidas pelo senso comum como “naturais” e “individuais” – a exemplo da sexualidade, do corpo, da saúde e da doença etc -, estão muito longe de serem refratárias à ação da sociedade e da cultura. (REZENDE; COELHO, 2010, p.12).

Para além de discussões voltadas para a análise de emoções isoladas, a antropologia das emoções permite assim pensarmos também na configuração e dinâmica de “complexos emocionais, tais como os pares amor-cúme ou humilhação-raiva, abrindo mais um leque de objetos de reflexão. Os sentimentos, tantas vezes definidos como o oposto da racionalidade, podem ser muito, muito bons para pensar”. (REZENDE; COELHO, 2010, p.129).

Coelho (2012) ao analisar as falas de assaltos, busca perceber qual a representação que as vítimas fazem dos assaltantes e quais os sentimentos que eles foram capazes de despertar a partir de uma “dinâmica entre humilhação/medo/impotência, de um lado, e raiva/desprezo/compaixão, de outro”. A autora percebe o uso da ironia para descrever situações de assalto como também para depreciar o ato violento sofrido, havendo a necessidade de menosprezar o agressor e de demarcar o nível cultural deste como inferior. Em suma, o trabalho de Coelho torna-se interessante por indicar a possibilidade do estudo das emoções enquanto objeto passível de ser analisado a partir de um

viés socioantropológico, ao mesmo tempo em que contribui para o “estudo de temas nobres e canônicos da agenda das ciências sociais, como a violência urbana.” (COELHO, 2012, p.282).

Ainda que as emoções, como o medo, sejam fundamentalmente reações orgânicas inerentes ao aspecto fisiológico humano, são apropriadas e moldadas de acordo com os aspectos socioculturais vigentes em tempo e espaço (BRETON, 2013). Para serem compreendidas em seus significados e formas é preciso analisá-las de acordo com a perspectiva cultural e social em que estão inseridas.

Não é possível compreender uma palavra de uma língua em isolamento de seu contexto linguístico, da mesma forma que não se pode apreender a natureza da emoção sem colocá-la na perspectiva da situação concreta. De fato, o conjunto cultural e social onde ela se apresenta complementa o significado da mesma, seus significados e formas. (Breton, 2013).

Se o medo é um fenômeno biológico, um comando inerente à natureza humana, ele também é socialmente construído. Através das interações com outras pessoas, o ser humano aprende a temer determinadas experiências sociais. Na infância, o medo pode aparecer na figura de um estranho que oferece um doce, do homem que, de carro, busca crianças sozinhas nas ruas e as sequestra, através do “bicho papão” ou do “homem do saco” e tantas outras histórias que são apresentadas às crianças e que variam de acordo com o tempo e o local onde se vive. O medo é utilizado como ferramenta capaz de moldar comportamentos e criar disciplina. Ele é capaz de moldar corpos e comportamentos não apenas no universo privado, mas também no ambiente social e coletivo, podendo ser utilizado como ferramenta capaz de manipular, controlar e dominar pessoas. É o que diz Baierl (2004):

Na nossa sociedade e na história da humanidade, o medo tem sido usado como instrumento de manipulação das pessoas, subjugando-as, tornando-as escravas e dominadas por determinados indivíduos, grupos ou situações. Trata-se da exploração das pessoas e da coletividade, utilizando-se do medo como mecanismo e instrumento de escravidão. (BAIERL, 2004, p.39).

A percepção do medo é suscetível às transformações de indicadores como tempo e espaço. Atos suspeitos e capazes de gerar apreensão num dado lugar podem não gerar a mesma experiência em outro. Do mesmo modo que a variação pode ocorrer dentro do mesmo ambiente social, mas em períodos diferentes. Ou seja, ações antes amedrontadoras no passado podem não mais gerar a mesma reação em tempos futuros. O fato é que o medo é moldado, ou mesmo gerado socialmente. O biológico sofre a interferência da ação cotidiana através de estímulos sociais, históricos e culturais. É o que Baiertl (2004) descreve como *medo social*.

Tomar o medo social como objeto é buscar explicá-lo como um instrumento criado socialmente, por determinados grupos, que impede as pessoas de coletivizarem seus interesses e seu próprio medo, tecendo uma nova cultura e novos padrões éticos, no âmbito do privado e na esfera onde se gesta a vida cotidiana, alterando sua dinâmica, seus ritmos e seus procedimentos. É entendê-lo, não como um fenômeno pronto e acabado, mas como resultado de múltiplos processos, buscando explicações no bojo das relações sociais, das condições reais de vida do sujeito, e na forma concreta como se expressa no cotidiano das pessoas. O objeto de estudo, dessa maneira, não se configura como algo estático, mas trata-se de um objeto que vai se construindo a partir da dinâmica da própria realidade social e histórica e, sobretudo, da forma como a violência vai se constituindo na nossa realidade. (BAIERL, 2004, p.23).

Apesar de não ser uma associação imperativa, medo e cidade usualmente costumam andar de mãos dadas. Para muitos, pensar a cidade é, necessariamente, pensar nos medos provenientes das vivências experimentadas dentro de seu espaço. No cenário urbano, a violência, o crime e a insegurança parecem ser aspectos cotidianos que encontram terreno fértil e alimentam sensações de temor individuais e coletivas. O medo vai sendo incorporado nas atividades diárias da população e tomando formas específicas.

A cidade e o medo não necessariamente andam juntos. O medo sendo uma condição de fuga dos perigos necessária à própria condição de sobrevivência, acompanha o ser humano em todo o processo histórico. No entanto, quando se associa as palavras medo e cidade cria-se um sentido especial, adicionador de um conjunto de sinais e sensações. Pensamentos relacionados à violência, ao crime e à insegurança vêm à mente, passando a compor o cenário próximo e também comum a várias cidades brasileiras e estrangeiras. (BARREIRA, 2011, p. 89).

A sensação de insegurança somada ao ambiente urbano é capaz de ocasionar diferentes cenários que possibilitam transeuntes, moradores ou visitantes a sentirem medo. Uma rua deserta, um sinal vermelho na madrugada, uma praça mal iluminada, homens de motocicleta ou bicicleta são situações que, numa cidade com elevados casos de criminalidade violenta, são elencadas por moradores e pelos dispositivos de segurança pública como exemplos de circunstâncias que exigem alerta. E quanto maiores os índices de violência, quanto mais a violência se apresenta em meio ao cotidiano de seus moradores, mais recorrente a sensação de medo se torna.

Estar constantemente atento ao que acontece ao redor passa a se tornar requisito para evitar ser vítima de assalto na cidade. Entretanto, estar constantemente em alerta intensifica o sentimento de medo, que passa a ser sentido com maior frequência e numa variedade maior de ambientes, inclusive dentro da atmosfera privada. Nesse contexto, a apreensão da violência passa a não ser restrita às ruas ou espaços coletivos, mas também se infiltra na privacidade do lar, como podemos perceber adiante:

Não me sinto seguro nem na minha casa. Quem passa e quem já viu alguma situação (de violência)... Você dentro de casa se sente seguro, mas de repente alguém pode pular o muro e se a porta estiver aberta ele vai entrar. Quando antigamente eu ficava na calçada da minha casa, até não sei que horas e era tranquilo. Hoje não. É um medo constante, especialmente quem passa o dia fora. Você fica com medo de ir comprar pão, de ir pra parada pegar um ônibus, de entrar no ônibus, de entrar no terminal. É constante. (Neto, 40 anos. Comerciante).

A fala de Neto ilustra o medo que o acompanha, que é constante. Para ele, a localização do medo não está apenas na rua ou em atividades que o exponham ao ambiente coletivo, mas também está no interior de sua residência, quando a sensação de segurança coexiste com a de medo. A segurança de estar em casa passa a ser fragilizada pelo temor de uma possível invasão, por exemplo. Os muros de sua casa parecem não ser suficientes para conter a violência e ele passa a especular a possibilidade de um assaltante conseguir adentrar em sua casa. Para ele, a rua que, na sua juventude, carregava o significado de espaço de socialidade e lazer é ressignificada e passa a promover

desconfianças permanentes. O medo o acompanha no ônibus, no terminal, na padaria. E se sair para o trabalho lhe amedronta, estar em casa também.

Essa apreensão, em caráter de constância, apareceu diversas vezes nas falas dos entrevistados. Expressões como “eu ando sempre com medo” ou variações como “eu sempre estou com medo” foram recorrentes. O andar com medo pressupõe a ideia de que todo deslocamento é acompanhado da sensação de medo, ou seja, ele percorre a cidade e penetra diferentes ambientes. Já o estar com medo proporciona a possibilidade de entendimento que este sentimento lhes acompanha a todo instante, não apenas em suas movimentações pela cidade, mas em sua própria existência, sendo uma companhia constante. Ele se apresenta antes de sair de casa, nas horas de lazer, nos transportes públicos e privados e invariavelmente afeta a decisão de permanecer ou sair de um local.

Sempre saio de casa com medo. Antes de sair de casa, de ir para um show que eu sei que vai acabar tarde, eu penso e evito. Porque ir pra estar com medo, pra ir de ônibus ou de táxi por estar com medo de levarem o carro é tenso. Já deixei de sair muitas vezes por conta disso. Hoje a gente anda sempre com medo. A gente sabe que quando eles (os assaltantes) querem eles se programam e assaltam. (Mariana).

Souza (2008), ao analisar a presença do medo enquanto elemento capaz de afetar a vida diária e promover modificações de circulação no espaço urbano bem como nas relações pessoais, classifica como *fobópole* cidades em que o medo e a insegurança pública interferem constantemente nas conversas, noticiários e implicam diretamente na democracia e no desenvolvimento urbano.

O medo de sofrer uma agressão física, de ser vítima de um crime violento não é, como já disse, nada de novo; ele se fez presente desde sempre e se faz presente hoje em qualquer cidade. Porém; em algumas mais que em outras, e em algumas muito, muitíssimo mais que em outras. Uma fobópole é, dito toscamente, uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo essa característica. (SOUZA, 2008. P. 9).

A “cidade do medo”, seria então, aquela em que seus moradores se sentem constantemente na iminência de serem vítimas da criminalidade violenta,

em que o medo impera. Sua diferenciação em relação às demais cidades é que, como nos diz o autor, esse medo afeta muitíssimo. Ou seja, tem um caráter mais intenso. Diante dessa definição, Souza não apenas caracteriza as grandes metrópoles brasileiras como fobópoles, mas as define como “laboratórios privilegiados” capazes de promover uma observação desse fenômeno.

Sendo Fortaleza uma grande cidade brasileira e sendo o medo um componente que parece se entranhar nas vivências cotidianas de seus habitantes, afetando a experiência de viver na cidade e criando interferências na mobilidade urbana e nas relações interpessoais, ela pode ser enquadrada como uma fobópole. Afinal, depoimentos em que o medo aparece como um lembrete permanente e que produz um estado invariavelmente de alerta, ilustram que o medo parece estar inserido em todos os aspectos que compõem a vida dos fortalezenses.

Entretanto, mais do que observar o medo como elemento que gera cautela, *escaneando* situações em busca de antecipar o perigo, se faz relevante compreender de que forma ele afeta condutas ou mesmo de que forma as pessoas reagem ao se sentirem com medo. Ou, dito de outra forma, sendo o medo um fenômeno biológico que é absorvido e moldado de acordo com as normas e condutas sociais vigentes, de que forma as pessoas o expressam quando expostas a situações de assalto?

3.2 Medo de assalto e atitudes preventivas

Se o medo e a insegurança estão emaranhados nas jornadas diárias daqueles que moram em Fortaleza, a expectativa de passar por situações que culminem em assaltos gera uma carga de preocupação diária que é incorporada à rotina daqueles que habitam a cidade, contribuindo para a elaboração de ansiedades, como nos aponta Barreira (2016),

Os espaços sociais passam a ser codificados: Seguro – inseguro, tranquilo - perigoso. Nesta perspectiva, o medo é um sinal de alerta que previne as pessoas acerca de perigos, mas é também um

elemento propulsor de ansiedades e ações irracionais. (BARREIRA, 2016, p.104).

Tal apreensão é reforçada por amigos e familiares que enumeram formas de se precaver, indicando o que fazer ou evitar para prevenir assaltos ou mesmo discorrendo sobre como se comportar no caso de, não havendo escapatória, o assalto se concretizar. “Cuidado por onde anda”, “Não volte muito tarde”, “Quando estiver perto de casa me avisa que eu fico vigiando a rua para você entrar em casa”, “Se acontecer algo, entrega logo tudo. Nada paga uma vida”, frases como essas são exemplos de conselhos que se acumulam no dia a dia daqueles que temem ser assaltados. Sobre isso, Baierl (2004) diz:

O medo de ser assaltado ou roubado em casa, no portão ou no farol vem levando esses personagens a alterarem significativamente suas rotinas e ritmos diários: controle de horário de sair e chegar em casa, evitando circular ou transitar à noite pelas ruas e sozinhos; espera ansiosa de filhos ou outro parente no retorno de atividades noturnas; redução nas relações de vizinhança etc. (BAIERL, 2004. p.195).

Entretanto, a elaboração de uma fala que sugere a construção de um código de conduta é estimulada não apenas por aqueles que pertencem à esferas afetivas, como também é formulada e estimulada pelos agentes de segurança pública. Uma vez que o crime contra o patrimônio é o que mais acumula vítimas em Fortaleza, reportagens que tenham como pauta noticiar esse tipo de crime são frequentes. Além de informações que agreguem dados oficiais, exposição de casos específicos e entrevistas com pessoas que se prontificam a expor os detalhes de seus assaltos, é comum que a matéria conte com a participação de especialistas em segurança pública. Em situações como essa, os repórteres costumam indagar: “Quais atitudes o cidadão pode tomar para se prevenir contra assaltos?” ou ainda “Em caso de assalto, como essa pessoa deve se portar?”. E é justamente dentro desse contexto que são veiculadas por imprensa televisiva, escrita ou *online*, indicações de como agir para evitar ou de como agir em caso de uma abordagem de assalto.

Matérias que possuem esse conteúdo são usualmente formuladas em períodos que precedem datas comemorativas e feriados ou também após casos de assaltos em que a interação entre vítima e bandido culminou na eliminação

física de uma das partes. Exemplo disso é a matéria veiculada pelo jornal *Tribuna do Ceará* intitulada “Saiba como prevenir assaltos e furtos durante as festas de Carnaval²²”, divulgada dias antes das festividades carnavalescas de 2017. Na ocasião, um especialista em segurança elencou 26 medidas para evitar furtos no transporte público, assaltos ou até invasão a casas de praia.

Foram destacadas enquanto ações gerais para a prevenção de assaltos atitudes como: evitar áreas com iluminação precária, estar atento ao ambiente que lhe cerca para certificação de que não está sendo seguido, procurar abrigo em estabelecimentos comerciais em caso de perseguição, não carregar objetos de valor nos bolsos traseiros da calça, não cultivar o hábito de sair com grandes quantias de valor ou cartões de crédito ou evitar a exposição de objetos de valor na frente de terceiros, quando sozinho andar no centro da calçada e na direção oposta a dos carros.

Para não ser assaltado no transporte público, o especialista sugeriu não dormir durante o trajeto do ônibus, usar bolsas capazes de esconder corretamente objetos de valor e mantê-las à vista, sentar próximo ao motorista quando o transporte estiver vago, usar vale-transporte ou ter o dinheiro da passagem contado e evitar paradas vazias. Já para evitar o roubo específico de celulares ele sugeriu atender o aparelho em zonas comerciais e não na rua, usar o aparelho em modo vibratório e não o deixar exposto em ambientes de lazer como restaurantes.

Por fim, para ambientes de casa de praia, ele indicou descarregar bagagens com o carro na garagem, acionar alarmes da propriedade e do carro (caso existam); manter a casa sempre trancada, com janelas fechadas e com luzes acesas; comunicar aos vizinhos quando a casa estiver vazia; ao retornar para a propriedade buscar sinais de alterações e em caso de alguma suspeita, acionar a polícia.

A reportagem se torna interessante não só por elencar diferentes tipos de cenários em que o assalto pode ocorrer (ruas, transporte coletivo, casas de

²² Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/saiba-como-prevenir-assaltos-e-furtos-durante-as-festas-de-carnaval/>> Acesso: 01 Mar. 2017.

praia), mas principalmente por enumerar uma quantidade extensa de ações preventivas e por discorrer sobre o impacto que cada uma delas pode ocasionar, elucidando que o seu não cumprimento pode efetivamente contribuir para que os assaltantes optem por realizar a abordagem. No cenário descrito pelo especialista, tendo o objetivo de evitar ser “a próxima vítima”, a pessoa deve se manter em estado constante de alerta, seja se deslocando a pé pelas ruas, estando no interior dos ônibus ou mesmo em ambientes privados como casa de praia.

A atenção proposta por ele não se limita à observação do outro, através da busca por pessoas ou veículos que transmitam desconfiança e suspeita, mas também e principalmente uma observação de si. Ou seja, realizar uma auto-observação, uma análise de si, é tão importante quanto perceber o ambiente em que se está e as pessoas que o compõe. Será que estou atento? Será que estou fazendo algo que me torne mais propenso a ser assaltado? Estou facilitando a ação do assaltante? O que posso modificar na forma como me desloco, me comunico e realizo minhas atividades cotidianas para me tornar menos suscetível a ser vítima de assalto? São exemplos de questionamentos que naturalmente podem ser evocados após a leitura da matéria.

Mas diante de tantas observações e ressalvas a serem tomadas, da suspeita e da tensão exigidas fora e dentro de casa, será que a vivência do carnaval ainda poderia ser experimentada com alguma leveza? Certamente, dentro do universo da reportagem, em que a pessoa adota cem por cento das sugestões apontadas, não. Nesse cenário, não há espaço para as subjetividades, alegria ou mesmo folia exigidas por uma festa tão permeada por espontaneidade quanto o carnaval.

Muito embora a reportagem tenha sido veiculada especificamente para um período extra habitual, momento propício à realização de atividades de descontração e lazer, as medidas protetivas e estratégias se adequam à rotina da vida cotidiana e são incorporadas por muitos habitantes da cidade. Eckert (2002) aponta a elaboração de práticas de defesa como um resultado do estado de crise e ameaça da ordem coletiva e diz que os moradores se valem dessas táticas como formas de prevenção em busca de uma rotina segura.

Diante desse estado de crise e ameaça da ordem coletiva, moradores, habitantes, cidadãos se veem constrangidos a buscar estratégias e formas de viver enfrentamentos, táticas para reagir à crise e à violência que os anestesiam. Respostas práticas e simbólicas para garantir a integridade humana e sociabilidades que expressam um novo estilo de vida, reconfigurando o imaginário social. O que torna possível, entre outras, esta leitura da arte de viver o cotidiano com base nas práticas que vão estetizando novas formas de viver e estilizando as interações sociais cotidianas propulsoras de expressões múltiplas de repensar e 'reagir' na cidade dramatizada pela estética do medo, nas condutas de prevenção e de projeção de uma rotina segura, percursos e situações planejadas, trajetórias e interações comedidas, implicando uma 'estética de existência', delineada pela violência urbana como um constrangimento social externo. (ECKERT, 2002, p. 93).

Num cenário em que os assaltos se fazem constantemente presentes, o medo de ser roubado não se limita a eventos festivos. Ele se faz diariamente presente e, aos poucos, passa a compor o *habitus*²³ instituído por aqueles que tem como morada o ambiente citadino. Evitar sair desacompanhado, observar lugares e pessoas, travar portas de casa e carros, acelerar o passo ao avistar uma pessoa que gera suspeita, andar com pouco dinheiro, esconder o celular, são algumas das tantas estratégias adotadas para prevenção do assalto, ações que buscam evitar riscos ou prever situações criminosas com a finalidade de se resguardar. Tais ações preventivas foram pontuadas por meus entrevistados diversas vezes, sendo atribuídas ao sentimento de insegurança na cidade e apresentadas em associação, ou não, com o medo. A percepção de que a insegurança está em todo lugar se aproxima da reflexão de Barreira (2016) quando diz:

Os lugares seguros e pessoas menos vulneráveis às práticas classificadas como violentas passam por uma quadra de indefinição. As vulnerabilidades sociais permeiam outras dimensões, pois os "lugares perigosos" e as "vítimas preferenciais" se fazem cada vez mais complexos. (BARREIRA, 2016, p.93).

A insegurança foi citada constantemente como característica usual da vida dos entrevistados. Mas se para alguns ela vem acompanhada do medo de ser assaltado, por outros foi apresentada como uma condição de vida na cidade,

²³ O conceito de *habitus* adotado neste trabalho é o de Bourdieu (1983): um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. Uma segunda natureza (construída socialmente) capaz de guiar o comportamento dos agentes. Ou seja, a história incorporada ao agente, mas dentro de suas individualidades ou ainda a estrutura mental transformada em estrutura social.

sem ansiedade ou carga emotiva, apenas tendo como resultado um permanente estado de atenção. John, por exemplo, afirma: “Não vivo minha vida com medo. Quando eu *andar*, fico alerta. Olho pra trás, olho pra frente, porque qualquer lugar pode acontecer se você não prestar atenção. Mas tenho consciência”. Com essas palavras, ele reforça a ideia de que as situações perigosas podem ocorrer a qualquer momento e que por isso deve se manter atento. Esta mesma sensação foi relatada por outra entrevistada, que afirmou não se sentir segura em nenhum lugar dentro da cidade:

Não me sinto segura em nenhum lugar! Nenhum! Nem dentro da igreja. Aquela igreja que tem lá próximo lá de casa né. Nem lá. Nem dentro de casa. Em canto nenhum! A gente vê que o pessoal entra em apartamento... Não que seja uma coisa que eu viva com medo, o tempo todo, um medo consciente.... “Ah meu deus vai acontecer alguma coisa”... Mas dizer assim “ah, aqui em Fortaleza eu estou tranquila nesse lugar”, não! Não estou! (Suiany, 30 anos. Enfermeira).

Suiany ilustra a insegurança como um elemento constantemente percebido e diz não se sentir segura em lugar nenhum, nem mesmo na igreja, local considerado por ela sacro e que deveria lhe possibilitar a sensação de paz e tranquilidade. Entretanto, ela dissocia insegurança e medo ao afirmar que se sente insegura a todo momento, mas que não vive em estado de amedrontamento constante. Ou seja, podendo estar invariavelmente atenta ao que está acontecendo ao seu entorno e analisando quais atitudes de segurança deve tomar em cada ambiente, mas sem estar afetada pelo temor do assalto. Mário também reforça a ideia de que pavor e atenção não necessariamente devem andar juntos:

As pessoas andam muito assustadas, as mulheres segurando firme suas bolsas, hoje qualquer suspeita é motivo de uma reação de defesa, de tentar se esquivar de uma situação pior. Eu particularmente ando tranquilo, no entanto prevenido. Existem algumas situações que passamos são bem suspeitas, principalmente andando de carro. Eu fico atento aos ambientes. (Mário).

Mário também se posicionou como alguém que permanece atento, mas sem se sentir tenso por isso. Sua fala sugere uma diferença entre andar assustado e ser cuidadoso e analisar os ambientes. Sua entonação ao trazer a

imagem de mulheres segurando as bolsas contra os corpos, suspeitando de tudo e de todos, propensas a reagir em caso de assalto, sugere um distanciamento entre ele e elas ao se descrever como uma pessoa atenta, porém tranquila. Assim, ele cria uma distinção entre permanecer atento, em estado de vigília, e estar constantemente apavorado, que geram reações de defesa, ainda que nenhuma ameaça real esteja acontecendo. Ele aceita que estar atento é necessário e traz isso para suas ações cotidianas, mas seu relato expressa uma recusa em transpor a barreira da vigília e cair neste estado que não gera só suspeita, mas que promove uma reação física de tensão e medo.

O ato de estar atento, de buscar prever situações que possam promover a experiência de um assalto ou furto parece ser um hábito incorporado. Antes mesmo de sair de casa, os cuidados que se deve tomar são antecipados, já colocando o assalto como possibilidade iminente, como por exemplo estar em um restaurante ao ar livre e ficar observando se há presença de pessoas suspeitas.

Eu vou pra um restaurante, se for um desses abertos que dá pra rua, eu sempre fico de olho assim, porque tá sempre passando aqueles moleques que aqui vocês chamam, como é? Piranguero²⁴? A gente chama de trombadinhas, lá... Estão sempre assim, ansiosos pra alguém que estiver passando e eles vão fazer qualquer coisa. (Suiany).

A rua não é restrita como único local de atenção. Suiany, por exemplo, deixou claro que um ambiente desordenado, composto por muitas pessoas, como uma feira, exige medidas protetivas que devem ser pensadas e postas em prática como uma preparação específica, como esconder objetos de valor e priorizar alojá-los nos bolsos da frente, onde uma situação de furto se tornaria menos provável.

Chegou mesmo um semana passada dizendo que... Não, não foi assalto, foi furto né. Que ele foi pra feira da Parangaba, eu acho, e com a carteira no bolso... Eu disse: "cara tu foi otário"... Pra esses cantos eu já aprendi... O dinheiro não vai no bolso de trás, vai no bolso da frente! Porque o cara vê, ele reconhece, eles são muito habilidosos, saber onde estão as coisas, enfim... (Suiany).

²⁴ Termo usualmente utilizado pela população fortalezense para descrever jovens cuja imagem é associada a atividades criminais. (Aquino e Barreira, 2013).

Um aspecto interessante da fala de Suiany é o julgamento que faz de seu amigo, que teve sua carteira furtada na feira. Ao conversarem, ela descobriu que seu pertence estava no bolso de trás e reage com desdém. Naquele caso específico, em seu ponto de vista, houve um facilitamento da ação do criminoso, pois segundo ela, ao não se precaver guardando sua carteira num local mais seguro, ele se colocou na mira do delinquente que, sendo habilidoso, percebeu que seria fácil realizar o ato de afanar sua carteira e, por isso, ela o chama de “otário”. Ao defini-lo desta forma, ela indica que ele já deveria saber quais os atos preventivos exigidos para aquele tipo de ambiente. Logo, o furto sofrido foi uma consequência direta de seu desconhecimento ou displicência na forma de agir.

Outro aspecto relevante na fala de Suiany aparece quando ela diz “Pra esses cantos eu já aprendi”. Nesta frase, ela se coloca como alguém que detém um tipo de conhecimento sobre como se portar para aquele tipo de situação. Ao afirmar que aprendeu, ela indica que esse conhecimento não é inerente, mas fruto de uma experiência social. Sua fala não deixa claro, entretanto, se este aprendizado lhe foi repassado por outra pessoa ou se foi consequência de uma experiência individual. Ou seja, o aprendizado decorreu de uma educação que lhe foi proporcionada através do saber de outra pessoa, ou fruto de um caso ocorrido em que ela se encontrou na categoria de “otária” e, por ter sido um dia, acumulou um saber capaz de evitar situações favoráveis ao furto?

O aprendizado, categoria trazida pela entrevistada, indica que a experiência social, seja ela pessoal ou através de uma vivência coletiva, vai proporcionando uma educação em que as pessoas vão reconhecendo quais os riscos que os ambientes proporcionam e quais as medidas cabíveis a serem tomadas. Há um ensinamento de como agir de acordo com cada tipo de situação ou ambiente que promova a sensação de insegurança. Seja através da figura do Estado e dos representantes da segurança pública que, como vimos, elencam ações para prevenção à assaltos, ou por meio das relações interpessoais e da troca de experiências entre os habitantes, existem uma construção de um *habitus* preventivo que estimula sociabilidade que é permeada por um estado de

alerta e que promove a elaboração de ações que tenham o objetivo evitar situações de assaltos.

Para Bourdieu (1983), o *habitus* seria a história incorporada ao agente, mas dentro de suas individualidades ou ainda a estrutura mental transformada em estrutura social. Ele seria, deste modo, uma segunda natureza incorporada ao agente, um corpo socializado que incorporou a estrutura. Diferentes campos são constituídos por diferentes *habitus*, o que indica que um determinado agente frequentador de variados campos possuirá mais do que um único *habitus*.

Por ser o *habitus* tão fortemente (im)posto aos agentes, o processo de racionalização das ações pode ser encoberto, fazendo parecer que suas ações não são objetivas. Bourdieu alerta que o *habitus* pode camuflar este processo de racionalização lógica e afirma que existe lógica nos *habitus*, ainda que não seja a lógica da lógica. O que ocorre é que, ao ser incorporado, o *habitus* é efetivado de modo a trazer praticidade à vida dos agentes, que não necessitarão, a todo momento, estar conscientemente racionalizando suas ações.

Diante do campo da violência urbana, os indivíduos cada vez mais passam a agir seguindo a lógica de um *habitus* preventivo, que se institui em diferentes cenários da cidade, seja em ambientes privados ou coletivos. Nesta conjuntura, uma medida destacada pelos interlocutores desta pesquisa foi a associação com outras pessoas na hora de sair de casa. Andar só é estar exposto em sua totalidade. Sem a companhia de outra pessoa, não há distrações ou chances de minimizar os danos. Ao sair em grupo a atenção do assaltante é diluída e a probabilidade de perda material também. Isso pode ser percebido na fala de Irani, que se sente mais segura ao andar acompanhada.

Não me sinto segura morando em Fortaleza. A gente anda prestando bem atenção e nunca ando só, sempre estou acompanhada. Só ando com alguém. Porque a gente não tem segurança eu prefiro sair em grupo. Assim, se a gente for assaltada e mesmo que tiver levando dinheiro ele não vai saber qual das três ou duas vai estar com o dinheiro. E se for uma pessoa só, é o alvo... [risos]. (Irani, 56 anos. Dona de casa).

Para ela, o grupo não apenas lhe proporciona segurança, mas também a chance de reduzir o prejuízo de um possível assalto, uma vez que dinheiro e objetos de valor são distribuídos entre seus componentes. É interessante perceber que esse mecanismo de defesa é elaborado antes mesmo da saída para a rua, ou seja, a possibilidade de ser assaltado é cogitada previamente. Há uma lógica que é pensada e instituída com base na sensação de insegurança e no medo do roubo.

3.3 O assalto e o controle do medo

Não sair com bolsa, evitar carregar grande quantidade de dinheiro, olhar para os lados, se distanciar de pessoas suspeitas, andar em grupo, esconder o celular, foram algumas das ações preventivas citadas pelos entrevistados. Entretanto, por mais que todos estes direcionamentos sejam seguidos categoricamente, ainda assim o assalto pode ser concretizado. Quando tal fato acontece, quais ações são indicadas nas falas dos agentes de segurança pública e da população como o *tipo ideal* (WEBER, 1991) de comportamento durante a situação de assalto?

Assim como são veiculadas matérias que possuam como temática a elaboração de ações que objetivam prevenir o assalto, também existem aquelas que optam por discorrer sobre o tipo de comportamento que a vítima deve exercer caso o assalto seja inevitável. Este tipo de matéria costuma ser midiaticizado quando a relação entre assaltante e assaltado culmina na morte ou ferimento de uma das partes e busca informar a população sobre quais comportamentos ofereceriam a redução de riscos à integridade física em caso de roubo.

Um exemplo disso pode ser visto numa reportagem²⁵ veiculada pelo programa da rede Globo de televisão *Fantástico*, em que um major da Polícia Militar de São Paulo indicava a melhor forma de se portar diante de situações de violência urbana. Segundo ele, “no momento de assalto, o melhor a fazer é tentar

²⁵ Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0.,MUL1670078-15605,00.html>> Acesso: 15 Mai. 2015.

buscar a calma, (...) é ficar do jeito que está. Não fazer nenhum gesto brusco, não deitar no chão, não fazer nada, porque isso vai ser interpretado pelo criminoso como uma reação. Baixar a cabeça pode ser um gesto interessante, porque vai trazer calma para o criminoso, vai deixar ele entender que ele está no comando da situação. Nessa hora, é o melhor a fazer. Via de regra, é bom não reagir”.

Na reportagem, se torna claro que nos discursos oficiais a atenção concentra-se nas ações da vítima e não do assaltante, uma vez que o criminoso traz inúmeras variáveis que tornam seu comportamento imprevisível. Estaria ele sob efeito de entorpecentes? Poderia estar tomado por uma adrenalina capaz de reagir a qualquer tipo de movimento que ele considere suspeito? Nada se sabe sobre ele, a não ser que está suscetível a desencadear um cenário de violência que pode ser minimizado ou maximizado de acordo com o comportamento de sua vítima.

Desse modo, as ações tomadas por quem está sendo assaltado devem ser poucas e sutis, sendo sugerido, por exemplo, medidas como manter o controle das emoções, desviar o olhar do assaltante olhando para baixo e não realizar movimentos bruscos. O que é recomendado então é que, mesmo diante de uma situação abrupta e violenta, a vítima mantenha o controle de si. Passa a ser exigido dela o autocontrole de seus movimentos. Mesmo tendo anseios de correr ou de se jogar no chão, ela deve suprimir o ímpeto e minimizar sua movimentação, realizando poucos gestos e realizando-os em baixa velocidade.

O domínio corpóreo, por sua vez, deve ser realizado também através do domínio das emoções. Uma vez que situações de assalto costumam evocar abalos emocionais, propiciando a percepção de emoções como humilhação, medo, raiva, desprezo (COELHO, 2010), a recomendação é a de que a pessoa assaltada também exercite o domínio corpóreo através do domínio de suas emoções, não apenas na intensidade como sente, mas principalmente na forma como demonstra seus sentimentos. A supressão, ainda que momentânea, do caráter emotivo sentido, teria como objetivo não assustar ou estressar o assaltante, que poderia corresponder com agressividade e violência ao descontrole ou “crise” da vítima.

O jornal O Povo lançou uma reportagem patrocinada por um grupo de segurança privada, também tendo o objetivo de comunicar sobre os cuidados que devem ser tomados em casos em que as ações preventivas não foram suficientes e o assalto for concretizado. A matéria não apenas aponta medidas a serem seguidas pela vítima em caso de uma abordagem de assalto, mas promove uma reflexão sobre o processo de educação ou de aprendizagem do que eles denominam de comportamento seguro.

Assim como, ao longo da vida, as pessoas são ensinadas a se comportarem de maneiras distintas em diferentes ambientes - como na escola ou em um restaurante - um comportamento seguro também deve ser aprendido para que situações de risco sejam prevenidas. Porém, se o assalto acontecer mesmo com as medidas preventivas, é importante estar preparado para agir corretamente. É essencial manter a calma e a racionalidade nos casos em que se é vítima de violência. (Jornal O Povo, 09/10/2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/servis/2017/10/a-melhor-maneira-de-agir-durante-um-assalto.html>)²⁶

A ideia que permeia o artigo é a de que o cidadão deve imaginar cenários e pré-condicionar uma forma de agir, um processo de educação que envolveria controle das emoções e do corpo. Uma vez que a vítima faz o exercício imaginativo de se visualizar sendo assaltada, ela deverá ser capaz de administrar possíveis atos de espontaneidade, desta forma, tendo mais controle de si, reduzem-se as possibilidades de um uso desordenado de força e violência, seja por parte da vítima ou do assaltante. Ou como dito na matéria: “se ele interpretar que a vítima é uma ameaça, além de levar o seu bem, ele pode lhe machucar”. Logo, a busca por uma ação dócil tem por objetivo proporcionar uma maior probabilidade de que a ação permaneça apenas no campo da violência simbólica e não física.

Mesmo sendo um momento ruim, o ideal é manter a racionalidade, interpretar corretamente o que está sendo pedido e colaborar com a ação, não agindo de forma precipitada. “Temos visto até pessoas treinadas e capacitadas para reagir tendo reações inadequadas e acontecerem coisas ruins. Se já houve abordagem, a ideia é colaborar e não se mostrar uma ameaça.” (Jornal O Povo, 09/10/2017. Disponível em:

²⁶ Acesso: 10 Out. 2017.

<https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/servis/2017/10/a-melhor-maneira-de-agir-durante-um-assalto.html>²⁷⁾

A preocupação dos aparatos de segurança, pública ou privada, propõe uma espécie de burocratização do assalto, em que assaltantes e vítimas devem realizar uma espécie de "acordo" intrínseco à situação: o sujeito assaltado submete-se ao poder exercido pelo assaltante através do medo e entrega seus pertences sem esboçar nenhuma reação física ou verbal, apenas cumprindo a condição de vítima, cumprindo as normas de segurança amplamente divulgadas e recomendadas pelos órgãos de segurança brasileiros. Uma vez que assaltantes e assaltados permaneçam num estado que não evoque agressividade, as situações tenderiam a durar apenas o tempo necessário para que a ação seja efetivada, de modo com que os agressores possam fugir levando os objetos tomados e as vítimas permaneçam sofrendo o mínimo de violência possível.

Aquino (2010), ao realizar uma etnografia da performance de grandes assaltos, elenca motivações em potencial para que aqueles que, em situações de assalto, se submetam aos comandos dados pelo assaltante. O cenário representado pelos atores sociais em questão é apresentado pela autora permeado de "eficácia simbólica", onde a vítima se sujeita às ameaças sofridas mediante o conhecimento prévio de que elas podem se efetivar, uma vez que:

Nas ocasiões em que vítimas estão sob o jugo de assaltantes, a "eficácia simbólica" das ameaças proferidas por estes últimos está garantida porque: a) os próprios assaltantes estão dispostos a matar seus reféns, caso haja reações capazes de colocar em risco a concretização da operação criminosa; b) os reféns, tendo recebido contundentes ameaças e pressões psicológicas, diante de ostensiva presença de armas de fogo, acredita, que serão assassinados por seus oponentes e temem pela segurança deles mesmos e de seus entes queridos; c) cada pessoa, cujo coletivo forma a entidade que costumamos chamar de "opinião pública" ou "sociedade", - a partir das numerosas ocorrências de roubos contra os mais diferentes alvos, que são noticiadas diariamente pelos meios de comunicação em massa, além dos casos, os quais presenciou ou tomou conhecimento por narrativas de terceiros – está ciente da incidência de agressões físicas e assassinatos decorrentes de assaltos. Com isto, vão se construindo

²⁷ Acesso: 10 Out. 2017.

percepções coletivas e saberes que se legitimam como normas práticas, acerca de ocorrências criminosas. A principal destas máximas, cujo cumprimento também é recomendado pela Polícia, é a de que não se deve reagir, durante um assalto. (AQUINO, 2010, p.100-101).

As eficácias simbólicas apontadas pela autora indicam a constituição de um cenário em que, ao ser assaltada, a vítima já assimilou a percepção coletiva de que o assaltante está disposto a matar, que diante da presença da arma de fogo deve temer pela sua vida e de seus familiares e, por último, das normas práticas que sugerem um comportamento não-reativo diante de tal situação.

A máxima de não reação sugerida pelos órgãos públicos de segurança foi reproduzida através da fala de meus entrevistados, que de um modo geral, os afirmaram acreditar que o melhor modo de agir mediante uma situação de assalto é manter a calma, não reagir e entregar os pertences que estão sendo exigidos. A justificativa mais apontada para adotar esse tipo de comportamento é a de que o bem material se torna irrelevante se comparado ao valor da vida humana. A lógica apontada é a de que objetos, ao serem adquiridos, possuem um valor monetário específico exigido para efetivação de sua compra e em caso de dano ou perda, podem ser reparados ou novamente comprados. A vida, diferentemente, não tem preço e não pode ser substituída em caso de perda. A percepção desse argumento pode ser sintetizada nas falas abaixo:

A gente não deve arriscar, se você puder sair dessa situação ileso, preservando a sua vida, que é o principal, então não vale a pena você se arriscar por uma carteira, celular ou dinheiro. Você deve pensar em quem depende de você, porque o resto você consegue recuperar. (Adriano, 38 anos. Gerente comercial).

Eu acho que o mais prudente é não reagir a um assalto. Até porque eu penso que a maioria das coisas que você perde num assalto você consegue recuperar depois. E é muito difícil você prever o nível de stress do assaltante, então é melhor entregar tudo o que a pessoa pedir. (Thayná, 23 anos. Vendedora).

A execução de um comportamento passivo, que obedece ao que foi exigido pelo assaltante, apareceu de forma recorrente. A valorização da vida em

detrimento da perda de objetos materiais é justificada também pela preocupação de preservação dos laços afetivos. O medo de morrer não aparece justificado por razões unicamente egoístas, mas também como uma preocupação motivada pelos laços familiares. Como diz Adriano: “Você deve pensar em quem depende de você”, ou seja, o controle do corpo e das emoções sentidas no momento do crime deve ser exercitado não apenas pensando na segurança individual, mas na segurança daqueles que, de algum modo, dependem de você.

A imprevisibilidade da ação do assaltante também aparece como elemento que favorece o comportamento não-reativo. Uma vez que o “nível de *stress*” do bandido é desconhecido, não é possível prever suas reações em caso de um “mal comportamento” da vítima. Assim, a racionalidade do assaltante é posta em dúvida, cabendo ao assaltado manter o domínio de suas emoções e manter atitude calma e racional indicada para esse tipo de situação.

Ainda que o controle do corpo, físico e emocional, seja estimulado oficialmente comportamento indicado pelos aparatos de segurança e maciçamente reproduzida através de matérias de jornais, há uma margem que é posta para que esse desempenho seja efetivado. E apesar de ser absorvido por uma grande parcela dos entrevistados, há o argumento de que o modelo ideal de comportamento pode ser ineficiente quando a pessoa abordada é incapaz de exercer ações racionais e deixa-se dominar pela imprevisibilidade de suas emoções.

Ao relatarem sobre seus ideais de como a vítima deve se portar no momento de assalto, alguns entrevistados reafirmavam a norma de obedecer aos comandos, ao mesmo tempo em que apontaram que o assaltante não é o único que pode exercer ações dotadas de imprevisibilidade, mas também a vítima. Foi apontado que existe um hiato entre os comandos socialmente sugeridos e o comportamento a ser desenvolvido pela vítima, que pode agir emotivamente. Falas como “só sabe quem passa”, “eu acho que têm que entregar tudo, mas na hora não tem como saber de nada”, “o melhor é não reagir, mas é imprevisível” foram apresentadas como possíveis justificativas para os casos em que a vítima reage, como observado a seguir:

Deveria reagir sempre sem revidar, mas nós seres humanos não reagimos como pensamos premeditadamente. O conselho que dou é não reagir, entregar, porque não vale nada isso tudo, o pertence que for. Mas isso é imprevisível. A gente fala que vai ser de uma forma, mas só se sabe isso na hora. (Márcio).

É difícil falar. Até porque a pessoa só sabe na hora que é assaltada. Acho que não deve reagir, mas é uma coisa que a pessoa só sabe na hora. Meu marido teve um amigo motorista de ônibus que no primeiro dia de trabalho disse pra ele: "Rapaz, se você for assaltado, não reaja e entregue tudo. Ninguém deve morrer pra defender as coisas dos outros." Mas um dia no ônibus foi assaltado, reagiu e morreu defendendo as coisas dos outros. E morreu dentro do ônibus. Eu acho que não reagiria. A não ser por conta de reflexo. Mas eu me trabalho para que não reaja. (Lucineide).

As falas de Márcio e Lucineide, reforçam a ideia de se comportar de forma obediente ao assalto, indicando que a vítima deve se submeter ao poder coercitivo do assaltante. Entretanto, a reação se apresenta dentro da margem que parece misturar instinto, ausência de racionalidade ou mesmo reflexo. Especificamente no relato de Lucineide, ela apresenta ter consciência de que a reação é uma possibilidade que permeia sua subjetividade. Entretanto, ao afirmar "se trabalhar" para uma não reação, ela sugere se tratar de algo exige esforço, uma ação não espontânea, algo a ser condicionado.

Ainda que a dinâmica imprevisível do assalto tenha sido apontada pelos entrevistados como possibilidade para que haja a reação da vítima, de um modo geral, os entrevistados que vivenciaram experiências de assalto ilustraram comportamentos que reafirmam as ações de não reação, se submetendo às exigências dos agressores, como podemos ver nos trechos de entrevistas a seguir:

Foi em frente a casa da minha vó, na Bela Vista. Na verdade bem próximo, não chegou a ser em frente. Não é nem Bela Vista, ali é Panamericano. E eu estava chegando na casa da minha vó por volta de umas 13 hrs. Na hora que eu dobrei a esquina o assaltante me encontrou na vinda. Acho que ele tava esperando qualquer vítima que passasse e ele viu, me assaltou com uma faca, uma peixeira, alguma coisa assim... E assim, pra mim *foi tranquilo*... Pra mim foi tranquilo porque a minha reação de choque é ficar parada. E ele pediu pra mim passar a bolsa, eu passei. Ele disse pra eu não gritar, eu disse que não ia gritar e cada um seguiu seu rumo. Não reagi... (Renata).

O caso de Renata se torna interessante por retratar uma situação que se enquadra dentro da caracterização do que denomino de *assalto burocrático*, ou seja, aquele em que a interação entre vítima e assaltante é rápida, objetiva e em que o dano sofrido é minimizado mediante o comportamento controlado da vítima. Ao se submeter aos comandos do assaltante, permanecendo imóvel, não alterando seu tom de voz, reafirmando que agiria de acordo com os comandos recebidos e entregando seus pertences sem resistência, a abordagem não evoluiu para a agressão física e o assaltante se dá por satisfeito, “seguindo seu rumo”.

Nesses tipos de abordagens “tranquilas”, como Renata define, os relatos ganham uma descrição normativa. As narrativas eram desenvolvidas de forma bem prática, não havendo descrições minuciosas de detalhes, gestos expansivos ou tom de voz elevado. As falas eram desenvolvidas de modo objetivo e sem adição de aspectos emotivos, pontuando apenas local, tipo de arma usada pelo assaltante, quais os objetos entregues e a forma como a abordagem foi concluída. Para um assalto “tranquilo”, um relato “tranquilo”.

Entretanto, essa aparente tranquilidade é relacionada a ideia de que “poderia ser pior”. Uma vez que eles possuem o conhecimento de que há registros de assaltos que têm desfechos que culminam com a vítima lesionada ou perdendo a vida, as suas experiências passam a ser relativizadas e o caráter violento da ação é suprimido diante da ideia de que “foi até tranquilo”, “foi rápido”, “eles só queriam o dinheiro”.

Outro entrevistado, assaltado quando saía para a faculdade na mesma rua de sua casa, descreveu a situação também de modo bastante objetivo e ressaltando o caráter “tranquilo” de sua reação.

Fui assaltado na porta da minha casa, quando saí de casa pra ir pra faculdade (tava de mochila levando meus livros). E quando fechei o portão de casa, andei poucos metros e um carro passou por mim. Eu tive a sensação de que ia acontecer alguma coisa porque não era um carro que eventualmente passava no local e tinham pessoas que... Eu tive a sensação que eles iam fazer alguma coisa de errada comigo. Porque eu sempre ando em estado de alerta. Eu gosto de observar o movimento em volta. E aquela coisa... Quando eu pensei alguma coisa, duas pessoas já tinham saído de dentro do carro. Os dois estavam armados e me abordaram. Graças a Deus eu fui tranquilo e consegui manter a calma. Quando eu percebi que ia acontecer alguma coisa, eu evitei voltar

pra casa. Eu não sei se eles repararam onde eu morava ou não. E eu resolvi me dirigir pra casa do meu vizinho da frente. Cheguei até a tocar a campainha. Quando fiz isso eles me abordaram dizendo que era um assalto (um com arma em punho e o outro com a arma na cintura, apenas mostrando o revólver). Quando meu amigo abriu a porta eles só falaram pro meu amigo não fazer nada e pediram pra ele fechar o portão. Eu fiquei tranquilo e meu vizinho também não esboçou nenhum tipo de reação. E eles levaram só pertences: relógio, celular, cordão. Não levaram os livros e nem os documentos. Foi uma ação rápida. Não durou nem dois minutos. Falaram pra eu não reagir que não ia acontecer nada e levaram as coisas, foram pro carro rapidamente e foram embora. (Roberto, 32 anos. Instrutor de Pilates).

Roberto também destaca a tranquilidade como característica presente em seu assalto e que perpassou todos os envolvidos. Assim como o caso de Renata, o assalto ocorreu na rua e na proximidade da residência familiar. Mas diferentemente do caso anterior, a abordagem partiu de homens que estavam num veículo automotivo e envolveu o uso de armas de fogo. O modo como ele descreve o fato evoca sempre a racionalidade da sua percepção sobre a situação. Por estar atento é que ele diz ter sido capaz de estranhar o carro e de categorizá-lo como um veículo incomum da região e até antecipar a certeza de que ia ser assaltado, o que o faz buscar abrigo.

A compreensão racional do acontecimento faz com que ele não vá para a sua casa, mas sim para a de um vizinho. Entretanto, a demora do vizinho gera tempo suficiente para que a ação dos bandidos aconteça. No decorrer do assalto ele permanece reforçando a sua sensação de tranquilidade, ilustrando o controle de seu corpo e de suas emoções através da sua não reação. A tranquilidade do vizinho, que obedece ao comando do assaltante (de fechar a porta), faz com que o assalto permaneça acontecendo no ambiente coletivo da rua e foi apontada por ele como fator relevante para a rapidez do acontecimento. O desdobramento do assalto resulta na perda de objetos como relógio, celular, cordão e tão logo ele entrega as peças, os assaltantes vão embora. A ação durou aproximadamente dois minutos e não envolveu uso de força física.

Em casos em que o assalto envolve mais de uma vítima e mais de um assaltante, a possibilidade de desdobramentos é ampliada. A efetivação de uma abordagem que se restrinja ao dano material é diluída entre todos os componentes, trazendo riscos e aumentando a apreensão das vítimas. Nesses

tipos de situação, o domínio da ação comportamental que suprime reações, sejam elas físicas ou emocionais, não é exclusivamente de uma pessoa, mas depende da coordenação de uma conduta não reagente de duas ou mais pessoas, gerando apreensão e potencializando o perigo, como percebido no relato de Roberto e no depoimento a seguir:

Eu passei um uma experiência no ambiente de trabalho. Fomos assaltados por uma quadrilha de roubo de carga. Ficamos quase duas horas sob o domínio deles. Eu estava no estoque, lá dentro, e ia transportando mercadorias pro cliente. Eles já foram entrando e nos rendendo. Não foram hostis conosco, eles vieram especificamente atrás de dinheiro e mercadoria. Estavam todos armados com pistola e diziam que não queriam nada de ninguém, só dinheiro e a carga do caminhão que vinha da fábrica para a loja, então eu, um cliente e o restante do pessoal ficamos abastecendo os caminhões pra eles roubarem. Eles só falavam que a gente ficasse como se estivesse funcionando normal e que a gente fosse pegando as malhas e colocando dentro do caminhão. Mas não foram hostis. A gente na realidade não tem reação no momento, mas o pouco tempo que eles vão juntando as pessoas por lá, você começa a ter lembranças. No meu caso, lembrei muito do meu filho e pedia muito interiormente que eles levassem somente mercadoria, que não fizessem refém e que tampouco a polícia chegasse, porque eles chegando poderia haver troca de tiros e algum de nós seríamos atingidos. Em relação ao assaltante no momento não senti nada, só lembrava do meu filho, ficava só com a sensação de querer que acabasse logo. Quando terminou, a gente fica com a sensação de alívio, de estar vivo. (Rômulo).

A situação vivenciada por Rômulo se diferencia por ter ocorrido dentro do ambiente de trabalho. Ele e seus companheiros foram surpreendidos e rendidos por um grupo que tinha como alvo a empresa em que trabalhavam e não os funcionários. A ação criminosa consistiu em interceptar o material têxtil produzido pela fábrica e o montante financeiro que lá estava. Rendidos e em estado de tensão, os funcionários são utilizados pelos assaltantes para ajudar a transportar a carga roubada para o caminhão. Diferente dos casos anteriores, nesta situação a operação envolveu múltiplas variáveis, uma vez que havia mais de um assaltante e mais de uma vítima. Em meio a esse cenário, Rômulo manteve um comportamento obediente, realizando tudo que lhe foi solicitado e sem tomar nenhuma atitude agressiva.

Quando ele relata que, em meio a realização do assalto, lembrava do filho e desejava que “eles levassem somente mercadoria, que não fizessem

refém e que tampouco a polícia chegasse”, ele está elencando alguns de seus receios, que eram propiciados, dentre outras coisas, por sua incapacidade de antecipar quais seriam as medidas tomadas pelo grupo. Seu autocontrole enquanto vítima, agindo de acordo com o comportamento idealizado e especificado pelos órgãos de segurança, esbarrava na multiplicidade de fatores que ampliavam as possibilidades de diferentes desfechos. Será que eles vão se contentar em levar apenas a carga? Será que vamos ser retidos como reféns? Se a polícia chegar vai haver troca de tiros? Esses foram algumas das indagações que Rômulo elaborou e nenhuma delas dependia dele unicamente para se concretizarem ou não.

A diversidade de elementos apontadas gerou, dessa maneira, tensão e ansiedade na vítima. Ou como diz Aquino (2010), o tratamento coercitivo, associado ao conselho social que sugere o não enfrentamento em prol da preservação da vida, interfere diretamente na análise da situação.

(...) as pessoas que sofrem ameaças nestas ocasiões, além de estarem amedrontadas pelo tratamento coercitivo que recebem de seus agressores, também se defrontam com o consenso social, e de conotação normativa, que apresenta o não de enfrentamento de vítimas com assaltantes como a postura correta e eficaz para preservação de suas vidas. (AQUINO, 2010. P.100-101).

Apesar de suas inquietações, o assalto foi concluído dentro da hipótese que ele mais ansiava, ou seja, a deles levarem “apenas a carga e o dinheiro”. A polícia não foi acionada, não existiu uma efetivação de disparos e as vítimas não se tornaram reféns da situação por muito mais tempo. O alívio de ver o assalto ser concluído rapidamente, sem trazer prejuízos financeiros ou corpóreos para os trabalhadores da empresa, proporciona a Rômulo uma sensação de alívio. Ele se torna grato por estar vivo e por poder voltar, sem maiores danos, para junto de sua família. A não concretização de hipóteses que envolvessem um cenário violento mais intenso torna a ação dos bandidos menos violenta, não “hostil”, em suas palavras.

Neste sentido, a fala comum dos interlocutores reafirma que quando este acordo é cumprido, a situação de assalto é finalizada com rapidez e sem danos maiores para as duas partes envolvidas. Expressões como “tudo

aconteceu muito rápido, assim que entreguei tudo ele foi embora", ilustraram a eficiência deste tipo de comportamento como método capaz de limitar o assalto a uma experiência especificamente de perdas materiais, sem maiores riscos.

Um aspecto interessante percebido nos entrevistados que passaram por assaltos burocráticos é que o ato de ter seus pertences subtraídos mediante o uso da coerção de outro não foi pontuado como violência. Ao afirmarem "já fui assaltado, mas foi tranquilo" ou "meu assalto foi rápido, não teve violência", pude perceber que a carga dramática envolvendo o roubo se concentrava na expectativa de que a situação envolvesse truculência, contato físico agressivo ou *insultos morais*²⁸.

Uma vez que a ação ocorre dentro de um cenário que se restringe à ação coercitiva exigindo os bens materiais e que tem como desfecho a entrega sem resistência por parte da vítima, logo o assalto ganha a alcunha de "tranquilo", sem violência. Ou seja, a violência é associada a outros aspectos que poderiam vir a acontecer e não em relação ao próprio assalto, que passa a ser descrito como uma experiência desagradável, mas sem piores consequências.

O maior número dos entrevistados manteve a conduta especificada pelos assaltantes, compactuando com o acordo proposto pelo agressor. Ou seja, o de lhe entregar os itens exigidos sem resistência em troca da preservação da vida e da manutenção da integridade física. O ato de se submeter ao que lhe é demandado, entretanto, não é apenas um condicionamento às normas de direcionamento da polícia, mas também uma ação regida através do medo imposto pela arma de fogo, que aparece como um elemento que potencializa o controle do assaltante sobre o assaltado, como podemos observar no seguinte relato:

O assalto ocorreu num bairro periférico, no José Walter. Quer dizer, você ia de carro, quando vai parar numa esquina houve um assalto. O assaltante vem correndo, você por acaso está ali. É o primeiro... Ele

²⁸ Oliveira (2008) diz que os estudos sobre a violência tem que ir além da percepção da agressão física, sendo também observada a dimensão moral inerente aos casos de violência. O insulto moral será apresentado pelo autor como uma agressão à dignidade da vítima, significando um desrespeito aos seus direitos institucionais.

manda você sair do carro, deitar no chão, ele pega o carro e vai embora. Ele vinha assaltando, depois soube conversando com algumas pessoas. Ele vinha numa moto, a moto deu problema, então ele jogou ela no chão e correu pra pegar o que viesse. Como eu apareci na esquina, parado porque não era minha preferencial... Ele estava armado e mostrou a arma, sem capacete, mas foi tão rápido que não dá pra visualizar. Alguns detalhes você vê. Você vê que era uma pistola, uma pessoa alta, um jovem. Mais que isso não dá. Minha reação foi "tudo bem, pode levar". Desci (do carro) com calma, mandou deitar e eu deitei no chão. Passou um minuto no máximo e passou a vida inteira nesse minuto. Você fica desnortado. Você só pensa que o cara pode atirar em você. É muito ruim. Se ele não tivesse armado com um revólver minha ação seria diferente. Com certeza eu não deixaria fácil. Eu tentaria um conflito... Mas armado de jeito nenhum! (Oscar, 60. Aposentado).

Oscar descreve seu assalto como um ato propiciado pelo acaso. Ele estava no lugar errado, na hora errada e subentende que qualquer pessoa que estivesse no local em que ele estava parado poderia ter sido a vítima. Quando a moto do bandido quebra, era ele e seu carro os que estavam mais próximos e, portanto, a abordagem é realizada. Ele sintetiza o assalto de forma bem prática, minimizando-o aos seguintes comandos: sair do veículo, se deitar no chão, entregar as chaves do carro. Ao realizar os direcionamentos, há o desfecho da situação quando o assaltante vai embora levando seu meio de transporte.

Ao descrever desta forma, Oscar parece indicar que sua ação expressa o condicionamento de "não reagir" socialmente instituído. Entretanto, o uso da arma de fogo como instrumento de coerção é fundamental para que sua forma de comportamento seja pacífica e, talvez, apenas por isso a tenha sido. O revólver lhe acarreta a sensação de que sua vida poderia de fato ter fim naquele momento. Ao estar deitado no chão, no curto tempo em que a ação ocorreu, ele diz ter visto sua vida passar diante dos olhos, o que lhe causa a sensação de mal-estar. A sua não reação também lhe inquieta. Num cenário em que a arma de fogo não se estabelecesse como instrumento de imposição do ato violento, ele pondera que reagiria, que "tentaria um conflito".

Assim, se para alguns agir com tranquilidade ao assalto aparece como um hábito incorporado, para outros ainda não. Dessa forma, a obediência, apesar de acontecer, passa por um processo de ponderamento, sendo realizada, mas com ressalvas. Há, assim, um posicionamento que indica um

comportamento que não foi completamente assimilado. Podemos observar esse aspecto no trecho retirado da fala de Filho:

Eu estava saindo do trabalho, que era ali pela Av. Antonio Sales, chegando em casa umas 19:30h. Estava descendo a rua que moro e fui abordado por dois caras, um armado com revólver. Pra minha infelicidade eu tinha acabado de receber a quinzena do pagamento do salário. Na hora eu fiquei sem saber o que fazer, pensando se era arma de brinquedo ou não. Você sempre fica naquela, tipo 'o cara me ganhou e talvez fosse só um "Zé Doidim qualquer". Era o horário que o pessoal rouba aqui na Maraponga. Minha rua é bem esquisita, não tem muitas casas e é bem escura. Eu estava descendo na rua e quando dei fé eles passaram por mim na bicicleta e me trancaram. O que estava na garupa desceu e me mostrou o revólver. Eu fiquei naquela 'cara, eu vou correr'. Mas aí levantei as mãos dizendo que não tinha nada. Como eu estava com dinheiro tinha colocado a carteira por dentro das calças. Aí o cara chegou, levou minha mochila com o celular e a farda do trabalho. Perguntou onde estava a carteira, eu disse que estava dentro da mochila. Mas sem acreditar, ele veio e fez uma "revista" em mim e aí encontrou minha carteira. E lá se foi a quinzena junto com meu celular. Você pensa em tudo, em reagir, correr, mas fica naquela... Eu fiquei meio em choque. Encontrei com uns amigos ainda na esquina, esboçamos uma reação de ir atrás deles de carro, mas não rolou. (Filho).

O caso de Filho ilustra uma situação em que a abordagem também se concretizou através do medo reforçado pela presença de arma de fogo. Apesar da exposição do revólver como instrumento coercitivo, ele ainda gera a hipótese de se tratar de um armamento de brinquedo. Sua indecisão em como se portar ao assalto foi estimulada por alguns fatores: o fator econômico, uma vez que acabara de receber parte de seu honorário mensal, e sua suspeita de que aquele assaltante poderia não ser um “profissional”, se tratando de um “Zé Doidim”, ou seja, alguém que realiza a abordagem-assalto, mas que não teria meios para cumprir a ameaça realizada. Assim, no curto intervalo entre a exigência dos bandidos e a entrega de seus objetos de valor, ele pondera sobre a qualificação do assaltante, questionando se deveria temê-lo. Além disso, ele também promove uma reflexão sobre a veracidade da arma, assim como sobre as características de sua rua, considerada por ele como “esquisita”, ou ainda, deserta e mal iluminada.

A entrega dos objetos exigida pelo assaltante passa pelo processo de quase recusa ou mesmo de avaliação do cenário em que ele se encontra, buscando possíveis saídas e estratégias de fuga. Somente quando avalia que a

chance de obter êxito reagindo é falível, ele acata a sugestão normatizada de não reagir e, à contragosto, realiza a entrega de seus pertences. No entanto, sua ação, ainda que estimulada pelo saber de que não se deve reagir a assaltos, é realizada de modo em que há uma tentativa de burlar as normas sugeridas. Ele realiza a entrega de sua mochila com parte de seus pertences, mas deixa escondida sua carteira.

Se valendo da lógica da suspeita e já motivado pelo medo de assaltos, assim como pelo aspecto inseguro de seu bairro, ele havia alojado seu pagamento no interior de sua calça, apostando nesta tática como uma forma de iludir um possível ladrão.

Sua tentativa, entretanto, fracassa quando o assaltante não se contenta com a mochila que havia tomado e faz uma vistoria em seu corpo, encontrando o que ele havia ocultado. Assim, mesmo diante de seus questionamentos e de sua tentativa de preservar seu salário, o assalto é finalizado sem mais delongas.

Os depoimentos de Filho e Oscar apontam para um comportamento em que suas ações ainda se enquadram dentro do caráter não reativo. Não há por parte deles uma ação de explicitar seus descontentamentos ou mesmo seus desejos em não realizar o comando imperativo do assaltante. Ou seja, eles findam por entregar os objetos demandados pelos bandidos. Entretanto, o procedimento de entrega de suas posses é permeado por um cenário que mescla sujeição, medo e questionamentos. O não enfrentamento ocorre, mas não impensadamente. Antes há um processo avaliativo que pondera se existe a possibilidade de elaborar táticas que viabilizem resistir ou de fugir da situação.

A arma de fogo se apresentou como elemento determinante para que o conflito fosse evitado. Ainda que eles tenham desejado reagir em algum momento, ao ponderarem sobre os riscos possíveis que poderiam decorrer do uso da arma por parte do assaltante, recuam e adotam posturas não conflituosas. Em outros casos, porém, quando se tem a certeza de que o assaltante está destituído de arma, ações reativas em prol da defesa dos bens passam a ser justificadas. Como exemplificado na fala a seguir:

A gente tá com tanto medo e a violência está tão grande, têm pessoas que vão lhe assaltar, mas vão só no susto. Como aconteceu com minha vizinha, por exemplo. Ela viu que o assaltante tava sem nada e que queria assaltar ela "no grito", então ela deu um murro nele, gritou "socorro" e ele foi embora. Mas se o cara chega com uma arma, você não vai reagir. (Marina).

No caso de Filho, há um diferencial. Muito embora ele opte por não assumir uma postura agressiva, ainda assim ele realiza uma ação de resistência. Ao esconder seu dinheiro ele tenta induzir o assaltante a se satisfazer com o material que lhe foi concedido. Deste modo, busca gerar um obstáculo que evite a entrega do bem material de maior valor ao mesmo tempo em que não efetiva uma conduta capaz de ser notada pelo assaltante como essencialmente hostil. Logo, há o desenvolvimento de uma postura que é influenciada pela máxima de não reagir a assaltos ao mesmo tempo em que adiciona uma estratégia sutil que tenta resistir ao comando de assalto.

Indo além da sutileza, há casos em que a cooperação entre assaltante e assaltado é rompida. A pessoa abordada se posiciona contra os imperativos anunciados pelo agressor. Neste momento, a dinâmica do assalto muda e a agressão, inicialmente restrita à esfera simbólica (pelo sentimento de impotência por presenciar alguém tomar o que é seu), ganha dimensões físicas, em que as duas partes envolvidas disputam através de um combate corpóreo o domínio da situação.

A impossibilidade de existir o acordo entre as partes, em que um exige e o outro acata, produz desfechos que ganham um aspecto de imprevisibilidade. Situações como o assaltado fugir do local correndo, surpreender o assaltante gritando ou reagir fisicamente através de socos e pontapés são possíveis atitudes capazes de interromper o assalto e gerar desdobramentos que ponham em risco a vida das partes envolvidas.

3.4 O medo que reage

O número expressivo de assaltos diários relatados no ambiente urbano de Fortaleza através de dados oficiais, narrativas de amigos e familiares no ambiente doméstico e através de redes sociais, a desconfiança no aparato policial e judiciário, bem como a divulgação de notícias de caráter violento em telejornais e programas especializados em midiaticização de violência, são alguns fatores que fortalecem a sensação de insegurança e medo na cidade. Diante desse cenário, aqueles que habitam a urbe passam a temer ambientes, situações e pessoas que, de alguma forma, são percebidas como suspeitas. Logo, estratégias de comportamentos e ações que têm como objetivo a preservação física em momentos de assalto vão sendo instituídas.

As ações preventivas são incorporadas ao cotidiano e são adaptadas às atividades e programação diária de seus moradores. O medo e a insegurança, como visto anteriormente, se apresentam nos mais distintos ambientes, seja ele coletivo ou privado. Os atos de prevenção são, desde modo, instituídos dentro do ambiente doméstico, na preparação para sair de casa, nas ruas, nos transportes coletivos, nos veículos automotivos particulares, dentro de prédios públicos ou particulares. O medo se desloca juntamente com o morador, que afirma estar constantemente apreensivo, gerando uma série de suspeitas e tentando prever momentos em que vai ser assaltado, como podemos analisar na fala de Lígia.

Foi ali perto do FAFI (bar acadêmico nas proximidades do Bairro Benfica). Eu tava indo pra casa sozinha (isso era umas onze da noite) e passou esse cara de bicicleta. E eu já me senti mal por estar prestando atenção num cara de bicicleta à noite, né?! Porque você fica, sei lá: "cuidado com esse cara de bicicleta!", mas não é uma coisa que eu goste. E esse cara passou e também estava passando um carro cheio de gente do exército (não sei por que) e eu achei que por isso nada ia acontecer. Continuei andando e o cara passou por mim, mas quando olhei, ele tava dando a volta. Daí eu pensei: "poxa, o cara tá dando a volta. Vai acontecer alguma coisa!". (Lígia).

O relato de Lígia descreve uma situação corriqueira de deslocamento pelas ruas da cidade. Era noite quando, sozinha, ela sai do bar em direção ao seu carro para retornar à sua casa. Uma questão interessante em sua fala é que

ela indica que seu deslocamento é marcado pelo ato de estar atenta. A rua aparece em muitas histórias de entrevistados como um lugar de ampla exposição a situações que podem tornar o assalto mais suscetível. Logo, estar atento se torna um imperativo.

A figura do *flâneur* (BAUDELAIRE, 1997), aquele que caminha pela cidade de forma errante e observadora, vai se tornando cada vez mais rara. Gradualmente, o caminho deixa de ser apreciado e a experiência vai se limitando a gerar observações sobre os possíveis riscos que podem aparecer no meio do percurso. Será que essa rua é segura? Está movimentada ou deserta? Está escura ou bem iluminada? Existe algum comércio aberto para proporcionar abrigo em caso de necessidade? Esses são alguns exemplos de inquietações que podem surgir quando se está exposto na via pública. E no caso de Lígia, sua observação se transforma em suspeita quando um homem de bicicleta cruza o seu caminho.

No “vocabulário” dos medos urbanos, “o cara na bicicleta” na rua, assim como o “cara na moto”, aparece como alguém a se desconfiar. Logo, ao olhar para ele, automaticamente é gerada a desconfiança de que ele poderia lhe fazer mal. Entretanto, ainda que Lígia tenha absorvido a ideia de que deve suspeitar do homem que se aproxima de bicicleta em ruas ermas, ela se demonstra insatisfeita por julgá-lo. Na “gramática dos medos urbanos” não há espaço para um julgamento justo e aquele que gera apreensão costuma ser olhado, julgado e condenado em fração de segundos.

Ao temer, cria-se a sensação de alerta e, assim, a possibilidade de fuga. É o medo agindo como mecanismo de proteção. Mas o que a situação de Lígia mostra é que seu medo constitui um aprendizado social, ela aprendeu a temer o “cara na bicicleta”, do mesmo modo como aprendeu a se sentir segura quando diante de homens fardados. Justamente por isso, quando o carro com homens do exercido passa por ela, ela se sente aliviada e crê que nada vai acontecer. Mas a rápida dinâmica dos acontecimentos não dá espaço para grandes reflexões. Tão logo ela se critica por incriminá-lo, tão logo ela se sente confortável com a presença do carro “cheio de gente do exército”, observa o rapaz voltar em sua direção e com isso tem a certeza de que algo vai acontecer.

Aquela não era a primeira, mas a terceira vez em que ela era assaltada. Na primeira vez foi abordada por um homem e coagida a entregar o seu celular mediante a ameaça de uma garrafa que poderia perfurar seu estômago. Na segunda experiência, a abordagem foi realizada com arma de fogo e teve como consequência, novamente, a perda de celular e dinheiro. Nas duas primeiras situações em que foi assaltada, Lígia agiu de acordo com a normatividade de não reagir, acatar os comandos dos assaltantes e, calmamente, entregar seus pertences. Ambas situações foram rápidas e não houve agressão física.

A primeira foi, acho que foi em 2006, eu tinha ido pra uma calourada na Unifor. Tava sentada esperando meu pai ir me buscar, com minha prima e chegou um cara com uma garrafa quebrada, colocou na minha barriga. Eu tomei um susto. Como ele tava puxando da minha mão, tentando puxar meu celular, eu abri a mão e ele acabou levando. Chamei a polícia mas não deu em nada. Essa foi a primeira. A segunda foi no estacionamento do Pão de Açúcar. Tinha ido fazer as compras. Tava entrando no carro quando chegou um cara de bicicleta dentro do estacionamento com um revólver e apontou pra mim, disse: "passa o celular e o dinheiro", Eu dei. Nas primeiras vezes foi tipo: "Tá acontecendo algo e vou entregar tudo". (Lígia).

Entretanto, no momento em que percebe que vai ser assaltada pela terceira vez, Lígia cria uma série de questionamentos e nos segundos que antecedem ao assalto ela passa a sentir raiva. Ela associa esse sentimento à insatisfação de novamente estar passando por esse tipo de violência, mas também à ousadia do assaltante, que resolve agir mesmo quando militares estão na proximidade. A possibilidade de ter seus bens recém adquiridos subtraídos também lhe afeta. Ela havia acabado de comprar um aparelho celular e fazia pouco tempo que tinha ganhado o carro como presente.

Eu ficava pensando: "putz, não acredito que isso tá acontecendo de novo! Eu não acredito que acabou de passar um carro cheio de gente do exército e essa cara tá fazendo isso". Porque assim, passam muitas coisas na cabeça num espaço muito pequeno de tempo. E eu pensei assim também: "eu acabei de comprar esse celular e eu acabei de ganhar de presente esse carro! Ele não vai levar essas coisas de mim hoje". E na época eu também estava praticando uma arte marcial e não sei se isso tem alguma coisa a ver com isso. O nome era Wing Chun, uma variação de Kung Fu. Então não sei se isso me levou também a esse sentimento de eu posso reagir. Eles não se dizem como Krav Magá, que é defesa pessoal, não é essa a abordagem. Sempre diziam até que é melhor não reagir à assaltos. O mestre dizia que era melhor

não reagir. Até porque eu estava começando... Mas eu tava com muita raiva. (Lígia)

Se nas experiências passadas o medo foi a emoção capaz de neutralizar qualquer ação, nesta a raiva é o sentimento capaz de gerar uma reação. Ao se perceber novamente como vítima de assalto, o medo é suprimido pela raiva, que se torna agente catalisador de enfrentamento. Assim, Lígia se distancia de uma atitude passiva e adota uma postura ativa, reagindo à violência sofrida e sendo guiada pelo seu estado momentâneo de fúria. O modo como a raiva é apresentada por ela se adequa ao que Walton (2008) indica ser o comportamento típico de uma pessoa acometida por essa emoção. Segundo ele,

Se entendemos que o medo é principalmente um estado passivo, a raiva é como um impulso, uma força compulsiva que estimula um tipo ou outra de ação. É a esse acesso de paixão que a pessoa é impelida por provocação contínua, e é devido a ele que há muito passamos a aplicar os conceitos metafóricos de “cólera” e “fúria”, referidos originalmente ao delírio de estados mentais extremos. (WALTON, 2004, p.65).

E é diante desse estado de cólera que no momento em que ele anuncia o assalto, ela se recusa a exercer a condição de pessoa que obedece ao comando que lhe foi exigido e interfere na dinâmica em que assaltante demanda o que deseja e o assaltado entrega seus pertences sem resistir.

Aí ele parou perto, fez como se tivesse com uma arma (colocou a mão na cintura) e pediu o celular. E aí que eu não sei o que deu em mim que eu parti pra cima dele e dei um murro nele. Ele caiu da bicicleta, me chamou de doida. Acho que ele ficou assustado também... Ele não esperava que eu fosse reagir. Uma mulher sozinha, a noite, reagir né. Eu continuei caminhando porque eu estava com muita raiva dele. Ele me chamou de doida, eu chamei ele de filho da puta. Aí eu continuei caminhando, assim. O carro também não estava longe, mas continuei caminhando, tipo “você não vai mexer comigo”. Ele seguiu o rumo dele. Eu fui pro carro e saí de lá, não fiquei pra ver, não chamei a polícia nem nada... Aparentemente ele não tinha arma ou acho que ele teria reagido. Aparentemente foi muito imprudente ter reagido. Depois que ele seguiu o rumo dele e eu cheguei no carro, me dei conta do que tinha feito. Fiquei muito nervosa. Acho que dei sorte por ele não ter experiência de assaltar pessoas, pelo menos eu acho que não tinha. (Lígia).

Lígia reage e desfere um murro no ladrão, que se desequilibra e cai da bicicleta. A sua reação surpreende o assaltante e os dois passam a realizar insultos morais. Eles se distanciam e ela segue caminhando em direção ao carro.

Sua atitude é de reafirmação perante a ação tomada. Ela não corre, pelo contrário, anda. Naquele momento ela adota uma postura segura que tem o objetivo de afirmar que o assalto não iria se concretizar, ou em suas palavras: “você não vai mexer comigo”. E assim acontece. A reação de Lígia promove a descontinuidade do assalto e, para sua surpresa, é acatada pelo assaltante, que vai embora.

Seu comportamento é descrito como um ato de arrebatamento mediante o domínio da emoção sobre a racionalidade, em que a ação realizada é justificada pela intensidade da raiva sentida no momento. O argumento de descontrole das emoções é usualmente encontrado na fala de quem comete algum delito. Natalie Davis (2001), ao analisar as chamadas cartas de perdão, em que criminosos do século XVI enviavam esclarecimentos sobre o crime cometido ao rei em busca de remissão de suas penas, observou a construção de um argumento que justificasse ou amenizasse o delito cometido. Era comum que os agressores discorressem sobre o contexto do crime de modo a ressaltar características positivas de si e negativas daqueles que morreram. A honestidade e a boa reputação do acusado eram ressaltadas, sendo o crime a consequência de uma “explosão de raiva”.

Lígia argumenta justamente que sua reação decorreu mediante um contexto de acúmulo de raivas anteriores, mais especificamente o fato de já ter sido vítima de assalto em outras ocasiões. Logo, no momento em que percebe que o terceiro assalto está prestes a se concretizar, ela passa a sentir raiva da situação, havendo, num dado momento, uma explosão emotiva capaz de suprimir seu raciocínio lógico.

Walton (2007) diz que a raiva pode ser percebida como um indício de descontrole das emoções, sendo caracterizada por ser de grande intensidade e de curta duração. O acúmulo de raiva, segundo o autor, implicaria no aumento de sua magnitude, podendo fazer com que a pessoa que a está sentindo perca o medo das consequências de agir segundo sua emoção e simplesmente dê vazão aos sentimentos acumulados. Como ele mesmo diz:

A pessoa com raiva quer destruir, ou pelo menos danificar, o que a prejudicou e que ela portanto odeia, mas o medo das consequências

de se exceder pode levar a uma negação deste instinto, criando assim o risco de que possa ser ampliado por ser reprimido. A imagem batida da raiva reprimida é a da panela fervente sem saída de ar. À medida que o conteúdo continua a ferver, a pressão se torna cada vez maior por dentro, até que o único resultado é uma explosão espetacular. (WALTON, 2007, p.92).

O pensamento de Walton se aproxima da fala de Lígia. Ela indica o acúmulo de raiva sentida nos assaltos anteriores como catalisadoras de um sentimento intenso de revolta, de tal modo que foi capaz de lhe fazer agir sem pensar no medo ou nas consequências de seus atos. No momento em que esmurra o ladrão, não houve o medo de que ele revidasse, ou a racionalização da ação, mas apenas o desejo incontável de reagir de forma agressiva à uma situação que lhe remeteu às raivas anteriores sofridas e reprimidas pelo medo. Tão logo ela reage, o medo passa a ser novamente processado e ela passa a questionar a atitude tomada.

Aí depois que eu percebi o que eu tinha feito, eu fiquei muito nervosa, pensei que eu não deveria ter feito aquilo. Liguei pra uma amiga pra contar, porque eu estava me tremendo assim... E fui pra casa. Não contei pros meus pais, porque meus pais ficariam loucos né, se soubessem que eu tinha reagido a uma tentativa de assalto, e foi mais o nervosismo de ter percebido que eu fiz isso. Tipo, o que poderia ter acontecido se esse cara tivesse armado ou se, vamos dizer assim, se tivesse mais prática em roubar pessoas? Porque eu acho que ele não devia ter tanto, por ter caído e ter me deixado seguir. Primeiro de alívio por eu estar bem e segundo tipo meio que brigar, tipo “não faz mais isso, não faz bem, não é seguro, não é ideal”. (Lígia).

Após o ocorrido, Lígia passa por um período de assimilação do ocorrido, de tomada de consciência e de racionalização dos fatos. Aos poucos a racionalidade vai se estabelecendo e com ela o temor de ter cometido um ato impensado. Lígia passa pela fase de incredibilidade, de espanto por ter sido capaz de agredir ao assaltante e sente-se nervosa, criando hipóteses do que poderia ter ocorrido caso o assaltante tivesse reagido. Seu comportamento se assemelha ao daqueles que justificam ações criminosas mediante o argumento de perda momentânea da razão (CRISÓSTOMO, 2013), em que o arrependimento parece estar mais associado ao medo das consequências desencadeadas por seus atos do que necessariamente pela medida tomada.

O medo é apresentado, assim, como a emoção que indica o retorno da racionalidade, das punições e das consequências das ações que foram realizadas no momento da raiva. Muitas vezes, o receio da vida encarcerada era mais intensivamente exposto do que o próprio arrependimento da realização do crime. (CRISÓSTOMO, 2013, p. 156).

Quando a raiva cessa, Lígia passa a realizar uma autocrítica por ter se distanciado do modelo comportamental socialmente indicado para esse tipo de situação. Ao realizar o comportamento contrário ao sugerido pelo seu mestre de artes marciais, pelos seus pais, pelos meios de comunicação e pelos órgãos de segurança pública, ela se culpa e passa a exercer uma atitude de autoeducação, proclamando a si mesma: “não faz mais isso, não faz bem, não é seguro, não é ideal”. Ou seja, ainda que tenha ido de encontro ao comportamento “não ideal”, ela sugere que a lógica da não reação está incutida nela.

Situações como as de Lígia, em que a vítima reage na tentativa de repelir uma agressão sofrida, se enquadra como um comportamento realizado em *legítima defesa*. Esse termo é utilizado dentro do universo jurídico, sendo especificado no Art. 25 do Código Penal Brasileiro e utilizado para definir casos em que o indivíduo, “usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. (BRASIL, 2001).

Silva (2006), diz que a *legítima defesa* da vida e da propriedade sempre esteve presente em nossa sociedade, havendo, inclusive, o estímulo dos órgãos oficiais para que a sociedade também agisse como um elemento repressor da criminalidade. Segundo o autor, o Estado se vale de um sistema punitivo para regular juridicamente os bens humanos (vida, integridade, bens), gerindo a vida coletiva. Esta tutela jurídica estatal é realizada pela proibição de determinadas práticas e da imposição de outras, a partir da regulamentação de delitos. Entretanto, apesar do Estado se estabelecer como órgão responsável pela segurança pública, ele pode se tornar rarefeito em determinados locais do território soberano. A partir da certeza de que o poder estatal nem sempre pode se fazer presente em todas as situações envolvendo conflito e violência, os indivíduos passam a ser legitimados a reagir em defesa de si e de seus bens

quando o Estado está impossibilitado de cumprir sua função enquanto provedor da lei, da ordem e da segurança pública.

Segundo Linhares (1980), o direito à *legítima defesa* no Brasil se fez presente desde a época colonial, através do Código Filipino. Este afirmava que se uma morte fosse justificada pela necessidade de autodefesa, o crime não seria penalizado. Tal preceito seguiu imutável também no Código Criminal do Império (1830), sendo os “casos de defesa da própria pessoa ou de seus direitos” justificáveis e não podendo serem punidos. O primeiro Código Penal da República passa a considerar que a legítima defesa apresenta um caráter excludente de crime, assim aqueles que praticassem um crime em busca de defesa própria ou de outrem não eram vistos perante a lei como criminosos. Por fim, o Código Penal de 1940 dirá que “não há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa”, desde que, para tanto, faça uso moderado de meios para reagir a uma agressão injusta atual ou iminente. Assim, a legalização da legítima defesa cria um novo panorama dentro do processo de criminalização, uma vez que um indivíduo, mesmo tendo cometido um ato reconhecido como crime, não pode ser julgado como criminoso, tendo em vista que agiu agressivamente apenas com o intuito de defender um bem lícito.

Situações de *legítima defesa* podem ser associadas a assaltos quando a vítima reage e se recusa a entregar seus pertences. Na tentativa de preservação de seus bens, o conflito pode ocasionar um embate corpóreo e a agressividade passa a ser expressa através de uma luta. Nesses cenários, a medida adotada pela vítima pode não apenas paralisar o assalto, mas criar desdobramentos que envolvam imobilizar, agredir, ferir ou até mesmo eliminar fisicamente o assaltante. Entretanto, a reação, ainda motivada em prol de autodefesa, pode ocasionar danos não apenas ao bandido, mas à vítima. Se para Lígia o desfecho foi favorável, com o assalto sendo interrompido sem ocasionar graves danos, para outros ela pode vir acompanhada de consequências de maior gravidade.

Um caso de *legítima defesa* em situação de assalto que ocasionou danos físicos ao assaltante e à vítima apareceu no relato de um dos meus entrevistados. Na ocasião, Mário estava com uma amiga na Praia de Iracema

quando foram abordados por um “garoto novo” que, armado, exigiu a entrega de seus celulares. A mulher que lhe acompanhava, temerosa, entregou seu pertence, mas Mário resistiu, recusando a entregar o aparelho. O assaltante insiste para que ele entregue o celular e usa como estratégia coercitiva limitar seus movimentos, impedindo que ele saia do local.

Eu fui abordado por um garoto novo, com arma em punho. Aconteceu aqui na Praia de Iracema, próximo ao espigão, ponto turístico pra ver o por do sol. Estava passeando com uma amiga de fora, fui abordado e reagi. Ele já vinha fazendo outros assaltos e quando percebi, ele com arma em punho nos abordou, dizendo que queria somente o celular. Deu uma confusão grande. Depois da moça ter entregue o celular, ela muito assustada, ele ficou tentando me abordar e impedindo que eu saísse. (Mário).

Diante da recusa de Mário, o ladrão não insiste na abordagem e opta por finalizar o assalto, levando apenas o celular da moça que o acompanhava. Quando o assaltante já estava indo embora Mário decide interferir na tentativa de recuperar os objetos que haviam sido tomados e evitar a fuga do criminoso. Em seu relato, ele ilustra que a reação teve como agentes de motivação não apenas a intenção de reparar a perda material, mas também ao fato de se sentir irritado por se ver vítima de assalto numa região há muito tempo frequentada e repleta de pessoas que o conheciam.

Então, quando ele deu as costas, eu sem acreditar no que estava acontecendo, por conhecer muita gente que frequenta o local, reagi. Quando ele subiu na mobinete, eu lembrei que aquilo não tem um poder de arrancada muito rápido. Esperei que ele subisse e decidi derrubá-lo para não só resgatar o aparelho, mas tentar de uma maneira muito rápida e impulsiva tentar imobilizá-lo. (Mário).

Esta atitude findou por reavivar a situação de tensão entre os atores envolvidos e gerou um desdobramento da situação de violência, que culminou numa situação de embate corpóreo que envolveu socos e a disputa pela posse da arma. Enquanto Mário lutava pelo desarmamento do assaltante, este objetivava reprimir a reação da vítima a fim de retomar a fuga interrompida. Por se tratar de uma manifestação violenta envolvendo arma de fogo, as pessoas se posicionaram como expectadoras da situação, inicialmente, não interferindo.

E foi o que aconteceu. Houve uma luta corporal, aonde ele conseguiu trazer a ponta do revólver até meu queixo e fiquei lutando com ele uns 5 minutos, com socos, e como havia uma arma as pessoas próximas não conseguiram vir ajudar. Depois de um tempo um rapaz me reconheceu, perguntou o que estava acontecendo e ele agrediu o rapaz. Com isso ele se desequilibrou e eu tomei a arma. (Mário).

A dinâmica da luta muda quando um homem reconhece Mário, se posiciona em sua defesa e interfere no embate. A associação de forças contra o assaltante resulta no disparo da arma, seguido de sua imobilização e desarmamento. Apenas com a circunstância neutralizada é que Mário percebe que não saiu ileso do conflito, tendo sido alvejado na região da virilha, nas proximidades da veia femoral. Uma vez que o tiro foi alojado numa área bastante vascularizada, ele perde muito sangue, o que agrava seu estado de saúde.

Resultou num acidente onde fui baleado por conta de uma reação impulsiva ao assalto. Foi bem deselegante. Aí veio a polícia, eu acabei tendo que ser atendido, porque acabei ferido com um tiro na virilha, na veia femoral, onde corri um risco de vida muito grande. Ouvi o estampido e achei que tinha acertado o chão, mas na verdade a bala atingiu minha virilha e depois que senti e percebi que meu calção estava perfurado e queimado, vi aquele resquício de pólvora. Na hora realmente a gente tem raiva. A adrenalina no corpo, pra você ter ideia, é tão alta, tão forte, que eu não consegui sentir a bala me atingir, de maneira nenhuma. Mas na hora que percebi que tinha levado o tiro eu tive muita raiva. Minha atitude foi de agredí-lo também. Mas depois que eu fui me conscientizando mais da situação eu ainda consegui contornar. Enfim, fui às pressas ao hospital, depois fui á delegacia prestar BO. Foi caso de polícia, deu notícia no jornal e tudo. (Mário).

É interessante observar que Mário denomina sua reação como um ato “deselegante”. Ele aponta que agiu motivado pela raiva intensamente sentida no momento do crime e a usa como justificativa para ter confrontado o assaltante, inicialmente para retomar os objetos apreendidos e posteriormente para expressar sua indignação ao perceber que havia sido ferido, quando o assaltante já estava mobilizado. Logo, a raiva é apontada como agente motivador capaz de induzir reações agressivas que se distanciam do que ele considera elegante, ou seja, ações que se enquadrem dentro dos limites da racionalidade e das normas instituídas.

Racionalidade nenhuma. São coisas que acontecem e nós todos somos sujeitos a isso infelizmente. Nós por natureza temos um instinto animal e de defesa. Mas eu jamais pensei que fosse me submeter a

uma reação a um assalto. Foi muito que inesperado e instintivamente né, coisa do momento. Se eu pudesse eu jamais iria tomar essa atitude pra que não ocorresse o que aconteceu... (Mário).

Apenas com a raiva controlada a razão, ou tomada de consciência, volta a se estabelecer e ele passa a agir conforme o modelo socialmente instituído, recebendo os cuidados médicos, se apresentando na delegacia e efetivando boletim de ocorrência.

A fala de Mário e de Lígia se aproximam ao apontarem a raiva como emoção motivadora para as violências efetivadas, assim como por descreverem suas reações como decorrência da perda momentânea de racionalidade. Assim, a raiva parece criar um hiato que os desconecta das normas sociais aprendidas e os faz agir mediante o impulso emotivo sentido. Logo, a imprevisibilidade de suas ações, em decorrência do argumento de descontrole das emoções, potencializa os riscos do assalto. Ao não assumirem a condição passiva sugerida pelo assaltante, que anuncia que só quer objetos, implicitamente deixando claro que não quer pôr em risco a vida da pessoa, há a supressão do medo através da canalização da raiva e o assalto torna-se ainda mais imprevisível, podendo ocasionar o ferimento de assaltante e assaltado.

No tempo presente e na cidade de Fortaleza, o medo faz morada naqueles que nela habitam. Ele está em casa, no restaurante, nas ruas, nas praças e passa a interferir nas dinâmicas do cotidiano, propiciando o desenvolvimento de estratégias que buscam criar a sensação de que, de algum modo, o habitante tem o controle de evitar situações que lhe promovam risco. O medo é apropriado pelos moradores de maneiras diversas, podendo ou não exercer alterações significativas em suas rotinas, mas também no modo como eles se posicionam quando submetidos a situações de assaltos, adotando ou não ações reativas.

4 DEPOIS DO ASSALTO: PERCEPÇÕES QUE MUDAM, MEDO QUE PERMANECE

De repente, um susto! Seu corpo estremece. Ele sente uma energia que o paralisa e diz para correr. Uma mistura de sensações incapaz de ser compreendida. A única coisa que ele tem certeza é de que está em perigo. O coração bate acelerado, as mãos transpiram, a boca seca e seus olhos observam rapidamente o entorno em busca do perigo iminente. Não, não é alguém que lhe pôs medo, é um som. Não existe perigo, apenas a sensação e por isso começa a brigar consigo mesmo: “É só mais uma maldita moto! Até quando você vai se descontrolar assim?”

O barulho emanado pela moto anunciava a crônica de um assalto anunciado, ou pelo menos era assim que se sentia. Desde aquela quinta-feira à tarde, naquela rua tão conhecida e com pessoas de feições familiares, sua relação com a cidade foi modificada. Uma moto, dois homens, uma arma. Em poucos segundos eles chegaram e partiram, levando embora carteira, celular e aliança. E se o número de objetos subtraídos eram contáveis, o mesmo não se podia dizer das sensações que eles deixaram. Eles haviam ido embora, mas de algum modo, as memórias que ficaram pareciam ter se entranhado em seu corpo.

Menos de cinco minutos de assalto e inúmeras sensações que pareciam não se esgotar. Elas apareciam durante a caminhada na beira-mar, no percurso ao banco, quando estava parado no sinal vermelho e, por vezes, em situações que pouco tinham conexão com o ocorrido, como quando estava sozinho em casa e escutava um barulho qualquer. E em cada uma das vezes em que o susto não vinha acompanhado de um risco iminente, se recriminava. Se sentia impotente, mas não conseguia controlar.

Após aquele dia, ele andava apressado pelas ruas da cidade. No carro, os vidros haviam ganhado películas escuras e eram fechados sempre que o trânsito congestionava ou precisava parar o veículo, havia instalado um novo sistema de alarme e o filho lhe presenteou com um GPS, para que dirigisse com

maior agilidade. Na rua, ele andava mais apressado, cumprimentava rapidamente os vizinhos e sempre que parava para “botar a conversa em dia”, olhava para os lados querendo identificar se tinha alguma moto se aproximando. Em casa, “investiu” no combo “cerca mais portão elétrico”. Queria ver os possíveis visitantes antes de autorizar a entrada e que o portão fechasse assim que o carro ultrapassasse a fronteira que delimitava a rua da casa. Na sua vida social, estava recusando convites de confraternizações de acordo com a localização. As justificativas costumavam incluir “não conheço muito bem esse bairro, pode ser perigoso”, “é um lugar muito afastado, até chegar em casa fica muito tarde” e “um conhecido meu foi assaltado nessa região, acho melhor não arriscar”. A cada dia uma nova desculpa era elaborada e a cada dia a cidade tornava-se menor. Seu deslocamento havia atrofiado, assim como a segurança que um dia ele havia sentido.²⁹

O medo permeia a existência humana de diferentes formas. Longe de ser uma emoção fixa, ele se movimenta no tempo e no espaço, sendo também assimilado de formas diferentes por cada indivíduo. Se o medo inicialmente é um mecanismo biológico capaz de indicar perigos e promover ações de fuga ou defesa, posteriormente ele é transformado socialmente, se adaptando aos contextos socioculturais vigentes. As experiências e relatos daqueles com quem se relacionam propiciam o desenvolvimento de um conhecimento sobre possíveis lugares e situações perigosas na cidade e cria um terreno fértil para a elaboração de *táticas* e estratégias de prevenção.

A assimilação do medo através da coletividade possibilita a elaboração de um medo imaginado, que longe de ser a resposta a um risco iminente, é sentido antecipadamente quando o perigo é projetado como uma possibilidade e não uma realidade. No entanto, quando a situação de violência se concretiza, ele se transforma pela experiência sofrida e é reapropriado em ações que modificam comportamentos, criam novas formas de sociabilidade e alteram o cenário urbano.

²⁹ Pequeno conto de autoria própria para contextualizar o leitor sobre o assunto abordado. Também no intuito de fazê-lo sentir-se envolvido pelos tantos contextos e histórias que fizeram essa pesquisa possível. Como formar de diferenciá-los, eles foram destacados em itálico.

A presença do medo foi apresentada pelos interlocutores desta pesquisa como uma emoção que frequentemente se estabelece em seus cotidianos e que permeiam suas relações interpessoais. Entretanto, a forma como ele é sentido e os impactos gerados por ele apresentaram singularidades de acordo com a experiência daqueles que nunca foram assaltados e dos que foram assaltados. Dentre aqueles que foram vítimas, o medo parece sofrer interferências nos momentos antes, durante e depois da experiência do assalto. Esse capítulo se propõe a discorrer sobre as diferentes apropriações do medo retratadas nas falas da pesquisa. Assim, será tratado sobre o modo como pessoas que tiveram experiências de violência, física ou simbólica, relatam sobre o medo como um condutor capaz de modificar comportamentos e gerar ações, e como as singularidades de suas experiências fazem com que esta emoção seja absorvida de formas diferentes por cada um.

4.1 “Sentir ou não sentir medo, eis a questão”

O medo de ser assaltado aparece na fala de meus interlocutores como uma emoção sentida constantemente. Logo, ela não é uma resposta instantânea que se apresenta em caso de risco imediato, mas é antecipada e imaginada na tentativa de evitar passar por esse tipo de violência. Quando o medo se limita ao temor que é imaginado, ele pode se manifestar de maneira mais rarefeita, sendo apresentado como um sentimento que aparece pontualmente diante alguma circunstância que é associada a algum tipo de perigo.

Os entrevistados que nunca foram assaltados expressaram se movimentar mais pela cidade. Muitos afirmaram: “não deixo de andar pela cidade por conta de medo não. Mas também nunca fui assaltado, né?”. Entretanto, as suas falas indicam que torna-se impossível dissociar medo e andar pela cidade. A locomoção passa obrigatoriamente pelo quão afetado se está pelo temor do assalto, de acordo com os cenários e situações vividas.

Eu nunca fui assaltada. Não deixo de ir pra canto nenhum pensando que vai acontecer algo. Até porque se tiver de acontecer vai acontecer dentro da própria casa da gente. Eu sempre faço uma oração e me

jogo (risos)! Eu vou e graças a Deus sempre me dei bem! Fico atenta. A gente tem medo até da sombra da gente, né? (Irani, 56 anos, Dona de Casa).

Irani pontua um aspecto interessante do fenômeno do medo em Fortaleza e que é fortemente relatado pelas vozes desta pesquisa: a perspectiva conformista de que a violência pode ocorrer em qualquer lugar e em qualquer hora. E ainda que para alguns essa certeza da incerteza paralize e produza uma apropriação do meio urbano que é reduzida, para outros ela é assimilada através do pensamento: “se for deixar de fazer qualquer coisa por conta de medo, não faço é nada. O jeito é seguir em frente”.

Diante dessa lógica acredita-se que, não havendo a possibilidade de controle ou supressão total da violência urbana, o mais indicado é aceitar a condição conformista de que o assalto poderá acontecer a qualquer momento e local, independente das atitudes preventivas serem realizadas. Ao se conformarem com a fatídica condição, eles acreditam que a vida na cidade não deve ser confinada ao âmbito doméstico, pois nem este está seguro. Ainda que o medo permaneça, ele é diluído por Irani pelo argumento da fé.

Koury (2009) ao estudar o imaginário do medo através de vivências pessoais e coletivas diz que o medo foi apresentado pelos seus interlocutores, moradores da cidade de João Pessoa-PB, como consequência de três categorias: *falta de fé, falta de confiança e receio de errar e falta de segurança pessoal ou familiar*. A categoria *falta de fé* apareceu como condição daqueles que não creem na divindade e, por isso, se veem fracos e passam a ser atormentados pelo temor dos riscos que a experiência mundana proporciona. Aqueles que se relacionam com Deus, seriam assim, munidos da confiança de que não se deve temer ao mundo ou aqueles que nele vivem.

A categoria Falta de fé conceitua o medo como falta de crença ou pouca crença em Deus, levando as pessoas a se sentirem fracas e temerosas. Quem possui fé tem uma solidez e uma confiança que desfaz qualquer temor. A categoria Falta de fé indica, assim, uma atitude relacional entre os homens e deus como sugestiva de uma paz interior, fazendo-os encarar o mundo e as relações com os outros sem receio algum. (Koury, 2009, p.402).

Diferentemente do que foi apontado pelos interlocutores de Koury, a fé foi pontuada pelos agentes desta pesquisa não como um neutralizador do medo, mas como um mediador, algo capaz de fomentar o deslocamento pela cidade. Assim, a fé em Deus é apresentada como categoria capaz de libertá-los da clausura de suas residências, para que possam seguir realizando seus percursos pelas ruas da cidade, ainda que o medo os acompanhem. Como nos diz Bartira: “Eu sempre faço uma oração e me jogo”. O fato de nunca ter sido assaltada reforça sua crença.

Ainda sobre os entrevistados que afirmaram que não deixam de sair de casa ou de limitar suas experiências na cidade por consequência do medo, muitos problematizaram suas falas pontuando: “Talvez eu ande assim porque nunca fui assaltada”. Quando a violência é imaginada, o referencial do medo é estimulado pelos relatos midiáticos sobre os casos de violência ou pelas pessoas mais próximas com quem se relaciona. No caso de Irani, o medo vivenciado por outras pessoas é absorvido por ela, que também passa a compartilhar essa emoção, temendo ser assaltada. Entretanto, se faz necessário reforçar que o medo afeta as pessoas de maneira distinta, como Baierl (2004) aponta,

[...] a violência e o medo gerado por ela se espriam de forma diferenciada na cidade, afetando as pessoas distintamente, levando-as de forma compartilhada a construir novas formas de sociabilidade em seus espaços de moradia, alterando o cotidiano. (BAIERL, 2004. P. 203-204).

Assim, as formas de alteração do cotidiano podem ocorrer de diferentes formas e intensidades. Outra pessoa que tenha passado por experiências similares às de Irani na cidade pode se apropriar de forma diferente do medo, realizando drásticas alterações em suas atividades diárias e restringindo o modo como constrói sociabilidades.

Todavia, se faz relevante observar que a aparente despreocupação dos poucos que indicaram não moldarem suas experiências na urbe por temerem a violência é questionada por amigos e familiares. Simara, por exemplo, disse:

Apesar de ter acontecido um assalto na minha casa há um mês atrás, eu me sinto segura. Se bem que eu não estava em casa no momento... Mas eu não sou aquela pessoa que saio de casa com medo não. Meu pai briga muito comigo porque ele diz que eu não sou cuidadosa. Assim, eu tenho um certo cuidado. Mas também eu não saio de casa preocupada direto com isso. Eu dirijo tranquila... (Simara, 27 anos. Técnica de enfermagem.).

Simara, apesar de não ter sido vítima de assalto, acompanhou de perto os efeitos da violência sofrida por seus familiares, que tiveram o carro roubado. A abordagem foi efetivada no portão de sua casa. Seus pais, segundo ela, sofreram muito com a situação, não apenas pelo veículo que foi roubado, mas por temerem que os assaltantes, que estavam armados com revólver, os fizessem de reféns e adentrassem à residência da família. A ação dos bandidos, entretanto, foi rápida e a perda material foi limitada ao veículo. No momento do ato de violência, Simara não estava em casa. Entretanto, ela indicou ter escutado os diferentes relatos de seus pais sobre a situação, além de tê-los auxiliado em todas as questões burocráticas referentes ao seguro do carro, B.O. e outros trâmites necessários. Seu suporte emocional afetivo também se fez importante, principalmente para sua mãe, que em suas palavras “ficou muito abalada com o ocorrido”.

A fala de Simara torna-se interessante por indicar que, ainda que tenha compartilhado de algum modo a violência sofrida por seus pais, se preocupando e se envolvendo com as ações que decorreram ao evento, ela não se sentiu afetada ao ponto de transformar a maneira como se movimentava pelas ruas da cidade. A despreocupação, por sua vez, é recriminada por seu pai, que passa a criticá-la como “relaxada”. Aos seus olhos, a filha deveria encarar com mais seriedade a possibilidade de ser assaltada, absorvendo o medo sentido pela família e transformando-o em ações preventivas.

Cabe dizer que de Simara foi exigido a obrigatoriedade da expressão do sentimento do medo (Mauss, 1979), mas não apenas. Mais do que o sentimento, a ela seus pais exigiram a apropriação do medo e sua manifestação através de ações que, segundo eles, são obrigatórias para promover sua segurança. Observa-se, deste modo, uma situação que ilustra que o assalto, quando não altera espontaneamente as relações sociais e interpessoais, pode

promover o estímulo para que sejam manifestadas ações e emoções que, não sendo espontâneas, devem ser expressas pela obrigatoriedade imperativa do ambiente social que cerca o indivíduo.

Mas se para algumas pessoas o medo que antecede a existência da ação criminosa se manifesta de forma sutil, como ele se apresenta quando o assalto deixa de ser uma possibilidade e se torna uma experiência vivida? Quando o assalto rompe a barreira da subjetividade e toma forma concreta, o medo deixa de ser referenciado apenas através da experiência do outro e passa a ser associado à experiência pessoal vivida. O que antes era um perigo imaginado se redefine e após a concretude do assalto o medo passa ser referenciado através de sons, ambiente, atributos físicos do criminoso e tantas outras características que permearam a violência sofrida.

Uma de minhas entrevistadas ilustrou bem a modificação de seu comportamento nos períodos antes e pós-assalto. Na fase anterior ao crime, Thais afirmou que era constantemente alertada por seus familiares por ter uma atitude “muito despreocupada”, que deveria andar “mais esperta”. A fala dos familiares sugeria que ela deveria temer a possibilidade de ser assaltada como um perigo real e afirmavam que ela só iria mudar depois que “fosse tarde demais”. A certeza anunciada por sua família se concretiza e Thaís, de fato, é assaltada.

Antes as pessoas diziam que eu andava despreocupada, que era pra eu me preocupar mais. Daí depois do assalto a reação da minha família foi de preocupação, mas com aquela coisa de normalidade, como quem diz: Eu num avisei! (Thaís, 28 anos, jornalista).

A família aparece novamente como agente que atua como instrumento capaz de promover o sentimento do medo, ainda que ele não se manifeste espontaneamente. Mais do que uma emoção a ser sentida, o medo, dentro de uma estrutura cultural flexível e socialmente construída, é usado como um gerador de ações preventivas que, ao serem estimuladas e instituídas, promovem um *habitus* da suspeita, que objetiva antecipar possíveis situações de assalto para que possam ser evitadas.

Após o assalto, Thaís relata ter passado por um processo de modificação de comportamento. Se antes o medo era sentido por ela de modo latente, uma emoção presente de intensidade moderada, em face da violência sofrida passa a ser frequentemente sentido. Quando o medo passa a ser uma emoção protagonista, ele promove alterações que não se limitam à esfera particular e subjetiva de Thaís, mas também modifica as formas como ela age socialmente e no modo como se relaciona com o ambiente urbano e com as pessoas que nele vivem.

Hoje eu me sinto o tempo todo olhando pros lados. Andando o tempo todo desconfiando de todo mundo, todo mundo passa a ser um potencial ladrão. É um ladrão em potencial o tempo todo. Eu olho pra uma pessoa, se ela tiver olhando demais pra mim... E pode ser qualquer tipo de pessoa. Tenho medo de levarem minha bolsa, tenho medo de parar numa esquina. Então o tempo todo eu estou atenta a quem está no meu redor. Antes eu não era tão atenta. (Thaís).

A desconfiança surge como uma consequência do medo e Thaís, que antes se demonstrava menos temerosa, afirma estar em estado constante de alerta. A cidade e aqueles que a habitam passam a ser vistos com desconfiança. Ela suspeita de situações e volta sua atenção para as pessoas que cruzam seus caminhos. Ela busca reconhecer a face do perigo e, em suas palavras, “todo mundo passa a ser um potencial ladrão”.

Quando afirma que qualquer “tipo de pessoa” pode se enquadrar em sua suspeição, ela aponta para a imprevisibilidade das formas de violência, sugerindo a fragilidade da tipificação estigmatizante das características comumente associadas à figura do assaltante e reforça o caráter difuso da violência especificado por Barreira (2016), que diz:

Os contornos de segurança são sempre mais tênues e indefinidos, mesmo que não se possa negar a existência de “vítimas e lugares preferenciais” de práticas violentas; com quanto os lugares e as vítimas sejam delimitados pelo cinturão de pobreza. (BARREIRA, 2016, p.93).

As classificações morais dos locais e pessoas perigosas que aparecem na fala de Thaís e de outros entrevistados propõem um formato menos rígido de classificação do possível assaltante e de situações que promovam

risco. Entretanto, a multiplicidade do medo, como veremos posteriormente, ainda reforça preconceitos, estigmas e estereótipos, conforme Barreira (2016) propõe.

Não é apenas o olhar para o outro que é modificado, mas a forma como Thaís se desloca pela cidade também é alterada. Em busca de uma sensação de segurança, conforme diz, ela promove planejamentos e tomadas de decisões fundamentadas na crença de que minimizam a possibilidade de ser assaltada. Ainda que ela elabore uma fala que sugere a desterritorialização da violência e que promova a ideia de um assaltante desprovido de características estigmatizantes, suas decisões já são, em si, formas classificatórias que dividem a cidade em locais seguros e violentos.

O estigma, conforme nos diz Goffman (2012), é um atributo depreciativo atribuído a um indivíduo, grupo ou segmento e que se contrapõe à noção de normalidade estabelecida a outrem. Paiva (2007) promove uma análise do Bom Jardim, bairro de Fortaleza, enquanto território estigmatizado como lugar violento e perigoso se comparado a outros lugares da cidade, supostamente mais calmos e diz:

O estigma de lugar violento e perigoso acaba funcionando como uma espécie de medidor das possibilidades de manifestação da violência em territórios mais ou menos perigosos. Os moradores das áreas classificadas como as mais perigosas enfrentam, além do perigo real de ser vítima de um crime, por exemplo, a depreciação inerente ao estigma de ser morador de um lugar reconhecido socialmente como degradado pela violência e onde supostamente residem os "elementos perigosos". (PAIVA, 2007. P. 19).

Ao "procurar saber por onde vai andar", Thaís aponta que há locais preferíveis de serem transitados e locais a serem evitados, em que considera que há mais possibilidade de enfrentar manifestações da violência. O centro da cidade é, deste modo, exemplificado como *território estigmatizado*, potencializador de práticas violentas.

Segundo Wacquant (2005), os territórios estigmatizados podem ser observados nas grandes cidades ocidentais, interferindo nas relações interpessoais e afetando negativamente aqueles que o habitam, limitando oportunidades de educação e de trabalho, por exemplo.

(...) áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados, tendem a ser evitadas pelos de fora, "assinaladas" pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. (...) a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (Wacquant, 2005 P.33).

Em linhas gerais, o centro da cidade é apresentado por ela como um local que gera desconfiança e agrega diferentes possibilidades de ações criminosas. O medo associado ao local restringe a quantidade de vezes em que ela se desloca para esta zona da cidade. Barreira (2016) indica que o Centro, mais do que espaço físico, constitui também um lugar imaginado que aparece em diferentes discursos sobre a cidade. A autora diz ainda que o Centro é exposto em Fóruns e eventos como metonímia dos problemas fortalezenses, historicamente percebido como "problemático".

O que é designado por Centro não se caracteriza apenas em um lugar fixo, sendo também um espaço passível de muitos discursos e idealizações, com evocações permanentes à história da cidade. Não por acaso, os fóruns e demais eventos que se propõem a refletir sobre a cidade tomam o Centro como uma espécie de metonímia dos problemas que afetam a capital cearense. É importante ressaltar que a percepção do Centro como área problemática a espera de intervenções existe na capital cearense há décadas. (BARREIRA, 2016, p. 20-21).

Por se tratar de um território que concentra diferentes atividades e estabelecimentos comerciais, a ida a este local se torna, por vezes, inevitável. Nesse sentido, Thaís realiza diferentes ações que objetivam transformá-la em alguém que "não chama a atenção". O objetivo maior é se camuflar entre os transeuntes e para isso ela promove modificações em sua aparência que perpassam a escolha de sua vestimenta, a utilização de determinados acessórios em detrimento de outros e a elaboração de estratégias preventivas como a utilização de dois celulares, um de caráter pessoal e outro de modelo mais antigo e não mais utilizado para ser entregue em caso de assalto, o "celular do ladrão".

Eu sempre procuro saber por onde que eu vou andar. Por exemplo, se eu for ao centro, eu ando com a roupa mais simples possível, de havaianas pra não chamar atenção. Eu tiro o relógio pra não descer com o relógio. Eu vou escondendo tudo. Eu ando, muitas vezes, com dois celulares né, o do ladrão e o meu. Se eu for pra um local, dependendo de onde for, eu troco a aliança, eu não uso a minha aliança normal. Eu uso uma aliança que eu tenho de prata, pra não usar minha aliança normal. Eu me visto, dependendo do canto também. Nunca andei com muito dinheiro, mas hoje ando com muito menos. E se eu tiver que andar com dinheiro eu escondo o máximo possível, no bolso de calça, em alguma coisa, pra não aparecer. (Thaís).

O Centro também apareceu como local relacionado à insegurança para outra entrevistada, que afirmou ter escutado por toda a sua infância e adolescência histórias que promoviam a ideia de que a área central da cidade era violenta e que, portanto, deveria ser evitada ou frequentada mediante o uso de ações capazes de prevenir assaltos.

Eu sempre tomo muito cuidado quando eu vou pro Centro. Mas eu acho que pela aglomeração de pessoas... Não sei. Acho que eu cresci ouvindo que o centro um local perigoso, então eu não costumo me sentir muito segura. Eu gosto muito de fotografar e queria uma câmera profissional, daquelas grandes, mas eu tive a preocupação de “não, eu quero sair fotografando o centro, então não vou ter coragem de sair com essa câmera no centro...”. Daí fui pesquisar uma câmera compacta que tinha controles manuais e que fosse menor, que foi a que acabei comprando. (Lígia).

Assim como Thaís, Lígia também afirma modificar suas ações de acordo com o medo que sente de ser assaltada. Mais do que tomar cuidado, de se por em estado de alerta, ela também redefine seus interesses de compra e opta por adquirir uma câmera fotográfica de menor valor. Ao adotar esta estratégia, ela indica alterar não apenas sua apresentação pessoal, como Thaís, mas vai além e reprime a aquisição de um objeto que possui o desejo de consumir. A compra de uma câmera fotográfica de menor qualidade e valor é realizada com o propósito de passar menos percebida e, no caso de ser vítima de assalto, ter sua perda minimizada.

As alterações propostas pelos interlocutores desta pesquisa apontam para a construção de hábitos que afetam não somente o modo como constroem a apresentação de suas aparências, mas também na forma como consomem,

bem como nos horários e locais por onde optam por se deslocar, como observado no relato a seguir:

Se eu tiver que sair de ônibus, eu evito horários que eu tenha que passar num local onde esteja sem ninguém. Tipo horário de meio-dia, das 13h, que tem pouca gente na rua. Eu evito esses horários. Se estou de carro eu tento estacionar num canto mais perto possível. Muitas vezes, eu já cheguei atrasada num lugar pra tentar estacionar num canto mais próximo, melhor, onde eu tenha menos chance de ser assaltada. (Renata, 29 anos. Psicóloga).

Renata associa estar em locais de pouco movimento com o aumento da possibilidade de ser assaltada. Quando se desloca através do transporte público, altera seu cronograma para sair de casa em momentos com mais movimento nas ruas. Em ocasiões em que usa seu veículo, procura estacionar o mais próximo do local de desembarque, para que não precise caminhar e não permaneça exposta em via pública por mais tempo que o necessário. A rua é vista por ela mais como um local que “aumenta as chances de ser assaltada” e menos como lugar de livre circulação.

É relevante pontuar que o tempo despendido para que estas mudanças se realizem não apenas modificam a forma como ela anda pela cidade, afeta também suas interações interpessoais. O tempo gasto em prol de ações preventivas de segurança reduz também possibilidade de interagir por maiores períodos junto a seus grupos de amigos e familiares.

Ao passarem pela vivência do roubo, o medo rompe a barreira do imaginário e a experiência vivida reafirma, modifica ou intensifica o vocabulário emotivo do temor urbano, criando reações e afetando comportamentos. Logo após a violência sofrida é possível que haja modificações nas atividades diárias realizadas, como evitar sair à noite ou frequentar determinadas áreas da cidade. As restrições adotadas, por sua vez, reforçam a “sensação de uma existência caótica num lugar perigoso” (Caldeira, 2009).

Eu passei uns três meses assim com muito medo de sair de casa. Eu não saia de casa sozinha. E se eu via uma moto eu ficava apavorada, sabe... Mas em relação a Fortaleza vem piorando né. Em canto nenhum você está seguro. Eu procuro não andar sozinha, procuro não andar em ruas que tem pouco movimento, mas acaba a gente se sentindo vulnerável né, porque nem todo canto e nem toda hora tem

gente na rua. Aí acabo não andando com dinheiro, não ando com celular a mostra, ou não atendo o celular na rua... Não facilito né. (Carolina, 19 anos. Estudante universitária.).

Uma vez que o assalto ocorre em meio à deslocamentos pelas ruas pouco movimentadas da cidade e a abordagem é realizada por homens de moto, o medo de Carolina é ressignificado e passa a ser associado ao som da motocicleta e a locais ermos. A sensação de insegurança passa a interferir diretamente no modo como ela se movimenta pela cidade, evitando sair de casa ou limitando suas andanças a lugares que tenham grande circulação de pessoas. Mas sabendo que não consegue limitar a totalidade de suas movimentações a locais de grande fluxo, se sente vulnerável. Assim, além de reduzir seu deslocamento, ela adota estratégias preventivas como limitar o uso do celular em locais públicos e sair sem grandes quantias de dinheiro, por exemplo.

Quando o assalto é experienciado nas proximidades de onde se mora, o bairro passa a concentrar as suspeitas e o temor do assalto. O deslocamento pelo bairro vem a ser acompanhado pela suspeita e pelo receio de novamente passar pela situação de violência anteriormente vivida. A antecipação do assalto é projetada em situações e pessoas, e o cenário anteriormente vinculado às memórias de afetividade e segurança é transformado. O medo e a insegurança interferem na apropriação do bairro como local de sociabilidade comum uma vez que a rua é percebida como local que expõe o morador ao risco de assalto. Mas, uma vez que o ato violento ocorre nas adjacências do local de moradia, a casa também passa a ser um ambiente associado à vulnerabilidade, como podemos perceber na fala de Medeiros.

Na época do assalto fiquei muito cabreiro de andar pela Maraponga. Mas isso me fez ficar mais atento a tudo. Muitas vezes, passando pela minha rua, penso: 'vou ser assaltado agora'. E mesmo não sendo [assaltado] fico muito desconfiado. Se eu já tinha um pé atrás, hoje tenho os dois. Eu não ando com dinheiro, não ando com objeto de valor. Não me sinto seguro em nenhum lugar, nem em casa. (Medeiros, 52 anos. Comerciante.).

Baierl (2004) diz que os “bairros antes tidos como acolhedores – espaços de relações de sociabilidade na vizinhança, onde as pessoas se

conheciam, e se sentiam seguras – já não o são mais.” (BAIERL, 2004, p. 195). O “estar atento”, como apontado pelo entrevistado, é maximizado e a desconfiança também. Se antes ele já temia, após o assalto ele “tem não um, mas os dois pés atrás”. Assim, significados anteriormente incorporados se rompem (PAIVA, 2014) e são reordenados em função da nova visão de mundo que é elaborada através da vivência do ato violento. Aos poucos, a cidade passa a ser permeada pelo medo e este, por sua vez, é sentido cada vez mais perto.

O ato de olhar com desconfiança para o ambiente em que se está, bem como para o outro que se aproxima, altera a forma como o morador se apropria da cidade, interferindo na forma como as pessoas se deslocam pelas ruas da metrópole, limitando o uso dos espaços, redefinindo horários de circulação e, portanto, remodelando a experiência de seus habitantes. Sobre isso Barreira (2011) diz:

Fortaleza, como muitas outras cidades contemporâneas vivência também uma história contemporânea do medo. Trata-se de um medo que se expressa de várias maneiras. Manifesta-se na recusa de praticar certas atividades e na busca de refúgio isolamento. O medo na cidade pode ser visto como a incapacidade de dominar os códigos de convivência. (Barreira, 2011, p. 99).

A sensação de vulnerabilidade em meio às atividades cotidianas se fez presente na fala de muitos entrevistados. O medo é incorporado e propicia o desenvolvimento de ações que geram barreiras e isolamentos na tentativa de resguardar o patrimônio físico e material.

De repente passam duas pessoas numa moto, passam rápido olhando pra você, de repente param e olham pra trás. Você vai ao posto de gasolina, a loja de conveniência ou ao banco e já sai temeroso de acontecer um assalto, de ter troca de tiro e você se envolver numa bala perdida ou coisa do tipo. De certa forma a gente evita andar, sair tarde, evita passar em certos lugares. Mas não que você vá se prender por causa disso. A vida tem que continuar e você não pode se encastelar e deixar o tempo passar. Mas depois do assalto já deixei de ir pra muitos lugares sim, várias vezes. O negócio é ficar atento, não tem outra forma. (Cleodato, 46 anos. Gerente comercial).

O medo aparece associado aos homens de motocicleta, ao ambiente bancário, às lojas de conveniência e a tantos outros lugares. Mais do que ser

sentido o medo é capaz de promover ações que modificam ou reduzem a circulação em lugares considerados perigosos. O amedrontamento faz com que a transição do ambiente privado para o público passe por um processo de racionalização de estratégias que incluem modificação ou adaptação da forma como se quer ser visto, interferindo nas vestimentas e adornos escolhidos, e na avaliação de variáveis como horários e locais por onde ir ou evitar. O morador busca, ainda que de maneira incerta, desenvolver uma espécie de cálculo capaz de indicar a probabilidade de ser confrontado diretamente com uma situação de violência. E quando o assalto ocorre, o morador parece ser duplamente afetado pelo medo, uma vez que ao medo anterior é somado aquele que é proveniente das condições em que o crime foi realizado. No caso de Cleodato, ele passou a temer homens que utilizam moto como meio de transporte, tal como os homens que efetivaram seu assalto.

Passei dias com medo. Passa algum tempo pra você poder mesmo restabelecer o controle normal. Passei alguns dias andando, qualquer moto que passasse por mim com duas pessoas eu já estava assim muito temeroso. E continuo ainda né. Bem menos, mas... (Cleodato).

Os dias posteriores ao crime foram apontados como os que a sensação de medo foi mais intensamente sentida e “a certeza do ir e vir, que caracterizava a crença no funcionamento das atividades cotidianas é gradativamente substituída pela sensação de vulnerabilidade” (BARREIRA, 2011, p.99). Muitos entrevistados relataram que esse momento é caracterizado pela intensificação de medidas de segurança, manifestação de amedrontamento exacerbado e vontade de manter-se recluso.

Nos primeiros dias sim, você fica com aquela sensação de insegurança... Eu sempre fui uma pessoa muito alerta, mas redobrei um pouco mais a atenção com relação a locais, a determinados bairros, a determinadas ruas. Fiquei uns 15 a 20 dias com aquela sensação de insegurança depois que sofri o assalto. Mas já consigo transitar nos locais da forma como era antes, sempre fui alerta. Aquela *neura* de “ah, não vou para tal bairro, não vou para tal local” foi melhorando, voltando ao normal. Mas assim, ainda evito. Tomo precauções como todo mundo. De evitar determinados locais e horários... Aquela coisa, para você não sofrer situações parecidas como a que eu sofri, na questão do assalto. Assim, acho que posso dizer que tenho medo, mas não vivo com medo. Não sou neurótico com isso não. (Roberto).

A fala de Roberto foi marcada por sua necessidade em afirmar ter controle de sua emoção. De acordo com seu relato, o medo do assalto já constituía parte de sua rotina, mas após a sua concretização ele passou por um período de aproximadamente 20 dias em que o medo de frequentar “determinados locais e horários” ultrapassou a barreira do que ele considera “normal”. Ou seja, naquele momento o medo não apenas estava lhe deixando em estado de alerta, mas também limitando a execução de suas atividades a regiões classificadas por ele como seguras. Somente com a passagem temporal de aproximadamente um mês é que ele considera ter voltado ao estágio de domínio sobre o medo sentido, ainda que evite sair para locais que considera serem perigosos.

Souza (2008) afirma que o medo, após algumas décadas, se enraizou na psicologia coletiva das metrópoles brasileiras, ocasionando consequências comportamentais, inclusive psicopatológicas. Os moradores de uma fobópole, em sua maioria, seriam assim acometidos pelo estresse crônico, sendo este promovido pelo medo da violência e a sensação de insegurança.

O relato de Roberto buscou distanciá-lo da ideia de morador neurótico, que vive o descontrole de suas emoções após o assalto. Ele reiterou por várias vezes ter medo e estar constantemente alerta, mas dentro do que ele sugere ser normal. Mas ainda assim admite que permanece evitando ruas e horários na tentativa de não reviver a violência da qual foi vítima.

Assim como Roberto, vários entrevistados se demonstraram preocupados em classificar seus medos como “normais”. Para eles, ser normal dentro do ambiente urbano de Fortaleza significa estar sempre atento ao entorno, temendo passar por manifestações de violência, mas numa intensidade moderada, incapaz de confiná-los ao ambiente doméstico ou de impossibilitá-los de trabalhar ou realizar suas atividades corriqueiras. Ainda que a maioria tenha diferenciado “ter medo e viver com medo”, outros admitiram que a vida, posteriormente ao assalto, passou a estar intimamente permeada de um amedrontamento intenso e permanente, como destacada na fala a seguir:

Isso [ser assaltado] deixa sequelas. Quer queira quer não, a gente fica num estado de nervos muito grande. Somando isso com o estresse do trabalho, eu tive um problema neurológico. Tive que passar por um tratamento, porque fiquei com um grau de estresse muito grande em casa, com minha família... No trabalho também. Eu não conseguia trabalhar. Ia umas três vezes por semana numa emergência. Fico ainda num nervosismo muito grande. É tanto que até hoje quando tento ir de casa para a padaria não consigo mais. Qualquer movimento ou moto perto de mim eu me assusto, fico muito tenso mesmo. Tenho que parar um pouco pra voltar ao normal. Isso acabou afetando minha família, porque eu fiquei numa crise depressiva e num estresse grande. É como se aquilo tivesse disparado um gatilho em mim. Estava tendo complicações com meu filho, eu ficava estressado quando ele ficava perto de mim. Eu tinha medo de tudo que ele fazia, eu tinha medo que ele corresse e se machucasse e seria uma coisa muito grande, mesmo que uma queda seja uma coisa normal de uma criança. Quando minha esposa sai para buscar o menino na escola ou sai de casa por algum motivo, eu já fico com a preocupação de ficar ligando pra ela. Então isso interferiu muito, foi um estopim pra minha cabeça. (Rômulo).

O relato de Rômulo, dentro do universo desta pesquisa, foi o que mais indicou a vivência do assalto como uma situação capaz de transformar profundamente sua percepção de mundo. O crime acometido reorganiza sua vida e produz novas apreensões de medo e ele passa a categorizar comportamentos, pessoas e locais como perigosos, fragmentando suas relações sociais.

O que o diferencia dos relatos dos outros interlocutores é que, se para os demais o medo proveniente do assalto é relacionado diretamente à experiência vivida, como nos casos em que o assaltante realiza a abordagem de moto e a vítima passa a temer a movimentação de pessoas que utilizam este meio de transporte, para Rômulo ele passou a habitar todas as esferas de sua vida, ainda que não tivessem associação com o assalto. Atividades corriqueiras como trabalhar, brincar e orientar o filho ou comprar o pão na padaria passam a ser afetadas em decorrência de um medo que se deslocaliza e se faz generalizado e intensamente sentido.

Tais consequências comportamentais, desenvolvidas por uma fobia pós-assalto, acabam por interferir diretamente em suas relações profissionais e familiares. Se os outros entrevistados, após o assalto, conseguiam realizar suas atividades apesar do medo, para Rômulo elas se tornam impossíveis de serem

efetivadas. Se pensarmos na fala de Roberto, ele ultrapassou a barreira entre “ter medo” e passa a “viver com medo”, saindo do estado de “normalidade” categorizado e sugerido pelos entrevistados.

O assalto enquanto algo imaginado ou experimentado promove mudanças no comportamento daqueles que habitam o meio urbano. Tais mudanças variam de acordo com a proximidade com qual a violência foi vivenciada; quando o crime não toca diretamente o indivíduo e apenas se aproxima, através de relatos de amigos e familiares, as mudanças em decorrência dele se apresentam de formas sutis. A cidade ainda é transitada com maior liberdade e as precauções realizadas em prol da prevenção do assalto não chegam a limitar drasticamente a relação do morador com a cidade ou com as pessoas que nela vivem. Quando a experiência da violência ultrapassa a barreira da imaginação, algo somente temido, e se transforma em algo vivido, as alterações comportamentais são mais perceptíveis e promovem modificações significativas que alteram suas sociabilidades, no âmbito coletivo e privado.

(...) a experiência da violência sempre provoca mudanças. Geralmente, a experiência de um crime violento é seguida de reações como cercar a casa, mudar de endereço, controlar as atividades das crianças, contratar seguranças, não sair à noite, evitar certas áreas da cidade e assim por diante, ações essas que reforçam um sentimento de perda e restrição assim como uma sensação de uma existência caótica num lugar perigoso. Experiências de crime também são seguidas pela fala do crime na qual acontecimento é recontado e discutido inúmeras vezes. (CALDEIRA, 2000, p. 9).

Quando não se sabe a quem temer, teme-se a tudo e a todos e novas práticas de sociabilidade, permeadas pelo medo e insegurança, surgem. Nesse sentido, concordo com Barreira (2013) quando ele diz que as ações violentas “adestram” os comportamentos sociais, gerando dualidades como possível/impossível, permitido/negado, proibido/socialmente aceito. A cidade passa a ser compartimentada e categorizada como segura ou insegura e com isso, não apenas as circulações pelas ruas são alteradas, mas a própria dinâmica de sociabilidade é impactada. Nesse sentido, tão importante quanto compreender a dinâmica do ato criminoso, torna-se relevante observar os

desdobramentos do crime e de que modo reverberam naqueles que habitam o território citadino.

4.2 Fala que circula, medo que se propaga – Retroalimentação do medo

A vida urbana é permeada de histórias de pessoas que têm suas vivências modificadas ou limitadas após passarem por uma situação de assalto. O ato de narrar a experiência sofrida agrega pessoas. Ao relatar o acontecimento, cria-se uma conexão entre aquele que fala e o que escuta, que passa a discorrer sobre o assunto contando também sua história. A narrativa passa, então, do singular para o plural. A partir dessa troca, detalhes são agregados e a violência sofrida é compartilhada por outros, que passam também a alarmar familiares e amigos sobre os detalhes do caso. Quando, onde, quem, qual horário, em que situação, todas as minúcias apuradas são compactadas e repassadas a fim de reforçar o estado de alerta. Ou seja, propaga-se o relato do medo diante da justificativa de prevenção e a fala que circula multiplica a sensação de insegurança.

A propagação da experiência de atos violentos através de comentários, conversas, brincadeiras ou piadas é classificado por Caldeira (2000) como *falas do crime*. Ao relatar para outros sobre o crime sofrido, a vítima estaria possibilitando a proliferação do medo ao mesmo tempo em que reorganizaria simbolicamente o universo perturbado. Através do relato de um caso agregam-se outros tantos, propiciando interações sociais que alimentam o medo e simultaneamente combatem e ampliam a violência. As falas do crime seriam então, mais do que apenas relatos, mas ações capazes de produzir segregações, estimular o preconceito, o racismo e a desigualdade social.

A fala do crime — ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que tem o crime e o medo como tema — é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros seguem; e é raro um comentário ficar sem resposta. A fala do crime é também fragmentada e repetitiva (...), alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no

qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. (Caldeira, 2000, p.27).

Desenvolver uma reflexão acerca do medo de assalto no cenário urbano fortalezense é, necessariamente, estar envolto em inúmeras situações em que os relatos sobre as histórias e “causos” de pessoas que foram vítimas de assalto se fazem protagonistas em diversos momentos de interações sociais. Dentro da esfera familiar e afetiva, o tema é abordado corriqueiramente e geralmente é associado à ideia de “cuidado”. Alertar sobre um crime é visto também como uma manifestação de zelo, uma vez que a fala ganha tons de alerta e expõe com detalhes as situações em que o assalto foi realizado. Assim, amigos e familiares, sabendo do ocorrido, podem desenvolver ações e evitar situações que os coloquem em risco.

O pessoal no trabalho da minha mãe só fala de pessoas que foram assaltadas. Isso acaba que interfere na vida familiar, porque meus pais são muito assustados com essa questão da violência. Minha mãe tem um exemplo de um amigo que foi assaltado na porta de casa que ela sempre fala (risos). Então ela barra muito eu e meu irmão quando a gente quer sair à noite. Fica muito preocupada. Sempre tem uma briga por isso. E ela também não é uma pessoa que saia pra andar na rua, então ela é assustada com qualquer coisa e isso gera muitos embates dentro de casa. (Lígia).

Lígia exemplifica uma das formas em que as falas do crime são apropriadas e recontadas com intuito de alertar, mas também como estratégia argumentativa que busca persuadir a limitação da exposição ao ambiente urbano como forma de prevenção aos crimes violentos. De acordo com ela, sua mãe costuma coletar narrativas em seu ambiente de trabalho, que é apresentado como local propulsor para trocas de experiências, que tem como ponto de interseção a criminalidade da cidade, que são constantemente alimentadas e repassadas.

Além dos inúmeros casos que preenchem seu estoque de relatos de violência, a mãe de Lígia também se vale da repetição de um caso específico para coibir as saídas de seus filhos do ambiente doméstico. A especificação deste caso se torna emblemática justamente por transmitir a ideia de que para passar por uma situação de assalto basta sair de casa. Para sua mãe, mais do

que narrativas, as falas do crime são a representação do mal que pode acometer seus filhos e são percebidas como a representação de uma realidade mais do que possível, iminente.

A divergência entre pais e filhos surge quando, para estes, a exacerbação da violência como ferramenta para restringir o modo como eles se movimentam pela cidade. A diferença de perspectiva culmina em conflitos entre os familiares, uma vez que para a mãe tudo é imaginado, pois seu desconhecimento sobre a rua faz com que ela apenas a perceba através das histórias coletadas no trabalho, que desenham a cidade como um local essencialmente perigoso.

As falas do crime aparentam ser utilizadas por muitos como fonte única e irrefutável sobre a condição de violência na urbe. Mais do que dados oficiais, relatórios e pesquisas acerca da criminalidade, as narrativas do medo são costumeiramente usadas para justificar o discurso de que Fortaleza passa por uma fase crítica de insegurança, como podemos perceber na fala de Lucineide, que mesmo não tendo presenciado situações de assalto, se utiliza das narrativas de seus filhos e familiares para afirmar categoricamente que os fortalezenses vivem um contexto “terrível de insegurança”.

Acontece demais das pessoas contarem um monte de história, né. Acontece muito. Por exemplo, aqui mesmo próximo de casa, eu mesma não vi, mas a minha filha e o meu filho viram e me contaram que viram um homem saindo pra trabalhar 7h da manhã e a pessoa sendo assaltada. 7h da manhã, aqui em frente do prédio. Já escutei história de irmã, sobrinha, um monte de gente, né. Dá nem pra contar. Então tá terrível. Isso quer dizer que falta segurança. (Lucineide).

Esse tipo de pensamento conclusivo acerca da violência na cidade pode ser constantemente percebido nos vários diálogos que se movimentam pela cidade, através de narrativas pessoais ou casos de conhecidos. Aquele que se dispõe a andar por Fortaleza atento às conversas das pessoas provavelmente irá se deparar com algum tipo de relato violento. Poderá inclusive observar que falar dos casos de assaltos na metrópole fortalezense compõe um dos aspectos característicos da cidade. As falas do crime são comumente elegidas como tópico de conversas entre aqueles que se fazem presentes em alguma situação

coletiva. Elas estão dentro dos transportes públicos, nas esperas dos consultórios médicos, nas reuniões familiares em meio as atualizações das notícias sobre seus membros, no pátio das escolas e bancos das faculdades e tantas outras situações da vida ordinária.

Os relatos de assalto muitas vezes se confundem com relatos de medo e são facilmente utilizados como ferramentas capazes de estimular interação entre desconhecidos. Falar sobre violência é pretexto para iniciar uma conversação. A busca por um tópico comum e que afete a todos não se limita as observações sobre o clima quente da capital cearense, mas também se apresenta em formas de comentários que tenham como conteúdo a violência em Fortaleza, que muitas vezes é associada aos assaltos que ocorrem na cidade. Como muito bem explicado por um de meus entrevistados:

Normalmente começa quando alguém acabou de ser assaltado, né? Aí pronto... vai falar como foi que aconteceu. E sempre tem alguém que pergunta, que quer saber os detalhes todos. Aí as pessoas começam a falar e as outras pessoas sempre vão contando mais histórias. Nessas horas até quem tava calado entra na história. (Raimundo, 19 anos. Estudante).

Nessas situações, as interrupções costumam ser frequentes e a história contada por uma voz torna-se plural quando novos detalhes e nuances são acrescentados por aqueles que inicialmente eram apenas ouvintes. A fala passa a ser, então, colaborativa e as narrativas vão se multiplicando. Outras pessoas se fazem protagonistas e novos casos de assaltos sofridos por ela ou por alguém próximo passam a ser anunciados.

Mais do que a exposição dos crimes, as falas mesclam opiniões sobre a violência sofrida. Vítima, assaltante, local, horário e todos os elementos que compõem a situação passam a ser analisados e diferentes pontos de vista são enunciados no intuito de classificar as condições do crime. Teria sido ele um ato de crueldade ou fruto de um descuido da vítima? Estava ou não o assaltante sobre influência de entorpecentes? A vítima fez bem em reagir ou deveria ter entregue seus pertences sem objeções? São alguns exemplos de indagações evocadas e rapidamente respondidas por aqueles que integram a conversa. Sugestões e críticas passam a ser proferidos sobre o argumento de precaver

aqueles que estão atentos ao diálogo e dizem algo como “É ruim a gente ficar falando disso, mas é melhor saber do que ser pego de surpresa, não é mesmo? A gente tem que estar alerta!”. Cria-se, deste modo, a circularidade do medo, “processo através do qual o medo vai adquirindo diferentes sentidos que são multiplicados e transformados em linguagens, símbolos e narrativas”. (BARREIRA, 2011, p. 89).

Assim, os muitos casos de relatos do crime se somam e se multiplicam, promovendo também o compartilhamento do medo. A partir dos relatos individuais de pessoas, o temor de passar por uma experiência similar à escutada é disseminado. A associação entre experiência pessoal e experiência coletiva produz diferentes possibilidades de apropriações do medo, que passa a ser incorporado em intensidades variadas pelos moradores da cidade, como observado na fala de Renata, que diz:

Escuto os relatos das pessoas sobre assaltos o tempo todo, inclusive próximo ao meu trabalho. É só o que tem. Eu tenho essa sensação de que o tempo todo eu posso sair e posso ser assaltada. A sensação de quando eu saio é que eu estou preparada pra ser assaltada. É uma sensação constante, um pensamento constante. (Renata).

Caldeira (2000) diz que a experiência de um crime violento, como roubo a residências por exemplo, provoca na vítima a desestruturação do mundo tal como era conhecido. As ações decorrentes da violência sofrida, entretanto, poderão variar individualmente de acordo com as experiências acumuladas historicamente por cada um deles. Do mesmo modo, as falas do crime afetam os moradores da cidade de diferentes formas. Se para alguns, como Renata, elas promovem a sensação de estarem cada vez mais envoltos pelo sentimento de insegurança e vulnerabilidade, para outros elas sugerem que o medo excessivamente sentido pela população produz a ideia de uma violência que é exacerbada através dos relatos de crime. John, por exemplo, demonstrou descontentamento pelo modo como a fala coletiva do crime o faz sentir.

As pessoas ficam falando: “você vai ser assaltado, você vai ser assaltado”. Mesmo que você diga que não aconteceu, elas respondem, “mas vai acontecer”. Então eu me *preparar*. Eu já *pensar* que quando acontecer eu entrego minhas coisas. Mas para mim, eles sempre *glorificar* a violência. Eu acho que eles falam coisas pior que é a

realidade. Todos os lugares aqui no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, tem violência, assaltos, normal, infelizmente é normal. (John).

O relato de John indica que as falas do crime contribuem para a alteração de modo como ele olha para a cidade. Nascido originalmente nos Estados Unidos e morando há seis anos em Fortaleza, ele afirmou nunca ter sido assaltado na cidade. Ainda que não tenha sido vítima e nunca tenha presenciado nenhum tipo de criminalidade na cidade, ele admite que as histórias de assaltos não só interferem na sua percepção sobre Fortaleza como alteram a forma como ele organiza sua rotina.

As pessoas com as quais ele se relaciona, além de compartilharem suas histórias de assaltos, afirmam que ele impreterivelmente vai experienciar uma situação de roubo na capital cearense. A imperatividade com a qual a afirmação “você vai ser assaltado” é repetida lhe causa uma revisão sobre o modo como ele percebe a cidade e John passa a acreditar que a possibilidade do crime é iminente e que, portanto, deve “se preparar para quando acontecer entregar suas coisas”. Sua fala reforça a afirmativa de que o assalto irá ocorrer em algum momento. Ele diz “quando acontecer” e não “se acontecer”, indicando que antes mesmo da violência se tornar física, ela se manifesta simbolicamente através da expectativa de se tornar vítima de assalto.

A alteração de seu comportamento é, por sua vez, associada ao que ele diz ser a “glorificação da violência” e não a possibilidade do assalto em si. Para John, o crime existe em vários lugares do mundo e isso é “normal”. O que o assusta é a intensidade como os moradores de Fortaleza propagam relatos de crime e através deles estimulam o sentimento de medo, o fazendo sentir mais inseguro do que de fato se sentira caso não fosse constantemente estimulado a temer o ambiente urbano da capital cearense.

Nada é seguro pra eles. Na rua, no carro... Na Via Expressa, por exemplo, eles falam que assaltam os carros. “Ah John, você não pode andar para uma rua aqui na esquina porque eles sempre fazem assaltos”. Por exemplo, Desembargador Moreira e Abolição a noite. Eu tenho uma aluna que mora lá na esquina e ela fala que sempre tem assaltos lá. Mas eu sempre desço de ônibus lá e nada aconteceu comigo. (John).

As informações que reiteram a ideia de que nenhum local da cidade é seguro passam a ser contrapostas às experiências pessoais de John. Ainda que receba estímulos para evitar o deslocamento por determinados trechos da urbe, ele desafia o que lhe é dito e passa a andar por esses locais. A experiência vivida se mostra oposta aos alertas recebidos e “nada acontece”, o que o leva à conclusão de que há uma exacerbação do medo e da violência, mais presentes nos relatos das pessoas do que necessariamente nas ruas da cidade.

Rosana, originalmente nascida em Campina Grande (Paraíba/Brasil) e moradora de Fortaleza há 4 anos, também foi impactada pelas tantas narrativas de crime. Aos olhos, de recém-chegada, a cidade não era assustadora. O desconhecimento sobre seu novo local de morada a protegia de qualquer ansiedade sobre a criminalidade. Mas tão logo interage com seus novos vizinhos, tem sua visão sobre a cidade alterada e o cerne de sua experiência enquanto moradora de Fortaleza passa a se constituir através das falas do crime, como podemos constatar a seguir.

Quando eu vim morar aqui, logo o início, as pessoas me fizeram muito medo. “Olhe você só ande por tal lugar... No parque do Cocó, você não passe naquela avenida que dá na Washington Soares. Você não passe ali de noite não, vá só de dia e com os vidros fechados, e não fique com cara de abestalhada não!”. Olhe, fizeram tanto medo, tanto medo, que a gente tava pra alugar um apartamento, mas terminou desistindo porque a mulher disse que tinha um sinal que era tão perigoso que todo dia tinha assalto. Então é isso sabe... É alimentando um medo que nem exista. E depois foram passando os meses e eu comecei a andar por lá e eu ando a noite e eu nunca vi nada. Nunca vejo nada! (Rosana, 29 anos. Professora).

Tão logo é reconhecida como nova habitante, Rosana passa a ser comunicada sobre localidades perigosas e situações a serem evitadas, uma espécie de manual de boas-vindas em que a política da boa vizinhança não se limita a indicar a localização de bancos e pontos de comércio próximos à localidade em que se vive, mas sobretudo alerta sobre os perigos da região.

Sobre esta interação entre novos e velhos moradores, Eckert (2002) diz que as narrativas das experiências dos mais antigos, através da dinâmica comparativa entre passado e presente, comunicarão ao recém-chegados os afetos territoriais, incertezas e evitações socioespaciais, assim como o medo e

as agonias. Deste modo, a partir desta relação, a vida urbana local ganha novos significados, havendo a integração entre as experiências individuais e as coletivas. Ou seja, a linguagem socializada e as emoções apreendidas pelos velhos habitantes orientam aqueles que ainda não possuem suas próprias narrativas e experiências com a nova localidade.

No contexto apresentado por Rosana, é justamente essa dinâmica de relação com os moradores antigos que promove nela a apreensão do medo social no cenário urbano fortalezense, fazendo com que ela não apenas passe a ter medo, mas também efetive ações guiadas por tal sentimento. E a urbe, inicialmente repleta de possibilidades, ganha delimitações que esquadrinham a cidade em locais a serem frequentados e locais a serem evitados, afetando a forma como ela se comporta em relação a cidade, interferindo na escolha de seu local de moradia e engessando, inclusive, a construção de relações de amizade.

No primeiro ano foi um inferno aqui. Porque eu não andava pra lugar nenhum. Eu não conhecia ninguém. E como fazer amizade com as pessoas e conversar e sair se eu não podia sair? Porque as pessoas diziam que eu poderia morrer! Que fulano morreu e foi num assalto. Que outro cara morreu num assalto no sinal porque não passou a corrente. E contaram o caso de um advogado e depois foi o de um professor que morreram e não sei o quê... O povo só fala disso! (Rosana).

A apropriação do medo faz com que Rosana adote medidas objetivas em função de uma realidade subjetiva, mas que ao serem imaginadas tornam-se profundamente sentidas. E assim, embora não tenha sido ela a testemunhar ações violentas na cidade, as falas do medo são suficientes para que ela passe a elaborar uma rotina preventiva em razão de tentar evitar ser a próxima vítima. Ao objetivar o distanciamento do crime, ela também se afasta de novas formas de interação social.

As falas do medo afetam as pessoas e interferem em suas ações cotidianas. Elas modificam ritmos, limitam a forma como ocupam a cidade e interferem no modo como se relacionam socialmente. As falas do crime agregam aqueles que compartilham experiências sobre o crime na cidade, gerando trocas de saber, possibilitando alertas sobre os perigos escondidos na malha urbana e

causando identificação entre aqueles que tem medo. Entretanto, do mesmo modo que aproxima, distancia; segrega e confere novos significados na vida daqueles que têm como morada o ambiente citadino.

4.3 Mídia e redes sociais: histórias que se espalham num clicar de dedos

O barulho vindo do despertador sinaliza de maneira barulhenta que é hora de acordar. Ainda sonolento, antes mesmo de levantar ou escovar os dentes, bate a cama em busca de seu celular. O objetivo é alcançá-lo sem ter que levantar ou fazer grandes esforços. Depois de umas tentativas frustradas, vitória. Seu dia começa ali, no escuro do quarto, quando o breu vai cedendo espaço para luz intensa que é emanada pela tela daquele pequeno aparelho. O que é para ser apenas uma “olhadinha rápida” vai se transformando num emaranhado de notícias e informações que o desviam de seu objetivo inicial. E assim ele lê todas as mensagens dos grupos de WhatsApp, atualiza seu Facebook e dá uma conferida no Instagram.

Em meio a postagens que o atualizam dos últimos acontecimentos das vidas de parentes e amigos, surgem vídeos engraçados, memes e tantas outras publicações que o fazem rir. Mas de repente, entre os links enviados no grupo de mensagens da família, surgem notícias de assaltos, ônibus sendo incendiados e tantos outros alertas sobre a vida no espaço urbano. “Cuidado ao passarem por aquela rua”, “evitem pegar o ônibus da linha que vai para aquele bairro”, diziam. Ele observa com atenção as recomendações que lhe foram passadas, mas não chega a abrir as matérias sobre os crimes denunciados, apenas interage tecendo comentários como: “A situação está cada dia pior”, “não tem mais um lugar seguro na cidade”. Suas pontuações se misturam à tantas outras que também demonstram preocupação com “o rumo que a violência está tomando”. Não querendo gastar os poucos minutos que lhe restam na cama lendo reportagens ou relatos de crimes, ele se contenta em ler as pontuações feitas por seus parentes e, preocupado, encaminha as notícias para sua rede de contatos virtual. Quando enfim levanta já sabe, mesmo que parcialmente, das

notícias que aconteceram de um dia para o outro e finalmente sente que sua jornada diária pode começar.

Entre se banhar, escovar os dentes e tomar café da manhã, a TV fica ligada. Mais notícias de violência, mais alertas à população. Enquanto engole a comida reclama, “só tem desgraça nessa cidade. Parece até que virou moda”. Seu pensamento é interrompido quando se apercebe que já é hora de ir. O tempo encolhe, sua reflexão também. “Tenho mais o que fazer”, diz para si mesmo. Chave, carteira, celular. “Tá tudo aqui”. Separa o dinheiro do ônibus, esconde o restante. Olha novamente o celular, esconde ele também. Hora de sair. Tranca a porta, verifica se os cadeados foram fechados. Checa mais uma vez, “só pra ter certeza”, pensa. Antes de partir, olha para a rua e as pessoas. Antes de partir, faz uma oração. Antes de partir, veste-se de medo e só então sai. “Se a violência tá na moda, me visto de medo para combinar”, pensou ele antes de ser engolido por mais um dia.³⁰

Falar sobre a criminalidade e sobre o medo de se tornar vítima de assaltos faz parte da sociabilidade da capital cearense. Como visto anteriormente, as falas do crime surgem em diferentes cenários do cotidiano dos moradores da cidade. Os relatos de violência, mais do que divulgarem detalhes sobre o ato violento sofrido, propagam a sensação do medo, que é reforçada quando esses relatos ganham visibilidade através da mídia ou de ampla divulgação em redes sociais.

Morales (2014) discorre sobre o impacto da mídia como instrumento de produção discursiva que, através do uso de imagens, não apenas informa sobre determinada realidade, mas também atribui sentido ao real ao se apropriar, divulgar, espetacularizar, sensacionalizar ou mesmo banalizar atos violentos, induzindo ações por parte daqueles que são afetados pelas notícias que circula socialmente.

³⁰ Pequeno conto de autoria própria para contextualizar o leitor sobre o assunto abordado. Também no intuito de fazê-lo sentir-se envolvido pelos tantos contextos e histórias que fizeram essa pesquisa possível. Como formar de diferenciá-los, eles foram destacados em itálico.

Ocorre que a forma como os meios de comunicação falam da violência faz parte da própria realidade do fenômeno e que os meios de comunicação não só descrevem as ações referentes à violência, mas também fazem parte do drama social produzido pelos fatos narrados por eles. Logo, se entendermos a violência como uma linguagem que comunica algo, veremos que a mídia atua como um amplificador desta linguagem. (Morales, 2014, p. 33).

A mídia é uma ferramenta capaz de indicar os valores de uma determinada sociedade, mas que também pode influenciar o modo como as pessoas percebem o ambiente que lhe cerca. As matérias veiculadas nos meios de comunicação comumente são tomadas como verdade e não como um recorte da realidade. Ao selecionarem acontecimentos específicos para serem noticiados e excluírem outros tantos, ela interfere e transforma comportamentos e valores.

A propagação das falas do crime reitera a sensação de uma violência difusa. Os moradores da cidade sentem que podem ser surpreendidos por um ato de violência em qualquer hora ou local e o medo de se tornar vítima é sentido cada vez mais intensamente. A insegurança, associada aos sentimentos de pânico e ódio, passa a ser sentida como parte integrante do cotidiano das pessoas. A cobertura midiática da violência do ambiente urbano, além de propulsora da percepção de falta de segurança, constrói estigmas sociais, reitera preconceitos e fortalece tipos de discriminações, como Rondelli (2000) aponta.

O medo, o pânico, a insegurança e até mesmo o ódio já fazem parte do dia-a-dia dos cidadãos que vivem em grandes cidades, criando uma situação favorável para a construção de estigmas sociais, que salientam o preconceito e os mais variados tipos de discriminação social. Nesse sentido, a cobertura televisiva das ações policiais e das mais variadas manifestações de violência urbana propaga certa forma de discurso (verbal e não verbal) que expõe tensões que se referem ao que é ou não é moralmente aceitável, assumindo prontamente aquilo que considera execrável e condenável. (Rondelli, 2000. P.31-32).

A publicização de casos de violência é ampla e intensa. Quando as falas dos crimes deixam de se limitar às interações face a face, ganhando incontáveis manchetes e reportagens de jornais elas passam a ser transmitidas à uma extensa audiência, que passa a receber diferentes narrativas sobre a

violência ocorrida, além de expor os detalhes dos crimes, findando por retroalimentar o medo. (SOUZA, 2008).

Baierl (2004) pondera que a violência sempre atraiu manchetes de jornais, principalmente as que se destacam devido à crueldade imposta no momento do crime, mas pondera que a midiaticização dessas notícias costuma dividir o público de acordo com significado e análise, mas afirma que ainda que a receptividade à divulgação costume variar, a violência é diariamente consumida em forma de notícias.

A violência, nas suas mais diferentes expressões, apresenta-se como temática cadente e viva na realidade urbana atual. A leitura rápida de um jornal, considerando os títulos das diferentes matérias, revela o lado perverso da sociedade: a violência, o crime, o assassinato, roubo, o sequestro, as rebeliões em presídios, os ataques das quadrilhas de grupos organizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras capitais. Os altos índices de violência sempre atraíram manchetes de jornais, principalmente aquelas notícias em que a crueldade aparece na sua maior sordidez. No entanto a forma como a violência vem se manifestando, e sendo divulgada divide opiniões tanto quanto o seu significado e análise, quanto as formas de enfrentá-la ou, pelo menos minimizá-la. (BAIERL, 2004, p.51).

Para Andréa, a televisão é capaz de produzir uma melhor percepção sobre a realidade violenta da cidade. Ela considera que as experiências individuais não são suficientes para gerar uma real compreensão sobre o modo como a violência é efetivada e diz que a TV mostra aquilo que ela não vê, revelando aos cidadãos uma dimensão mais completa da insegurança.

Porque às vezes a gente não presencia muita coisa, mas quando você liga a TV, você vê que a situação está caótica mesmo. Lembro no meu trabalho, aonde eu moro, a situação não está tão grave, pelo menos eu não vejo. Mas quando você liga a TV você vê muita coisa acontecendo e aí então a mídia nesse aspecto é importante pra população perceber que a situação não está nada boa né. Porque às vezes está bom só pra você, mas ao redor está um caos, então...(Andréa, 24 anos. Universitária).

Sua fala indica como a divulgação midiática dos crimes é capaz de impactar os habitantes da cidade. Andréa sugere que sua percepção acerca da violência é diretamente impactada pelo conteúdo midiático produzido pelos programas de TV. Ou seja, ela modifica seu referencial de mundo quando,

mesmo sem ter sido exposta diretamente à violência, passa a considerar a situação ao seu redor “está um caos”.

Dentro do universo desta pesquisa, a mídia apareceu na fala dos entrevistados como um meio de atualização sobre a situação de violência na cidade. Para alguns deles, os programas de TV e os jornais foram expostos como fonte confiável de informação, promovendo conhecimento sobre a criminalidade, como evitá-la ou ainda como reagir no caso de ser diretamente exposto a ela. Saulo, por exemplo, considera esse tipo de produção de conteúdo como mecanismo capaz de alertar sobre os perigos citadinos.

Essas notícias, os canais de TV servem de alerta, porque mostram situações que podem acontecer com você. O mais importante é pensar que pode acontecer com você e o que pode acontecer pra tentar se livrar dessas situações. Essas divulgações de notícias são positivas, gosto de saber o que está acontecendo. Por exemplo, saidinha bancária, a notícia mostra como foi e muitas vezes o comandante da polícia vem e lhe diz como você deve proceder na situação. (Saulo, 31 anos, técnico de informática)

No caso de Saulo, o conteúdo dos programas televisivos é incorporado ao seu acervo de estratégias para evitar sofrer algum tipo de violência. A partir da fala dos representantes de segurança pública, ele busca condicionar um comportamento racional que amplie a chance de sair ileso caso seja abordado numa saidinha bancária, como exemplificou. Ser bem informado lhe gera a sensação de estar, de alguma forma, no controle dos fatos e, ainda que saiba que a violência não possa ser prevista, se sente melhor preparado. Esta mesma perspectiva foi compartilhada por outros entrevistados, destaco a fala de Regina:

Eu assisto na televisão, né. Eu costumo assistir o Barra Pesada não porque eu gosto, mas que quando o Barra Pesada apresenta o rosto de alguém, você procura memorizar pra que quando acontecer as situações dentro de ônibus, você dentro do carro, pra que você tome precauções das situações. (Regina, 60 anos, comerciante).

Se, para Saulo, as notícias são assimiladas como forma de gerar um autocontrole, para Regina elas são apresentadas como mecanismo capaz de possibilitar a identificação de um possível criminoso e antecipar qualquer perigo

eminente. A busca por proteção é apresentada como prioridade em detrimento à outras formas de entretenimento, assistindo a programas especializados em denunciar casos de violência na cidade mesmo sem gostar deles.

Nem só os programas específicos para o compartilhamento de notícias de violência foram apresentados como ferramentas capazes de promover a circulação do medo em Fortaleza. Os jornais, em sua forma impressa, online e televisiva, foram apontados como locais de concentração e exposição de casos de violência urbana. Eles foram destacados pelos interlocutores como instrumentos fundamentais para disseminação da sensação de insegurança, promovendo a exacerbação da suspeita e causando a sensação de que se vive uma situação caótica, de medo generalizado.

Antes era só nos programas policiais. Mas agora se a gente assiste um jornal, que é o meio de comunicação que a gente tem é o jornal, nos jornais agora está dando muita violência. É como se fosse um programa policial. As vezes não tem uma notícia de nada de melhoramento na cidade, nem nada. Mas tem 8 ou 10 notícias de assaltos, de brigas de qualquer jeito, que não seja assaltando, mas... (Mariana).

Antes a gente só escutava isso nos programas policiais, né? Mas agora nos jornais só dá notícia de violência. Parece que o jornal é um programa policial. Às vezes não tem uma notícia boa sobre a cidade, mas tem um monte só de desgraça como assalto, briga. (Lucineide).

Mariana e Lucineide, assim como outros entrevistados, ressaltaram os jornais como veículos essenciais para a propagação de notícias que tenham como conteúdo atos de violência. Elas manifestaram descontentamento com o modo como notícias que poderiam evidenciar aspectos positivos da cidade são pouco transmitidas. Esse pensamento se aproxima com o de Suely, que afirma que a intensidade com as quais as notícias de crime são propagadas propiciam a sensação de que Fortaleza é apresentada de forma limitada, sendo fortemente restringida a condição de cidade violenta e, com isso, intensificando o medo e a sensação de insegurança por parte da população, que passa a crer que impreterivelmente será vítima de um crime em determinado ponto de sua vida no ambiente urbano.

É como se a violência maior fosse essa falada e não que é realmente vivo, entendeu? Então eu tomei pra mim um modo de viver de não ver mais jornais, eu não vejo mais. Aquele jornal que passa na Verdes Mares, é o único que eu assisto de vez em quando... Porque aqueles tipo Datena... Aqueles 190... Aquilo ali é você dentro da sua cabeça que você é o próximo. Que vai acontecer com quem mora com você, com seu vizinho, como se fosse ficasse esperando. É como se você estivesse aprendendo a viver com medo. (Suely, 33 anos. Professora).

Além de ser apresentada como propagadora do medo, a mídia também foi apontada como mecanismo de disseminação da violência. A exposição do crime de modo rápido e superficial, sem aprofundamento ou reflexão sobre o ocorrido, foi indicada por Oscar como motivação para desaprovar o modo como a violência é exposta nos veículos de comunicação tradicionais, como a televisão. Para ele, a extensiva produção e transmissão de conteúdos que possuam como temática a criminalidade retroalimenta a violência, promovendo não apenas o conhecimento sobre a realidade, mas também estimulando ações capazes de alterar as dinâmicas sociais, uma vez que “promove mais violência”.

Acho que ela promove mais violência. Não é bom para a sociedade. Primeiro, porque é sensacionalista. Não discute nada sobre a questão. A única coisa que faz é tentar ver o que é mais bárbaro. Certas coisas não deveriam acontecer. A mídia da grande população, como é a tv, em certos horários, não deveriam passar certos programas. São violentos e incitam a violência. Acho que a violência cresceu muito por causa disso. Uma programação que mostra a violência pela violência não leva a nada, só faz promover mais violência. (Oscar).

Baierl (2004) diz que os altos índices de roubo e homicídio, associados à cobertura da mídia sobre os casos de violência propiciam a existência de um imaginário coletivo que possua crença de que risco de ser vítima da violência é iminente, tendo como consequência a sensação de um profundo clima de insegurança. Segundo ele, uma das formas de combater essa sensação generalizada de vulnerabilidade seria a produção de um conteúdo analítico sobre os diferentes crimes, além de observar o papel da mídia enquanto instrumento de propagação desse sentimento.

Significa também analisar o papel da mídia pela forma perversa como divulgar os dados e as estatísticas criminais, sem contextualizada claramente. Isso acaba gerando medo que não tem contrapartida no

Real, o medo construído em cima de dados parciais e pouco analisados. (BAIERL, 2004, p. 112-113).

Bourdieu (1997) compreende que “a televisão exerce uma forma perniciosa de violência simbólica”, por possuir a capacidade de “ocultar mostrando” aquilo que ocorre na vida social. Para ele, a TV elege o que poderá ser noticiado ou não, além de poder apresentar de maneira insignificante um assunto de relevância para a população, ou atribuir a determinado acontecimento um sentido deslocado do que viria a condizer com a realidade. Logo, a TV é percebida por ele como mais do que um instrumento de registro, mas também como instrumento de criação de realidades.

Eu moro numa região considerada periférica e acho que vivo muito mais tranquilo que uma pessoa que mora em área nobre. Às vezes você comenta onde mora ou que passa em bairro tal e a pessoa reage falando "você passa em bairro tal? Eu não passo! É muito perigoso!" E você percebe que não é pela vivência da pessoa acaba tendo através de jornal e de internet e isso é negativo. As notícias vão conturbando as ideias das pessoas e fazendo parecer que aquela violência só exista na periferia (não que não exista), mas às vezes acontecem mais casos em bairros considerados de classe média e média alta (como arrastões, assaltos por exemplo). A violência está em todos os locais, só acho que as informações que chegam para as pessoas (por conta de telejornais e internet), acabam conturbando essa ideia. (Roberto).

Roberto desenvolveu uma reflexão acerca da produção de conteúdo sobre a violência em Fortaleza, que segundo ele prioriza os casos ocorridos na periferia, em detrimento àqueles que ocorrem em bairros nobres. A elaboração de notícias, desta forma, é compreendida por ele como limitadora da compreensão da realidade, visto que considera que a violência se faz presente em todos os locais, mas que o conteúdo produzido e divulgado pela mídia cria a sensação de que ela se concentra em determinados locais, promovendo preconceitos, criando medos e classificando as ruas da cidade como seguras ou perigosas.

O descontentamento com a cobertura jornalística apareceu intensamente nas falas dos interlocutores da pesquisa. Como consequência, muitos afirmaram ter reduzido o consumo ou mesmo deixarem de consumir esse tipo de comunicação midiática, como podemos notar nas falas a seguir. A

principal justificativa apresentada foi a de que o acesso às informações transmitidas pelos jornais os impactava diretamente, propiciando o sentimento de medo.

É como se a cidade só fosse violência. A violência fica maior porque o povo só sabe falar sobre o que acontece de ruim na cidade. Não que é realmente vivido, entendeu? Então eu tomei pra mim um modo de viver de não ver mais jornais, eu não vejo mais. (Thayná).

Eu to ficando paranóica nessa cidade, foi onde eu deixei de assistir os benditos jornais, porque só falavam que o homem de moto assaltou... “O homem de moto assaltou”... Aí eu deixei de assistir. Não sou abrigada a ficar vendo só desgraça! (Marina).

Especificamente no caso de Marina, é interessante perceber como ela não apenas associa a produção de conteúdo dos jornais à sua sensação de insegurança, como também os culpabiliza por lhe promoverem especificamente o medo ao “homem de moto”. O jornal é indicado, desta maneira, como um veículo capaz de não só promover a circularidade do medo, mas também como ferramenta capaz de fomentar a tipificação de um perfil criminal. Nessa perspectiva, Misse (2010) desenvolve a categoria *sujeição criminal*. Para ele, aqueles que popularmente recebem a alcunha de “bandidos” passam por um processo de construção produzido por diferentes esferas da sociedade, tais como polícia, moralidade pública e leis. São sujeitos criminais aqueles em que a eliminação física ou desaparecimento é desejado. A eles são atribuídas as penas mais rígidas e os sentimentos morais mais repulsivos.

Para Misse, o conceito de sujeição criminal está diretamente associado ao de incriminação. Isso ocorre porque existe uma distinção entre “bandidos” e “não bandidos”, que está vinculada à expectativa social de que o sujeito criminal transgrida as leis vigentes, enquanto que aos “não bandidos” existe a possibilidade de realização do crime sem que eles sejam diretamente sujeitos criminalizados.

De um modo geral, a diferença é construída pela ênfase maior que se dá *ao sujeito*, no caso da sujeição criminal, com a expectativa social de que o agente é, de algum modo, *subjetivamente ligado* à transgressão; e pela ênfase maior na transgressão que no sujeito, no caso da mera incriminação, com a expectativa social de que aquela transgressão não

é *subjetivamente ligada* ao agente (ao seu caráter, às suas origens e ao seu meio social, à sua biografia etc.). (MISSE, 2010, p.28).

Torna-se interessante pensar que, embora a violência seja constantemente apresentada pelos homens e mulheres desta pesquisa como um fenômeno difuso, capaz de percorrer todos os ambientes da urbe, há uma construção idealizada dos agentes que causam medo. Isto é estimulado pelas falas do crime e também pela imagem ampliada pela mídia, o que faz com que o “homem de moto”, como exemplificado por Maria, gere a expectativa de efetivar um crime, ainda que não o faça.

As redes sociais, em especial o *Facebook* e o *WhatsApp*, foram apresentadas como outras formas de obter informações acerca da criminalidade na cidade. Para muitos o espaço *online* foi apresentado como uma opção capaz de atualizar com maior rapidez as notícias relacionadas ao contexto urbano violento. Este universo foi apresentado como local maciçamente utilizado para promover a produção e o compartilhamento de conteúdo que tenha como tema a violência e, em especial, os assaltos.

Fialho (2015) define as redes sociais como mecanismos de comunicação e interação que agregam linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder. Para o autor, elas surgiram nos últimos anos como um padrão organizacional que expressa por meio de uma arquitetura de relações, interações sociais, políticas e econômicas, as problemáticas da atualidade, sendo assim “uma nova forma de conhecer, pensar e conceituar a realidade social”. (FIALHO, 2015, p. 61).

A facilidade com que vídeos, artigos e depoimentos são expostos foi considerada por alguns como um meio de se informarem com maior agilidade sobre os acontecimentos mais recentes e como fonte capaz de alertar a população sobre perigos em potencial, promovendo, como apontado por Fialho, uma nova prática de conhecimento sobre a realidade urbana fortalezense.

Um programa de televisão ele é menos assistido que um Facebook, entendeu, todo mundo olha o facebook e todo mundo vê esses vídeos de violência. Mas por um lado eu vejo que é uma forma de alertar, tipo

“olha, tal bairro acontece tal coisa”. É uma forma de alertar a gente de não ir lá, entendeu, de deixar de ir nesses locais. (Mariana).

A partir dos alertas compartilhados, novas práticas vão se instituindo. Com a mesma velocidade que as notícias são repassadas, ações são estimuladas e comportamentos são afetados. A movimentação de informações na rede acaba por interferir na movimentação das ruas da cidade. Bairros passam a ser evitados, ruas são taxadas como criminosas e a experiência urbana, ou mundo real vai sendo transformado através da influência do mundo virtual. Tudo isso justificado pela busca constante da sensação de segurança.

É por buscar se sentir seguro que Vladimir diz acompanhar via *Facebook* e *WhatsApp* grupos constituídos por policiais militares e seus familiares e pessoas curiosas que se interessam em saber sobre as minúcias dos crimes ocorridos em solo fortalezense. Ao todo, ele participa de aproximadamente seis grupos, todos voltados para o repasse de informações das “ocorrências” atendidas pela polícia.

Eu participo de uns 5 ou 6 grupos, da polícia... E é só notícias assim... Notícias de morte mesmo. Eu até procuro ver já para evitar andar em certos lugares, porque eles divulgam essas ocorrências, onde é o bairro, nome do assaltante... aí eu já uso já como questão de estratégia. “Não, esse bairro ali é perigoso, porque já aconteceu determinado assalto”. Entendeu?! É estratégia mesmo. No Facebook eu tenho uns 5 a 6 grupos. Mas não compartilho nada não! Só vejo no meu Facebook mesmo. Pra mim, serve como um alerta. Mas não é pra todo mundo não. Tem que ter estômago forte. (Wladimir, 21 anos. Estudante).

Os participantes do grupo têm acesso direto aos conteúdos de assaltos, latrocínios, homicídios e tantos outros atos de violência na cidade. Se os jornais detêm o poder de selecionar o que é ou não notícia e os detalhes que podem ou não ser divulgados, nesses grupos elas aparecem sem filtros. As “notícias de morte”, como Wladimir caracteriza, são expostas sem barreiras e as imagens postadas não possuem efeitos que desfoquem ou dificultem a identificação de vítimas ou criminosos. Pessoas sangrando, mutiladas ou mortas, datas, horários, região, rua, e tantos outros detalhes são divulgados, sempre sob a justificativa de, através da exposição, alertar aos participantes

sobre os acontecimentos violentos mais recentes a fim de lhes gerar possibilidades de estabelecerem medidas de precaução ou mesmo de estimular o compartilhamento da imagem do criminoso com o intuito de localizá-lo.

Para Wladimir, os grupos constituem parte fundamental de suas táticas de prevenção. Através do conhecimento adquirido por lá ele traça estratégias que o fazem evitar determinados lugares. E ainda que tenha demonstrado ser um consumidor fiel e ativo dos conteúdos publicados nos grupos da polícia, afirmou não os compartilhar. A recusa em passar as ocorrências adiante, para pessoas que não fazem parte dos grupos, foi apresentada como uma forma de respeitar aos que demonstram não querer ter acesso a esses tipos de informação. Como ele bem diz: “não é pra todo mundo não. Tem que ter estômago forte”.

A forma como as redes sociais possibilitam a descentralização da propagação de notícias faz com que as pessoas tenham mais acesso a informações, que são vorazmente consumidas e repassadas. Dentro do ambiente *online*, cada usuário passa a ser produtor e receptor de conteúdos e cada vez mais histórias são compartilhadas, muitas vezes sem que antes haja a verificação da veracidade dos fatos. Diante desse contexto, notícias que tenham como tema relatos de violência são compartilhadas através da facilidade de um click de botão. As notícias ganham diferentes versões, detalhes, especulações. Opiniões semelhantes ou contrárias movimentam debates, trocas de ideias, geralmente aproximando aqueles que possuem pensamentos afins ou distanciando ou promovendo conflitos entre os que apresentam pontos de vista divergentes.

Para Filho, as redes sociais acabam estimulando a aproximação entre pessoas que, sem opinião formada, se deixam influenciar por uma opinião propagada, e propicia o desenvolvimento de associação entre pessoas que, cansadas de saberem casos de violência, decidem juntar forças e fazerem justiça com as próprias mãos e discorreu sobre os riscos que o universo digital promove:

O ser humano replica as coisas que ele vê, não tem a opinião formada sobre as coisas. Ele vai, ouve dez pessoas falando e "ah, vamos matar bandido!", e aí tem um bando de playboy que se junta pra bater em

alguém que assaltou e aí bate foto e coloca no Facebook. Justiceiros, né? Mas as vezes o tiro sai pela culatra. Você vê pessoas fazendo propaganda desse tipo de postura e aí você vê o caso da mulher que um panaca colocou no Facebook a foto dela dizendo que sacrificava crianças ou algo assim, inventou um boato. A população se reuniu, parece coisa da idade média, e destroçaram a mulher, lincharam ela. Aí você vê o mundo que a gente vive hoje em dia, é loucura mesmo. (Filho).

O relato de Filho problematiza a produção de boatos nas redes sociais, em que histórias de crimes ganham versões não oficiais, mas suficientemente poderosas para promover a associação de pessoas que, afetadas pelo sentimento de raiva, desejam ocasionar sofrimento e punição ao suposto criminoso.

O caso exemplificado por ele ocorreu em maio de 2014 em Guarujá-SP, quando Fabiane Maria de Jesus de 33 anos foi linchada após ser vítima de um boato divulgado no Facebook de que ela sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de “magia negra”³¹. Fabiane foi amarrada, inquerida e julgada pela população raivosa, que a sentenciou à morte por espancamento.

Martins (2016), diz que os linchamentos em território brasileiro têm caráter punitivo, situados no que o autor chama de *lógica da vingança e da expiação*. Nesses casos a vítima recebe um julgamento carregado de emoções como ódio ou medo, sendo negado à vítima a possibilidade de direito de defesa e de julgamento perante um juiz imparcial, sendo ela sentenciada em caráter definitivo e sem possibilidade de apelo, sendo o julgamento fundamentalmente moral.

Trata-se de julgamento sem a participação de um terceiro, isento e neutro, o juiz, que julga segundo critérios objetivos e impessoais, segundo a razão e não segundo a paixão. Sobretudo, trata-se de julgamento sem possibilidade de apelação. (MARTINS, 1996, p.11-12).

³¹ Notícia midiaticizada através do portal de informações G1 e disponível no link: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>> Acesso: 17 Ago. 2106.

Através das redes sociais, notícias são repassadas e com elas também há o compartilhamento do medo. A busca por uma explicação ou alguém a quem culpar cria um terreno fértil para a propagação de boatos através de conteúdos que mesclam elementos da realidade em que um crime foi efetivado com elementos imaginados, especulados. E mesmo sem a confirmação de teorias e suspeitas, parte da população absorve como fato histórias inventadas. A partir disso, os usuários transformam seus sentimentos de revolta e indignação em *posts*, depoimentos e divulgação de matérias que são usadas com a finalidade de repassar aos demais usuários da rede sensação de pavor, indignação e busca por justiça, muitas vezes confundida por vingança.

O modo como as notícias são facilmente compartilhadas pelas redes sociais, entretanto, pode gerar a sensação de que a violência é maior do que realmente é, ainda que não existam fatos que embasem a sensação de insegurança. Se a ausência de conhecimento sobre os dados oficiais da violência colabora para o medo, a propagação de boatos é capaz de intensificá-lo, produzindo informações desproporcionais e, por vezes, inverídicas.

Sobre esse assunto, Paiva³² (2013) diz que a divulgação de notícias sobre violência urbana, seja ela municipal ou nacional, pode gerar o que ele denomina de “conhecimento envenenado”, em que o indivíduo não sofreu a violência, mas sente-se afetado e produz um discurso de vitimização. O envenenamento do conhecimento pode ser também fruto do recorte da realidade social apresentado pelas mídias e repassado por aqueles que a consomem de forma pouco aprofundada, reforçando estereótipos e gerando percepções distorcidas acerca de determinados locais e pessoas que compõem o ambiente urbano.

Se para alguns entrevistados reduzir ou parar de consumir os noticiários foi considerado como estratégia para se resguardarem da exposição maciça dos casos de criminalidade, dentro do cenário *online* os usuários buscam limitar esta exposição de acordo com as páginas, grupos e pessoas que optam

³² Em entrevista concedida ao Jornal O Povo no dia 27/10/2013. Fortaleza, CE.

por seguir. Dentro de aplicativos e páginas possibilitam a construção de um ambiente personalizado, em que se consegue filtrar os conteúdos que deseja receber. Notícias podem ser ocultadas, amizades podem ser desfeitas e publicações podem ser denunciadas, de acordo como impactam a experiência do usuário na rede. Logo, estar exposto a publicações que transmitam casos de violência em suas formas mais explícitas e de forte impacto visual e emocional (tais como as citadas por Wladimir) é uma escolha que pode ser ou não estimulada de acordo com a decisão pessoal de quem a recebe.

Ainda que o consumo de informação nas redes sociais seja moldado de acordo com o perfil de cada usuário, ele ainda pode ser surpreendido com notícias de conteúdo violento. Ao receberem estas informações, possuem a autoridade para repassá-las ou contê-las. Interessa ressaltar que os sujeitos desta pesquisa se posicionaram contra a propagação deste tipo de material. Mesmo os que indicaram acompanhar grupos especializados em produzir conteúdo sobre a criminalidade na cidade como tática preventiva, afirmaram optar por não o distribuir, temendo atuarem como agentes capazes de promover o compartilhamento do medo e da insegurança.

Não! Não compartilho, não divulgo, normalmente eu nem curto porque... Enfim, eu não quero estar disseminando notícias todo tempo de terror, como algumas pessoas fazem. Só compartilham coisas ruins e eu acho que você acaba ficando depois de um tempo um pouco paranóico com essa influência ... Não consegue mais viver, como meu pai, que está desse jeito. Se eu vou sair pra visitar qualquer pessoa à tarde, ele já acha o horário ruim, mas se eu vou sair à noite também é um horário ruim, se eu vou sair de manhã também é um horário ruim... Por ele eu não sairia mais de casa à noite. Você vai realmente ficando paranóica com isso... (Julia).

A fala de Júlia ilustra bem a preocupação com aquilo que se transmite no universo digital. Além de não gostar de consumir, evitando curtir e ler publicações de cunho violento, ela nega categoricamente transmitir a informação adiante, afirmando que a exposição a este tipo de conteúdo afeta diretamente na percepção de como os moradores enxergam a cidade, podendo inclusive gerar a exacerbação do medo. Para tanto, ela exemplifica a situação através da figura de seu pai, assíduo consumidor do medo compartilhado nas redes sociais

e que ela afirma estar em um quadro de “paranoia”, que não conseguindo distinguir o perigo na cidade, considera que está em todo lugar.

A interferência das redes sociais na divulgação de notícias de casos de violência na cidade aparece nas falas dos entrevistados como algo capaz de produzir a sensação de medo e/ou pânico, conseqüentemente, gerando a sensação de que Fortaleza vive um cenário incerto e violento, afetando profundamente o modo como percebem a cidade.

O “Mito da caverna”, ou a “Alegoria da Caverna”, proposto por Platão (2006), nos faz imaginar a figura de homens presos por correntes numa caverna. Nesse ambiente, ficam de costas para a saída e tudo que conseguem ver é uma parede que é iluminada pela luz proveniente de uma fogueira. Nesta parede, sombras de pessoas, animais e plantas são projetadas a partir de elaboração de situações cotidianas.

Se traçarmos um paralelo entre o mito de Platão e o objeto de estudo aqui analisado, podemos refletir o medo como as abstrações projetadas nas paredes, alterando a compreensão do mundo em que se vive. Sua projeção parte das falas do crime de pessoas conhecidas, da mídia e das redes sociais. A assimilação das projeções do medo, entretanto, sofre interferência e pode ser alterada de acordo com o modo que o indivíduo consome, assimila, reprime ou compartilha os relatos de crime. Assim, através do medo, a realidade é distorcida, as relações interpessoais são afetadas e o modo como os moradores interagem com o ambiente e com as pessoas que lhe cercam é, mais ou menos intensamente, modificado.

5 CAMINHOS DO MEDO

Tão logo entrou no elevador do prédio foi comunicado que tomasse cuidado ao sair pelo bairro. “Acabou de ter um assalto logo ali na esquina, acredita? Um desses moleques que anda sem camisa e de bicicleta abordou um homem que saía de uma loja. Está cada dia pior! Por isso mesmo que eu desvio logo quando vejo assim alguém que parece suspeito. Não que a gente possa dizer quem é bandido hoje em dia, mas por via das dúvidas, né?”.

A mulher falava misturando fatos e opiniões. Seu monólogo não dava espaço para conversa. No máximo, havia a possibilidade de intervenções como “Foi mesmo?”, “É verdade?!”, “Sei!”. Não que ela parecesse escutar, pois ela continuava a falar: “Mas pelo menos, pelo que fiquei sabendo, a vítima reagiu e quem morreu foi o assaltante. Não acho que é o certo a pessoa reagir, até porque o ladrão podia levar a melhor. Mas entendo a reação, sabe? Têm horas que a gente cansa e recusa a aceitar que um vagabundo desses venha tomar o que é nosso. Mas enfim, dos males o menor. Um bandido a menos, não é mesmo? Se a polícia não prende, nem mata; se a justiça vai e solta os poucos que prendem, o cidadão de bem tem mais é que se defender. Não é mesmo, meu filho?!”.

Antes que pudesse responder, a porta do elevador se abriu e ela partiu. E ali, sozinho, ele se viu acompanhado das respostas que gostaria de ter dito, dos comentários que ficaram guardados. Antes que pudesse dar continuidade ao seu diálogo mental, a porta do elevador abriu novamente. Dessa vez ele quem começou: “Acabei de saber que teve mais um assalto aqui na porta do prédio, acredita?”.³³

O medo de assalto foi exposto nesta tese como um fenômeno que acompanha os moradores de Fortaleza em todos os lugares. Afirmativas que apontam a cidade como um lugar de vulnerabilidade, sem locais seguros, foram frequentes, assim como a ideia de que o assaltante pode ser “qualquer um”.

³³ Pequeno conto de autoria própria para contextualizar o leitor sobre o assunto abordado. Também no intuito de fazê-lo sentir-se envolvido pelos tantos contextos e histórias que fizeram essa pesquisa possível. Como formar de diferenciá-los, eles foram destacados em itálico.

Essas falas promovem a sensação de que viver na cidade é estar sujeito a ser vítima de assalto independentemente de onde se esteja e por todo e qualquer tipo de pessoa que ocupe o espaço urbano. Cria-se, deste modo, uma ideia de que a criminalidade pode ser igualmente experimentada em todo território da capital cearense, podendo atingir a todos da mesma forma e com a mesma intensidade, anulando a ideia de bairros perigosos e mesmo camuflando a figura do bandido, que passa a ser apresentado como um sujeito não estereotipado e, portanto, não estigmatizado.

A partir destas narrativas, transmite-se a ideia de que os moradores adotariam as mesmas táticas de segurança ou as mesmas medidas protetivas para evitarem passar por uma situação de assalto, independentemente do local para o qual se deslocem. É preciso pensar, entretanto, se essa aparente generalização do medo e da violência condiz com as estratégias elaboradas para evitar ser assaltado na cidade.

5.1 “O medo está em todo lugar, mas por via das dúvidas...”

As falas do medo, juntamente com a divulgação dos altos índices de criminalidade, tanto pelos meios oficiais, quanto pelas redes sociais e mídia, têm contribuído para que o ambiente citadino seja permeado pela sensação de que o risco de morrer ou de ser assaltado seja constantemente sentido. A facilidade com as quais as notícias acerca da criminalidade têm sido expostas e repassadas faz com que, muitas vezes, não haja a confirmação da veracidade dos fatos e dados, ou aprofundamento sobre o contexto violento vivenciado, contribuindo para que os moradores passem a compartilhar um sentimento de insegurança e medo.

As formas como estas informações são projetadas coletivamente promovem a construção de um imaginário de que não existe local seguro e não há como se esconder da violência, sendo o assalto possível de ser realizado independentemente do bairro em que o indivíduo se encontre. Entretanto, basta uma análise mais aprofundada dos dados sobre os diferentes tipos de crime

efetivados na cidade, para perceber que determinadas zonas concentram uma parcela maior de crimes violentos como homicídios, enquanto outras têm maior incidência de crimes contra o patrimônio, como visto no capítulo dois. Ou seja, ainda que a criminalidade seja sentida a priori como um fenômeno universal, capaz de atingir a todos da mesma maneira, ela apresenta especificidades, podendo atingir a população de diferentes formas e com intensidades variadas.

As falas do crime, segundo Caldeira (2010), têm por característica o poder de síntese e de repetição, agravando a sensação de que a violência está cada vez mais intensa. A lógica da suspeita, do medo de sair de casa, as atitudes preventivas realizadas antes de deixar sua residência passam a ser incorporadas como gestos habituais do cotidiano.

Enquanto sentimento social, o medo é elaborado de acordo com experiências vividas e imaginárias, coletivas ou particulares, mas sempre projetado e moldado por crenças e valores socialmente instituídos. Diante desse *vocabulário emocional*, lugares, pessoas e situações ganham significados que podem estimular a sensação de segurança ou insegurança.

No *vocabulário emocional urbano* não apenas aprendemos a temer determinadas situações, mas também a reprimir ou expor emoções em momentos de violência, como pudemos perceber anteriormente no que se refere ao modo socialmente sugerido de agir mediante uma situação de assalto, por exemplo. E dentro do ambiente metropolitano de Fortaleza, o medo vai tomando forma e sendo associado à determinadas situações e lugares.

A figura do homem que, de moto, se aproxima do pedestre, constitui um medo que é assimilado e reproduzido pelos moradores da cidade, aparecendo diversas vezes como exemplificação do medo sentido pelos interlocutores desta pesquisa. Uma matéria veiculada pelo jornal *Tribuna do Ceará*³⁴ realizou um experimento no qual dois homens que se locomoviam de motocicleta se aproximavam de pedestres que circulavam pelas ruas do bairro Maraponga. O objetivo da dupla seria parar os transeuntes em busca de

³⁴ Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/videos/vem-que-tem/teste-constata-como-fortalezenses-tem-medo-de-dois-homens-uma-moto/>

informações sobre um endereço e, a partir dessa ação, observar o comportamento da população, para saber se existia o medo associado a esse tipo de situação.

Das quinze pessoas abordadas, entre homens e mulheres, pessoas que andavam sozinhas ou em grupo, todos afirmaram se assustar com a proximidade dos homens, que diziam: “Para aí, para aí. Você sabe onde fica o Mondubim³⁵?”. A maioria das pessoas demonstrou observar a aproximação dos homens ainda com considerável distância e alguns correram antes mesmo que a abordagem fosse concretizada. Embora as reações tenham sido diversas, entre aqueles que levantaram as mãos indicando rendição, os que se retraíram, os que mantiveram a calma e os que reagiram correndo, a sensação do medo foi unânime.

Mas ainda que o motoqueiro seja aprendido como um símbolo de perigo, um possível assaltante, cada vez mais o medo urbano ganha novos significados. Dentro do universo desta pesquisa ele é inicialmente apresentado de forma genérica, em que o bandido não apresenta uma característica específica. Assim, ele é associado ao “flanelinha” de carros, mas também ao homem que ostenta roupas elegantes e que se aproxima da fila do caixa eletrônico em horários de pouca circulação. Ele aparece vinculado aos bairros periféricos, mas também à beira-mar, às paradas de ônibus, aos carros, aos restaurantes, às ruas desertas ou cheias de gente. O modo disforme como o assaltante é inicialmente descrito pode ser percebido na fala de Roberto:

Quando eu ando a pé eu tento fazer uma leitura das ruas, dos locais, procuro observar as pessoas em volta para saber se vão tomar alguma atitude... Não em relação a aparência...Pra mim um flanelinha ou uma pessoa mal arrumada não quer dizer que a pessoa é assaltante não. Mas o que eu observo mais é a atitude. Não é pelo traje, pela feição. Porque assim, hoje em dia a questão da violência está tão grande que a figura do assaltante não é mais vinculada àquela figura do ladrão caricato, que é mal vestido, “malamanhado”, não! Hoje em dia você observa que o ladrão rouba bem arrumado às vezes e mal arrumado em outras. Então depende muito. (Roberto).

³⁵ Bairro de Fortaleza que fica nas proximidades de onde a gravação foi realizada.

Sua fala torna-se interessante justamente por reforçar a ideia de que a figura do assaltante não possui traços ou características específicas que o façam ser observado como possível suspeito. Sua observação se concentra primordialmente nas atitudes das pessoas ao redor, não se limitando à análise de características físicas que contemplem vestimenta, por exemplo. Sua percepção é a de que todos são potencialmente suspeitos “até que se prove o contrário”, se opondo ao princípio jurídico de presunção de inocência, em que todos, a priori, são inocentes. Assim, ao andar pelos espaços coletivos, ele constantemente realiza uma varredura minuciosa que tem por objetivo detectar atos que indiquem quem pode representar efetivamente uma ameaça.

“A violência está em todo lugar e pode ser qualquer pessoa”. Este tipo de frase foi entregue pela maioria dos entrevistados como espécie de declaração inicial sobre a situação de criminalidade na cidade. A violência foi, assim, apresentada como um fenômeno onipresente que surge nos discursos cotidianos como um senso comum, uma ideia popularmente compartilhada e reforçada a cada crime vivenciado, divulgado pela mídia, pelas redes sociais ou pelos relatos de amigos e familiares.

No entanto, tão logo os moradores começam a discorrer mais aprofundadamente sobre o assunto, esta apresentação da violência como algo hegemônico, que atinge a tudo e a todos em caráter igualitário, passa a ser aprofundada, ganhando novas camadas e especificidades. Foi comum começar a escutar dos interlocutores frases como “a violência está em todo lugar, mas, por via das dúvidas...”, em que este “mas” acompanhava local, tipos específicos de pessoas e situações. Desta forma, a violência passava a receber atributos distintivos, como se pudesse ser mais factível quando atendesse a estes critérios e, por consequência, trazendo heterogenia ao que inicialmente é exposto como algo igual, que atinge a todos da mesma forma. Roberto foi um dos que apontou a violência como algo genérico, mas depois especificou locais e horários que costuma evitar por sentir que intensificam a possibilidade de sofrer ou presenciar assaltos.

Se eu vou me deslocar de um bairro A ou B, ou da periferia pra um bairro mais nobre, eu evito determinados trajetos que tem uma

incidência maior de assaltos em sinais, que o trânsito congestionado e que por conta do trânsito os assaltantes se aproveitam para realizar arrastão. Meu cuidado é em relação a isso, evitar determinados horários, trajetos e fazer a leitura de ações das pessoas, não com questão de preconceito mas de observar as ações. Se aquela pessoa está tendo uma atitude suspeita ou não... (Roberto).

Ainda que reafirme que suas observações se dediquem a avaliar as ações das pessoas, sem inferir conceitos pré-determinados carregados de estereótipos sobre quem é perigoso ou não, ele admite possuir conhecimento de locais e trajetos que, de acordo com ele, possuem um maior risco de assalto. Seu conhecimento sobre o assunto não foi exteriorizado como algo fundamentalmente baseado em dados oficiais, mas como um conhecimento adquirido através da troca de falas do crime com os demais moradores com quem se relaciona e de matérias veiculadas pelos meios de comunicação. A violência e o medo, por consequência, interferem na forma como ele se movimenta na cidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma segregação espacial e discriminação social, uma vez que a cidade passa a ser esquadrihada em locais a serem frequentados e locais a serem evitados, ou como dito por Barreira (2013), surgem as classificações morais dos lugares perigosos, aqueles que necessitam de cuidados específicos ou de serem proibidos; tais classificações sendo desenvolvidas a partir de preconceitos, estigmas e estereótipos, como podemos observar a seguir na fala apresentada por uma das entrevistadas.

Eu tenho ido num tal Serviluz, pra fazer uns trabalhos por lá. Quando eu vou, eu vou de ônibus, não tenho coragem de ir de carro. Aqui tem toda uma ideia, eu nem sabia que isso existia... Que quando você for entrar em uma favela, tem que entrar com os vidros baixos, porque se você entrar com os vidros altos, eles lhe abordam. Aí eu tenho medo. É um lugar assim que eu vou, tentando parecer calma, mas que nunca estou calma, sempre estou alerta. É um lugar que se você disser assim... Dos lugares que você anda, é o que eu estou mais de "orelha em pé", sabe?! Quando eu vou pro Serviluz eu vou com a roupa mais simples. Não vou com anéis, nem com relógio, nem com bolsa, nem com nada. (Lígia).

Sá (2010), ao realizar uma etnografia com os jovens do bairro Serviluz, diz que ele é considerado uma favela à beira-mar, popularmente reconhecido como uma das mais violentas e perigosas, com intensa frequência

de violência policial cotidiana. Portanto, trata-se de um local moralmente classificado como temível e que, como tal, passa a ser ilustrado a partir de estereótipos e, assim, estigmatizado. É assim que ele aparece na fala de Lígia, como um local de alta periculosidade. Se para ela não existe um local seguro em Fortaleza, no Serviluz existe a certeza quase palpável de que a violência é uma condição que afeta aqueles que lá moram e os que o visitam. Se em outros locais da cidade as atitudes preventivas são incorporadas como algo naturalizado, no Serviluz as táticas quebram a barreira das ações de prevenção já incorporadas, exigindo um outro estilo de comportamento tático que restringe ainda mais o modo como ela se apresenta para o outro e a forma como se desloca pelas ruas daquele local. Na favela, ela vai por motivos exclusivamente profissionais. Lá ela teme constantemente, ainda que busque exercer um controle para transparecer uma calma. Por não se sentir entre iguais, ela se desprende de artefatos e comportamentos que usualmente utilizaria em outros locais da cidade. Na Fortaleza de seu cotidiano, ela está alerta; no Serviluz, está constantemente de “orelha em pé”, esperando realmente que algo vá acontecer.

Wacquant (2005), ao discorrer sobre comunidades estigmatizadas das metrópoles, afirma que é lá onde estariam concentrados os excluídos e onde os problemas sociais se multiplicam, ganhando visibilidade desproporcionalmente negativa da mídia, dos políticos e do Estado.

São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, violência, vício e desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, famílias de trabalhadores de baixa renda e imigrantes não-legalizados é tipicamente retratado de longe, em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal. (WACQUANT, 2005).

Se o Serviluz foi apresentado como uma destas áreas a serem evitadas e temidas, outros bairros também foram enquadrados pelos entrevistados nesta mesma categoria. Na fala de Filho, por exemplo, áreas como

o Bom Jardim, Pirambu e Barra do Ceará também foram apontadas como locais associados à criminalidade e violência intensamente observáveis.

Você vê bairros aqui em Fortaleza que são taxados. Desde que eu sou criança que eu ouço falar que o Bom Jardim é bairro perigoso. Tipo, aquilo marca o local, o bairro, a localidade... Bom Jardim. Pirambu. Barra do Ceará. São conhecidos como bairros onde tem uma marginalidade abundante né no caso. (Filho).

Estes locais, segundo ele, lhe foram apresentados desde a infância como violentos e, por isso, não estimulados a serem frequentados. Ao serem coletivamente “taxados” como bairros perigosos, é construída uma imagem sobre estes territórios que tornam invisíveis seus moradores, promovendo preconceitos e comportamentos segregativos, tornando-os territórios estigmatizados. Nesse sentido, concordo com Matos Júnior (2008) quando diz que as experiências urbanas promovem “encontros de riscos”, propiciando um contexto em que o diferente passa a ser evitado.

Sem respostas ou ações palpáveis para o combate às inseguranças que nos afligem em níveis estruturais, voltamo-nos para grupos, indivíduos e espaços visíveis e localizáveis que consideramos exemplos gritantes de decadência moral e social. Frente essa “impotência estrutural” as massas urbanas periféricas e marginalizadas são representadas e vivenciadas rotineiramente como “potenciais criminosos”. (MATOS JÚNIOR, 2008. p.116)

Para este autor, as estigmatizações territoriais devem ser pensadas como relações de “apreciações e classificações”, em que a associação entre elementos “socialmente condenáveis”, como pobreza, criminalidade e violência, promovem rotulações negativas que são potencializadas quando destinadas à espaços da *urbe* coletivamente caracterizados como perigosos. Na fala de Oscar, o estereótipo territorial é diretamente relacionado à pobreza, considerando seguro apenas as zonas em que os moradores possuem maior poder aquisitivo.

Algumas avenidas da cidade você sabe que em certos momentos do dia, depois de umas 22h da noite já fica difícil de se passar. Lagamar, Barra do Ceará, vários outros, muitos bairros... Não só esses eu não vou. São bairros assim... que dizem ser dominados pelo tráfico. Eu só me sinto mais tranquilo no Meireles, na Beira-Mar, nesse tipo de canto... Você se sente um pouco mais tranquilo, porque você sabe que

têm pessoas de um poder aquisitivo maior e de certa forma você se sente naquele ar de maior segurança. (Oscar).

Oscar foi um dos muitos entrevistados que inicialmente afirmou não se sentir seguro na cidade, constantemente sentindo medo. A sua fala parte da ideia de um medo “deslocalizado”, que o acompanha em todo lugar. Mas se o temor sentido é livre, a insegurança aparece localizada em determinados pontos da cidade, especificamente em bairros periféricos, que “dizem ser dominados pelo tráfico”, ou seja, ainda que não possua o conhecimento empírico para atestar essa informação, ele afirma evitar estes bairros por carregarem a alcunha de perigosos, reproduzindo o preconceito sobre estes lugares.

Assim como seu sentimento de insegurança é delimitado, ele se sente seguro em regiões específicas, sendo estes os bairros nobres, que concentram os moradores de maior poder aquisitivo, como Meireles e Beira-mar. Se ele associa diretamente pobreza à violência, à riqueza ele atribui a sensação de segurança. Neste sentido, concordo com Souza (2008) quando diz que o medo, ainda que generalizado, sofre interferência pela associação de elementos como classe social, cor da pele, faixa etária ou local de residência. Ele não é apenas sentido, como é transmitido coletivamente, influenciando hábitos de deslocamento, atividades de lazer e os “discursos-padrão” sobre a violência urbana, que passam a ser popularmente reproduzidos.

O preconceito contra locais comumente conhecidos por serem habitados por pessoas pobres apareceu nas falas dos interlocutores desta pesquisa de formas diversas, seja silenciosa e implícita ou verbalizada, sonora e explícita. Para alguns, ele foi anunciado após afirmativas como “não que eu tenha preconceito, mas” ou “a cidade toda tá violenta, mas a gente sabe que naqueles bairros é pior”; para outros, a associação entre pobreza e violência foi direta, anunciada como uma consequência fatal.

Surge assim, nestas falas, uma violência simbólica, “nem sempre clara para o senso comum”, como nos lembra Barreira (2011), “incorporada inconscientemente” na maneira de se observar aquilo que é desconhecido, evitando, assim, locais apontados como perigosos ou suspeitos. Este

preconceito contra “estrangeiros, negros e pobres e tantos outros”, rompe com a ideia da cidade como local agregador de diversidade e a torna um espaço que limita os encontros das diferenças, promovendo a suspeita sobre aqueles que se distanciam da imagem padronizada socialmente instituída.

A ideia de que bairros periféricos são perigosos parece permear a vida do morador fortalezense, tanto a dos que já assimilaram essa associação como verdade, tanto daqueles que frequentam esses bairros e rompem com a ideia de que eles representam maior risco à integridade daqueles que neles vivem ou por eles passam, como podemos perceber na fala a seguir:

Você comenta que frequenta tal bairro, que é um bairro, digamos, que é de classe média, baixa ou de periferia, onde as pessoas são pobres, aí a pessoa diz: “Ave, Maria! Bairro tal? Tu anda em bairro tal? Bairro tal é muito violento, eu não ando naquelas áreas por conta que tem muitos assaltos”. E você percebe que às vezes não é pela vivência da pessoa e sim pelas informações que a pessoa acaba obtendo de jornal ou de internet. (Breno).

Nota-se, desta maneira, que a forma de se perceber, viver e experimentar a cidade vai sendo transformada. A percepção do medo é uma compilação da realidade violenta da *urbe* em associação com as falas coletivas sobre esta realidade e, por fim, da percepção individual daquele que a vivencia. Através da soma destes fatores o ambiente urbano vai sendo modificado e sensação de violência e o medo de assalto vai se estabelecendo de diferentes formas.

Fica evidente que o risco de ser vítima de violência é difundido como uma condição imperativa que abrange a totalidade do território fortalezense, atingindo com a mesma intensidade todos que nele habitam. A fala inicial dos moradores reforça a ideia de que se antes haviam ruas a serem evitadas, bairros perigosos e pessoas cuja aparência evocava o medo, atualmente haveria a sensação de que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode ser a próxima vítima da violência, sendo o medo retratado como um sentimento generalizado.

No entanto, ao aprofundar nas falas destes sujeitos, a sensação de insegurança aparece localizada em determinados trechos urbanos reconhecidos

como locais de alta concentração de pobres e, portanto, de violência. O temor que é apresentado de forma ampla vai ganhando novas camadas e os moradores passam a indicar lugares aos quais são atribuídas maiores possibilidades de realização de assaltos, ou mesmo que concentrem pessoas que primordialmente passam a ser classificadas como suspeitas.

5.2 “A gente só pode confiar mesmo em nós e em Deus”

Weber (1999) propõe que a existência do Estado está diretamente relacionada com a existência de pessoas que se comportem segundo à autoridade dos detentores do poder estatal, assim como das leis estabelecidas por eles. Por outro lado, para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima. O monopólio do uso legítimo da coação física dentro do território soberano é reenviado e passa a ser centralizado pelo Estado através do direito racional e das leis estatutárias. Assim, o uso da força física particular é limitado, só podendo ir até onde o Estado permitir. O indivíduo se sujeita ao poder público. Esta relação de dominação, por sua vez, tem como preceito básico a aceitação dos agentes dominados diante da autoridade exercida pelo Estado. Ou seja, os próprios dominados legitimam o poder estatal, seja racionalmente, por suas crenças ou pelo carisma do líder.

Adorno (2002) aponta que o medo e insegurança que permeiam o ambiente urbano vêm motivando o crescimento do mercado privado de segurança. A busca por uma vida segura e em que bens patrimoniais sejam resguardados tem sido posta como prioridade por muitos. Quando as autoridades públicas não se mostram suficientes em promover a sensação de tranquilidade aos seus cidadãos face ao futuro de suas vidas, os serviços oferecidos pelo mercado privado de segurança surgem como uma solução, indicando a fragilização do pensamento tradicional que sugere o Estado como instituição capaz de suprir a busca por segurança.

Oliveira e Paiva (2011), ao discorrerem sobre a segurança privada, assinalam que o crescimento de práticas violentas e criminosas associadas ao descrédito dos serviços públicos de segurança em resguardar os direitos civis e sociais dos cidadãos têm contribuído para que o setor privado de segurança tenha alcançado uma significativa projeção no cenário brasileiro dos últimos anos, intensificando o número de prestadores e de interessados em adquirir essa modalidade de serviço.

O alto índice de assaltos e violência em Fortaleza em associação com experiências individuais de contato direto com a criminalidade urbana ou através da junção falas do crime e notícias midiáticas em que a ação policial ou da justiça não supriram às expectativas da vítima apareceram nas vozes desta pesquisa como catalisadores para que a segurança pública fosse apresentada com descrédito, como observado nas falas a seguir:

O contingente de policiais poderia ser maior e em pontos estratégicos. Acho que em lugares em que há mais incidência, o policial tem que estar lá. Vou citar minha rua: já há duas semanas tem um bandido de moto roubando todo mundo no horário que você vai de casa pra parada de ônibus trabalhar, quase todo dia esse rapaz faz isso. Então, cadê a polícia? Eu sei que eles não vão conseguir colocar um policial em cada esquina, mas deveriam sondar determinada área do bairro, com 2 ou 3 policiais lá pelo menos pra inibir. (Medeiros).

A fala de Medeiros expõe seu descontentamento com a ação policial ao discorrer sobre a recorrente ação de um bandido no bairro de sua moradia. Segundo ele, as estratégias utilizadas pela polícia não são pensadas previamente de acordo com a necessidade dos locais em que exista uma maior incidência de atos criminosos, tendo como consequência a facilitação da ação dos bandidos, que tem a possibilidade de agirem repetidas vezes no mesmo horário e local. Embora compreenda que não é possível ter uma cidade com “um policial em cada esquina”, seu desejo é de que o efetivo policial seja melhor realocado de acordo com as especificidades de cada região, promovendo a ideia de uma polícia que analisa as estatísticas do crime e atua especificamente de acordo com a demanda.

Eu vejo que em algumas situações eles deveriam ser mais firmes, terem atitudes mais severas, porque não justifica um “matou, livrou o

flagrante e por isso e aquilo em dois dias está solto”. Isso eu acho muito falho. Você pede pra uma testemunha ir reconhecer o bandido, aí ela vai morrendo de medo e em dois dias o assaltante está solto e é do seu bairro, aí lhe reconhece e lhe mata. E aí? Não adianta só botar um carro da polícia circulando em cada esquina. (Vladimir).

Para Vladimir, a força policial deveria dotar de autoridade punitiva, indo além da função de prevenir e conter crimes, mas também atuando como a própria Justiça, ou seja, como um aparato capaz não só de neutralizar, mas de punir. Em sua opinião, juntamente com uma maior autoridade da polícia, deveria haver uma legislação penal mais rígida, que reafirmasse a prisão como etapa definitiva no processo de encarceramento. Sua fala reafirma um pensamento popularmente atribuído como síntese do problema da segurança pública brasileira: “a polícia prende, a justiça solta”, frase bastante proferida em redes sociais, mídia e em debates cotidianos.

A experiência na *urbe* possibilita o conhecimento de incontáveis histórias de assalto na cidade e, juntamente com isso, costumam trazer opiniões sobre possíveis ações para melhorar a situação de violência. Ampliação e capacitação do efetivo policial, aplicação das leis com mais rigor e agilidade, investimento na aquisição de novas tecnologias bélicas de repressão e prevenção, tais como armas de maior poder de fogo e câmeras de monitoramento, intensificação de abordagens de suspeitos nas ruas e institucionalização de uma autonomia que permita aos policiais combater criminosos com mais rigor foram exemplificadas pelos moradores de Fortaleza e escutados no decorrer da produção desta tese.

Entretanto, é relevante destacar que todas as sugestões anunciadas foram acompanhadas por indicativos que expressam um pessimismo sobre as modificações propostas nunca acontecerem. As falas geralmente eram pronunciadas com um tom apático, seguido de suspiros e gestos negativos com a cabeça, que sugeriam a incredibilidade de que alguma mudança realmente fosse possível. Dentre os entrevistados, houveram também os que demonstraram se sentir conformados a respeito da irreversibilidade da contenção da criminalidade por parte do poder público, evitando o

prolongamento do diálogo sobre o assunto, geralmente diante do argumento geral “todos sabem o que é preciso ser feito, mas não fazem, não tem jeito”.

O pessimismo ou mesmo a apatia, em alguns casos, se fizeram presentes nas falas dos entrevistados ao se referirem ao desempenho dos órgãos públicos de segurança, indicando desconfiança na eficácia da polícia ou dos departamentos públicos de segurança como um todo. O sentimento de insegurança, desta maneira, parece ter um duplo impacto: por um lado, se sentem expostos à criminalidade; por outro, desamparados pelo Estado. Como consequência, sentem-se duplamente vitimizados pela violência.

O medo se alimenta, nutre e cresce exatamente pela forma como a violência se espalha pela cidade e pela ausência ou impotência do Estado de assumir seu papel de garantia dos direitos e da segurança da população. Isso permite que os cidadãos tenham resistência a entender que as formas de enfrentamento que possibilitariam interromper o ciclo da violência se encontram na esfera pública, submetidos pelo medo. Os instrumentos legais não se configuram para a população como os legítimos, efetivos e eficientes, considerando que a polícia aparece como um sujeito que também aterroriza. Isso faz com que, cada vez mais, as formas de violência sejam banalizadas e quase aceitas como fato do cotidiano e, portanto, com que as pessoas se acostumem com ela. (BAIERL, 2004, p.63-64.).

Em um cenário em que os moradores não se sentem resguardados pelo poder público, depender exclusivamente das ações protetivas do Estado gera insatisfação e angústia, fazendo com que o investimento na segurança privada surja como uma alternativa na busca por proteção. Assim como Oliveira e Paiva (2011), entendemos como segurança privada os meios cujo objetivo é a “proteção dos indivíduos e sistemas capazes de defesa de sua integridade física e patrimonial”, ou seja, medidas protetivas que visam complementar a ação estatal, diluindo a sensação de insegurança.

A violência e o medo gerado por ela fazem crescer um novo mercado, que se encontra em ampla expansão, que é a Indústria do Medo. O mercado de trabalho, no setor de segurança privada, vem ampliando-se aos olhos vistos. (...) Esse setor de trabalho cresce na mesma medida em que se ampliam os índices de violência e criminalidade. É alimentado perversamente pela própria violência e pelo descaso que se tem com a segurança pública e com as demais políticas sociais. Mas é um mercado que produz uma mercadoria só acessível a quem possa comprá-la; àqueles que não possuem rendimento para tal, resta a estratégia local: a proteção oferecida pelo tráfico de drogas. (BAIERL, 2004, p.71).

A ineficiência da segurança pública, atrelada aos altos índices de violência, promove a sensação de medo e insegurança, resultando no crescimento do mercado de segurança privada, que passa a ser a solução para aqueles que anseiam por proteção. As pessoas, desta forma, passam a buscar cada vez mais por medidas individuais que os tornam os agentes responsáveis pela sua própria segurança, principalmente as classes média e alta, contribuindo para o estabelecimento da “indústria do medo” (BARREIRA, 2011).

A aquisição de aparatos deste tipo de segurança irá variar de acordo com o poder aquisitivo de quem os consome, podendo o investimento na segurança privada se apresentar em níveis distintos, passando por compras de cadeados, grades, construção de muros altos até mudança para condomínios fechados ou aquisição de carros blindados, por exemplo.

Os moradores entrevistados no decorrer desta pesquisa também demonstraram ser consumidores desse tipo de serviço. Modificações no local de morada e nos carros surgiram como os investimentos mais recorrentes. Nos veículos automotores particulares, travas elétricas, alarme e película fumê foram os itens mais pontuados.

Quando ando de carro ando com a porta travada, vidros fechados. O carro tem alarme e vidro fumê, mas também a gente sabe que isso não impede, porque se chegar alguém com uma arma, eu não vou poder reagir. Em casa eu tranco o portão, a porta da sala tem correntes atrás, a porta da cozinha fica trancada, tem grades. Antes o portão vivia aberto, os vizinhos entravam sem bater, colocavam as cadeiras do lado de fora e a gente ficava até tarde conversando besteira e rindo. Mas depois que a nossa vizinha foi assaltada, e outros também, a mamãe achou melhor subir os muros e deixar o portão fechado. (Marina).

Além dessas alterações, Marina também discorreu sobre a transformação que sua casa sofreu com o passar dos anos, pontuando que antigamente os muros eram baixos e que a porta permanecia constantemente aberta para os vizinhos entrarem e conversar, mas que tanto o hábito familiar quanto a arquitetura da casa tiveram que ser alterados quando vizinhos, em condições semelhantes, tiveram suas casas assaltadas.

Para Filho, o controle de segurança de sua casa é feito somente pelo que chama de “básico”, ou seja, aquilo que ele considera como aparatos fundamentais que toda casa deve possuir para estar minimamente segura, evitando a possibilidade de assalto. É interessante notar em seu caso que, ainda que tenha sofrido um assalto, sua residência permaneceu possuindo apenas estes itens específicos de segurança, ao passo que seus vizinhos instalaram câmeras e cercas elétricas. Seu relato é permeado por um fatalismo que lhe faz acreditar que mesmo se adquirisse todos os acessórios de segurança privada disponíveis lançados pela indústria do medo, ainda assim ele poderá ser assaltado. Por isso prefere se ater aos mecanismos que já possui e não despende dinheiro para a compra de novos.

Em casa só tenho o básico. Grade, fechadura no portão. Não tenho cachorro, não tem câmera, nada. Tenho um colega perto de casa que colocou câmera, cerca elétrica, lá em casa não. Passei um mês depois que fui assaltado bem ressabiado, com aquela sensação de inútil. É um medo que independe do ambiente que estou. Mas também acho que se for acontecer... (Filho).

O uso de métodos de segurança no ambiente doméstico como grades, cadeados e correntes foram frequentemente indicados como alterações básicas de prevenção à assaltos. Entretanto, as falas dos entrevistados indicam que tais ações geram apenas uma sensação superficial de segurança, sendo facilmente afetada por quaisquer indicativos que rompam com a rotina doméstica, como barulhos suspeitos, por exemplo.

No condomínio que eu moro tem guarita, cerca elétrica, grades. Então me sinto segura, né. Mas aí às vezes eu escuto algum barulho à noite e dá aquele medo. No apartamento de frente do meu, está pichado lá em cima. Aí eu olho e digo: “se é seguro demais, então como o cara subiu lá em cima?”. Que eu garanto que o cara não interfonou: “ei, deixa eu subir aí pra pichar...”. Então eles podem acessar, basta eles quererem né. (Lígia).

Os moradores de apartamento indicaram não possuir preocupação de alterar seus imóveis, mas relataram que a segurança do condomínio foi levada em consideração para que a compra ou o contrato de aluguel fossem assinados. A busca pela sensação de segurança aparece como um anseio diário, mas que

pode facilmente ser fragilizado, fazendo com que o medo e a suspeita se manifestem mesmo quando estão dentro de casa. Para Lígia, o medo é manifestado através da constatação de pichações no prédio vizinho, que possui os mesmos aparatos de segurança que o seu, o que a faz concluir que a segurança do condomínio é vulnerável.

No caso, como eu moro hoje atualmente em apartamento é cerca elétrica. São três travas nas portas. Todo dia eu verifico isso, quem tem a responsabilidade lá em casa sou eu. Dentro do condomínio eu me sinto seguro, mesmo se entrar um ladrão, são o que? Uns 300 apartamentos? É mais difícil. Aí logo eu? Mas se eu tenho medo de ser assaltado lá? Quem falar que não tem medo é mentiroso... (Vladimir).

Para Vladimir, a segurança do prédio agregada ao alto índice de concentração de apartamentos faz com que ele se sinta mais seguro dentro dos limites do condomínio. A sensação de segurança, entretanto, coexiste com a de medo, uma vez que afirma ter instalado três travas na porta de entrada de sua casa e que diariamente verifica se estão travadas. O temor aos assaltos é diluído, mas permanece sendo sentido, ainda que em intensidade moderada ou reduzida. O mesmo acontece com Lucineide, que diz:

Eu me sinto segura dentro de casa, mas assim, entre aspas, né. Eu pelo menos não fico aqui sem ser com cadeado nas grades todinhas. Porque esse prédio desse tamanho aqui já foi assaltado no terceiro andar, levaram tudo do rapaz. Aqui em todo canto tá inseguro. (Lucineide).

Conforme pudemos observar, as transformações do espaço urbano passam a ser geradas pela necessidade de segurança e não se limitam ao ambiente público. A alteração do interior de casas e apartamentos, readaptados com medidas protetivas e de vigilância, contribuem para que o cotidiano da cidade seja permeado por transformações motivadas pelo medo de assaltos e outros tipos de violência. Trata-se de uma arquitetura da metrópole que está sempre por ser feita; a cidade é um eterno rascunho, pois nunca se está seguro o suficiente.

A existência de muros altos e os condomínios fechados constituem sinais de que os espaços urbanos passam a ser redefinidos. As ofertas de segurança fazem hoje parte da propaganda de condomínios. Restaurantes, escolas e outros estabelecimentos comerciais também

contabilizaram a inexistência de perigos como ponto de atração para visitantes. (BARREIRA, 2011,p.98).

As modificações promovidas pela indústria do medo vão se enraizando em diferentes espaços. Elas afetam os ambientes domésticos, que cada vez mais passam a ser reformados e modelados com o intuito de preservar a segurança daqueles que o habitam, resguardando-os dos perigos externos que os espreitam. Elas também podem ser observadas em ambientes coletivos, que se utilizam da priorização do planejamento arquitetônico em prol da segurança para atraírem a atenção de possíveis frequentadores. Restaurantes, escolas e espaços comerciais como *shoppings centers* costumam investir na elaboração de uma estrutura física capaz de oferecer a sensação de que seus frequentadores, ao fazerem uso de seus espaços, estejam seguros.

Outro lugar que eu tenho muito medo é na rodoviária. Morro de medo da rodoviária. Em frente da rodoviária, dentro da rodoviária, é um povo muito estranho, sei lá... É um clima tenso. Quando eu vou fazer compras no Centro também. Não procuro ir com nada que chame atenção. Dentro do shopping, parece ser seguro, eu não tenho medo do assalto anunciado, eu tenho medo do furto. Mas a maioria das vezes passa despercebido. É como eu te disse, eu acho que não existe esse lugar de estar tranquilo. (Lígia).

O depoimento de Lígia apresenta um contraponto: diferentes tipos de violência recebem tipos diferentes de medo. Em seu caso, locais como o Centro e a Rodoviária se configuram como locais que estimulam o medo de assaltos. O grande fluxo de pessoas, que concentra tipos “misturados” de usuários, ou seja, de estratos sociais diferentes, a faz se sentir insegura, levando-a a crer que são lugares que favorecem para que algo aconteça a ela ou aos seus pertences. Os shoppings, diferentemente, lhe transmitem a sensação de um temor mais contido, pois é associado à possibilidade de furto e se distancia da abordagem de um assalto, que ocasionaria risco de perigo físico. Barreira (2016) se refere à categoria “mistura” justamente para falar do centro da cidade de Fortaleza e diz:

A mistura não se refere apenas ao complexo de atividades, mas, sobretudo, aos usuários. Trata-se primeiramente da convivência, em uma mesma localidade, de estratos sociais diferentes, o que acaba por afasta a presença da classe média e média alta, ambas consideradas responsáveis por conferir dignidade aos espaços frequentados. São as classes sociais que asseguram a moda e promovem atrativos,

banalizando a presença do “perigo” ou da “insegurança”. A “mistura” de classes funciona como alerta ao sentido de degradação, configurado pela presença em determinado local de um público indefinido. A sociabilidade considerada adequada à reputação do local funciona a partir de uma linguagem que se opera entre iguais. A mistura se opõe ao lugar seletivo, evocando também os temas da diversidade e sua relação com o espaço público. Referir-se ao lugar “misturado” quer dizer que ele deve ser evitado, pois submete os presentes a uma situação de perda de identificação de códigos de conduta e reconhecimento: mal-estar e medo diante do supostamente inferior. (BARREIRA, 2016, p.36).

Essa ressignificação do medo de acordo com o ambiente em que se está presente também é um fator diferenciado dos “enclaves fortificados”, como define Caldeira (2000), ou seja, espaços privativos, fechados, amplamente monitorados e que possuem como característica primordial a homogeneização do espaço, seja ele local de moradia, lazer, trabalho ou consumo, tendo acesso controlado e restrito sobre quem os frequenta.

O surgimento de novos prédios, assim como o constante remodelamento de obras e estruturas públicas e particulares indicam uma busca incansável por uma sensação de segurança que nunca é suprida. A simbiose entre medo e violência, ao modificar a cidade, gera novas práticas de sociabilidade. Muros cada vez mais altos, torres de vigilância, segurança privada, alarmes de casa/carro, cercas elétricas são apenas alguns exemplos comumente acionados como medidas de segurança. A rua não comporta mais a sensação de segurança. O espaço público vai se esvaziando e cada vez mais vai perdendo a imagem de local comum de interações sociais. Como diz Paiva³⁶ (2013), constrói-se uma “arquitetura do medo”, onde a segurança é priorizada e não o conforto e o bem-estar.

Em um cenário em que o medo se faz presente, ainda que em diferentes intensidades na vida cotidiana da urbe, as interações sociais passam por um processo de restrição. As ruas e praças, cada vez mais, passam a ser esvaziadas e o bairro como um local de camaradagem e boa vizinhança vai existindo somente na memória de seus moradores mais antigos. Para as relações acontecerem elas precisam ultrapassar a barreira física das grades,

³⁶Em entrevista concedida ao Jornal O Povo no dia 27/10/2013. Fortaleza, CE.

portões, muros e tantas outras estruturas que, na tentativa de se isolar do perigo, dificultam a visualização e construção de laços de vizinhança, como pontuado por Antônio: “Hoje você tem dificuldade de conhecer até seu vizinho. Hoje você mora em prédios fechados e você não sabe quem está do seu lado. Não tem a segurança total, não tem”.

O investimento na segurança privada não é capaz de conter o sentimento de insegurança e de descrença na polícia e no Estado como órgão capaz de proteger seus cidadãos. A insegurança passa a ser companheira diária daqueles que transitam pela cidade e com ela o sentimento de medo, que é suavizado ou amplificado de acordo com o ambiente em que se encontra. Aos olhos dos moradores de Fortaleza, não existe local seguro, assim como não existe viver sem medo. As alterações na cidade, que ao mesmo tempo em que buscam amenizar a violência, a amplificam, alteram também as construções de relações interpessoais. Nesse sentido, concordo com Koury (2011) quando diz:

O medo permanente de ser assaltado em casa ou na rua ou no trabalho começa a levar as pessoas a mudarem de hábitos nas comunicações interpessoais com desconhecidos, fechando-se em casa e evitando outras pessoas. (KOURY, 2011, p.471-486).

O medo de ser assaltado ou de vivenciar uma situação de violência na cidade passa a ser evocado como argumento capaz de justificar o distanciamento entre os indivíduos, que cada vez mais segregam-se por meio de um "autoenclausuramento" (SOUZA, 2000), que no intuito de gerar a sensação de proteção, promove o isolamento e a solidão, enfraquecendo as relações de sociabilidade entre vizinhos, que passam pelo processo transformador de figuras carismáticas e amigáveis a rostos desconhecidos e pouco cordiais. (KOURY, 2011).

Sobre o pretexto de proteção e segurança constroem-se casas, condomínios, torres comerciais e tantos outros projetos que não só limitam o direito de ir e vir, como reafirmam a sensação da cidade como um ambiente de vulnerabilidade e medo. Quando todos sentem que podem ser vítimas, todos os outros se tornam agressores em potencial. (BAIERL, 2004). A desconfiança

generalizada infla atitudes e geram distanciamentos. A eterna busca pela segurança promove aos moradores da cidade viver em diferentes enclaves, sejam eles concretizados através de casas, apartamentos, escolas, centros comerciais, carros ou mesmo em corpos que passam a evitar olhar e interagir com o outro.

5.3 “Não sou a favor de cidadão matar bandido, mas...”

Os números expressivos de assaltos na cidade em associação ao descrédito do Estado como órgão capaz de resguardar o cidadão, impulsionam a busca pela segurança privada, assim como a alteração da arquitetura urbana, que cada vez mais passa a ser fortificada e a limitar a apropriação e circulação pelos espaços da cidade. Mas além das alterações espaciais, o anseio por proteção promove modificações nas formas como as pessoas se relacionam e novas formas de sociabilidade vão sendo construídas. O outro passa a ser visto com desconfiança, o entorno das moradias, escolas e ambientes de lazer e escola passam a ser considerados ameaçadores, mas principalmente os lugares periféricos e pessoas pobres passam a ser objetificados como perigosos (CALDEIRA, 2003; KOURY, 2011). A percepção de uma violência difusa, que atinge a todos e está em todo lugar, contribui para que o sentimento de medo seja intensificado.

O descrédito da segurança pública é agravado a cada caso de assalto e outros atos violentos midiáticos, contribuindo para que surjam falas de cidadãos que se mostram indignados com o cenário da violência na cidade e, com isso, não apenas a prisão, mas a morte de bandidos passa a ser desejada e manifestada como solução para a diminuição das ameaças que permeiam o ambiente citadino e que põem em risco a vida de seus moradores.

Weber (1999) define alguns parâmetros sobre os fundamentos do uso do poder dentro da sociedade moderna. Para ele, era essencial que o Estado se apropriasse dos meios de coerção social, tirando dos indivíduos a possibilidade de uma violência privada. Neste sentido, caberia ao Estado se apropriar dos

meios de violência e regulamentar, racional e burocraticamente, o uso da força física.

Para o estudioso do exercício do poder na sociedade moderna, o Estado seria o detentor reconhecido da violência e seu papel fundamental seria o de evitar que os indivíduos fizessem “justiça pelas próprias mãos”, instituindo as regras e as formas reconhecidas de regulamentação da vida social. A dualidade do homem liberto da crença na proteção divina, mas submetido aos controles de um mundo que escapa de sua vontade individual constitui, para Weber, um dos elementos mais fortes inaugurados no alvorecer da vida moderna. (BARREIRA, 2012).

A teoria de Weber, nos auxilia para o desenvolvimento de reflexões sobre o uso legítimo e ilegítimo da força física. O contexto brasileiro, assim como o fortaleense, está permeado de pessoas que cometem a chamada “justiça com as próprias mãos” e que, mediante a divulgação da notícia em redes midiáticas, recebem o apoio de uma grande parcela da população que não se sente protegida pelo poder estatal. Neste sentido, concordo com Barreira (2008) quando diz que “as ações dos ‘justiceiros’, dos matadores de aluguel e os rituais dos linchamentos aparecem na contextura de enorme demanda social por uma justiça paralela, levando à berlinda a monopolização legítima da violência”.

O medo exacerbado e o sentimento compartilhado coletivamente de descrença nas instituições de regulação da ordem social, que se mostram ineficientes em conter a violência, intensificam o desejo do cidadão de fazer, ele mesmo, “a diferença”, ou seja, de se tornar protagonista na efetivação de medidas capazes de neutralizar, coibir ou punir transgressores da lei. Diante desse contexto, a legítima defesa da vítima em casos de assaltos passa a ser anunciada e estimulada não apenas como uma exceção, uma resposta efusiva a uma situação desesperadora que ponha em risco a vida da vítima, mas como uma ação que deveria ser regularizada e implementada como medida protetiva normatizada.

O Código Penal Brasileiro entende por legítima defesa o ato de, usando moderadamente os meios necessários, repelir injusta agressão, seja ela atual ou iminente, no intuito de proteger a si ou outrem. No entanto, observa-se

uma disparidade de entendimento sobre o conceito de legítima defesa tal qual regulamentado pela legislação vigente e o modo como é assimilado pela população. Se legalmente a reação do cidadão à uma situação de violência, para ser legitimada, deve se valer de meios moderados para repelir a agressão sofrida, popularmente essa ideia passa a ser questionada, e o conceito de que um ato de violência deve ser fortemente repellido passa a ser evocado como uma ação que deveria ser legitimada, ainda que para isso se faça valer do uso excessivo da violência.

Freitas (2003) pontua que determinadas práticas de violência, em certa medida, escapam do monopólio estatal e são apropriadas no imaginário coletivo como "um instrumento coadjuvante do equilíbrio social". Nos casos em que a vítima reage a uma situação de assalto é comum observar o posicionamento de uma grande parcela da população que, concomitantemente, recrimina a ação do agente criminoso ao passo em que endossa a reação de caráter agressivo da vítima, quando esta foi capaz de agredir ou mesmo de eliminar fisicamente o autor do ataque criminoso. Usualmente, a manifestação de apoio ao comportamento ativo da vítima é estimulada a partir da prerrogativa de que o cidadão deve ter autonomia de defesa e de punição, podendo ele mesmo atuar como agente regulamentador da ordem e da lei. O uso incontido da violência por parte de um indivíduo contra um agente infrator é fundamentado na defesa da ordem e do bem comum, ou seja, na concepção de que, se a ação da polícia é ineficaz e o Estado não demonstra autonomia para punir aqueles que infringem a lei, deveria ser legítima a capacidade de defesa do cidadão, não importando o quão desproporcional ela possa vir a ser.

Ocorre que neste cenário, usualmente, o conceito de justiça é confundido com o de vingança. Ao retirarem a reação moderada da ação legítima de defesa, a concepção de violência feita com as próprias mãos e de vingança se proliferam, colocando em questão a soberania do Estado, os direitos humanos e gerando espaço para o surgimento de justiceiros, vingadores, pistoleiros e, por consequência, proliferando o medo, e como nos diz Baierl (2004), transgredindo tudo aquilo que a sociedade reconhece como justo e virtuoso.

Quando numa sociedade o poder não se constitui como um instrumento legítimo e legal, os diferentes grupos passam a arbitrar o que é justo e injusto, a partir de decisões desvinculadas de princípios éticos. É aí que as estratégias individuais, os revides, a violência pelas próprias mãos ganha peso e vulto e que o medo prolifera. É quando a violência passa a ser justificada da própria violência dos justiceiros, dos traficantes, dos delatores, das revisões constitucionais (tais como modificar a idade penal, instituir pena de morte), colocando em questão os próprios direitos humanos e, principalmente, o direito à vida. (BAIERL, 2004, p.67).

Barreira (1998) diz que são nas fissuras de um desordenado monopólio da violência que os pistoleiros surgem como possibilidades de resoluções de conflitos interpessoais e políticos. Considero que são nessas fissuras que também surge espaço para a efetivação de uma violência que não apenas é capaz de deter um ato criminoso, mas que pune cruelmente aqueles que transgridem as leis. Através de ações que são fundamentadas na busca pela proteção individual, surge um cenário violento capaz de desumanizar e banalizar a morte como mecanismo capaz de solucionar conflitos.

Assaltos em que a vítima reage, fere ou mata o assaltante costumam ganhar notoriedade na imprensa e são facilmente compartilhados nas redes sociais, sendo anunciados em manchetes que os classificam como casos de legítima defesa. As notícias difundidas nos meios de comunicação coletiva, no entanto, costumam fazer uso desta classificação inadvertidamente, sem que necessariamente a situação se enquadre nas diretrizes propostas pelo Código Penal Brasileiro. Logo, vítimas que reagem a situações de roubo, usando ou não a força moderada para neutralizar a situação, são retratadas como homens e mulheres que agiram legitimamente em busca de defesa pessoal.

Ao coletar opiniões de leitores das versões online dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, em notícias que se referiam a casos classificados como de legítima defesa, pude observar que os comentários geralmente se distribuem em algumas variações: os que expressam insatisfação com a atuação do Estado como detentor legítimo da violência e com legislação vigente; os que sugerem o porte de arma e a liberdade de ação do cidadão em defesa de sua vida e de seus bens como um método para diminuir a ação dos bandidos; os que acreditam na morte dos bandidos como solução para redução da violência, seja ela efetivada

pela polícia ou pelo cidadão; e os que não veem mais solução e desejam imigrar para outros países.

Entre classificações acusatórias e punições sugeridas, o descrédito do Estado parece ser uma opinião recorrente. Os leitores indicam não confiar nas leis ou nas ações legais como método efetivo de contenção da violência. Tais percepções podem ser vistas em falas como estas: “A Polícia até prende, mas a justiça solta e termina desta forma com alguém morto; que seja o vagabundo.”; “Já que o Estado não nos garante segurança que façamos nós mesmos.”; “O Estado não faz. O cidadão faz.”.

A insatisfação com as ações de repressão à violência por parte do poder estatal também está associada com o apoio às ações de cidadãos que agem em legítima defesa. Nos dados coletados, pode-se perceber que os leitores concordam que um indivíduo se posicione violentamente e contenha uma ação criminosa na ausência do poder público.

Numa notícia³⁷ que relatava a história de um comerciante que reagiu e eliminou fisicamente o assaltante que invadiu o seu comércio, os comentários exaltavam a atitude do comerciante como um modelo a ser seguido e viam com satisfação a morte do infrator. Tais considerações podem ser materializadas nos seguintes comentários: “Atitude corajosa desse senhor! Certo de que ele se arriscou, mas muitas vezes o cidadão morre, mesmo sem reagir. E a vida da gente que comenta aqui segue, mas só a família da vítima sabe como é sentir a dor. Triste pela violência, mas aliviado por ter sido o bandido em vez do cidadão de BEM!”; “Esse mesmo comerciante já foi assaltado outras duas vezes. Tem que meter é bala mesmo. Pena que só matou um. Valeu!!! Vêi pai d'égua!”; “Morte a todos os marginais.”.

A falta de perspectivas de mudança com relação à segurança pública também se mostra presente nas opiniões manifestadas. Pode-se perceber o

³⁷Disponível em:

<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/07/27/noticiafortaleza,2887010/dono-de-mercadinho-reage-a-assalto-mata-adolescentes-e-deixa-outros-d.shtml> Acesso: 29 Fev. 2017

grau de desilusão sobre a diminuição da violência em relatos em que o leitor propõe como solução para um cotidiano menos violento a fuga para outro lugar: “O Ceará virou um ponto de tráfico de drogas, pois não há combate e sim estímulo ao crime e à desordem. Vou tirar meu passaporte e fugir daqui”.

Os relatos dos leitores expõem a ausência de fé no Estado como mecanismo capaz de conter a violência, seja através das leis instituídas, seja através do sistema carcerário. Há a ideia de que a vítima, quando classificada dentro da categoria cidadão, ou seja, aqueles que pagam impostos e cumprem as leis, deve ser resguardada. A vida, nesses casos, é acionada como bem precioso e que impreterivelmente deve ser preservado.

Em contrapartida, nos casos em que o assaltante é agredido ou morto, a vida do criminoso é exposta como bem sem valor e que deve ser utilizada como instrumento que tem o dever de pagar, seja com dor e sofrimento, seja com morte, o mal por ele realizado. Nesse sentido, o encarceramento passa a ser categorizado como penalidade insuficiente, ou seja, incapaz de promover ao bandido experiência similar à que ele submeteu a sua vítima. “Vida se paga com vida!”, “Devia era matar mesmo e ainda por cima enterrar em pé que é pra ocupar menos espaço”, são alguns dos comentários encontrados nos casos em que o assaltante é eliminado fisicamente ou é gravemente ferido. A morte é apresentada como única punição ou castigo suficientemente adequado não apenas para conter a violência, mas para que a justiça seja alcançada.

Assim, concordo com Freitas (2003) quando ele diz que a violência é um fenômeno de caráter ambivalente. Ela pode ser classificada pelos agentes sociais como um atentado à vida e aos valores socialmente instituídos e, por consequência, como algo extremamente negativo e a ser reprimido. No entanto, também pode ser observada como um fenômeno positivo, tolerado ou quisto quando efetivada dentro do que é considerado legítimo.

A violência é um conceito ambivalente e aparece como algo estrutural na formação das relações sociais em toda a história da humanidade. Neste sentido, ela é primeiramente percebida pelos agentes sociais como uma referência extrema de negatividade, ao atentar diretamente contra a vida e seus valores instituídos, normatizados ou não. Trata-se de uma ameaça latente de negação da existência física e ou simbólica

do indivíduo, do grupo ou da comunidade. Contudo, a violência também é representada como um fenômeno positivo e, desta feita, até desejado, dependendo da circunstância em que ela pode se operar. A violência, deste modo, tanto é um fenômeno censurado, por princípio, ocupando o espaço do intolerável, quanto é tolerado, quando realizado dentro do que pode ser considerado como legítimo. (FREITAS, 2003, p.88-89).

No contexto em que um assalto é concretizado, o uso de ações violentas poderá ser classificado como algo de caráter positivo e louvável ou negativo e inadmissível de acordo com quem as desferiu. Nos casos em que a vítima reage, a utilização da força física para imobilizar, ferir ou aniquilar a vida do assaltante é avaliada pelos agentes sociais como uma ação admirável, efetivada legitimamente no intuito de defesa pessoal, ainda que ocorra em situações em que o criminoso demonstrou intensão restrita de tomar o patrimônio da vítima, não estando em posse de armas letais e não enunciando risco iminente à sua vida. Já nas situações em que a vítima reage ao assalto e finda por ser agredida ou morta, a violência efetivada é referenciada como algo profundamente perturbador, repudiável e que por ser um fenômeno tão negativo só pode ser reparado com ação igualmente violenta, a morte do agente criminoso.

A busca por punição e reparação do mal é expressada nos comentários que acusam e classificam os assaltantes através do uso de nomenclaturas como vagabundos, desgraçados, vermes, escória da sociedade, dentre outros e, conforme nos aponta Barreira (2015), retiram o autor do crime da condição de membro pertencente do coletivo social ao promoverem seus “linchamentos virtuais”, ao passo em que reivindicam punição, seja ela efetivada através de castigos corporais ou penalidade de morte.

Aqueles que transgridem as leis passam pelo que Souza (2008) define de desumanização, ou seja, são caracterizados como “animais”, “monstros”, “bestas-feras”, sendo desprovidos de humanidade e “relegados ao mundo das sombras”. Os “não-cidadãos” são aqueles que passam a ser anunciados como indesejáveis, cujas vidas são sem valor e podem ser exterminadas sem que isso gere sofrimento, indignação ou mesmo seja considerado um crime.

(...) os bandidos pobres, perpetradores reais ou (supostamente) potenciais de atos de violência e até de crueldade, são amiúde caracterizados como "animais", "monstros", "bestas-feras". A humanidade desses homens (e, cada vez mais, também mulheres), e notadamente dessas crianças e desses adolescentes armados é relegada ao mundo das sombras. (SOUZA, 2008, p.162).

Jovens pobres, expostos a situações de vulnerabilidade social passam a ser vistos como "não cidadãos", como sujeitos indesejáveis, ou percebidos como homo sacer, ou aquele de "vida matável", ou seja, aquela vida que pode ser exterminada sem que isso represente um crime. (BRASIL; FREITAS; SANTIAGO, 2016, p.227).

A pena e o encarceramento propostos pelo Estado parecem ser insuficientes e a defesa ao suplício dos criminosos como mecanismo de punição parece estar ganhando cada vez mais adeptos. O armamento do cidadão e a pena de morte passam a ser defendidos como caminhos capazes de auxiliar o Estado na repressão da criminalidade. O sentido de urgência nos comentários deixados nas reportagens sugerem um tipo de penalidade imediata, propondo a morte como solução, como difundida na fala já conhecida de "bandido bom é bandido morto", e que aparece num dos comentários da matéria sobre o comerciante que matou o homem que anunciou um assalto em seu estabelecimento comercial: "Não deixa de ser animador ver os bandidos caírem. Se o Estado é omissivo, o cidadão resolve. Por isso sou a favor do cidadão de bem receber treinamento e liberar o porte de arma".

Para que esse objetivo seja alcançado, de forma imediata, o Estado deixaria de ser o intermediário entre a violência e a punição, e o cidadão reagiria de acordo com seu critério de avaliação sobre o ocorrido, anulando a existência de um Estado Democrático de Direito, em que todo cidadão tem o direito resguardado de passar por um julgamento justo e imparcial. Este tipo de posicionamento, motivado pela busca de uma justiça instantânea e realizada pelas próprias mãos, dá margem para a realização de processos de justiça populares, como o linchamento.

Segundo o Código Penal Brasileiro, artigo 286 da Lei nº 2.848, incitar publicamente a prática de crime é também um crime. No entanto, quando o sentimento de revolta e a busca por vingança sobrepõe o respeito à justiça, a perspectiva da lei é enfraquecida e determinados grupos revoltosos passam a

instigar a agressão física como mecanismo punitivo, suprimindo a ação policial e da justiça.

A ação descrita configura-se como linchamento que tem como característica a atribuição de penalidade à vítima empregada por pessoas que presenciaram a ação de delito. As principais causas das agressões estão relacionadas a roubos, invasões de residências e estupros ou tentativas destes atos. O real ou suposto infrator sofre uma série de agressões em um movimento crescente que, em muitos casos, resultam na morte. (Barreira, 2016).

Segundo Martins (2015), o linchamento se trata de um sistema de punição que visa expor seu desacordo com ações que violam valores, concepções e normas de condutas tradicionais. Se trata, desta maneira, de uma vingança, uma forma de rejeição e exclusão dos indesejáveis, bem como daquilo que estes representam “enquanto agentes de uma concepção de sociedade que contraria a dominante”, assim como contraria os direitos daqueles que são vítimas.

Uma hipótese decorrente é a de que o linchamento é uma forma incipiente de participação democrática na construção (ou reconstrução) da sociedade, de proclamação e afirmação de valores sociais, incipiente e contraditória porque afirma a soberania do povo, mas nega a racionalidade impessoal da justiça e do direito. O linchamento não é uma manifestação de desordem, mas de questionamento da desordem. (MARTINS, 2015, p.27).

Para o autor, o linchamento, ou a busca de uma punição definitiva e que não deixa possibilidade de apelação, é uma forma de questionar os valores coletivos, que passam a ser considerados ineficientes ou inapropriados. Entretanto, o questionamento da desordem põe em xeque a própria racionalidade e finda por afetar majoritariamente os indesejáveis, cujas vidas são ceifadas sem que exista uma avaliação justa das características do delito cometido ou que se suspeita que tenha efetivado. Nesse sistema de justiça imediata, que não deixa espaço para reavaliações de casos, todos são culpados sem que exista a possibilidade de provar o contrário, criando um cenário que questiona a desordem ao desordenar as normas coletivas, deixando para trás a justiça e o direito.

Ainda sobre a prática da violência pelas próprias mãos, Baierl (2004) diz que esta passa a ser apontada como solução em sociedades em que o poder não se constitui como instrumento legítimo e legal, propiciando o surgimento de grupos que passam a classificar o justo e o injusto, tomando resoluções que se distanciam dos princípios éticos vigentes. Nesse cenário, estratégias individuais de defesa, busca por vingança e justiça imediata ganham intensidade, proliferando o medo, restringindo a atuação dos direitos humanos e o direito à vida, uma vez que a violência dos justiceiros, dos traficantes e dos delatores, ao instituírem a pena de morte como método punitivo irrevogável, não deixam margem para inocentar aqueles que são acusados de cometer um crime. Um dos entrevistados discorreu justamente sobre os erros que podem vir a ocorrer quando não há espaço para um julgamento imparcial e justo, dizendo:

O ser humano parece que perdeu toda a razão. Alguém pega alguma pessoa roubando e viram animais mesmo, viram bicho. Vão lá e batem e se puder matam o cara. O cara é ruim por natureza... A situação tá lá, uma situação onde não posso ser julgado. Aí os caras vão e afogam as mágoas todas ali. Mas as vezes está errado, a sociedade pode achar bonito porque estão batendo no ladrão, mas pode acontecer um erro. Imagina o peso na consciência num camarada que ajudou a matar um inocente? (Filho).

Filho descreve o linchamento como um ato irracional, em que a busca por vingança se confunde com a busca por justiça, fazendo com que as emoções sejam priorizadas em detrimento da razão. Em sua concepção, trata-se de uma situação em que os participantes deste tipo de ação se distanciam do conceito de humanidade e se aproximam de uma brutalidade animal que inviabiliza a consolidação de um pensamento racionalizado. Ele também pontua que o ato de linchar é uma forma de exteriorizar raivas, ressentimentos e frustrações sentidas e acumuladas. Assim, a pessoa linchada, além de ser punida pelo suposto crime cometido, recebe uma carga de emoções que são extravasadas por aqueles que a estão violentando. Mas conforme ele mesmo pontua, ao deixarem-se inebriar pelos sentimentos individualmente sentidos, mas inflamados coletivamente, injustiças são consequências inevitáveis.

O linchamento, ato coletivo fundamentalmente baseado num julgamento moral (MARTINS, 2015) tem sua ação pautada na percepção coletiva

de que um sujeito apontado como criminoso deve sofrer imediatamente consequências físicas mediante um crime efetivado. Trata-se da efetivação de um ato criminoso para punir uma ação igualmente criminosa. No meio da multidão, a violência é, concomitantemente, diluída e multiplicada pelas mãos daqueles que lincham.

Breton (2009) diz que a multidão tem o poder de potencializar os sentimentos, sendo capaz de modificar a sensibilidade dos membros de uma coletividade, tornando-os mais ou menos solidários à determinadas situações. A multidão contagia, nela o indivíduo absorve os sentimentos emanados coletivamente, subordinando momentaneamente a sua personalidade e estimulado a realização de atos mobilizados no ápice do entusiasmo, da emoção fortemente sentida, propiciando a efetivação de atos que individualmente não seriam realizados.

A multidão dá a cada um de seus membros um sentimento de poder, ela dissolve em parte a consciência moral e autoriza licenças de comportamento que o indivíduo isolado jamais se permitiria. Levados pela multidão, alguns se tornam irreconhecíveis, vivem de entusiasmo ou das raivas que os levam a cometer violências ou atos de crueldade que normalmente reprovariam. Eles aderem a atos nos quais dificilmente se reconhecerão em seguida; sua consciência moral é neutralizada pelos movimentos da multidão. Eles se movem em outra dimensão de sua existência pessoal experimentando um sentimento de força. (BRETON, 2009, p.164).

Durkheim (1996) define por crime qualquer ato que seja capaz de ocasionar determinada pena sobre o agente que o realizou. Assim, todos os crimes, ainda que de naturezas diferentes, apresentam algo em comum: são reprimidos por punições definidas a partir de um código social regulamentado. Mais do que reprimir ações socialmente condenadas, o papel social da pena não se restringe a castigar o indivíduo infrator, mas primordialmente, reestabelecer a ordem e manter a coesão social.

Foucault (2008), ao analisar múltiplos aspectos da complexidade da organização prisional, desde a sua função até as técnicas que estruturam os procedimentos do poder, indica que a disciplina organiza o espaço, classifica os indivíduos, hierarquiza-os, controla o tempo, controla o corpo, coordena os

movimentos, atribui vigilância em caráter perpétuo e extensivo, exercendo também um poder e produzindo um saber. Desta forma, a prisão assume duas funções: a punitiva e a disciplinar.

Para o autor, o isolamento do encarcerado em relação ao mundo exterior o distancia dos fatores que motivariam crimes, adequando-o às normas prisionais e condicionando-os a uma passividade que dificultaria qualquer rebeldia, promovendo um comportamento dócil e de total submissão. O autor procura compreender, desta forma, como a prisão passa a figurar como a forma mais imediata e civilizada de todas as penas, capaz de simultaneamente privar a liberdade, docilizar os corpos e produzir atividades laborais.

A população se mostra insatisfeita com o modo como as penas são distribuídas e com a eficácia do aprisionamento como solução para a violência. É comum encontrar comentários em matérias de jornais criticando a atuação do Estado, seja através da atuação da polícia ou da efetivação das leis. A ideia de que o infrator é preso, mas que consegue obter liberdade com facilidade, gera o descrédito de que o Estado seja capaz de conter a violência e seus agentes. O impacto da pena através do encarceramento como mecanismo capaz de restabelecer a ordem social, tal como preconizado por Durkheim, é questionado.

Do mesmo jeito, também há a descrença na capacidade da prisão disciplinar o encarcerado. Falas que afirmam que a prisão “piora” o criminoso são recorrentes e transmitem a ideia de que o encarceramento, ao invés de reprimir, aprimora as ações criminosas. Mediante isso, discursos que propõem soluções repressivas, autoritárias, que defendem a diminuição de direitos ganham cada vez mais repercussão e os linchamentos são defendidos como uma medida “dura”, porém eficaz, capaz de introduzir a penalidade de morte ao Estado como solução, é o que nos aponta Souza (2008).

Em face disso, os discursos no estilo "tolerância zero" ameaçam ganhar cada vez mais popularidade. Acuada, a classe média brasileira parece estar receptiva a "soluções" cada vez mais autoritárias e repressivas, sem muita consciência (ou disposta a pagar o preço) da diminuição de algumas regalias e da restrição, na prática, de direitos, como o de livre locomoção. Lamentavelmente, até mesmo muitos pobres, compreensivelmente impacientes e descrentes quanto à eficiência e à isenção do Judiciário, mostram-se volta e meia favoráveis

à adoção de medidas "duras", dos linchamentos por eles mesmos promovidos à introdução da pena de morte pelo Estado. (SOUZA, 2008, p.174-175).

A monopolização gradual da violência pelo aparelho estatal atua como pacificador das relações sociais, de modo que os conflitos entre os indivíduos passam a ser tutelados pelo Estado, reduzindo os embates físicos, sejam eles individuais ou grupais. Sendo assim, gradativamente a violência, em seu modo mais físico, vai se espaçando, uma vez que o Estado, quando dispõe dos meios necessários, passa a reprimi-la. Diante deste cenário, as emoções sentidas pelos indivíduos não mais orientam a resolução de rixas e o conflito passa a ser absorvido pelos procedimentos judiciais, amenizando a explosão dos sentimentos, que majoritariamente, são limitados através de ameaças e injúrias. (BRETON, 2009).

Ocorre que, no cenário fortalezense, é questionado se o Estado dispõe, de fato, destes meios para controlar a violência através do monopólio legítimo do poder coercitivo. A crença no enfraquecimento do poder institucional é perceptível quando o apelo por medidas extralegais e a busca por uma violência abusiva são constantemente sugeridas como métodos eficazes para a resolução de conflitos.

Diante deste cenário, as emoções ganham destaque nas falas de cidadãos que anseiam por justiça, como é possível observar num comentário deixado na publicação que noticiou o caso de um comerciante que reagiu a uma tentativa de assalto³⁸. Na situação, o dono do estabelecimento entrou em luta corpórea com o assaltante, tomando a arma que este possuía e efetivou uma série de disparos, um deles atingindo a cabeça do ladrão, que não resistiu e morreu. Ao final da reportagem, foi destacado que o homem vitimado já respondia legalmente por quatro assaltos. Tal informação fez com que muitos comentários questionassem a eficácia do Estado no campo da segurança pública, podemos notar a seguir: “Deixa eu entender! Recorrente com 4 assaltos

³⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/09/comerciante-reage-assalto-em-fortaleza-e-assaltante-e-morto.html>> Acesso: 15 Fev. 2017.

e a justiça deixa na rua, infernizando a vida dos outros. Já sei quem morreu. A justiça cearense que só funciona por amostragem”, disse um leitor.

As opiniões expressas nas notícias publicadas nos jornais se aproximam das falas de meus entrevistados, no sentido que demonstram insatisfação com o tratamento punitivo dado aos criminosos, bem como na fragilidade das instituições, que não atuam de modo eficiente em conter a violência na cidade.

As falas dos interlocutores deste trabalho reafirmaram um cenário de incredibilidade no trabalho desenvolvido pelas políticas de controle da ordem pública, como exposto anteriormente. Esta concepção, em associação à perspectiva das emoções envolvidas em situações de violência, os leva a compreender quando, mediante a uma situação de assalto, a vítima reage e, por ventura, elimina fisicamente o assaltante, como podemos perceber nos relatos a seguir:

Eu acho que não é certo matar, mas tem os nervos da pessoa. Por exemplo, eu digo que me trabalho e tudo, digo pros meus filhos não reagirem, mas não sei como poderia reagir. Mas eu acho negativo reagir. Até porque na maioria das vezes quem leva a pior é o cidadão. E não o bandido. (Lucineide).

O pensamento exposto por Lucineide foi um dos mais recorrentes, o de que a postura reativa em casos de assaltos que culmina no assaltante morto é desaconselhável, devendo ser evitada. No entanto, justifica-se o comportamento sobre a prerrogativa de que é compreensível que, em casos como esses, as emoções sentidas no momento do crime são motivadoras de ações impensadas e desmedidas.

A perspectiva deste tipo de fala aponta para a ideia de que a reação é compreensível e que a retirada da vida do agente criminal, ainda que não recomendada, é justificável segundo o argumento das fortes emoções sentidas no momento em que o delito ocorre. Ademais, o posicionamento contrário à uma ação de reação é endossada pelo argumento de que ela pode ter um desfecho

em que a reação da vítima finde por ocasionar lesões a si mesma e não ao assaltante, como percebido na fala de Roberto:

Eu não recrimino quem reage e proporciona a violência ao assaltante. Eu só acho imprudente. Porque estatisticamente, na maioria das vezes que a pessoa tenta reagir a um assalto ela não consegue reverter a situação e se transforma num ato de violência extrema contra a pessoa que tentou reagir. Acho que ela inflama a ação do assaltante. (...) Mas é complicado recriminar a reação da pessoa, porque geralmente quando você está sendo assaltado aflora aquela ideia de chateação, de raiva, de revolta, de "pô, você tá roubando uma coisa minha, tá me violentando" e a pessoa acaba estourando e matando, agredindo de forma absurda. A ação não é legal, não é bonita, não é correta, mas levando em consideração o fator emocional da situação, a explosão de sentimento que a pessoa pode ter, a adrenalina misturada com o emocional, você não sabe se é correto ou não. Eu procuro tentar não reagir, mas também não recrimino de a pessoa reverter a situação e matar o assaltante. Mas só em situações extremas. Se o bandido tá imobilizado, se rendeu, aí sim eu recrimino! Porque vira linchamento. (Roberto).

Na fala de Roberto é interessante analisar o modo como ele demonstra ter empatia e compreender a reação que uma pessoa assaltada pode vir a ter, ainda que considere tais atitudes "feias" e errôneas. Uma vez que já esteve na condição de assaltado, ele expressa ter entendimento sobre os possíveis pensamentos que a vítima venha a emitir no momento do crime, no entanto, afirma achar imprudente reações em que a vítima atua no intuito de agredir o ladrão. Sua reflexão é fundamentada na ideia de que a probabilidade de insucesso desta tomada de atitude é consideravelmente maior do que a de êxito, o que teria como consequência um duplo sofrimento, primeiramente por ter sido assaltado e posteriormente por ter sido violentada fisicamente. Mas, muito embora denote empatia com a possível postura ativa dos que são abordados em assaltos, afirma recriminar o uso excessivo de violência em casos em que o criminoso já foi imobilizado e não demonstra mais ser fonte de perigo. Logo, para ele, há um limite que deve ser respeitado de que a vítima só pode reagir enquanto o agressor represente um risco à sua existência. Uma vez que a situação é neutralizada, continuar com o comportamento violento seria um ato repudiável. Lígia também compartilha da mesma perspectiva e diz:

Eu acho que uma coisa é a pessoa reagir como eu reagi, num impulso dando um murro. Outra coisa é o que a gente tem visto muito nos noticiários, de que tem um bandido e as pessoas amarram em postes e lincham. Não acho que isso é correto de forma alguma. Até porque se

uma pessoa fez algo errado, tem a polícia, tem os meios legais pra resolver isso. Mas acho que nada justifica fazer justiça com as próprias mãos. Eu entendo que no calor do momento a pessoa pode reagir por impulso, mas não matar, amarrar num poste, espancar, esses tipos de coisas. Num caso em que a pessoa reage e consegue tirar a arma do assaltante eu não acho que ela deveria atirar. Porque a partir do momento em que ele tá desarmado, não vai ser mais um caso de legítima defesa. Se ela conseguiu tirar a arma do assaltante, chame a polícia, mas não vamos machucar ninguém. (Lígia).

As falas dos entrevistados indicam que há uma diferenciação entre a reação mediante a forte emoção vivenciada no momento do assalto e àquela em que a pessoa persiste no uso da força mesmo com a situação já controlada. Assim, agressões moderadas como socos, tapas, pontapés foram sinalizadas como atos toleráveis e, por vezes, até incentivados. Entretanto, ações que ultrapassem o uso de força necessária para a obtenção de segurança, reações em que o assaltado revide agredindo excessivamente, levanto o assaltante ao óbito ou mesmo ações coletivas como linchamento receberam, majoritariamente, falas desencorajadoras e recrimináveis.

Matar eu nunca sou a favor. Assim, dar uns tapas eu não sou contra não (risos). Mas é perigoso, porque dependendo da situação você pode reagir a um assalto e pagar por conta disso. Quando não é com a gente é mais fácil de falar. Mas quando você tira a vida de uma pessoa, você tá tirando dela a decisão que ela fez de como viver a vida dela. E ela tem que pagar pela vida que ela escolheu, mas não com morte. (Marina).

A certeza religiosa de que apenas Deus pode tirar a vida de outra pessoa, levou alguns dos entrevistados a considerarem que a reação da vítima, ao atingir o ponto de eliminar fisicamente o assaltante, torna-a tão criminosa quanto o "fora da lei" que a abordou, sendo um argumento também utilizado para que esse tipo de comportamento não seja estimulado, como ilustrado pela fala de Adriano:

Só quem tem direito de dar e tirar a vida é Deus, é Jesus. Agora é difícil, as pessoas não estão esperando as reações dos políticos e autoridades. Elas reagem porque não veem as respostas imediatas do poder público. Mas isso não é o que apoio ou aprovo. (Adriano).

Faz-se necessário ressaltar que, ainda que seja elaborado o discurso de que a vida é preciosa e que deve ser resguardada, podendo unicamente

sofrer interferências através da ação divina, os entrevistados denotaram adotar uma perspectiva compreensiva para com aqueles que reagem.

O argumento de que a população não se sente resguardada pela tutela do Estado é anunciado como justificativa para aqueles que matam os assaltantes, se assemelhado às falas encontradas nos meios de comunicação *online*, que culpabilizam a lentidão da justiça ou a ineficiência da polícia como cenário contextualizador capaz de favorecer à busca do cidadão por medidas pessoais de defesa.

Entretanto, chamou atenção o fato de muitos entrevistados recriminarem esse tipo de ação apenas pelo alto risco que ela representa à pessoa que reage. Deste modo, o que é ponderado não é a ação específica do assaltado reverter a situação e eliminar fisicamente o assaltante, mas o fato de considerarem de que há indícios estatísticos que comprovem que esta ação tem mais chances de beneficiar o assaltante e não a vítima, que ao reagir, será exposta a um cenário em que o agressor tem mais chances de obter sucesso em dominar a situação. Sobre isso, entrevistas³⁹ com especialistas em segurança pública frequentemente veiculadas nos meios de comunicação afirmam que as chances de êxito em casos que a vítima reage oscilam entre 5% e 10%, esclarecendo que a probabilidade maior é a de que ações reativas fracassem e culminem agravando uma situação de roubo para latrocínio, por exemplo. A fala de Rômulo discorre justamente sobre essa informação quando diz:

Acho negativo quem reage ou mata assaltante. Eu considero uma situação dessa sorte, porque se você não é um perito pra saber o que está fazendo realmente, você está mostrando às pessoas que aquilo ali é possível. Mas vamos colocar na proporção de que em 100 casos desses, 1 ou 2 tiveram êxito e o restante morreu. Então não se deve mostrar que aquilo ali é possível. (Rômulo).

³⁹ Ver <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/09/Reagir-a-assaltos-so-da-certo-em-10-dos-casos-diz-especialista-4589913.html> e <https://cidadeverde.com/noticias/157554/chance-de-sobreviver-em-reacao-a-assalto-e-de-5-alerta-coronel>>, por exemplo. Acesso: 25 Ago 2017.

Logo, Rômulo reforça as informações repassadas pelos meios de comunicação de que não se deve reagir, uma vez que há mais chances de ser o “cidadão” a ser ferido e não o assaltante. Nota-se também uma preocupação direta e exclusiva com o bem-estar da vítima e com a mensagem que a divulgação de casos em que o assaltante foi contido e morto pode sugerir. Ele pondera que esse tipo de reação é a exceção e não a regra e que por isso não deveria ser repassada.

O aconselhamento à não reação foi imperativo nas falas dos interlocutores desta pesquisa. No entanto, ao discorrerem mais aprofundadamente sobre o assunto, muitos expuseram que, apesar de reprovarem atitudes reativas, simpatizam com aqueles que a cometeram e foram bem-sucedidas. Logo, uma vez que a reação conclui satisfatoriamente o objetivo de imobilizar, ferir ou matar o assaltante, ela passa a ser admirada e as críticas à ação da vítima são amenizadas através de um manto de entendimento e simpatia aos possíveis motivos que estimularam o seu comportamento.

É o meu herói (quem rege e mata o assaltante)! Meus parabéns pra ele. Eu não faria isso, nem aconselho ninguém a fazer. Não pela vida do bandido, porque desse eu não tenho pena. Mas por colocar própria vida em risco por nada. Mas se conseguiu, parabéns pra ele. (Neto).

Há o sentimento de empatia, de certeza de que as emoções sentidas justificam o ato e de que a reação (ainda que imprudente) é aceitável. O que é questionado não é a reação da vítima culminar em morte. O que é ponderado é de quem será essa morte. Logo, nos casos em que é o assaltante aquele que finda por ter sua vida ceifada, as falas ganham um tom de admiração e respeito e constrói-se a ideia de que melhor um assaltante morto do que um "cidadão de bem".

Para mim, eu acho que para eles (assaltantes) violência é normal. Então eles não vão ser sensíveis sobre as coisas. Mas acho que não é pra ficar feliz com a morte do assaltante. Mas eu não *ficar* triste se um assaltante morre. Acho que o assaltante sabe que pode morrer quando sai pra assaltar, sabe do risco. Se um policial morrer eu fico triste porque ele morreu num trabalho, ajudando sua família. Mas um assaltante *saber* de riscos. (John).

A fala de John sintetiza o que muitos entrevistados ponderaram, a perspectiva de que o assaltante “escolheu essa vida”, que “sabia dos riscos” e que a violência para ele é “normal”, enquanto que para a vítima, tudo não passa de uma ação circunstancial motivada pelas fortes emoções sentidas num momento de fugacidade, sem que ela tenha real consciência do risco a que está se expondo.

Os tons de consternação proferidos ao exemplificarem casos em que a vítima reagiu e culminou sendo gravemente ou fatalmente ferida se opõem aos tons de desdém, imparcialidade ou até efusividade em relação aos que o desfecho findou com o assaltante sendo morto. Assim, a morte do agente transgressor da lei tem seu significado suprimido diante da valorização da vida da vítima ou de um policial que reagiram no intuito de interromper a efetivação do ato criminoso.

A violência deferida ao ladrão é, deste modo, amenizada ou invisibilizada. Ele passa por um processo de desumanização. Argumenta-se que sendo ele alguém que constrange, coage, humilha e viola os direitos dos cidadãos de possuírem objetos de valor, sua existência, ao ser interrompida, não deve ser lamentada ou questionada. Ao transgredirem aquilo que as pessoas e a sociedade reconhecem como justo e virtuoso, o significado de sua morte é ressignificado pela forma como viveu, ou seja, uma existência permeada por atos criminosos descriminaliza o seu morrer. Nesse sentido, concordo com as palavras de Sá (2016):

É muito mais “fácil” e cômodo para as pessoas visualizarem a violência dos “outros” do que a violência em que enredamos como protagonistas. E a sociedade brasileira, em geral e, em particular, a cearense, parece ser eficiente, no sentido simbólico, em mapear e categorizar de modo genérico o mundo da violência, sem compreendê-lo, se assumir compromissos com uma ética de conhecimento dessa violência que é nossa, que nos implica e que nos é própria. Ou melhor, sem compreender a violência como um fenômeno socialmente produzido, coletivamente circunstanciado e referenciado numa luta pela hegemonia política, econômica e cultural. (SÁ, 2016. P. 109).

Não é a violência do assalto em si ou a morte que escandalizam, mas quem é assaltado, ou quem é o morto. As emoções de tristeza, raiva, pesar são

evocadas apenas quando a vida de um “cidadão” é interrompida. Quando uma pessoa é categorizada e classificada pela alcunha de “bandido”, a sua existência e, por consequência, sua morte é ressignificada através do olhar do outro, que o observa como um ser matável, cuja vida não possui valor e que, portanto, sua morte não deve ser sofrida ou lamentada.

Numa das tantas matérias de assaltos ocorridos em Fortaleza o leitor disse: “sou contra a violência, mas temos que fazer algo, nem que seja matar os bandidos como forma de evitar tanto assalto”. Ao afirmar ser contra a violência de um modo geral, mas sugerir o extermínio dos assaltantes como possível método para reprimir e reduzir os índices de crimes contra o patrimônio na cidade ele está dizendo que existe uma violência que deve ser estimulada, permitida e efetivada. Mas justamente por afetar aqueles que são indesejáveis, os que roubam e furtam, os agentes da insegurança, suas mortes não deveriam ser classificadas como atos criminosos, mas como medidas necessárias para conter a violência.

A fala “não sou a favor de matar bandido, mas” apareceu por diversas vezes no decorrer deste trabalho, seja nas entrevistas ou nos comentários expostos nas redes sociais e matéria de jornais. A negação do apoio à violência foi a afirmativa inicial mais utilizada pelos moradores fortalezenses ao discorrerem sobre os casos em que a vítima reage e o assaltante morre. Entretanto, quase tão frequente quanto essa afirmativa foi a associação da conjunção adversativa “mas” *a posteriori*. A violência, inicialmente exposta como um fenômeno indubitavelmente negativo, é logo em seguida apresentada através de falas que criam exceções e a relativizam, tornando-a ambivalente, podendo ser positiva ou negativa dependendo do referencial, ou seja, de quem a emite e de quem a recebe.

A elaboração de um discurso compreensivo, que expõe a morte dos assaltantes como uma consequência indesejável, mas entendível é justificada pelo argumento de que o cidadão, incapaz de suportar a criminalidade violeta da qual é constantemente vítima, busca por uma “solução” desesperada, a de retirar os “bandidos” de circulação através do uso da violência. O medo e a sensação de insegurança permanentes são apontados como razões capazes de justificar

não apenas a descrença no Estado como protetor de suas vidas, mas de levar os indivíduos a crerem que a busca pelo isolamento e segurança privada não são suficientes e que a defesa da integridade física e patrimonial deve legitimar todo e qualquer tipo de ação protetiva. Na sutileza da fala, no tom compreensivo emitido, nas entrelinhas do não dito é reforçada a ideia de que, se a morte é inevitável, que sejam os “bandidos” os primeiros a morrerem. Afinal, todos são contra a violência, mas...“bandido bom é bandido morto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o medo de assaltos na *urbe* fortalezense, busquei entender de que forma o temor de se tornar vítima desse tipo específico de prática violenta afeta a vida dos que habitam a capital cearense, modificando não apenas suas formas de olhar a cidade, mas também o modo como as práticas sociais passam a sofrer interferências quando o medo é o fio condutor que as conecta.

A temática do medo e do assalto constituem tópicos usualmente abordados no cotidiano daqueles que moram na cidade. Quase que diariamente é possível escutar casos contados por amigos, familiares, conhecidos ou desconhecidos que queiram “gastar tempo” com relatos que tenham esse universo temático como objeto de suas narrativas.

Histórias de assalto captam a atenção de quem as escuta, gerando interações sociais através da troca de experiências, pela busca em coletar informações que tenham a utilidade de dar ciência sobre lugares, tipos de pessoas e formas específicas de abordagens que estejam acontecendo na cidade ou mesmo através de julgamentos sobre a competência do Estado ou sobre o caráter daqueles que assaltam. As possibilidades de perspectivas analíticas do assunto são diversas.

Os meios de comunicação, fontes que constantemente atuam na divulgação da criminalidade, atuam como ferramentas capazes de produzirem conteúdos que problematizam o crime enquanto questão social de alta relevância. Através deles os números registrados pelas instituições de segurança são repassados à população, contribuindo para que o conhecimento sobre as práticas violentas seja evidenciado. No entanto, o poder dos meios de

comunicação não é suficiente para gerar um conhecimento capaz de desvendar as formas de funcionamento dos acontecimentos violentos (PAIVA, 2012).

Para compreender o medo de assaltos na cidade de Fortaleza é necessário observar além da produção de notícias e desvendar os fatos desconhecidos, as lacunas deixadas que permanecem à margem dos conhecimentos apropriados e produzidos pelos meios de comunicação.

Na intenção de gerar uma apreensão mais completa sobre o fenômeno aqui estudado e preencher as lacunas existentes é necessário recorrer à novas perspectivas e deslocar o ponto da crítica (TELLES, 2010). A larga abrangência das redes sociais e a divulgação das notícias jornalísticas no espaço *online* propiciam diferentes perspectivas e geram novas informações de análise. Através dos relatos expostos nas redes sociais é possível ter acesso às minúcias dos assaltos realizados no contexto fortalezense.

Num cenário em que o Boletim de Ocorrência é, muitas vezes, negligenciado e que a crença na recuperação dos itens subtraídos no assalto através do sistema de segurança pública é limitada, as redes sociais passam a ser utilizadas como ferramentas auxiliares para a recuperação de bens ou mesmo como espaço utilitário, como uma espécie de mural informativo do crime. Lá são expostos relatos sobre horário, local, tipo de abordagem sofrida, estado físico e emocional pós-assalto e tantos outros detalhes da experiência vivida.

Os relatos de crimes publicados nas redes sociais estimulam o compartilhamento de sentimentos entre amigos, familiares e conhecidos que estão virtualmente conectados. As notícias publicadas são utilizadas como forma de gerar interações através das quais os usuários demonstram uma série de reivindicações acerca do cenário da segurança pública na cidade, bem como manifestam suas preocupações com o bem-estar da vítima, expressam palavras que evocam sentimentos de raiva e solidariedade ou trocam experiências sobre casos de assaltos.

O compartilhamento *online* dos relatos de casos vividos por homens e mulheres moradores de Fortaleza são frequentes e ilustram a violência como

um fenômeno que se faz presente no cotidiano da cidade. O medo quase sempre surge como uma emoção desdobrada dessas conversas, capaz de inflamar debates sobre a falta de segurança pública, construir e reafirmar estigmas sociais, fortalecendo discriminações e, por vezes, gerando a sensação de que a violência é maior do que realmente é, através da propagação de informações inverídicas ou que amplificam e tornam desproporcionais fatos ocorridos.

Diante do contexto violento difuso e imprevisível, o medo sentido também surge como um sentimento maleável, que se movimenta, se desdobra e que apresenta diferentes intensidades. Ele se apresentou, no contexto desta tese, como emoção capaz de perpassar diferentes situações e cenários, sendo para muitos uma sensação ininterrupta, que embora possa ser mais ou menos sentida, sempre se faz presente, como um lembrete permanente da vulnerabilidade da vida mediante a um ambiente urbano violento.

Diante da perspectiva do assalto, há o medo da morte, o de andar por determinadas áreas da cidade, o dos homens que andam de motocicleta, o de alguém que se aproxima num local ermo, o dos barulhos escutados em casa no silêncio da noite, entre tantos outros. Ele é enlaçado aos ambientes privados e coletivos, nos períodos diurnos ou noturnos, podendo se esgueirar sutilmente em situações cotidianas ou abruptamente se fazer sentido em ocasiões que rompem com a rotina.

A linguagem emocional, longe de ser natural ou espontânea (JIMENO, 2010) é fruto de um aprendizado cultural que irá variar conforme os referenciais de tempo e espaço. O caráter subjetivo, no entanto, é intrínseco ao universo emotivo, o que faz com que o medo seja apropriado de diferentes maneiras de acordo não apenas com os aspectos socioculturais dos indivíduos, mas também pelas singularidades de cada ser. As *apropriações do medo* dizem respeito às diferentes formas que os habitantes da cidade absorvem esta emoção.

Antes mesmo de qualquer ato considerado criminoso ser concretizado, o medo se insere na vida como um sentimento que conduz a busca pela sensação de segurança através de medidas que visam antecipar e prevenir

situações perigosas, sendo assim utilizado como justificativa para que sejam realizadas diversas modificações de práticas cotidianas. Assim, hábitos como adaptar a vestimenta ao frequentar determinados espaços da cidade, expor ou esconder adornos considerados chamativos, adotar o uso de aparelhos celulares de valores distintos, andar em grupos, evitar andar em posse de grandes quantidades de dinheiro ou mesmo limitar a permanência a espaços domésticos, quando o coletivo é classificado como suspeito e perigoso, são implementados na esperança de que sejam suficientes para protelar ou, se possível, evitar que o assalto venha a ser concretizado.

Se as falas sobre violência, criminalidade e insegurança alimentam sensações de temor, individuais e coletivas, a vivência do assalto potencializa estes sentimentos. O assalto é um evento (SAHLINS, 2004) que ressignifica a experiência de viver na cidade. Uma vez que o habitante o vivencia, seu olhar sobre o meio em que vive é modificado, gerando rupturas (CALDEIRA, 2000) diversas. O que antes era um perigo imaginado se redefine e o medo passa ser referenciado através de sons, ambientes, atributos físicos do criminoso e tantas outras características que permearam a violência sofrida.

Ao vivenciarem um roubo, o medo, antes somente imaginado, é consolidado e com isso surgem modificações de comportamentos. O período posterior à violência sofrida é carregado de alterações no modo como o indivíduo desenvolve suas relações interpessoais e concretiza suas atividades diárias. A reorganização da vida pós-assalto ocorre de diferentes formas, podendo ser intensa ou moderada, permanente ou passageira. A intensidade do medo aflorado mediante o assalto é sentida momentaneamente, mas também pode reverberar por dias, meses ou anos.

O período de volta à “normalidade” é singular. Se para alguns ele surge como um caminho de acesso rápido, para outros trata-se de uma estrada sinuosa e difícil. Os significados que se rompem no momento do crime não são reestabelecidos. A ruptura pode deixar ranhuras ou fraturas, mas de um modo ou de outro, cria interferências que se estabelecem através do novo olhar que é construído para o mundo coletivo que os cerca. Assim, táticas de seguranças

são reafirmadas ou intensificadas e, somando-se às falas do crime, estimulam ações capazes de produzir segregações, estimular preconceitos e desigualdades sociais, uma vez que o conceito de que “o crime está em todo lugar” passa a ser referenciado através da experiência vivida e o medo, antes genérico, toma formas específicas, manifestadas em lugares e pessoas. Territórios são estigmatizados, classificados como locais que devem ser evitados e aqueles que os habitam ou frequentam também passam a ser avaliados como “perigosos”. Diante dessa perspectiva, ainda que os sujeitos desta pesquisa tenham afirmado categoricamente que a violência é generalizada e que pode acontecer a todo momento, essa fala é fragilizada quando logo em seguida a complementam dizendo: “mas por via das dúvidas eu evito ir em determinados bairros”. Assim, os desvios em seus percursos pela cidade são guiados pelo que as falas do crime e a mídia apresentam como locais de grande incidência de violência.

A descrença na eficiência do Estado em promover a sensação de segurança e tranquilidade se fez presente nas falas dos entrevistados. O sentimento de insegurança é refletido duplamente, tanto pela exposição à criminalidade, como através do sentimento de desamparo pelos órgãos públicos. O conhecimento de que Fortaleza é uma cidade violenta, constatação que surge em forma de dados estatísticos, das notícias veiculadas pela mídia, pelas falas de amigos e parentes ou através de experiências individuais favorece a busca por mecanismos de defesa que julguem potencializar ou suprir o que não lhes é oferecido pelo governo.

Lares são transformados através de grades, cercas, câmeras de segurança. Veículos ganham alarmes, travas e seguros. Ambientes coletivos sofrem esvaziamentos se localizados em lugares classificados como perigosos ao passo que centros fechados com segurança privada de comércio e lazer passam a ser escolhas preferíveis. A arquitetura da cidade muda e na mesma medida em que as interações sociais são afetadas.

Ainda que métodos individuais de segurança sejam adotados, o medo foi anunciado como companheiro diário dos moradores escutados nesta

pesquisa e a certeza de que o assalto é um fato inevitável, que invariavelmente será vivenciado, faz com que muitos moradores passem a planejar formas de agir no momento do crime. As orientações repassadas pelos órgãos de segurança pública, aliadas ao medo de terem suas vidas ceifadas num possível ato de defesa de bens materiais apareceram como principais razões para que o comportamento não-reativo aparecesse como tipificação ideal (WEBER, 1991) de conduta mediante uma situação de assalto. A valorização da vida da vítima é colocada pelos interlocutores como um bem de valor inestimável e que, portanto, deve ser preservada, ainda que isso signifique se submeter ao domínio imposto pelo assaltante através de uma ação de rendição.

Nem sempre a atitude não-reativa no momento do assalto apareceu como uma ação naturalmente incorporada. Se, para alguns, permanecer estáticos e obedecer aos comandos estabelecidos pelo assaltante foi uma resposta naturalmente condicionada pelo medo, para outros houve um processo de racionalização da ação, em que o sentimento de raiva e os métodos reativos foram reprimidos através do pensamento estratégico de que haveria mais chances de permanecer ileso à situação se mantivessem a postura de vítima pacífica.

No entanto, uma vez que o assalto foi relatado como momento que dá margem a ações de imprevisibilidade, em que estímulos motivados pela razão e pela emoção são simultaneamente acionados, possíveis ações de defesa adotadas pelas vítimas foram apontadas como compreensíveis. Os sentimentos de solidariedade para com os homens e mulheres que se posicionaram ativamente no momento do crime é justificado através de argumentos que expõem a vítima como “cidadão de bem” que, cansada do desamparo da segurança pública e movido pela raiva, reage ao buscar reparar a injustiça sofrida.

A certeza de que ela agiu apenas mediante o ímpeto emotivo fortemente sentido ao ter seu direito violado é enunciada como motivos razoáveis para que sua ação seja compreendida e que gere empatia com aqueles que também consideram fazer parte da categoria “cidadão de bem”. A reação, deste

modo, seria consequência de uma batalha emocional em que a raiva foi capaz de suprimir o medo e a racionalidade, em que a emoção violentamente sentida inviabilizaria a possibilidade de um autocontrole. (ELIAS, 1993)

A vítima é utilizada como metonímia dos valores sociais que devem ser resguardados, através delas é repassada a ideia de que a sua dor e a de sua família representam o sentimento coletivo de insegurança transmitido cotidianamente (JIMENO, 2008). A defesa pelo bem-estar da vítima parece se opor necessariamente à desvalorização da vida do assaltante. O desejo por “justiça” foi, por vezes, confundido com vingança. Não se trata apenas de prender e punir os culpados, mas de retribuir o mal realizado através de métodos de punição que ultrapassem os limites da legalidade, através de clamores populares de justiça feita pelas próprias mãos. Diante desta lógica, sentimentos como empatia e compaixão devem ser expressados apenas em relação à vítima, enquanto que aos “bandidos” devem ser atribuídos sentimentos como desprezo e ódio, a eles sendo exigidos a retribuição do suplício por eles realizados. Assim, um criminoso que feriu ou eliminou fisicamente sua vítima, deveria pagar na mesma moeda.

Barreira (2015) ao analisar práticas delituosas consideradas como expressão de crueldade, seja pela imprensa, órgãos de repressão ou senso comum, diz que os crimes classificados pela alcunha de cruéis são apresentados como ações desproporcionalmente agressivas e inesperadas, sem aparente justificativa e em que os envolvidos são associados a monstros cujas naturezas se aproximam a de animais. Uma vez que seriam ações injustificadas, se diferem de práticas como linchamentos ou “justiça paralela”. Entretanto, o desejo popular por punição promove classificações acusatórias e sugerem punições severas que envolvem sofrimento corpóreo e pena de morte, uma espécie de “linchamento virtual”.

Dentro do universo desta tese, a categoria crueldade surge primordialmente como aspecto reverente à noção de justiça reivindicada no ambiente *online*. Através das redes sociais e dos comentários deixados em artigos de jornais eletrônicos, os assaltantes passam por um processo

depreciativo em que, mediante falas de acusação, são “sentenciados” a punições diversas que envolvem o suplício físico (FOUCAULT, 1977). No entanto, as vozes entrevistadas priorizaram a elaboração de discursos que evocassem medidas punitivas em que a crueldade aparece diluída, expressando-se de uma forma mais polida. Há uma certa empatia emanada nos casos em que as vítimas reagem e agridem o bandido. E ainda que a crueldade não seja enunciada explicitamente, o discurso compreensivo sobre ela abre margem para que o comportamento que exceda a legítima defesa seja justificado ou mesmo defendido.

Se, como Barreira (1998) disse, os pistoleiros surgem nas fissuras do monopólio da violência, onde há espaço para que os conflitos interpessoais sejam solucionados por meio da morte como punição imediata e eficaz, o mesmo pode se dizer daqueles que, em nome do medo em favor da segurança dos “cidadãos de bem”, anseiam por reações individuais como possibilidade de obtenção de justiça.

Se o crime é uma concepção jurídica que categoricamente recebe classificações negativas, aquele que é efetivado contra “foras da lei”, em busca da legítima defesa ou da reparação do mal sofrido é romantizado através da elaboração de discursos dicotômicos que posicionam antagonicamente “cidadão de bem” e “bandido”, o “bem” versus “mal”, e as emoções são utilizadas como justificativa para que a monopolização da violência física pelo Estado passe a ser questionada.

Em tempos que se apresentam incertos, em que a violência é posta como uma possibilidade iminente, o medo se espalha e muitos são aqueles que se tornam suspeitos. O “outro” passa a ser analisado através da ótica da dúvida, posicionando-o como uma ameaça. O medo, mediante esse contexto, poderá ser apropriado como emoção ambivalente, pois na medida em que enfraquece determinadas interações sociais e estimula suspeitas, fortalece outras, uma vez que, a busca por proteção e sensação de segurança, agregam pessoas que compartilham o temor por situações e pessoas em comum.

Estar com medo implica em agir motivado pelo medo. E na busca por proteção, o “outro” é invisibilizado na medida em que é percebido através do olhar que o limita à condição de “bandido” e, para este, o cárcere não é mais suficiente. A morte aparece assim como a solução que não deve ser dita ou apoiada, mas que secretamente é compreendida através da lógica que baixinho sussurra aos ouvidos do senso comum: “antes um deles do que um de nós”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli.

_____. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiças e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____; BARREIRA, César. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (Coord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Barcarolla, 2010.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

ALVES, Andréa Moraes. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, Apr. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132002000100010>.

ANDRADE, Vera Regina de. **A ilusão da segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. 2º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

AQUINO, Jania Perla de. **Príncipes e Castelos de Areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

_____. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2005.

Baierl L.F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortes; 2004.

BARREIRA, César. **Crimes por Encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

____. **Cotidiano Despedaçado**: cenas de uma violência urbana. Campinas: Pontes, 2008.

____. **Crueldade**: a face inesperada da violência difusa. Soc. estado., Brasília, v. 30, n. 1, p. 55-74, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922015000100005>.

____. Insegurança, medo e crueldade no cenário urbano de Fortaleza. In: BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys (Orgs) **Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares**. Fortaleza: Pontes, 2016, p.89-112.

BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (Orgs.). **(In) Segurança e Sociedade: Treze Lições**. Fortaleza: Pontes, 2011.

BARREIRA, César; PAIVA, Luiz Fábio. **Mortes violentas**: a construção social do reconhecimento de vítimas e de acusados na mídia brasileira. Anais do 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de Lindoia, SP: ANPOCS, 2012.

BARREIRA, Irllys. A cidade e o medo. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (Orgs.). **(In) Segurança e Sociedade: Treze Lições**, Fortaleza: Pontes, 2011, p.87-104.

____. "Vazios" e "misturas": Classificações socioespaciais sobre o centro da cidade. In: BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys (Orgs) **Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares**. Fortaleza: Pontes, 2016, p.17-44.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna**. Org. Teixeira Coelho. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1997

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

____. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Trabalho de Campo**: mitologia, metodologia e auto-análise em uma pesquisa qualitativa sobre "delinquentes juvenis pobres". In: GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org). **Pesquisa em Ciências Sociais**: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p. 111-144.

BOLTANSKI, Luc. [e] THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris, Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus 1994.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; MORAES, Ferreira Marieta de. **Usos e Abusos da História Oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRAGA, Adriana. **Técnica etnográfica aplicada à comunicação online**: uma discussão metodológica. UNIrevista – Vol 1, nº3: (julho 2006).

BRASIL. **Código Penal** – Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **A Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Organização de Alexandre

BRETON, David Le. **As Paixões Ordinárias**: antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap-Unifesp. 2013.

BRUM, E. **A boçalidade do mal**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/eliane-brum-a-bocalidade-do-mal.html>>. Acesso em: 2 fev, 2018.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Violência, direitos e cidadania**: relações paradoxais. Cienc. Cult., São Paulo, v. 54, n. 1, June 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100021&lng=en&nrm=iso>.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 47, Apr. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142003000100004&lng=en&nrm=iso>. access
on 19 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000100004>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLASTRES, Pierre. 2004. **Arqueologia da violência** - pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre a criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COELHO, Maria Claudia. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 10, Apr. 2012. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000400002&lng=en&nrm=iso>. access
on 20 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000400002>.

_____. **Cultura e sentimentos**: ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

COLLINS, Rendall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CRISÓSTOMO, Fernanda. **No Limiar da Paixão e do Ódio** – uma análise sociológica do crime passional. Fortaleza, 2009. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

_____. **O Homicida Passional**: quando a morte se sobrepõe ao afeto. Fortaleza, 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.

CRUZ-NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de S.. **Extermínio**: violentação e banalização da vida. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S199-S212, 1994. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500015&lng=en&nrm=iso>. access
on 16 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500015>.

DAS, Veena. **Fronteiras, Violência e o Trabalho do Tempo: alguns temas wittgensteinianos**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 1999, vol.14, n°.40, p.31-42.

DAVIS, Natalie. **Histórias de Perdão**: E seus narradores na França do século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. São Paulo, SP: Editora 34, 2007.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado: acompanhado de comentários, jurisprudência, súmulas em matéria penal e legislação complementar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.

DIOGÊNES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. Fortaleza: Annablume, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. 10. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

_____. **A Divisão Social do Trabalho**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984. Paulo: Martins Fontes, 1996.

Eckert, Cornélia (2002), "A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre", em M. C. de S. Minayo e C. E. A. Coimbra Jr. (orgs.), **Antropologia, Saúde e Envelhecimento (coleção Antropologia e Saúde)**, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp. 73-102.

ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIX, 2015, pág. 59-79

FELTRAN, Gabriel de S. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**. Lua Nova, v. 79, p. 201-233, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: História das Violências nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996b.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- ____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- ____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins fontes, 2008b.
- ____. **Microfísica do Poder**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Revan: Rio de Janeiro, 2008.
- GARFINKEL, Harold. "Studies in Routine Grounds of Everyday Activities". In: **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge, Prentice-Hall, 1967.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1988.
- _____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- _____. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- _____. Symbols of class status. In: **The British Journal of Sociology**. Volume. 2, N. 04 (Dec 1951): 294–304. Disponível em: <http://www2.selu.edu/Academics/Faculty/jbell/goffman.pdf>
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAROCHE, C. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008
- JIMENO, M. Lenguaje, subjetividade y experiencias de violencia. In: DAS, V. **Sujeitos Del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Universidad Nacional de

Colombia. Facultad de Ciências Humanas: Pontifícia Universidad Javerina. Instituto Pensar, 2008.

____. **Emoções e política:** a vítima e a construção de comunidades emocionais. Mana, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Apr. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132010000100005&lng=en&nrm=iso>.

JUTTEL, Luiz Paulo; MEZZACAPPA, Marina. **Justiça com as próprias mãos.** ComCiência, Campinas, n. 98, 2008 . Disponible en <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000100005&lng=es&nrm=iso>. accedido en 16 sept. 2018.

KOURY, Mauro. **Sociologia da Emoção:** O Brasil urbano sob a ótica do Luto. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

____. **Emoções, Sociedade e Cultura:** A Categoria de Análise Emoções como Objeto de Investigação na Sociologia. Curitiba: CRV, 2009a.

____. "O que é medo: Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba" Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, Dezembro, 2009b, p. 402-410. In: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a14v21n3.pdf>

____. **Medos urbanos e mídia:** o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. Soc. estado., Brasília , v. 26, n. 3, p. 471-486, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922011000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000300003>.

LIMA, R.S. Produção da Opacidade: Estatísticas Criminais e Segurança Pública no Brasil (publicação da tese completa). **Coleção Segurança com Cidadania, v.2**, p.48-180, 2009.

LINHARES, Marcello Jardim. **Legítima Defesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

LOBO Sonia.(org.). **Violência:** um estudo psicanalítico e multidisciplinar. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2003.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **O Crime Segundo o Criminoso:** um estudo de relatos sobre a experiência da sujeição criminal. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2006. Tese de Doutorado – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências.

MANDARINO, R. P. ; BRAGA, A. G. M. ; ROSA, L. . **A participação da vítima no controle da cifra oculta da criminalidade.** NOMOS (FORTALEZA) , v. 37, p. 281-299, 2017.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. **Violência, cidadania e medo**: vivências urbanas em Fortaleza. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2008.

_____. **Vítimas da violência**: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2014.

MELO, P. B. de. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MICHAUD, I. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; CRISP/UFMG; DATAFOLHA (2013) **Relatório final da Pesquisa Nacional de Vitimização**. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relatório-PNV-Senasp_final.pdf>.

MISSE, M. A violência como sujeito difuso. In: **Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças**. Org: Jandira Feghali [et. al.]. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação**, 2003. Disponível no site: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/texto.asp?ChvMn=>. Acesso em 12/09/2012

_____. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"**. Lua Nova, São Paulo, n. 79, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026445201000010003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>.

MISSE, M. **Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil**: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. Série Estudos, Rio de Janeiro, n. 91, 1995.

____. **Crimes e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006b.

____. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estud. av., São Paulo, v. 21, n. 61, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01034014200700030010&lng=pt&nrm=iso>.

MISSE, M. (Org). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

____. **O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil**: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. Soc. estado., Brasília, v. 26, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026992201100010002&lng=pt&nrm=iso>.

____. **Mercadorias políticas**: para uma abordagem analítica, [200-]. Disponível em <<http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/6/01.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2011

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 194-196.

MORALES, Luciana Pinho. **Cenários da violência**: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9738>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral?. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000200010>.

PAES-MACHADO, Eduardo; VIODRES-INOUE, Silvia. **O lado sombrio da estrada**: vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 9-30, Oct. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.17666/308909-30/2015>.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Luiz Fábio. **Os significados da morte**: os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que "abalaram" o Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

_____. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2007.

_____. "No centro da Periferia": Notas sobre como os moradores do Conjunto Ceará falam da vida e da violência no bairro. In: BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys (Orgs) **Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares**. Fortaleza: Pontes, 2016, p.135-174 .

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: **Crime, violência e poder**. Org. Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis, Vozes, 2006.

PERALVA, Angelina. **Violência e o paradoxo brasileiro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PLATÃO. **A República**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Sociologias, Ano 4, n. 8, p. 152-171, Porto Alegre, Jul./Dez. 2002.

REZENDE, Cláudia Barcelos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder *et al.* (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SÁ, Leonardo. Cultura, violência e subjetividade. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (Orgs.). **(In) Segurança e Sociedade: Treze Lições**, Fortaleza: Pontes, 2011, p.105-120.

_____. SÁ, Leonardo. Os bairros populares e a orla marítima da cidade de Fortaleza: a produção social do crime nas favelas à beira-mar. In: BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys (Orgs) **Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares**. Fortaleza: Pontes, 2016, p.113-134.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SILVA, Luís Antonio Machado da. **Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise.**

Rev.Sociol.Polit., Curitiba, n.13, nov. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44781999000200009>.

_____. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Soc. estado.** Brasília, v. 19, n. 1, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>.

_____. **Violência, crime e polícia:** o que os favelados dizem quando falam desses temas? Brasília, v. 22, n. 3, Dez. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Sept. 2012. <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf>.

SILVA, Graciele Firminoda. **Ofendículos e suas Implicações no Direito Penal Brasileiro.** São Paulo: PUC, 2006. Dissertação de Mestrado – PUC/Departamento de Direito das Relações Sociais.

SILVA, Marcos. **A Inversão da ordem na vida policial:** sociabilidade prisional e práticas ilegais no fazer policial militar. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2015.

SILVA, Plácido. **Vocabulário Jurídico.** 20ª ed. São Paulo: Forense, 2002.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: Otávio Velho (org.) **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOARES, Gláucio. **Não matarás:** desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole:** O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação, GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e conflitualidades.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

____. **Novos processos sociais globais e violência**. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 3, p. 18- 23, 1999.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A espetacularização do crime violento pela televisão**: o caso do programa Linha Direta. 2002. 143f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro. Zahar, 1989.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2ª ed., 2005.

WALTON, Stuart. **Uma história das emoções**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília: UnB, 1991.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WIEWIORCA, M. “**O novo paradigma da violência**”. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

____. Um **debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo: Perspec. São Paulo, v. 13, n. 3, set. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>.

____. **Pesquisando no perigo**: etnografias voluntárias e não acidentais. Mana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, out. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132009000200009>.

_____. **Democratização inacabada:** fracasso da segurança pública. Estud. av., São Paulo, v. 21, n. 61, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300003&lng=pt&nrm=iso>. 2011.

ZAMBONI, Marcela. "**Quem acreditou no amor, no sorriso e na flor**": a confiança nas relações amorosas. São Paulo: Annablume, 2010.